



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA—UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO ESTUDO AFRO ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E
AFRICANOS

SAMBA TENEM CAMARÁ

A ECONOMIA E MERCADOS TRANSFRONTEIRIÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL:

“Lumos” (feiras livres) na Tríplice Fronteira – leste da Guiné-Bissau, sudoeste da República da Guiné e sul do Senegal

Salvador–BA

2023

SAMBA TENEM CAMARÁ

A ECONOMIA E MERCADOS TRANSFRONTEIRIÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL:

“*Lumos*” (feiras livres) na Tríplice Fronteira–Leste da Guiné-Bissau, sudoeste da República da Guiné e sul do Senegal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Orientador: Drº Lívio Sansone

Coorientadora: Drª Patricia Alexandra Godinho Gomes

Salvador–BA

2023

SAMBA TENEM CAMARÁ

A ECONOMIA E MERCADOS TRANSFRONTEIRIÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL:

Lumos" (feiras livres) na tríplice fronteira – Leste da Guiné-Bissau, sudoeste da República da Guiné e sul do Senegal

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos como requisito final para a obtenção do Título de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal de Bahia.

Aprovado, 24 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Drº. Lívio Sansone (Orientador/UFBA)
Doutor em Antropologia

Dr. (a) Patrícia Alexandra Godinho Gomes (Coorientadora/UFBA)
Doutora em História e Instituições da África

Drº. Diego Marques Fernandes (Membro Interno/ UFBA)
Doutor em Antropologia Social

Drº. Mamadu Jao (Membro Externo/ UNICAMP)
Doutor em Estudos Africanos

Drº Omar Ribeiro Thomaz
Doutor em Antropologia Social (Membro Externo/ UNICAMP)

Dedico este trabalho aos meus pais, minha esposa, aos meus filhos e sobrinhos que me dispensaram para realizar o meu sonho que se tornou realidade.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por dar-me a vida tornando esse sonho uma realidade, “*Al-hamdulilah*”.

Qualquer trabalho de pesquisa tem um percurso de três etapas: a primeira, é o planejamento do trabalho; a segunda etapa é a fase da realização; a terceira e última é a fase da finalização. Em cada uma dessas etapas, o pesquisador conta com contribuições de terceiros, sobretudo aqueles que passaram pelo mesmo caminho.

Em cada uma das etapas, precisamos de variados apoios: moral, financeiro, conhecimento ou experiência acadêmica e apoio da nossa própria família, que se pode traduzir de formas variadas. Antecipadamente, quero salientar que é possível esquecer nome de alguém ou colocar o seu nome numa posição não merecida no seu entendimento, mas esta não é a minha intenção neste agradecimento; se acontecer, significa que foi involuntariamente. Todas as contribuições foram importantes e cada uma tem o seu lugar adequado na elaboração desta tese.

O meu agradecimento vai, em primeiro lugar, para o Professor Doutor Lívio Sansone, por aceitar a proposta de orientação científica, concretizada através da crítica constante dos conteúdos apresentados a Professora Doutora Patrícia Godinho Gomes pela qualidade da leitura da tese desde qualificação e por última pelo fato de ter aceitado ser Coorientadora. E para a coordenação científica do Colegiado do PÓS-AFRO, pelo apoio e assessoria científica e administrativa. O mais profundo reconhecimento à CNPQ, pelo financiamento da bolsa, através da qual se concretizou este doutoramento.

De igual modo, fica a minha gratidão aos colegas da primeira linha no processo da candidatura e pela amizade e solidariedade criada (Doutor Lito e Mestre Zeca Jandi); e a primeira viagem que fizemos juntos, no quadro do projeto de mobilidade docente e discente, assinado entre o INEP e a UFBA; foi desta viagem que resultou a minha admissão no doutorado, através de um concurso internacional. Agradeço igualmente mestre Iaguba Djaló, pelo apoio no trabalho de finalização da tese. Agradeço, de forma especial, a todos os funcionários do INEP, em especial a sua Direção, pela dispensa concedida durante o período do doutoramento e pelas contribuições dadas para o sucesso do trabalho.

Aos colegas da turma que, de certa forma, deram a sua contribuição na minha formação, através de trabalhos de grupo, discussões na sala aula e conversas de corredores. Ainda o meu agradecimento vai para todas as pessoas que colaboraram na recolha de dados sobre Sareboido e Koundara, Pitche, Cambadju e Diaobé.

Quero, do fundo do meu coração, agradecer, de forma especial, à minha família (Filhos, esposa, netos e sobrinho) pela dispensa, sofrimento e transtorno provocados pela minha ausência durante o período em que me ocupei do estudo. Agradeço ao Drº Malal Sané pelo apoio financeiro que sempre fez nas minhas deslocações de estudos.

Finalmente, o meu muito obrigado para todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização do trabalho; à professora Maria Julia Macagnan, à família Embalo (Drª. Birgit e Drº. Idrissa), porque este trabalho é a continuação do trabalho iniciado no projeto da Fundação Volkswagen em 2006 (VW) que está sendo finalizado com esta tese de doutoramento.

RESUMO

A presente tese é continuidade ao trabalho de pesquisa que venho desenvolvendo sobre a economia informal e, em particular, sobre mercados informais/*lumos* internos e transfronteiriços. O trabalho focalizou quatro *lumos* transfronteiriços considerados de maior importância nas transações comerciais na sub-região, situada na zona leste da Guiné-Bissau, na Tríplice Fronteira — no eixo que liga Cambadju, na Guiné-Bissau, com Diaobé, no Senegal, e o eixo que liga Pitche, na Guiné-Bissau, com Sareboido, na Guiné-Conakri —, visto que as atividades econômicas do setor informal desempenham um papel importante na melhoria das condições de vida da população da região. Na sequência da implementação da política de ajustamento estrutural nesses três países, o setor informal da economia passou a ter um papel importante na coesão social e atenuação dos conflitos em razão da pobreza, uma vez que absorve parte da população que o sistema formal da economia não conseguia garantir emprego. Neste sentido, os *lumos* passaram a ser os maiores centros de transações comerciais nas zonas rurais e nas localidades semiurbanas. A tese tem como objetivo central a compreensão acerca da forma como as transações comerciais são organizados nos *lumos*, bem como os processos de travessia das mercadorias e produtos locais nas fronteiras, as mobilidades e plasticidades nas fronteiras e os serviços desconcentrados do Estado destes países em suas fronteiras. Paralelamente, a tese analisa a diversidade e complexidade de relações sociais e redes formadas na região para garantir emprego informal e rápida velocidade de rotação das transações comerciais nos *lumos*.

Palavras-chave: *lumos* transfronteiriço; Tríplice Fronteira; economia informal; comércio informal; mobilidades.

ABSTRACT

The present thesis continues the research work that the author has been developing on the informal economy and, in particular, on informal markets/domestic and cross-border lumos. The work focused on four cross-border lumens considered of major importance in commercial transactions in the sub-region, located in the eastern part of Guinea-Bissau, in the Triple Frontier— on the axis connecting Cambadju in Guinea-Bissau with Diaobé in Senegal, and the axis connecting Pitche in Guinea-Bissau with Sareboido in the Republic of Guinea, since the economic activities of the informal sector have played an important role in improving the living conditions of the population of the region. Following the implementation of the structural adjustment policy in these three countries, the informal sector of the economy has come to play an important role in social cohesion and poverty alleviation, since it absorbs part of the population to which the formal system of the economy was unable to guarantee employment. In this sense, the lumos have become major centers of commercial transactions in rural areas and semi-urban localities. The thesis aims to understand how commercial transactions are organized in the lumos, as well as the processes of crossing goods and local products at the borders, the mobility and plasticity at the border, and the de-concentrated services of the state of the countries at the borders. In parallel, the thesis analyzes the diversity and complexity of social relations and networks formed in the region to ensure informal employment and fast turnover speed of commercial transactions in the lumos.

Keywords: cross-border lumos, Triple Border, informal economy, informal trade, mobilities

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM – Banco Mundial

GB – Guiné-Bissau

GC – Guiné-Conakri

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CFA – Chartered Financial Analyst

CMB – Câmara Municipal de Bissau

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano

OIT – Organização Internacional de Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSW – Ökumenisches Studienwerk e.V. (Obra Ecumênica de Estudos)

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PCS – Taxa Comunitária de solidariedade

PDDAA – Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura na África

PDES – Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNIA – Programa Nacional de Investimento Agrícola

SAB – Setor Autônomo de Bissau

SG – Senegal

TEC – Tarifa Exterior Comum

TF – Tríplice Fronteira

TVGB – Televisão da Guiné-Bissau

UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental

VW – Fundação Volkswagen

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Demonstração de queda de remessas dos migrantes	204
Gráfico 2: Ilustração do paradoxo/medidas de contenção sobre mercados e comercialização de caju.....	207

LISTA DE DIAGRAMA

Diagrama 1: perfil de setor informal: unidade de pequenas empresas e de trabalho de no Senegal.....	31
Diagrama 2: Governo adota política de produção local para substituição da importação .	66
Diagrama 3: Fracasso da Estratégia da produção para substituição da exportação	71
Diagrama 4: Implementação e consolidação da política Comercial.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Partida de Candica para Sareboido.....	44
Figura 2: Partida de Koundara para Diaobé	44
Figura 3: Partida de Iumo de Diaobé para Pirada.....	45
Figura 4: partida de Pirada para Gabú.....	45
Figura 5: Fluxo de produtos: Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal, Gambia, Mauritânia, Cabo-Verde.....	96
Figura 6: Rede de Lumos-Mercados transfronteiriços na Região do estudo	99
Figura 7: Redes dos fluxos de mercadorias e mobilidades de pessoas.	102
Figura 8: Redes sociais de distribuição de mercadorias das atacadistas nos três países Transfronteiriços.	103
Figura 9: Redes Sociais dos varejistas de vendas e pequenos créditos nos 4 Lumos Transfronteiriços	103
Figura 10: Como a cultura influência as atividades econômicas e comerciais na região do estudo.....	107
Figura 11: Projeto de reabilitação rural e de desenvolvimento Comunitário	110
Figura 12: Aspectos das transações comerciais no Lumo de Cambadju.....	111
Figura 13: Aspectos de transações e carros de transporte das pessoas e mercadorias no Iumo de Cambadju.....	113
Figura 14: O processo de extração de óleo de palma	117
Figura 15: Mulher com baldes de Foles grandes Fole-sinhos.	120
Figura 16: Ilustração das Atividades praticadas nos Lumos Transfronteiriços	126
Figura 17: Fonte de abastecimento no Lumo Transfronteiriço.....	128
Figura 18: Crescimento acelerado dos mercados informais na Guiné-Bissau.....	133
Figura 19: Contribuição do Lumo de Diaobé na transformação da paisagem dos bairros	168
Figura 21: Duas fotografias de Lumo de Sareboido comparação da transformação da paisagem na residência do chefe da tabanca.....	181
Figura 22: Redes de mercados, países e lumos que estabelecem relações comerciais com Lumo de Sareboido	184
Figura 23: Mostra tipos de carros que circulam transportando pessoas e mercadorias ..	189
Figura 24: Indica tipos de caminhões que transportam as mercadorias para Iumo de Diaobé	190
Figura 25: Foto mostra chegada do carro no posto de controle da fronteira entre Senegal e Guiné-Bissau	192
Figura 26: Imagem da estrada e corda que representa fronteira e construção em curso no local de nova sede de polícia de migração do Senegal Wassado	193
Figura 27: Posto transfronteiriço Missirá Senegal	193
Figura 28: Foto Fronteira de Djadjalam República da Guiné direção ao Senegal	194

Figura 29: Causas e efeitos dos serviços desconcentrados do Estado nas Fronteiras ...	196
Figura 30: Serviços desconcentrados no posto de controle das cargas	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Apresentação de custos de investimento dos projetos Integrados	67
Tabela 2: Comparação de pagamentos nos diferentes postos de serviço do Estado na comercialização de óleo de Palma nos transfronteiriços e quantidade produzida em cada região.....	119
Tabela 3: Demonstração dos períodos da produção máxima e mínima	153
Tabela 5: Atores de serviços desconcentrados do Estado	198
Tabela 6: montante de remessas enviadas pelos migrantes na Europa na zona UEMOA	203

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Comércio Transfronteiriço e Mobilidade das Pessoas	21
Mapa 2: República da Guiné-Bissau, Regiões de Bafata e Gabú - Zona do Estudo	29
Mapa 3: República do Senegal, Região de Kolda - Zona do Estudo	32
Mapa 4: República de Guiné-Conakry, Região de Koundara-Zona de Estudo.....	33
Mapa 5: Primeiro mapa da Guiné-Bissau	80
Mapa 6: Distribuição e densidade populacional por grupo étnico	86
Mapa 7: Delimitação de território do Estado Fulado	88
Mapa 8: Origem migratório dos Fulas que povoaram o território de Fulado	89
Mapa 9: Mapa Regional das mobilidades das pessoas e circulação dos bens	90
Mapa 10: Posição Geográfica dos Lumos desde o período pré-colonial até 1979	91
Mapa 11: Fluxo de circulação do Óleo de Palma na Sub-região	118
Mapa 12: Circulação dos produtos da Guiné-Bissau para os países vizinhos.....	122
Mapa 13: Circulação dos produtos de países vizinhos para a Guiné-Bissau	124
Mapa 14: Região de Gabu (Lumo de Pitche).....	156
Mapa 15:Redes de mercados e Lumos satélites que abastecem os Lumos transfronteiriços e ao mesmo tempo estabelecem relações comerciais com Lumo de Pitche	159
Mapa 16: Região de Bafata (Lumo de Cambadju).....	160
Mapa 17: Lumos Região Kolda (Senegal)	169
Mapa 18: Rede de mercados e Lumos satélites que estabelecem relações comerciais com o Lumo de Diaobé	176
Mapa 19: República de Guiné - Região de Koundara	178

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 A DECISÃO DA ESCOLHA DO TEMA	23
1.2 ESTADO DA ARTE	27
1.4 Objetivos, questões e hipóteses da pesquisa	33
1.5 Questões de pesquisa	34
1.6 Hipóteses	36
1.7 Opção metodológica	37
1.1.8 Categorias de informantes	41
1.9 Análise e interpretação dos dados	43
1.10 Estrutura do trabalho	45
2. OS LUMOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA INFORMAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO	47
2.1 CARACTERÍSTICAS DO <i>LUMO</i>	47
2.2 ESPAÇO E A EXPANSÃO	48
2.3 Economia Informal	52
2.4 A economia e o comércio informal	56
2.5 Os limites da formalidade e informalidade — sistema híbrido da economia	59
2.6 Comércio e mobilidade no espaço da UEMOA e CEDEAO	63
2.7 Transição política e econômica na Guiné-Bissau	66
3 REDES DE COMÉRCIO NA ÁFRICA OCIDENTAL: TRÍPLICE FRONTEIRA	76
3.1 FRONTEIRA	76
3.2 MOBILIDADES E MIGRAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA	82
3.3 COMÉRCIO DA ÁFRICA OCIDENTAL E GLOBALIZAÇÃO	91
3.4 Importância comercial dos <i>lumos</i> transfronteiriços	95
3.5 Redes de <i>lumos</i> transfronteiriços, espaço de comércio e mobilidade	98
3.6 Fluxo e refluxo dos produtos e mercadorias nos <i>lumos</i>	108
3.7 As ofertas (produtos e mercadorias) nos <i>lumos</i> transfronteiriços	125
4 OS LUMOS NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇA: CARACTERIZAÇÃO, FLUXOS, OFERTAS (GUINÉ-BISSAU, REPÚBLICA DA GUINÉ E SENEGAL)	135
4.1 APRESENTAÇÃO DOS LUMOS	135
4.2 COTIDIANO DA POPULAÇÃO NO <i>LUMO</i>	138
4.3 CATEGORIAS DOS OPERADORES NOS LUMOS	140
4.4 Atividades comerciais nos <i>lumos</i> transfronteiriços	145
4.5 <i>LUMO DE PITCHE</i> — GABÚ, GUINÉ-BISSAU	155

4.6 LUMO DE <i>CAMBADJU</i> REGIÃO DE BAFATA - GUINÉ-BISSAU	159
4.7 <i>LUMO DE DIAOBÉ</i> – SENEGAL	167
4.8 LUMO DE <i>SAREBOIDO</i> – REPÚBLICA DE GUINÉ	176
<u>5 TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL, SOCIAL E ECONÔMICA NOS LUMOS TRANSFRONTEIRIÇOS</u>	<u>185</u>
5.1 TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL E SOCIAL A PARTIR DOS <i>LUMOS</i> NA TRÍPLICE FRONTEIRA	185
5.2 Estradas e meio de transporte	187
5.3 As fronteiras físicas, serviços desconcentrados do Estado nos postos transfronteiriços	192
<u>6 O NOVO CORONAVÍRUS NA ATIVIDADE DA ECONOMIA INFORMAL TRANSFRONTEIRIÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL</u>	<u>199</u>
6.1 AS REMESSAS ENVIADAS NA ZONA DE UEMOA	201
6.2 - UM OLHAR TRANSFRONTEIRIÇO DOS FLUXOS COMERCIAIS COM A COVID-19 NA ZONA DE UEMOA	204
6.3 COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO ÀS MEDIDAS SANITÁRIAS	209
<u>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>212</u>
7.1 A EXPERIÊNCIA PESSOAL DO AUTOR COMO SUJEITO IMPLICADO NA PESQUISA	212
7.2 VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA, INFORMAÇÕES RECOLHIDAS, QUER DE NATUREZA QUALITATIVA, QUER DE NATUREZA QUANTITATIVA, COLOCADA EM CONFRONTO COM AS HIPÓTESES AVANÇADAS PARA O PRESENTE ESTUDO, CONSENTE DIVERSAS CONSTATAÇÕES.	213
7.3 HISTÓRIA DAS FEIRAS/LUMOS	214
7.5 Redes comerciais	216
7.6. Desenho de continuidade da pesquisa no futuro	218
<u>8 REFERÊNCIAS</u>	<u>219</u>
<u>GLOSSÁRIO</u>	<u>227</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>230</u>
ANEXO 1	230
<u>ANEXO 2</u>	<u>233</u>

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é/ou dá continuidade à pesquisa que venho desenvolvendo sobre os *lumos* internos e o comércio informal na Guiné-Bissau, há mais de uma década. Essa temática emergiu, dentre outros aspectos, da observação a partir das atividades de economia informal praticada no país e na sub-região da Tríplice Fronteira — leste da Guiné-Bissau, sudoeste da República de Guiné e sul do Senegal, as quais decidimos pesquisar, procurando desvendar o comércio informal transfronteiriço praticado nos *lumos* no meio rural e semiurbano. As experiências adquiridas nos últimos anos motivaram a decisão de estudar o *lumo* como fenômeno de pesquisa, para melhor compreender a organização, o sistema de funcionamento, e as dinâmicas de transações comerciais que essas feiras dinamizam nas localidades onde estão instaladas.

Lumo, no meio rural, é vulgarmente conhecido como feira livre, um mercado periódico ou feira popular. Trata-se de um espaço de encontros e desencontros entre produtores rurais ou camponeses com grandes e pequenos comerciantes dos centros urbanos, onde efetuam transações comerciais de produtos agrícolas ou da produção local bem como as mercadorias industrializadas. O *lumo* se realiza em um local e dia fixos, seu tempo de funcionamento varia de um a três dias, dependendo do tamanho ou grandeza do *lumo*. No *lumo* vendem-se produtos agrícolas, silvestres, haliêuticos, e produtos de origem industrial (diferentes tipos de tecidos, eletrodomésticos, mobiliários e materiais de construção).

Os mercados informais, ou *lumos*, são instituições comerciais que existem na Guiné-Bissau desde o período colonial, sob a forma de pequenos mercados, mas com pouca expressão no comércio formal dos produtos, que até então eram vendidos como parte dos mantimentos aos habitantes locais. Com a ascensão do país à independência, estes pequenos comércios foram adquirindo importância nas atividades socioeconômicas e galgou certo destaque no aumento dos pequenos rendimentos entre as famílias.

Durante a época colonial os *lumos* transacionavam variadíssimos gêneros da produção local (agrícola, pecuária, artesanais etc.) e alguns artigos de origem industrial para satisfazer as necessidades da população, por exemplo, panos (material têxtil) e materiais de construção. A produção local, (exceto mancaram/amendoim, cocnote, mel,

cera e óleo de palma, que faziam parte dos produtos de exportação e eram controlados pelos comerciantes europeus); os demais, faziam parte do comércio local.

O período pós-independência até a abertura para o multipartidarismo na Guiné-Bissau é marcado por muitas transformações no campo político-econômico, mudanças que contribuíram para passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado. Essas modificações foram substanciais para a política comercial do país, dando aos diferentes atores a liberdade de atuarem nos *lumos* segundo suas necessidades. Esses atores entram e saem quando querem, sobretudo quando as condições e os desafios do mercado não os favorecem. As redes de mercados instalados nas zonas rurais e semiurbanas permitem encontros semanais entre os produtores rurais e comerciantes oriundos dos centros urbanos.

O presente trabalho está focalizado nos quatro *lumos* considerados maiores e mais importantes nas atividades comerciais da sub-região do oeste-africano, na zona leste da Guiné-Bissau, na Tríplice Fronteira, eixo que liga Cambadju, na Guiné-Bissau, a Diaobé, no Senegal, e o eixo que liga Pitche, na Guiné-Bissau, a Sareboido, na República da Guiné.

Como apontado anteriormente, o comércio informal transfronteiriço, que ocorre no continente africano, funciona desde o período pré-colonial. Por intermédio de rotas comerciais de curtas e longas distâncias, o comércio inter-regional cruza/va diferentes culturas no continente, no sentido norte/sul e leste/oeste. Este comércio, organizado em forma de caravanas (pessoas com mercadorias transportadas na cabeça), abastece[ia] mercados de diferentes regiões, com mercadorias originárias da produção africana e do resto do mundo, estabelecendo, deste modo, pontes comerciais transariana e mediterrânea.

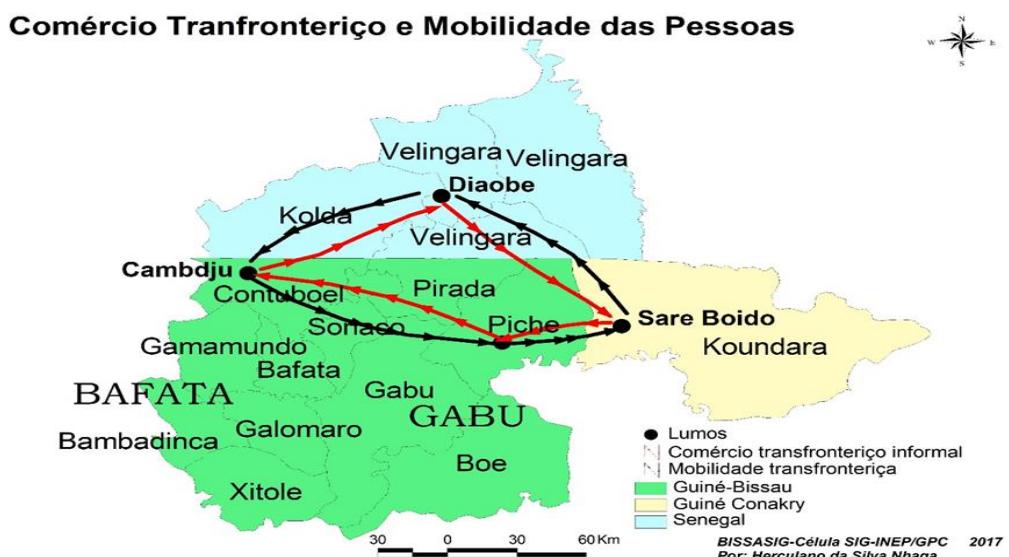
Este tipo de comércio informal continua existindo, predominantemente, nas regiões estudadas, e conseguiu atingir uma importante dimensão para a economia local. Nele, cruzam e se entrecruzam diversos fatores, que podem ser considerados de natureza histórica, social e étnica. Além disso, utilizam estratégias de diversificação das atividades econômicas e de uso de mercados intensivamente. Ademais, apesar da política de comércio transfronteiriço não ser uma prática específica do continente africano, os atores econômicos do comércio transfronteiriço informal encontraram nele terreno fértil para o exercício das suas atividades. Assim, o setor informal passa ser um dinamizador da produção agrícola e, os espaços comerciais [*lumos*], lugares onde acontecem as trocas da

maioria produtos agrícolas, portanto, ocupam grande importância na economia destes países e, por outro lado, supõem que se for calculado e controlado as transações feitas nos *lumos* a sua contribuição poderia elevar o PIB dos países em questão.

Diante destes complexos fatores e redes que emergem nesta Tríplice Fronteira, surge essa pesquisa, que visa aprofundar a compreensão sobre os *lumos*, a partir de uma detalhada análise e interpretação de dados das atividades econômicas, comerciais e sócio-históricas promovidas pela população, especialmente no meio rural e semiurbano. Nesse sentido, ressalta-se que se trata de uma experiência ímpar com tais características na Guiné-Bissau, uma vez que é a única que faz ligações comerciais entre o meio rural e os centros urbanos. Indiscutivelmente, as três regiões compõem a zona mais movimentada no quadro da livre circulação de pessoas e bens, mantendo uma prática frequente de comércio informal ao nível da CEDEAO¹, entre os três países vizinhos.

O mapa 1, disposto a seguir, indica as ligações históricas e atuais do comércio transfronteiriço, através dos *lumos* e mercados fixos nas sedes regionais de cada país. Também é possível visualizar como essas ligações se retroalimentam desde o mercado informal e marca as relações comerciais entre os três países e seus habitantes.

Mapa 1: Comércio Transfronteiriço e Mobilidade das Pessoas²



¹ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, cujo acrônimo é CEDEAO, é a organização de integração regional que engloba quinze países da África Ocidental.

² No mapa nº 1, há uma palavra com a grafia errada “Cambdjú”, o correto é “Cambahdjú”.

Normalmente, a pesquisa prima pela delimitação temporal, entretanto, nesta, optamos por não definir o espaço temporal devido à utilização das fronteiras e o funcionamento do *lumo* ser periódico e muito antigo na sub-região do oeste-africano. Mesmo com a delimitação das fronteiras artificiais pelas potências coloniais europeias, desde 1885, a mobilidade transfronteiriça, com múltiplos fins, continua satisfazendo as necessidades vitais das populações. Ou seja, a delimitação das fronteiras artificiais não cessou as ligações ancestrais. A análise em questão concentrar-se a partir da segunda metade da década de 80, por ser neste período que a maioria dos Estados africanos, sobretudo da sub-região estudada, adotou a política de liberalização da política comercial e incentivou a expansão deste tipo de mercado. Hoje, a economia informal é inquestionável e muito contribui para o aumento da renda das famílias nesta sub-região.

Esta pesquisa constitui-se num Estudo de Caso³ com quatro *lumos*: um em cada país vizinho e dois na Guiné-Bissau. A opção por este método de análise, das transações comerciais transfronteiriços praticadas nos *lumos* transfronteiriços e mobilidades no meio rural, se deu porque os *lumos* são eventos que acontecem uma vez por semana, assumindo-se, desta forma, como fenômeno contemporâneo circunscrito num determinado espaço geográfico. E, por conseguinte, se definiram como foco de análise os *lumos* e as mobilidades transfronteiriças, assim como, as redes dos operadores econômicos nos eixos acima referenciados, tanto no texto quanto no mapa 1.

As sucessivas crises políticas que, por vários fatores, assolam a Guiné-Bissau e os países vizinhos há décadas, aliadas à implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), obrigaram a maioria das famílias na região do estudo a recorrer às atividades informais como forma de melhorar as próprias condições de vida, tanto nos centros urbanos como no meio rural.

O setor informal ganhou espaço e continua a expandir-se através dos mercados, sobretudo a partir de meados da década de 80. Atualmente, a maioria das famílias que vivem naquele contexto, dependem, direta ou indiretamente, das atividades praticadas no espaço da economia informal para subsistência. O setor informal é caracterizado por um amplo leque de atividades praticadas por diferentes operadores comerciais⁴.

³ Exploraremos o conceito de Estudo de caso no capítulo metodológico.

⁴ Que vão desde o simples vendedor ambulante, passando pelos coladores de roda, pequenos ateliês de vendas de comida e roupas, oficinas de reparação de carros, pequenas estruturas de transferência de dinheiro, *bideiras*, engraxadores de sapatos, transportadores manuais de mercadorias, até proprietários de

Nas regiões de Bafatá e Gabú, devido à localização geográfica entre as fronteiras dos três países, os *lumos* de Cambadju e Pitche, Diaobé e Sare-Boidó permitem encontros semanais de comerciantes atacadistas com varejistas e, de varejistas com os produtores rurais, no mesmo espaço. Esses encontros de convívio comercial contribuem para a melhoria das condições de vida das populações nos três países. Dessa maneira, a escolha deste tema de pesquisa advém, não apenas do fato de ser um acadêmico guineense que deseja aprofundar as reflexões em torno das atividades de economia e comércio informal no meio rural e semiurbano da Guiné-Bissau e nos países vizinhos, mas também, por ser proveniente do meio rural, nascido e criado no ambiente transfronteiriço, o que aguçou o meu interesse neste tema. Além disso, os principais motivos da escolha do *lumo*, como objeto de investigação, vem relatados no breve histórico disposto a seguir sobre a decisão da escolha do tema.

1.1 A decisão da escolha do tema

A escolha do tema “*lumos* (feiras livres)” como fenômeno de estudo, tem duas motivações: a primeira diz respeito à experiência anterior, a vida acadêmica e os contatos que tive com este tipo de mercado no meio rural e semiurbano na Guiné-Bissau. Era neste espaço que todas as necessidades básicas da população, habitantes da região em estudo, se resolviam, inclusive a compra dos materiais escolares era feita no *lumo*, porque não havia outro lugar de venda. A segunda justificativa decorre da trajetória histórica construída a partir de meus condicionamentos sociais e experiência vivida desde os estudos universitários no Brasil e deslocamentos para a Cidade del Este no Paraguai, entre os anos de 1996 e 2000, quando viajava com colegas de Ijuí, no Rio Grande do Sul - RS para esta cidade, visando comprar presentes para os filhos, sobrinhos e primos.

As viagens eram organizadas coletivamente pelos motoristas, locatários do ônibus e um grupo de camelôs que iam comprar mercadorias na Cidade del Este. Essas experiências motivaram a decisão de estudar o *lumo* como fenômeno de pesquisa, para compreender melhor a organização, o sistema de funcionamento e dinâmicas que essas feiras provocam nas localidades onde estão inseridas.

transporte público, artesãos de madeira ou metais, cabeleireiros, carregadores de baterias de telemóveis, transferência de saldo e assistência mecânica de telemóveis(celulares) etc.

Há mais de uma década que estudo a economia informal na Guiné-Bissau. A primeira fase da pesquisa culminou com a defesa de uma dissertação de mestrado sobre os *lumos* internos, estatutos, organização e funcionamento. Neste processo, fui incentivado a continuar com a mesma linha de pesquisa, porém, agora tratando sobre os *lumos* e a mobilidade transfronteiriça no meio rural, pois, naquele momento, supomos que isto permitiria compreender a ligação com os atores econômicos dos centros urbanos que atuam semanalmente.

Além disso, tínhamos interesse em demonstrar a relação/convivência, num espaço restrito, entre atores econômicos dos centros urbanos e do meio rural de diferentes culturas, línguas e crenças religiosas, onde cada um exerce a atividade apontada como a principal fonte de geração de renda das suas famílias, nesses três países da sub-região estudada. A reflexão acerca dessa problemática iniciou antes de começar os estudos universitários e depois da conclusão do primeiro ciclo (graduação), quando houve a oportunidade de ingressar no 2º ciclo (mestrado) e responder à questão surgida no quadro do projeto de pesquisa: “como as coisas realmente acontecem”⁵? Entretanto, ao discutir os assuntos de pesquisa no quadro das Ciências Sociais, há uma mudança na linguagem, fala-se em “causas”⁶ e em fenômenos que não se reconhecem na vida cotidiana.

A minha experiência e trajetória serão relatadas em dois momentos — a partir de três enfoques — que poderão permitir a melhor compreensão da tomada de decisão sobre o tema *lumo*. A primeira questão trata dos motivos que me levaram a optar por uma pesquisa sobre os *lumos*; a segunda aborda a razão da escolha das redes dos *lumos* transfronteiriços como objeto de análise; e, a terceira, discorre sobre o porquê da escolha da região leste da Guiné-Bissau, sendo a única com características de interseção de fronteira com três países formando quatro *lumos* — um triângulo dos circuitos comerciais.

A opção pelo estudo dos *lumos* tem uma história longa e marcante na minha vida. Em 1969, tivemos um primeiro contato com o *lumo* de Cumbia, na República da Guiné. A distância entre a tabanca⁷ onde residíamos e o *lumo* não era conhecida, e era preciso

⁵ BECKER, Howard S. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Revisão técnica: Karina Kuschnir IFCS/UFRJ ed. Rio de Janeiro: Zahra, 2017.

⁶ BECKER, idem.

⁷ Povoação ou localidade, geralmente formadas por famílias, parentes, amigos, conhecido e em alguns casos migrantes dos países vizinhos.

caminhar um dia e meio entre a ida e a volta. Na ida, a caminhada era mais difícil, porque implicava transportar cargas na cabeça, já que não havia bicicletas e/ou outros meios de transporte.

O tempo de permanência no *lumo* não era mais que 3:30h. Vendia-se o produto a baixo custo porque, por um lado, não havia local para armazenar a mercadoria e, por outro lado, havia urgência em comprar produtos de primeira necessidade para o autossustento da família. Indo até os lumos, nunca havíamos visto uma casa de zinco, nem sabia o que era zinco. Numa das viagens, foi avistada umas dessas casas e perguntei àqueles que frequentavam os *lumos* se as casas estavam cobertas de *kiritins* (trabalho artesanal feito de cana de bambu). Responderam que não, que aquilo era zinco (*paany* em língua fula). Foi também numa dessas viagens que conheci o automóvel. Embora ainda adolescente, sem saber ler nem escrever, foi a partir dessa época que se aguçou a curiosidade em conhecer como funcionava esta feira chamada *lumo*.

Em 1980, concluí o curso de Técnico Agrícola na Escola Agrícola Abel Djassi, criada durante o período da luta armada de libertação nacional. Nesta época, no setor de Boé⁸, só cinco tabancas tinham escolas funcionais (Beli, Dalaba, Dandum, Lugadjol, Madina de Boé e Tchetche) e dois internatos (Internato Domingos Ramos e Escola Agrícola Abel Djassi). Essas escolas funcionavam com grandes dificuldades estruturais e técnicas. Depois de obter o certificado de conclusão do curso de Técnico Agrícola, recebi uma proposta de um amigo, médico italiano, de nome Alberto Zamberletti, que trabalhava em Boé desde 1976, que desejava introduzir novas técnicas de produção agrícola, mais simples, para melhorar a produção local e a dieta alimentar das populações mais isoladas do país. Isso deu a ideia de desenvolver um projeto para tratar do excedente, mas a questão era: como permitir o acesso das populações numa área tão remota, para a compra dos produtos de que necessitavam? A proposta deste enquadramento tinha que ser aprovada por dois ministérios, o da Educação e o da Agricultura, mas, como não houve sensibilidade para colocar um técnico com a missão de promover o desenvolvimento para o setor de Boé, a referida proposta não foi aprovada.

⁸Setor de Boé é um setor que fica situado ao sul de Gabú (antiga Nova Lamego), com 3.287,8 km² e uma população local de cerca de 12 mil pessoas que vivem em 85 aldeias. Em geral, o Boé é muito pouco povoado. É o local onde foi proclamada a independência da Guiné-Bissau. Pelos estudos feitos desde o período colonial até depois da independência, os resultados indicam que o setor tem uma reserva de riqueza mineral de cerca de 150 milhões de toneladas de bauxita.

Em 1996, como funcionário do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa) na capital Bissau, fui contemplado com uma bolsa de estudos concedida por uma organização das Igrejas Evangélicas da Alemanha – OSW (Oekumenisches Studienwerk), que tinha uma parceria com este instituto. Em fevereiro daquele mesmo ano cheguei ao Brasil pela primeira vez, para estudar o curso de Ciências Econômicas (graduação) na UNIJUI, em Ijuí, no Rio Grande do Sul⁹.

Em 2000, tendo concluído a graduação em Ciências Econômicas pela UNIJUI¹⁰ e regressado ao meu país, fui reintegrado ao INEP, como pesquisador júnior¹¹. Interessei-me pelos estudos sobre a economia informal e sua importância na luta pela sobrevivência da maior parcela da população de Guiné-Bissau, tanto nos centros urbanos como no meio rural. Como pesquisador originário do campo, foi privilegiado o estudo dos *lumos* transfronteiriços, pelo papel que desempenham na redução do isolamento e na resolução de abastecimento de produtos de primeira necessidade para toda a população no meio rural e na linha da fronteira de cada país.

Os encontros semanais, entre os produtores rurais e os comerciantes dos centros urbanos, são particularmente importantes para as populações do meio rural e dos centros urbanos. Os *lumos* estabelecem esses encontros e contribuem com a redução dos problemas de escoamento dos produtos locais, facilitando a circulação das pessoas e mercadorias. Além disso, os *lumos* empregam uma parcela significativa de populações no meio rural e nos centros semiurbanos e urbanos, sobretudo jovens, mulheres sem formação profissional e desempregadas. É, a partir desta situação que se inicia a reflexão sobre o papel e a importância que os *lumos* desempenham na dinâmica econômica, no comércio interno e transfronteiriço. Em 2006, passei a integrar uma equipe de pesquisa multidisciplinar de um projeto de pesquisa do INEP sobre as estratégias locais de gestão de conflitos financiada pela Fundação Alemã Volkswagen. Naquele momento, cada pesquisador tinha que apresentar um projeto individual. Na oportunidade, apresentei o projeto de estudo sobre a economia informal e as feiras — *lumos* —, que culminou com a publicação de dois artigos e uma dissertação de mestrado, defendida no ISCTE-IUL-Lisboa

⁹ Lá fomos recebidos pelo Coordenador do Curso, Professor Roberto Macagnan, que apresentou o Departamento e os demais professores.

¹⁰ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

¹¹ Chama-se de “pesquisador Júnior” o indivíduo que apesar da formação técnica está em início de carreira.

(ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa), em 2010.

1.2 Estado da arte

As regiões de Bafata e Gabú (Guiné-Bissau), Região de Koundara (República da Guiné), região de Kolda (Senegal), geograficamente, são três construções político-territoriais, diferentes zonas da produção agrícolas, com redes de mercados, comércio e fluxos comerciais internos de cada país transfronteiriço. A singularidade que destaca estas regiões é que, a área de integração sub-regional, apresenta fenômenos interessantes que merecem ser estudados. Ora, é preciso compreender como ocorrem as operações comerciais transfronteiriças, bem como a mobilidade das pessoas e bens na referida sub-região da África Ocidental, bem como as articulações nas áreas destes territórios nacionais e transfronteiriços. Esta compreensão requer uma revisão de literatura dos trabalhos realizados em cada país sobre o comércio informal e transfronteiriço.

A seguir, apresentamos uma introdução das principais discussões acerca do tema do comércio informal e transfronteiriço na Tríplice Fronteira entre Guiné-Bissau, República da Guiné e Senegal, destacando a importância econômica, social e política dessas atividades para a região. Além disso, buscamos contextualizar a relevância da revisão de literatura sobre o assunto, que nos fornece uma visão geral dos estudos já realizados.

a) Guiné-Bissau

Em relação à Guiné-Bissau, existem poucos estudos específicos sobre o papel das redes comerciais dos *lumos* transfronteiriços a sua contribuição no aumento da produção no meio rural, exceção de redes de *lumos* internos. Apesar desses *lumos* terem um papel significativo no aumento e diversificação das atividades econômicas no meio rural o que tem contribuído com a melhora da relação efetiva entre os produtores rurais e os comerciantes dos centros urbanos. Esta relação tem ainda contribuído com a dinâmica do sistema de produção local e mudança nas regras de funcionamento da estrutura familiar como unidade gestão social e religiosa, unidade da produção, distribuição e consumo. A interação entre famílias tem como princípio o individualismo ou procura de bens pessoais, não é como antigamente onde a coletividade tinha forte tônica na família.

Estas mudanças estão engendradas no processo em curso nas estruturas sociais presentes, ou naquilo que Karl Polanyi (1980; 2000) denominou “a grande transformação”,

ao se referir ao período no qual ocorre a inversão do vínculo entre as relações sociais e as relações econômicas, forçando a sociedade a funcionar a partir das relações do mercado.

Por outro lado, existem diversas pesquisas sobre a economia informal realizadas na Guiné-Bissau, em particular no quadro de análise dos impactos do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e do setor informal. Padovani e Delegado (1993) trabalharam sobre a primeira fase do PAE; a segunda foi analisada por Duarte e Gomes (1996), e ambas incidem sobre o setor informal com foco nas estratégias da luta pela sobrevivência dos desempregados do mesmo programa. Handem e Camará (2005) pesquisaram o impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e sua interação com a proteção social. Camará (2008a, 2010b, 2015c) publicou três trabalhos relacionados aos *lumos*, nos quais se discutem aspectos específicos dos *lumos* internos e alguns aspectos genéricos.

Para uma abordagem metodológica e teórica de crescimento e expansão da economia informal na Guiné-Bissau, há que se compreender o comportamento e a expansão dos mercados fixos nos centros urbanos e mercados populares nos centros semiurbanos e no meio rural, e essa compreensão exige formulação dos conceitos teóricos e justificativas para novas reconfigurações do sistema econômico e político de países da sub-região, por meio de blocos econômicos, socioculturais e políticos. Assim, a expansão da economia informal e dos *lumos* internos e transfronteiriços da sub-região irá reconfigurar o funcionamento das atividades econômicas e comerciais que, metodologicamente, foram organizadas e sistematizadas através da literatura revisada.

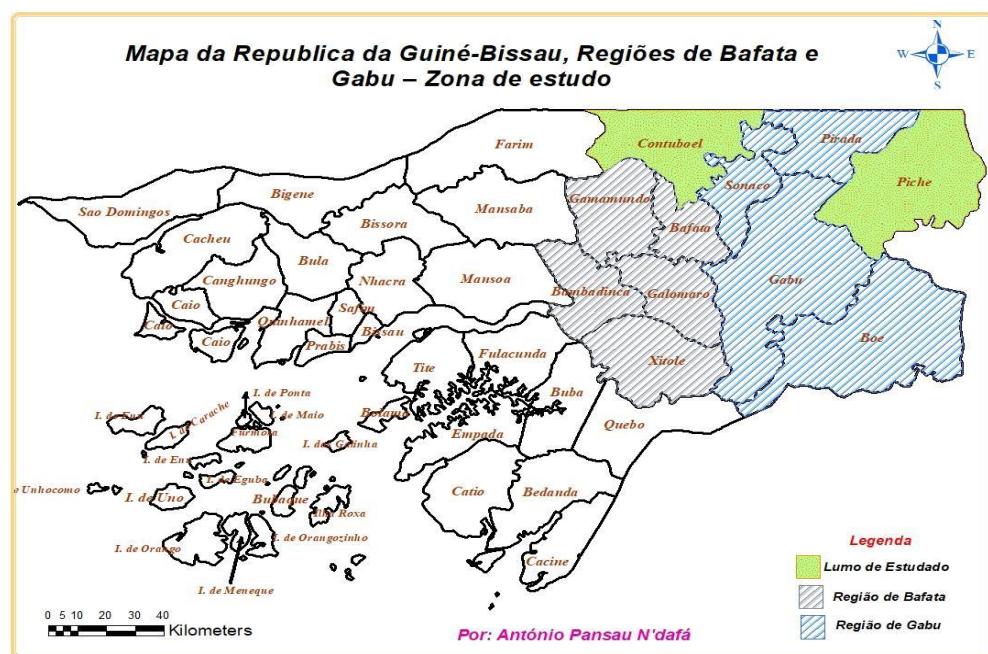
Estudo realizado pelo INEP, em 2001, com título “Subsídio para uma política de apoio ao pequeno negócio”, indica que “(...) a liberalização econômica quebrou o monopólio estatal do comércio interno e externo e lançou para o mercado comercial um enorme contingente de potenciais agentes” (Camará, 2001, p. 356). Em 2011, foi realizado um estudo sobre as barreiras formais e informais à circulação dos principais produtos agrícolas das Regiões de Tombali e Quinara¹².

Camará (2015c, p.157) ilustra a economia informal e as estratégias de sobrevivência em contexto de crise, onde o *lumo* tem papel importante no aumento do rendimento. O

¹² Ver ALMEIDA J. & CAMARÁ, S.T (2011) projeto de reabilitação rural e desenvolvimento comunitário, Estudo sobre as barreiras formais e informais à circulação dos principais produtos agrícolas das Regiões de Tombali e Quinara (GUINÉ-BISSAU).

estudo de caso dos *lumos* da Guiné-Bissau indica o papel das trocas comerciais realizadas nesses tipos de feiras e, a observação realizada, comprova a sua importância para geração de emprego sazonal e rendimento das famílias. Barros (2015, p. 187) aborda economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência. Sansone (2015, p. 121) realizou um estudo comparativo nos mercados informais com denominação “Feiras na África Ocidental, metáfora e performance - lugares de produção e transformação de identidades e imagens do mundo ‘de fora’.

Mapa 2: República da Guiné-Bissau, Regiões de Bafata e Gabú - Zona do Estudo



b) Senegal

Em Senegal, como em outros países africanos em via de desenvolvimento, a economia informal se constitui como potencial na geração de emprego e renda familiar, dada a sua importância na vida da população, a referência histórica sobre a sua conceituação foi realizada por alguns autores, dada a razão da sua existência e utilidade social no continente africano. Acerca da economia informal no Senegal, Marchand (2005) testemunha na referência de Gaspard B. Muheme os trabalhos a partir dos anos 60.

Gaspard B. Muheme estima, ao mesmo tempo, que entre 1960 e 1970, as abordagens do informal juntam-se à expressão desemprego disfarçado. Este conceito abrange todo pequeno negócio, artesãos e pequenas propriedades

familiares ou associadas. Esses dolorosamente constituem um meio de existência e são caracterizados por um certo parasitismo, uma quase assalariada, uma parceria urbana e uma pluriatividade (MUHEME, 1995 apud MARCHAND, 2005, p.12).

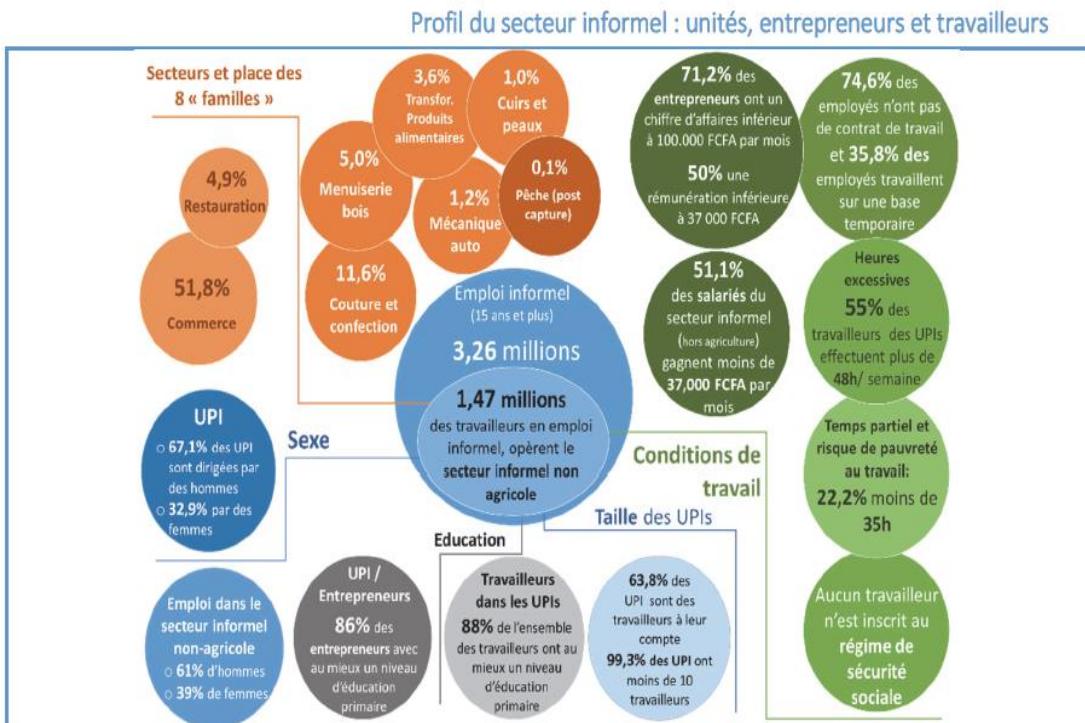
No diagrama 1 disposto abaixo, podemos verificar, que conforme os dados do diagnóstico realizado em Senegal, 12,7% das unidades econômicas estão inscritas no registro comercial e Crédito Mobiliar e 8,9% entre essas unidades econômicas tinham o Número de Identificação Nacional para Empresas e Associações. 2,6% das unidades econômicas estão registradas no Instituto de Previdência de Aposentadoria do Senegal e 2,4% no Fundo de Segurança Social, a baixa adesão foi explicada parcialmente pelo fato que a maioria das unidades econômicas de trabalhadores autônomos sem empregados estão excluídos dos planos de benefícios seguro Social, 3% das unidades econômicas informam que têm mantido as suas contas nas contabilidades formais e 12,2% declaram de não têm contabilidade não formal e fazem controle das suas receitas e despesas com o simples manutenção de um caderno entradas e saídas¹³.

O *Recensement général des Entreprises* (RGE, 2016), após realizado o Censo Geral de empresas, aponta que, na República do Senegal, 97% de unidades econômicas não agrícolas existentes estão no setor informal. Em 2015, foi realizado diagnóstico da informalidade pelo Governo senegalês em parceria com o Escritório Trabalho Internacional sobre a transição de economia informal para a economia formal (2015)¹⁴. O referido diagnóstico foi dirigido às empresas do setor informal, tidas como centro de emprego, as quais representam cerca de 70% do emprego informal não agrícola. Além disso, é possível notar que 45% do emprego informal são provenientes das pequenas empresas informais multifacetadas, diversificadas e fragmentadas em termos de tipos de atividades e a capacidade financeira. Por fim, o diagnóstico tinha o papel de identificar a possibilidade de construir um roteiro de transição da economia informal para a economia formal, tendo em conta a importância da economia informal no Senegal, na redução de déficits de trabalho. Assim, foi traçado o perfil do setor informal: unidades, empresários e trabalhadores no Senegal.

¹³ Dados extraídos do site oficial: Genève Bureau international du Travail, Diagnostic de l'économie informelle au sénégal, 2020. Acesso : https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_735752.pdf 11/04/202.

¹⁴ Ver: Diagnostic de l'économie informelle au Sénégal, Genève, Bureau international du Travail, 2020

Diagrama 1: perfil de setor informal: unidade de pequenas empresas e de trabalho de no Senegal.



Fonte: Genève, Bureau international du Travail, 2020.

Ainda nos meses de setembro a dezembro de 2020 foi realizado outro estudo em Dakar, capital do Senegal, sobre comércio informal e a sua relação com as redes sociais (Diallo, 2020, p. 85), este estudo ilustra a importância da dinâmica do comércio informal na cidade de Dakar, marcado pelas pessoas atingidas pela política da urbanização. Esse comércio tomou uma direção baseada em redes sociais cada vez mais adaptadas às realidades socioeconômicas da população.

As redes sociais em funcionamento são incorporadas pelos comerciantes que optam por novas práticas de negócios e trazem novos agentes econômicos, anteriormente discretos. A extensão do comércio nas redes sociais é quase proporcional ao seu uso pela sociedade senegalesa. As redes sociais parecem reforçar o comércio informal na cidade — Dakar — envolvendo uma multiplicidade de atores e lugares que contribuem para o reforço da sua complexidade. A partir dessa situação, essas redes estão atualizando a questão da regulação, que não se adapta rapidamente as mudanças impostas pelas inovações digitais.

O mapa (3), disposto a seguir, demonstra o território senegalês, bem como a região de Kolda que é foco da nossa investigação.

Mapa 3: República do Senegal, Região de Kolda - Zona do Estudo



Fonte: Elaborado para a tese.

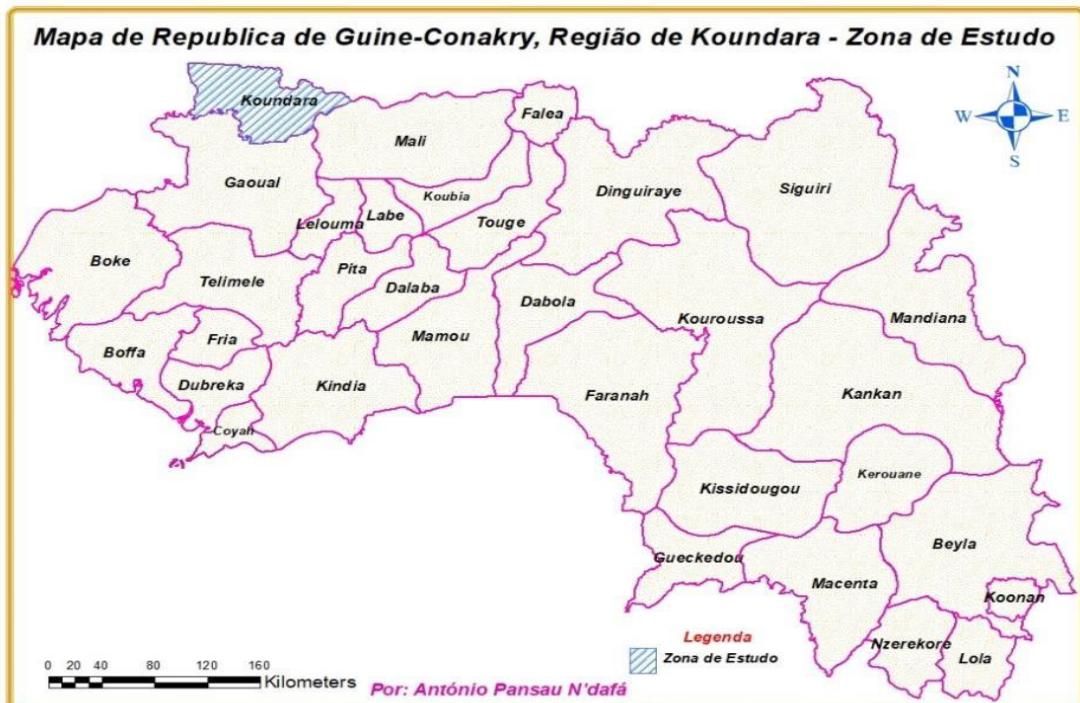
Com relação ao setor informal, os dados de diferentes estudos realizados no Senegal, apontam que qualquer país do continente africano, onde Senegal não é exceção, há ação de um setor informal e atividades econômicas com alto grau de heterogeneidade dessas pequenas unidades empresariais. Assim, são apresentados no gráfico de perfil geral das pequenas empresas de negócios informais e emprego dentro do quadro geral de empresas no Senegal, este gráfico perfil representa um conjunto composto de muitas pequenas empresas que atuam em todos os setores de atividade econômica, sendo o comércio dominado pelas mulheres, jovens e trabalhadores com pouca instrução profissional.

c) República da Guiné

Segundo dados empíricos através da observação realizado nos *lumos* deste país, uma parcela significativa da população trabalha no setor informal como alternativa de sobrevivência das famílias. A situação observada entre a população presume que boa parte dela vive em situação de precariedade. Segundo os dados do Relatório estatísticos da

República da Guiné (2020) mostra que a proporção de indivíduos que estão desempregados ou em empregos vulneráveis ultrapassa 80%, na maioria dos países da região. O Relatório ainda indica que o trabalho autônomo é uma característica dominante do setor informal em nossos países. Trata-se de indivíduos que trabalham por conta própria e, muitas vezes, encontram-se em situação particularmente precária. Nessas condições, não é de surpreender que executivos sêniores do setor privado formal ganhem até 26 vezes mais do que cuidadores informais. Ao considerar as cuidadoras do sexo feminino, a proporção cai de 1 para 33. A consulta bibliográfica dessa literatura, a definição dos conceitos e a análise dos dados e aos fatores que relativamente contribuíram para o crescimento do setor informal na economia na República da Guiné. No mapa (4) é possível identificar a zona do estudo.

Mapa 4: República de Guiné-Conakry, Região de Koundara-Zona de Estudo.



Fonte: Elaborado para a tese.

1.4 Objetivos, questões e hipóteses da pesquisa

Objetivo Geral

A presente pesquisa analisa o comércio informal para compreender os fenômenos dos *lumos* transfrontereiços, o funcionamento e a dinâmica das redes transfrontereiças, as

transações comerciais transfronteiriças efetuadas através dos *lumos* e a mobilidade dos atores na região da tríplice fronteira (Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conacri).

Os *lumos* são componentes importantes na contribuição para a melhoria das condições de vida das populações locais e dos operadores desses mercados. Para além disto, têm papel importante na reflexão sobre a plasticidade das fronteiras dos estados nacionais e sobre a cumplicidade dos agentes estatais com as dinâmicas econômicas e sociais transfronteiriças e os conflitos que emergem dessas dinâmicas.

Objetivos específicos da pesquisa:

- I. Analisar a natureza da interação entre os lumos transfronteiriços e os mercados fixos de cada um dos países em estudo;
- II. Os benefícios que os lumos trazem para cada um dos atores (população local, agentes comerciais e agentes estatais etc.);
- III. O papel dos lumos transfronteiriços nas economias dos três países envolvidos;
- IV. O impacto da política da integração regional sobre livre circulação de pessoas e bens e a mobilidade dos atores dos lumos transfronteiriços.

1.5 Questões de pesquisa

Comparando os três países vizinhos, Guiné-Bissau, Guiné Conacri e Senegal no que tange à integração sub-regional, pode-se dizer que a Guiné-Bissau e República de Guiné têm maior desvantagem devido à dificuldade de afirmação do Estado. Todas as instituições democráticas destes países estão fragilizadas, o caso da Guiné-Bissau, até as instituições econômicas privadas não conseguem acumular capital ou, simplesmente, estão descapitalizadas. Esta situação tem contribuído para o aumento do número de *lumos* e operadores informais na economia e comércio, tanto no meio rural quanto aos centros urbanos, colocando o setor informal da economia como alternativa de sobrevivência.

A área geográfica do estudo - Cambadju, Pitche, Diaobé e Sareboido - apesar de estarem no meio rural, tem importância econômica e comercial regional, interagem com as cidades de cada país e é constituída por centros comerciais nas zonas rurais, criando necessidades e estimulando a agricultura local. As *tabancas* hospedam horticultura comercial, comerciantes de diversos produtos (haliêuticos e agrícolas), diversas mercadorias de primeira necessidade e materiais de construção, criando serviços diversos.

É neste contexto de fluxos e refluxos, intra e interconexões, que emerge a presente pesquisa, no sentido de compreender a dinâmica do processo das transações comerciais informais transfronteiriças dos *lumos* na região selecionada para o estudo. Para qualquer tipo de pesquisa.

Nesta matéria Quivy e Campenhoudt (1998, p. 31)¹⁵ testemunham que “uma investigação é por definição, algo que se procura. E um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incerteza que isso implica”. Ainda segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p. 34) “traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for corretamente formulada”. Estes autores mencionam “clareza, exequibilidade e pertinência” como sendo qualidades importantes a ter em conta na definição da pergunta que servirá. Com base nesses pressupostos teóricos colocaríamos as questões seguintes:

- I. Quais são os fatores que explicam o funcionamento do comércio informal transfronteiriço na região do Estudo, assim como a sua compreensão?
- II. Que fatores determinam a compreensão das dinâmicas que os *lumos* transfronteiriços provocaram nas localidades onde estão instalados, organizações e as redes estabelecidas para efeitos dos processos comerciais?
- III. Por que as autoridades locais autorizam a instalação dos *lumos* nas linhas de fronteiras? Que benefícios ganham as autoridades?

Partindo do princípio da pergunta colocada como caminho para orientar a pesquisa, com a intenção de encontrar uma resposta apropriada à problemática desta investigação, mas também auxiliado pela revisão da literatura, que se derivam em algumas questões pertinentes para complementar a questão principal, contribuindo na orientação e no desenvolvimento da pesquisa. Eis as perguntas derivadas que se propõem:

- I. Como interagem os *lumos* transfronteiriços com os mercados fixos nas

¹⁵ QUIVY, Raymond; AMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1988.

- cidades de cada país?
- II. Que benefícios trazem esses *lumos* para a população local e para os operadores econômicos no meio rural e centros urbanos?
 - III. Quais papéis econômicos desempenham para os três países os *lumos* instalados nas fronteiras?
 - IV. Será que as redes dos *lumos* transfronteiriços facilitam a circulação de pessoas e de bens nas fronteiras, em observância à política de integração econômica sub-regional?

Como se tem acompanhado ao longo dos tempos, a problemática da investigação científica normalmente engloba três momentos, consistindo o 1º em “identificar e descrever as diferentes abordagens do problema e, por outro, detectar as ligações e oposições que existem entre elas”, o 2º momento trata-se de “conceber uma nova problemática”. Por fim, encontramos o 3º momento, no qual se destina a “explicar a nossa problemática” (Quivy; Campenhoudt, 2013, p. 103-105).

1.6 Hipóteses

Hipótese 1- os fatores que explicam e funcionamento do comércio informal transfronteiriço na região do Estudo.

- I. Os *lumos* engloba uma parcela significativa da população não absorvida pelo sistema formal da economia, a contribuição dos *lumos* transfronteiriços foram verificados na redução da crescente falta de produtos de primeira necessidade, “désenclavement” das zonas rurais isoladas, influenciam emprego sazonal nas zonas rurais, semiurbanas, no aumento do rendimento familiar;
- II. Os *lumos* transfronteiriços e têm jogado um papel importante nas transações comerciais e mobilidades das pessoas e bens nas fronteiras através das redes, garantindo fluxos e refluxos nas zonais mais isoladas nas zonas rurais;
- III. As delimitações de fronteiras artificiais desses três países africanos, pelas potências coloniais, não constituíram grandes barreiras para o comércio transfronteiriço e nem para as mobilidades das redes coletivas e individuais no espaço geográfico de estudo.

Hipótese 2- fatores terminantes das dinâmicas que os *lumos* transfronteiriços na região

do estudo

- I. As redes dos comerciantes com numerosos intermediários dinamização ou aumento da velocidade da rotatividade das atividades de comercialização;
- II. Os *lumos* provocaram aumento da produção porque tudo que foi produzido tem cliente a comprar no local a demanda por diferentes tipos de produtos pelos comerciantes vindos de centro urbanos contribuíram nas dinâmicas comerciantes e nas atividades produtivas;
- III. As redes formadas no processo da comercialização e mobilidades e serviços funcionam na base de matrizes familiares, parentesco e da amizade nessas organizações, redes estabelecidas para efeitos nos processos comerciais na região;
- IV. Os *lumos* transfronteiriços estabelecem através das suas redes a facilidade da circulação de pessoas e de bens nas fronteiras e aproveitando deste modo à política de integração econômica sub-regional.

Hipótese 3 - autorização da instalação dos *lumos* nas linhas de fronteiras são benéficos para as autoridades e população local.

- I. Os *lumos* instalados nas linhas fronteiras com autorização das autoridades locais proporcionam benefícios mediante cobranças das taxas aos operadores econômicos oriundos de ambos os lados (centros urbanos e o meio rural);
- II. Os *lumos* abrem oportunidades de produção e comercialização e população local tem acesso de produtos da primeira necessidade nos *lumos* no meio rural;
- III. Os *lumos* transfronteiriços desempenha papel econômico importante porque estabelece encontros dos operadores dos três países nas fronteiras para efetuar as transações comerciais de diferentes níveis.

1.7 Opção metodológica

A opção metodológica utilizada nesta pesquisa foi uma combinação de métodos, técnicas e instrumentos na recolha de informações. Em qualquer projeto de pesquisa científica, a informação recolhida não deve se limitar a descrever o assunto, mas possibilitar

a análise para descobrir o fenômeno pesquisado. Por isso, dois aspectos fundamentais foram considerados: a compreensão do fenômeno pesquisado; e a explicação ou o porquê da sua existência. Neste último, além de explorar as razões da sua existência, é importante procurar entender por que tais fenômenos ocorrem numa determinada sociedade e num determinado período.

Prodanov e Freitas (2013, p. 26) entendem “o método como caminho, a forma, o modo de pensamento. É o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa”. Portanto, partindo do princípio de que o método é um procedimento para chegar a um determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, é pertinente reafirmar a definição de Prodanov & Freitas (2013, p. 26), de que “o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento”.

Entre os vários métodos existentes que orientam o pesquisador no trabalho de campo, optei pelo *Estudo de Caso*. Como explica a importância do estudo de caso na pesquisa empírica como o caso deste projeto de pesquisa:

Na pesquisa empírica social existe um instrumento que tem o nome de “estudo de caso. Trata-se dum tipo de estudo que analisa um tema em particular com o fim de extrair lições do caso estudado. É um excelente instrumento e adequa-se particularmente às consultorias. A ideia básica por detrás do estudo de caso é de identificar um aspecto específico de alguma coisa que faça parte dum sistema mais geral e na base duma recolha sistemática e exaustiva de dados procurar saber o papel que esse aspecto desempenha no todo, conhecer as suas particularidades, isto é o que o distingue do sistema, e entender como mudanças na sua estrutura ou morfologia podem afectar o todo (MACAMO, 2016, p. 71).

Entretanto, na recolha de informações, dentro de cada localidade selecionada, utilizei os seguintes procedimentos: revisão da literatura, fonte orais, observação acompanhada de entrevistas informais para esclarecimento de dúvidas observadas de modo a facilitar a triangulação das diferentes fontes de informação.

Para Creswell (2007, p. 200), “realizar a triangulação de diferentes fontes de informação de dados é uma estratégia primária, examinando as evidências das fontes e usando-as para criar uma justificativa coesa para os temas”. A utilização de diversas fontes de informações numa pesquisa permite obter múltiplas interpretações provenientes das entrevistas, observações de campo, entrevistas em profundidade, entrevistas livres e estruturadas, semiestruturadas e discussões dos pontos de vista que podem contribuir na redução de possíveis enviesamentos. A triangulação permitiu fazer cruzamento de dados

provenientes de fontes de informações diversas.

Nesse sentido, optei pelo uso da triangulação por haver várias fontes de informações: transportadores (locatários), prestadores de diferentes tipos de serviços, autoridades locais (chefes das aldeias e bairros), grupo de mulheres *bideiras*, serviços desconcentrados dos Estados (nas fronteiras de cada país), chefes das redes e comerciantes ou trajetórias de vida dos operadores, fregueses dos *lumos*, das ONG's, todas essas fontes foram indispensáveis na elaboração desta tese. A organização e análise dos dados foram feitas em função de cada grupo entrevistado, conforme as atividades exercidas no *lumo*. Cada fonte de informação mencionada é uma descoberta que tem sustentabilidade neste estudo, a partir das revelações das evidências que permitiram convergências de análise, independentemente da origem e/ou proveniência das informações referidas pelas fontes.

A **observação**, um dos métodos utilizados nesta pesquisa, tem o seu papel específico na recolha de informações empíricas e na confirmação de alguns aspectos na ciência. A observação, nesta pesquisa, no seu sentido mais amplo, parte do princípio da vida cotidiana dos atores do comércio informal transfronteiriço como sujeitos da pesquisa, no quadro das suas atividades diárias e instantânea que corroboram com os objetivos do presente estudo, assim como afirma o Elisio Macamo:

Observação e análise, estes dois termos são muito importantes na pesquisa em ciências sociais. Vale à pena perder alguns minutos a explicar o seu sentido. Observação é o termo geral que se usa na pesquisa empírica social para descrever a actividade de recolha de informação. (MACAMO, 2016, p. 10).

Para acessar informações mais detalhadas, optei pela observação participante, direta e indireta, por vezes com distanciamento.

Na **observação participante**, como sendo fula, que é etnia maioritária nos *lumos* e no transporte, nos postos dos serviços desconcentrados nas fronteiras, isto facilitou a compreensão dos objetos e do fenômeno estudado, a intenção foi confirmar as informações recebidas nas entrevistas e valorizar as ações e o desenrolar das relações nas fronteiras. Em várias ocasiões, foi necessário o envolvimento com as comunidades nas fronteiras para observar os obstáculos sobre a livre circulação de pessoas e bens, também com o grupo de comerciantes e outras categorias ou individualidades que circulam nestes ambientes. Em algumas situações, assumi diferentes papéis, como passar por comerciante para

conseguir entrar em contato diretamente com as autoridades dos países envolvidos nas fronteiras, usando conhecimento da língua fula que são aspectos centrais e interessantes desse comércio transfronteira, outra finalidade foi estabelecer relacionamento com as autoridades dos países envolvidos.

A **observação direta** foi utilizada no caso das negociações nas fronteiras, entre os comerciantes e entre comerciantes e fregueses. A minha presença nestes ambientes visava criar condições favoráveis de uma observação mais detalhada na travessia das mercadorias nas fronteiras, ou mesmo na comercialização efetuada com as mercadorias nos *lumos*. Com os serviços do Estado, desconcentrados nas fronteiras, temos estabelecido uma relação de solidariedade, tanto com os comerciantes como com as mulheres *bideiras*, que facilitam a circulação e a passagem das suas mercadorias. Ainda quanto à observação direta realizada, foi possível acessar informações sobre as negociações que podem favorecer ou prejudicar suas atividades, mas também ofereceu uma maior compreensão dos comportamentos dos seres humanos em todas as circunstâncias. A observação direta, facilitou a compreensão do funcionamento do sistema do comércio informal transfronteiriço, a sociabilidade entre as pessoas, a partilha de espaço com diversidades culturais e linguísticas. A função de cada operador foi observada.

Por último, a **observação indireta** consistiu no registro de imagens fotográficas, tradução dos dados por meio de observação que se fez em representação gráfica, na circulação dos produtos nas redes comerciais dos *lumos*. Os mapas foram produzidos conforme a temática que se pretende localizar ou ilustrar. Durante a referida pesquisa, a técnica de observação permitiu confrontar os dados provenientes de diferentes fontes através das entrevistas e, pela revisão da literatura, com a realidade observada. No registro da imagem foram utilizados dois tipos de equipamentos: no primeiro momento, usou-se a máquina fotográfica, esta chamava muita atenção da pessoa que estava sendo fotografada, o que resultou na exigência de contrapartida de imagem. No decorrer da pesquisa, descobri que, com o uso do celular, ninguém se preocupava, o equipamento não despertava atenção das pessoas, até porque a maioria dos jovens utiliza-o a fim de tirar fotografias para colocar nas redes sociais (*Facebook*). Entretanto, pedi de forma informal ou verbal autorização para cada foto tirada, as pessoas fotografadas autorizaram. As observações realizadas em diferentes atividades em curso nos eixos estudados permitiram perceber o comércio informal transfronteiriço nos diferentes tipos de produtos, desde a travessia das fronteiras,

até a venda e revenda de mercadorias e produtos.

Ressalta-se que o estudo é essencialmente qualitativo, na recolha das informações com uso dos instrumentos, optei por **entrevistas semiestruturadas e método djumbai** (conversas informais). As interações entre entrevistador e entrevistado ocorreram num processo dinâmico de construção de significados e pôde ser alterada pelos participantes, ao longo da conversa.

A entrevista semi-dirigida, principalmente por este tipo de entrevista ter a vantagem de oferecer maior possibilidade de interação entre o entrevistador e o entrevistado, ou seja, é um tipo de entrevista que permite a participação ativa dos atores, um aspecto a não desprezar em qualquer processo de investigação que envolve uma diversidade de interveniente (JAO, 2015, p. 43)

As informações recolhidas a partir de percursos dos entrevistados, das entrevistas semiestruturadas, ou por meio de questionários elaborados para as diferentes fontes de informação selecionadas e especificado mais adiante, bem como a observação e revisão da literatura permitiram um trabalho de campo exaustivo, baseado na trajetória de vida dos entrevistados que atuam no comércio informal transfronteiriço, incluindo os Serviços do Estado nas fronteiras.

1.1.8 Categorias de informantes

Assim, com a combinação de métodos, técnicas e instrumentos acima referenciados, foi possível realizar o trabalho de campo e recolher informações, agrupando fontes de informação em sete diferentes categorias:

- a) **Transportadores /locatários (TL):** com oito entrevistas, sendo duas em cada eixo; nas nossas entrevistas não consideramos como padrão as faixas etárias. Entre todas as categorias de entrevistadas, nenhuma tinha grau acadêmico mais elevado do que a 10^a Classe. Este grupo tem um papel importante na mobilidade interna das pessoas e no transporte das mercadorias. Os transportadores estabelecem ligação entre os países, *lumos* e redes de comerciantes informais transfronteiriços e ainda facilitam a travessia nas fronteiras, independentemente de tipo de mercadoria a transportar. Em cada eixo foram entrevistadas duas pessoas (1 transportador e 1 motorista).

- b) **Prestadores de diferentes tipos de serviços (PS):** nesta categoria entrevistei 56 pessoas, distribuídas da seguinte forma: dois transportadores de mototáxis, dois mecânicos de carros, dois mecânicos de bicicletas, dois mecânicos de motos, dois sapateiros, dois carregadores de baterias de celulares, dois vendedores de saldos de celulares. Foram entrevistadas 14 pessoas por *lumo*, portanto, 14 pessoas x 4 *lumos* = 56.
- c) **Autoridades locais - chefes das aldeias ou bairros (AL):** nesta categoria entrevistaram-se três pessoas em cada *lumo* (um chefe de tabanca, um chefe das mulheres, um responsável dos jovens), portanto, 3 pessoas x 4 *lumos* = 12 pessoas inquiridas¹⁶.
- d) **- Grupo de mulheres bideiras – (MB):** Neste grupo entrevistou-se um número total de 40 pessoas, 10 em cada *lumo*; considerando a enorme variedade de produtos que vendem, não são especificados.
- e) **Serviços desconcentrados dos Estados nas fronteiras de cada país:** nestes, foram entrevistadas 12 pessoas; em cada eixo entrevistou-se um responsável pela alfândega, um chefe de serviço de migração e fronteira e um comandante da guarda fronteira.
- f) **Chefes das redes e comerciantes:** foram entrevistados quatro responsáveis pelas redes, um em cada *lumo*.
- g) **Fregueses dos lumos:** 40, sendo 10 pessoas por *lumo*.

Entrevistas

No início de cada entrevista, o entrevistado foi informado do objetivo da pesquisa e dos aspectos éticos e profissionais implicados para todas as categorias de fonte de informação. Posteriormente, solicitava-se autorização para realizar a entrevista. Todos autorizaram. As entrevistas foram conduzidas em língua Fula e Crioulo, este último mais para os atores dos *lumos* na Guiné-Bissau. Como as entrevistas não foram gravadas, o pesquisador fez em primeiro lugar tradução da língua do entrevistado para português. Como as entrevistas eram realizadas durante o momento das transações comerciais, que ocorrem uma vez por semana, o tempo de duração das mesmas variou de 20 a 25 minutos,

¹⁶ Em todos os *Lumos* há um chefe de mercado, essas pessoas também foram entrevistadas.

o resto foi complementado com o método de observação. Não houve registro magnético, tudo foi realizado com anotação das informações. Após o levantamento dos dados, procedi à análise do conteúdo das informações recolhidas através das entrevistas semiestruturadas, a partir da técnica de análise do conteúdo, conforme definida por Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.42).

1.9 Análise e interpretação dos dados

“Analisar é outro termo importante. Acompanha a observação. É o que acontece depois da observação” (Macamo, 2016, p. 10), para a análise e interpretação de dados foram realizadas à base da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), onde os dados recolhidos foram agrupados na perspectiva da análise, conforme as suas fontes. Em primeiro lugar, as fontes primárias: a) as análises das informações provenientes dos operadores econômico-comerciantes; b) grupos locatários (transportadores) e motoristas; c) fregueses; d) chefes das aldeias/bairros; e) jovens de ambos os sexos; f) responsáveis dos serviços desconcentrados do Estado e g) os responsáveis das ONGs que têm ações nas aldeias estudadas.

No segundo momento, análise das fontes secundárias: a) as informações sobre o sistema do comércio informal; b) as informações disponíveis sobre os *lumos* transfronteiriços; c) as documentações que orientaram os procedimentos dos responsáveis dos serviços desconcentrados do Estado nas estradas; e) e por fim, as informações oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), sobre o comércio informal transfronteiriço.

Após a conclusão das entrevistas de diferentes categorias e observação direta e indireta, assim como do registro de informações no diário do campo, ou seja, compilando o material empírico coletado, procedeu-se à sistematização e à análise do material. Na análise do material desta pesquisa levei em consideração todos os segmentos sociais e culturais específicos, por intermédio de observação, compreensão e interpretação. Segundo Bardin: “As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: a) a pré-

análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação" (Bardin, 2015, p.121).

No cômputo geral, a fase da análise dos conteúdos exigiu, antes de tudo, a organização das informações, agrupando as respostas das categorias das entrevistas e observações realizadas durante o trabalho de campo, assim como as informações provenientes da revisão da literatura. Nas fotografias a seguir apresento os diferentes tipos de meio de transporte usados no trabalho campo para recolha de dados primários: moto-táxi e diferentes tipos de carros que circulam como meio de transporte na zona do estudo. Nos percursos realizados em diferentes trechos que fazem ligações dos quatro *lumos*, as fotografias testemunham:

Figura 1: Partida de Candica para Sareboido



Figura 2: Partida de Koundara para Diaobé



Figura 3: Partida de lomo de Diaobé para Pirada



Figura 4: partida de Pirada para Gabú



Fonte: As imagens apresentadas foram extraídas do acervo pessoal do autor no ano de 2019.

1.10 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em sete capítulos, além da introdução e considerações finais, anexos e glossário:

No segundo capítulo – Foi discutido os *lumos* no contexto da economia informal, caracterização dos lumos, o espaço e a expansão e transformação dos espaços para a população da região estudada, infraestruturas econômicas e sociais para a comunidade local. A economia e comercio informal promovido pelos *lumos* nas zonas rurais dos países, limites da formalidade e informalidade –sistema híbrido da economia, além da política de mobilidade e trocas comerciais no espaço da UEMOA e CEDEAO. Foi, igualmente, debatido o processo da transição da política econômica e comercial na Guiné-Bissau.

No terceiro capítulo – Tratou-se das mobilidades e migrações na Tríplice Fronteira, efetuado pela população desde período pré-coloniais e coloniais, até pós independência os *lumos* transfronteiriços sempre foram usados como canais de redes comerciais na região, ainda os *lumos* transfronteiriços desempenham papel das redes e espaço de mobilidades, onde acontecem fluxo e refluxo dos produtos e mercadorias entre os *lumos* e cidades com permanência de ofertas de produtos e mercadorias.

No quarto capítulo – Analisou-se neste capítulo, apresentação dos *lumos*, a vida Cotidiano da população local no *lumo* com diferentes categorias de operadores, passando tipos de atividades comerciais transfronteiriça praticada no espaço e no tempo, também foi analisado de forma detalhada as atividades e atuais situações de cada *lumo* estudo: *lumo* de Pitche – Gabú – Guiné-Bissau, *lumo* de Cambadju – Região de Bafatá – Guiné-Bissau, *lumo* de Diaobé – Senegal, e *lumo* de Sareboido – República de Guiné. Cada um tem mapa de localização e foto que representam os investimentos provenientes do sucesso dos operadores.

No quinto capítulo – neste capítulo foi analisado o processo de transformação espacial e social das localidades a partir de instalações dos *lumos* na Tríplice, estradas e meio de transporte, as fronteiras físicas, serviços desconcentrados do Estado nos postos transfronteiriços de cada país.

No sexto capítulo – neste foi debatido as influências de COVID-19 nos envios das remessas na Zona de UEMOA pelos migrantes africanos na Europa. Ainda se analisou os fluxos comerciais com a COVID-19 na zona de UEMOA o paradoxo entre o cumprimento das medidas de proteção contra Coronavírus determinadas pelas autoridades sanitárias e o exercício das atividades de sobrevivência.

No sétimo capítulo – Considerações Finais foi realçado a experiência pessoal do autor como sujeito implicado na pesquisa, confirmação parcial das hipóteses, validação dos resultados da pesquisa, o papel das redes dos *lumos* transfronteiriços nas dinâmicas das transações comerciais entre os três países que garantem as atividades de sobrevivência da população, os *lumos* influenciaram as transformações espaciais e sociais das populações contribuindo na introdução paulatina do sistema econômico nas populações residentes em cada família que exerce uma determinada atividade econômica como a sua participação no *lumo*.

2. OS LUMOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA INFORMAL: aspectos históricos e caracterização

2.1 Características do *Lumo*

Lumo é a palavra utilizada localmente para designar as feiras populares e periódicas, realizadas uma vez por semana, num local e dia fixos, com horário de funcionamento, início e término determinados. Geralmente, o *lumo* é instalado nas zonas rurais e semiurbanas e estabelecem encontros entre os operadores econômicos residentes nos centros urbanos e semiurbanos e produtores rurais. Neste espaço comercial, se cruzam diferentes categorias de comerciantes, que se deslocam para o local e procedem a exposições das suas mercadorias industrializadas; de igual modo, participam, também, produtores rurais que comercializam diferentes tipos de produtos: agrícolas, pecuários, haliêuticos e produtos florestais não lenhosos e lenhosos.

Os *lumos* são formados por redes de mercados segmentados que estabelecem conexões e interconexões comerciais e de serviços. Existem duas categorias de *lumos*: interno e transfronteiriço. Em cada uma dessas categorias, são praticados serviços especializados e que se apoiam nas dinâmicas das atividades econômicas e de transações. Os serviços praticados nos *lumos* se resumem nos transportes de mercadorias e de seres humanos, serviços de mecânicas (bicicletas, motos, carros, Celulares, transferências de saldos nos Celulares etc. Os vendedores nos *lumos* internos, assim como nos transfronteiriços, criam associações de ligação entre vendedores dos diferentes produtos agrícolas ou mercadorias industrializadas para garantir o rápido fluxo das transações comerciais.

Para além das funções comerciais, os *lumos*, têm também expoente social forte: todas as *tabancas* onde funcionam os *lumos* têm discotecas e campo de futebol para diversão dos jovens. Os *lumos* constituem, também, pontos de encontros para discussões de diferentes assuntos: familiares, de colegas, de organizações societárias ou de grupos religiosos, servindo como veículo de comunicação. Por isso, a população local o considera como fonte de vida, onde tudo é resolvido. Semanalmente, todo tipo de produto de primeira necessidade é oferecido para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais.

Acompanhando a história dos *lumos*, como espaço de trocas comerciais, que faz parte das fundações e tradições comerciais na Guiné-Bissau, a sua origem antecede a

instalações dos portugueses na então província da Guiné. Desde o início das suas atividades até a presente data, estão acompanhadas das práticas comerciais, diversões e outras manifestações culturais e, tem servido como componente essencial na atração do público, contribuindo para a dinâmica das trocas de produtos.

Os estudos realizados na Guiné-Bissau sobre feiras e mercados, publicados por António Carreira, em 1960, no Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa, apontam para a existência histórica de feiras, desde o século XVI. Alvares D'Almada afirma que havia feira na região de Cacheu, onde ocorria grande concentração de pessoas, uma vez por semana, num local fixo, tal como funcionam os *lumos* hoje, ao ar livre, no baixo de Poilão. Ali se vende mantimentos, produtos de primeira necessidade. Já nessa época, seu objetivo não era só abastecer as povoações locais, mas também tinha como função a junção de pessoas para tratar de assuntos sociais, políticos e religiosos dos regulados.

Em consequência desta função social e da sociabilidade dos *lumos*, os atores consideram o espaço como um lugar simbólico e imbuído de relações de poder, que pode ser individual ou coletivo, imprimindo solidariedades diversas, com apropriação do espaço de diferentes formas e modos, com destaque para as atividades do comércio informal, por um lado, e, por outro, para assuntos sociais.

Os *lumos*, na África Ocidental, desempenham um papel universal importante para a ligação e religação das redes comerciais e, de igual modo, nas redes sociais. Em tom metafórico, as narrativas de alguns entrevistados consideram o funcionamento dos *lumos* como se fosse o do organismo humano, que estabelece ligações dentro do corpo. Assim, os *lumos* estabelecem ligações com diversas redes de curtos e longos *nós*, por intermédio dos numerosos entrepostos comerciais que possuem. Essas redes têm influenciado a mobilização de mercadorias para comercialização nas zonas rurais, garantindo às unidades familiares ou comunidades rurais em geral, a dedicação na produção agrícola. Também contribuem na dinâmica de interligação e interdependência entre as redes comerciais e redes de prestações de serviços, assim como ligação sociais e de parentesco das relações comunitárias locais e transfronteiriças.

2.2 Espaço e a expansão

A discussão sobre o espaço que pretendemos nos debruçar, parte da realidade cotidiana dos habitantes e como estes resolvem diferentes assuntos vitais neste espaço

multifuncional. O trabalho de campo confirmou o papel do espaço no processo da produção e reprodução das sociedades na Tríplice Fronteira.

O presente subcapítulo fornece informação sistematizada sobre conceitos da expansão, sobre o espaço e a sua influência na mobilidade das pessoas e bens na região geográfica selecionada para o estudo dos *lumos* transfronteiriços. Também descreve, de forma resumida, o papel do espaço no processo da produção e comercialização, circulação das pessoas com pluri-objetivos, prática de atividades de sobrevivência, procura de emprego temporário, participação em eventos culturais e religiosos.

O espaço do *lumo* representa um símbolo econômico e social de sobrevivência das populações nas zonas rurais na África Ocidental, em particular na região do triângulo das Fronteiras dos três países em estudo (Guiné-Bissau, República de Guiné e Senegal), mais especificamente nas *tabancas*, onde estão instalados os *lumos* transfronteiriços (Cambahu e Pitche na Guiné-Bissau, Diaobé no Senegal e Sare-Boidó na República da Guiné).

Na região do estudo o espaço tem sido discutido e analisado. Existem várias reflexões sobre o espaço que entrecruzam diversas disciplinas ou uma análise multidisciplinar, nomeadamente a geografia, a sociologia, a antropologia e a história. Para Ribeiro (2010, p. 826) “a compreensão do modo como o espaço é apropriado e usado implica a mobilização de diversas ciências sociais”. Nesse sentido, entendemos que todo o espaço ocupado pelo *lumo*, como feira livre comercial, é considerado um espaço econômico, por causa das atividades nele exercidas. O crescimento de operadores nos *lumos* tem provocado mudanças organizacionais e tem influência nas tomadas de decisões administrativas do espaço, assim como, nas transformações no sistema de relações sociais e institucionais, também influenciadas pelas atividades comerciais.

Sobre a questão do espaço e do território, Moraes afirma que: “Se é possível fazer uma história econômica, uma história cultural, uma história política, também é possível fazer uma história a que eu daria o nome de história territorial, que é tentar captar a formação de uma sociedade abordada a partir de seu território” (Moraes, 2000, p. 105).

Dessa maneira, não quero discutir e analisar a história e o conceito de território no que concerne a geografia, sociologia e antropologia na sua dimensão física ou limite geográfico, mas sim analisá-lo como um espaço ou território — espaço usado pelos três países para as atividades econômicas/comerciais. Nele tem duas categorias insurgentes singular e coletiva. No tange ao singular pode ser entendido como vendedor ambulante,

freguês, propriedade pessoal e coletivo pode ser duas ou mais pessoas que têm um estabelecimento comercial. É a partir destas forças que se estabelecem as relações humanas com o espaço em busca de garantia para a satisfação de suas necessidades.

Estes espaços constituem meio da produção familiar: produção agrícola, pecuária, horticultura, comércio e construções das habitações etc. Além disso, têm utilidade social, servem para encontros de diversão e discussão de assuntos sociais; também são utilizados para mobilidade das pessoas, visando encontrar um território que ofereça melhores condições de subsistência. Para as comunidades locais, o espaço do *lumo* representa o símbolo de encontros para diferentes segmentos sociais das populações que habitam a região; assim, cada camada social utiliza-o conforme assuntos e necessidades diversas. Segundo Orsi (2013, p. 48), “as relações sociais, políticas e econômicas se desenvolvem e tomam forma no espaço”. Para Isnard: “Espaço é a matéria-prima: é complexa, estabelece relações entre seus elementos constitutivos, frágil - qualquer coisa que atinja um dos seus componentes acarreta a desordem dentro da totalidade, - perdeu suas características originais no curso de uma ação humana milenar” (Isnard, 1978, p. 5).

O espaço do *lumo*, neste caso, obedece ao princípio que determina algumas metas para a ação humana e que visa assegurar a sua subsistência no presente e no futuro e, também, atenda às multiplicidades e diversidades das necessidades humanas ilimitadas. O espaço continua a constituir-se como amálgama de relações socioculturais e econômicas dos indivíduos, conforme observa Milton Santos no seu livro *Natureza do Espaço*:

Espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo. (SANTOS, 2006, p. 34)

Trata-se, aqui, do espaço físico e social, onde se exercem as atividades econômicas e as relações sociais. Assim, Souza afirma:

O espaço social é, primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solo, rios etc.) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, construído,

modelado, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem, das mínimas modificações introduzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um "ambiente construído" e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo impacto sobre o ambiente natural), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelos pequenos assentamentos etc. (SOUZA, 1997, p. 22)

Segundo Santos (2008, p. 290-291), o espaço “é a existência de vias e meios de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais.” A satisfação das necessidades se enquadra na utilização e transformação do espaço, com fins de atingir um determinado objetivo da vida cotidiana da população. O território, na região estudada, está se valorizando com a aglomeração dos migrantes, em que cada uma precisa de um espaço para sua intervenção, visando transformar o objeto e satisfazer as necessidades familiares.

Milton Santos, no seu livro *Metamorfoses do espaço habitado* (1988, p. 11) afirma que: “Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetiva ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas”. Assim, podemos compreender que o processo imposto pela globalização econômica não deixa nenhum espaço produtivo inutilizável para seres humanos, mesmo em locais isolados. Tudo o que tem utilidade humana nas atividades econômicas ou sociais está inserido num espaço e satisfaz as necessidades transacionadas através das redes globais do comércio.

Para Santos (2008, p. 39), “o espaço dos países subdesenvolvidos caracteriza-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”. O espaço dos operadores da economia informal tem similaridade com o circuito econômico urbano, caracterizado por Milton Santos como *círculo inferior*, apesar da maioria desses operadores residirem em centros urbanos, com forte ligação com os produtores rurais. Esses operadores locais têm as atividades comerciais como a sua profissão ou emprego por falta de alternativas. É com esse trabalho que conseguem garantir o mínimo para a família, atuando na economia informal, vendendo ou trabalhando com produtos sazonais, ou não, e mantendo uma relação comercial sã, através dos intermediários com empresas multinacionais nos circuitos comerciais.

Segundo Santos (2008, p. 39):

Quanto ao circuito inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia.

No caso particular dos três países estudados, a atividade da economia informal tem dado cobertura às necessidades diversas das pessoas (abastecimento dos produtos de primeira necessidade, emprego sazonal ou garantia de uma renda mínima para a família). O setor informal entra no circuito econômico com número mais elevado de operadores e conexões entre empresas nacionais e multinacionais, no comércio interno e transfronteiriço.

2.3 Economia Informal

A economia informal é atividade praticada para sobrevivência da maior parcela da população do continente africano. A partir de um estudo realizado sobre o Quênia, em 1972, esta atividade informal na economia, despertou o interesse dos acadêmicos no domínio das Ciências Sociais sobre o debate dos conceitos e caracterização das diferentes atividades em que se envolvem os atores. Alguns estudiosos consideram as características das atividades como conceito e vice-versa, como se pode constatar nas explicações que seguem: a economia informal contribui para evasão fiscal até para aqueles que a consideram como mera atividade de sobrevivência —os marginalizados — no setor formal da economia, ou seja, no mercado de emprego.

Vários autores referenciam que o início de interesse dos acadêmicos sobre o estudo do setor informal foi a partir de tal estudo sobre o Quênia e, mais tarde, sobre a América Latina e a República Dominicana, em 1973. Os resultados desses estudos foram encomendados pela Organização Internacional de Trabalho (OIT)¹⁷, e apontavam a análise multidisciplinar para compreender melhor o fenômeno da economia informal.

A Economia Informal¹⁸ oferece um ambiente que favorece todas as pessoas, seja

¹⁷ Segundo Melo e Telles (2000, p. 6). O debate sobre a questão da informalidade iniciou-se na literatura das ciências sociais na década de 70, com o programa de pesquisa da OIT. Este se desenvolveu com o estudo sobre o Quênia [OIT (1972)] e, na América Latina, com o trabalho sobre o emprego na República Dominicana [OIT (1973)], prosseguindo com os trabalhos do Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (Prealc) que, a partir de meados dos anos 70, dedicou-se ao estudo da questão [ver Prealc (1974)].

¹⁸ O trabalho digno e a economia informal resolução da 90^a Conferência Internacional do trabalho, (1). Em termos gerais, o setor informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objetivo a criação de empregos e de rendimentos para

qual for a idade, a personalidade social ou capital financeiro, em uma complexa rede de interações. A discussão do enquadramento teórico propõe a reflexão de alguns elementos conceituais da teoria de economia informal e recapitulação das definições e redefinições de conceitos da economia informal, com várias abordagens, observando os novos debates acadêmicos, com tentativas de distinguir as diferentes atividades praticadas no setor informal, como apresentam Krein e Proni (2010, p. 7):

Procura-se distinguir as principais questões contemporâneas relacionadas com o trabalho executado no setor informal da economia, de um lado, daquelas relativas ao trabalho que é objeto de um processo de “informalização” em empresas razoavelmente estruturadas, de outro.

Nos debates acadêmicos, a informalidade tem assumido diferentes formas de abordagens, tanto nos conceitos quanto na sua compreensão, consoante as atividades exercidas cotidianamente, mas também pelas opiniões acadêmicas na diferenciação dos conceitos, análise e relativização ou denominação das atividades.

Assim, explicam Krein e Proni:

Uma das dificuldades então detectadas para avançar o debate teórico sobre a economia informal dizia respeito à análise internacional comparada, que deveria verificar hipóteses sobre as causas da informalidade em distintos países tendo como referência a mensuração do fenômeno a partir de critérios padronizados. Porém, havia diferenças relevantes na produção de estatísticas sobre o mercado e as relações de trabalho e, além disso, não havia uma recomendação universalmente aceita sobre quais as atividades que deveriam ser classificadas como pertencentes ao “setor informal” (KREIN e PRONI, 2010, p. 11):

as pessoas nelas envolvidas. Estas unidades funcionam normalmente com um fraco nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital, enquanto fatores de produção e operam em escala reduzida. As relações de trabalho - quando existem - baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco, e nas relações pessoais e sociais, mais do que em acordos contratuais com garantias formais. (2). As unidades de produção do setor informal possuem os traços característicos das empresas individuais ou familiares. Os ativos imobilizados e outro tipo de ativos utilizados não pertencem às unidades de produção, enquanto tais, mas aos seus proprietários. Estas unidades não podem realizar transações ou estabelecer contratos com outras unidades, nem se sujeitar a obrigações em seu próprio nome. Os proprietários têm de promover os financiamentos necessários por sua conta e risco e são pessoalmente responsáveis, sem quaisquer limitações, por todas as dívidas ou obrigações que surjam no processo produtivo. As despesas de produção são muitas vezes difíceis de distinguir das despesas familiares. Da mesma forma, os bens de equipamento, tais como edifícios ou veículos, podem ser utilizados indistintamente na atividade da empresa ou pelo agregado familiar. (3). As atividades realizadas pelas unidades de produção do setor informal não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de evasão fiscal e de não pagamento das contribuições à segurança social, ou de infração à legislação laboral, outra legislação ou outras disposições administrativas. Consequentemente, o conceito de atividades do setor informal deverá diferenciar-se do conceito das atividades da economia subterrânea.

Mas está subjacente que, no meio rural, centros urbanos e semiurbanos, dos países em desenvolvimento, as atividades informais continuam a ser numerosas e alternativas de subsistência da maior parcela da população. A opinião da administração pública apoia-se nos resultados das conferências da OIT e resultados provenientes de debates no domínio das Ciências Sociais, que indicam diferentes perspectivas do setor informal¹⁹. Krein e Proni (2010, p. 10) acrescentam ao debate, o que pode ser entendido como informal.

Caracterizar o setor informal, que o entende como sinônimo de ilegalidade (de certo modo, corresponde ao que na Europa é chamado de “economia subterrânea”). Neste enfoque, o que motivaria a informalidade seria o não pagamento de impostos federais ou municipais, assim como o não cumprimento da legislação trabalhista. E, muitas vezes, a informalidade tende a ser explicada como resultado da imposição de regimes jurídicos e administrativos que impõem altos custos e dispêndio de tempo para o processo de formalização (KREIN e PRONI, 2010, p. 10):

Na 90^a Conferência anual da OIT (2002, p. 7) afirma-se que a expressão “economia informal” se refere a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais”; existem vários estudos sobre a economia informal na vertente mais complexa e variada²⁰.

Amaral (2005, p. 60) afirma que:

¹⁹ Krein e Proni (2010, p.7) No cenário de transformações econômicas e de reordenamento institucional, diversos estudos e artigos buscaram rediscutir o tema da informalidade, mas a partir de diferentes perspectivas: a) observando a sua importância na geração de ocupações; b) considerando-a como expressão da rigidez da legislação trabalhista; c) denunciando-a pela precariedade e insegurança que traz para o mundo do trabalho; d) enxergando-a como um fato inexorável da transição para uma sociedade de serviços; e e) entendendo que há um “processo de informalidade” implícito na reorganização econômica contemporânea. Essas perspectivas não são necessariamente antagônicas, mas diferenciam o posicionamento dos diferentes interlocutores no debate.

²⁰ Numerosos estudos foram realizados na África sobre o setor informal, as atividades urbanas e os pequenos empreendedores, o mercado do trabalho etc. (3). Senegal, Mali, Burkina-Faso, Níger, Togo, Benin, Costa do Marfim etc. São países que foram muito analisados nestas áreas, principalmente nas capitais e cidades secundárias. Uma exploração recente apresentou a vantagem de estudar e vincular o mercado do trabalho, o desemprego e as características das atividades econômicas vejam a grafia, ou Brasil ou Portugal e de facilitar as comparações entre as capitais de sete países (Abidjan, Bamako, Cotonou, Dakar, Lomé, Niamey e Ouagadougou), na medida em que foi usada a mesma metodologia (Brilleau, Roubaud e Torelli, 2004). Os resultados gerais desta pesquisa tornaram bem visível o trabalho muito precoce das crianças – um problema enfrentado também pelo Brasil apesar de progressos neste domínio; o desfasamento entre as expectativas dos jovens e as oportunidades reais de recrutamento; a discriminação afetando as mulheres; a ineficiência dos órgãos atuando na procura e oferta de postos de trabalho para os desempregados; a expansão do subemprego; a importância do setor informal etc.

Uma vasta literatura nos domínios das ciências sociais tem explorado a forma como os pobres, aqueles que não têm emprego estável na economia urbana, conseguem sobreviver e como a cidade, apesar da falta de emprego, chega a alimentar a sua população. O setor informal passou a ser considerado como o conjunto dos métodos de sobrevivência, como o desenvolvimento não formal.

A nível da região da CEDEAO e UEMOA foram realizados vários estudos sobre a economia informal, e cada um tem o seu objeto de análise, no que tange à sobrevivência.

Em países africanos e alguns blocos continentais dos países em desenvolvimento, o setor formal da economia está mais concentrado nos centros urbanos, tornando-se cada vez mais empregador de parcela significativa da população²¹. Os países africanos, a partir da década de 1980, começaram a implementar o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), no caso concreto da Guiné-Bissau, República da Guiné e Senegal. Mas quero lembrar que o setor informal da economia na África Ocidental tem um papel importante em garantir uma renda mínima para as famílias. Carreia (1946), confirma que tratados breves dos rios da Guiné e Cabo Verde tinham feiras onde se vendiam os mantimentos da população local. A expansão massiva dos operadores da economia informal foi a partir da implementação das medidas do PAE nos anos 1980, que liberaram a política comercial e criaram condições para cada cidadão ter liberdade de praticar a atividade comercial que desejasse.

Seguindo esta linha de pensamento dos estudos anteriores, sobre a economia informal, discuti, especificamente, a economia informal na Guiné-Bissau, tomando como referência a dificuldade em definir a fronteira que existe entre o formal e informal. Até certo ponto, questiono a informalidade dos agentes que trabalham no setor informal, pois muitos deles pagam uma taxa para exercer a atividade comercial; alguns, para além da taxa que pagam às autoridades locais, também pagam imposto à Direção Geral de Contribuição e Impostos do Ministério da Economia e Finanças. Em relação aos referidos pagamentos,

²¹ Contrariando muitas opiniões, nos anos 80 e 90 do século passado, houve um aumento exponencial do setor informal, como resultado de fatores tão diversos como as crises econômicas, a contração do mercado de emprego no setor formal e despeimento de trabalhadores, o aumento de rendimentos disponíveis no setor informal e das necessidades dos consumidores de bens e serviços (GILBERT e GUGLER, 1982 DRAKAKIS – SMITH, 1990; TINKER 1997). São realidades a expressão numérica das pequenas atividades ou pequenos ofícios, a simultaneidade da sua criação e do seu desparecimento, a juventude dos agentes, a fraqueza de capital de investimento, a independência financeira vis-à-vis as instituições de crédito oficiais. E é visível como, muitas vezes, as pequenas atividades ou ofícios adquirem os carizés de modernidade.

surge a discussão sobre a formalidade/informalidade dos operadores da economia informal para saber se é informal, formal ou está na fase transitória.

2.4 A economia e o comércio informal

Existe uma gama de atividades que, de acordo com determinados critérios, podem ser classificadas sob o escopo do trabalho informal, e essas atividades tiveram rápida expansão em todo o território nacional. Tanto a realidade formal como a informal, estão determinadas num só processo, pois uma não é independente da outra, na determinação da sua existência como atividade de sobrevivência. Cerca de 79,2% da população ativa ocupa-se da agricultura²². A economia informal na Guiné-Bissau é o setor que emprega maior número de cidadãos. Também é o setor que facilita as mobilidades de diferentes nacionalidades, culturas e religiões.

Essa mistura permite a introdução de novas culturas e de religiões junto aos migrantes. Tanto as novas culturas quanto as novas religiões estão provocando transformações, gradualmente, no sistema habitual de funcionamento das estruturas sociais locais. E, esta transformação, tem refletido direta e imediatamente no comportamento e na atitude dos agentes econômicos. Para todos os segmentos sociais, a economia informal trouxe a oportunidade de criar e gerir empreendimentos econômicos num ambiente com menos presença do Estado. O setor informal econômico atraiu uma parcela significativa da população, majoritariamente jovens e mulheres, para a prática comercial e nas pequenas unidades de transformação.

A aplicação das medidas de liberalização econômica explica, parcialmente, a proliferação dos mercados semanais, *lumos* internos e transfronteiriços, entre os três países vizinhos. A sua intensificação ocorreu durante e após a implementação do PAE (Programa Ajustamento Estrutural), provocando a expansão da economia de mercados e dos *lumos* como mercados transfronteiriços que estabelece a maior ligação comercial transfronteiriça com os países vizinhos (Senegal e República da Guiné). O setor informal na Guiné-Bissau, à semelhança de outros países da África Ocidental, eclodiu como alternativa para garantir o mínimo para as camadas populacionais mais pobres, as quais o Estado e o setor formal da economia são incapazes de absorver. Em alguns países

²² Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), INE, 2009. Resultados definitivos. Disponível em <http://www.stat-guinebissau.com/> 11/04/2023.

africanos a urbanização e o êxodo rural constituem fatores que contribuíram para a aparição da economia informal em todas as áreas.

No caso da Guiné-Bissau não houve urbanização, mas sim o êxodo rural, devido à falta de uma política de preços estimulantes dos produtos agrícolas. Ainda fazem parte do grupo do setor informal da economia os funcionários licenciados no quadro do Programa Ajustamento Estrutural e as famílias dos funcionários que recebem salários miseráveis, cuja complementaridade salarial é indispensável para a sua sobrevivência. O impacto da economia informal é significativo na coesão social e na rarefação dos conflitos latentes, causados pela pobreza e exclusão social.

No quadro de um projeto de pesquisa sobre *estratégias locais de gestão de conflito na Guiné-Bissau*, foi analisado o papel da economia informal centrado nos *lumos* na produção e gestão de conflitos. Conforme Samba Tenem (2008a, p. 351), esta análise aponta para o fato de que a proliferação dos *lumos* na Guiné-Bissau é um caso particular, diferentemente do que tem acontecido nos outros países; para além da implementação da política de liberalização das atividades econômicas e de adoção de política de economia de mercado, o conflito político-militar contribuiu sobremaneira. De acordo com o autor:

Uma outra consequência do conflito foi a fragilização dos partidos políticos e o incentivo constante à instabilidade política e econômica do país, resultando numa crise econômica, o referido conflito contribuiu de uma forma decisiva para expansão das atividades da economia informal como alternativa para a sobrevivência da população, o que se evidenciou sobretudo na proliferação dos *lumos* (mercados populares) em todas as regiões do país²³. (CAMARÁ, 2008, p. 351)

Sobre a economia informal, encontra-se uma vasta literatura na África Ocidental e, em particular, na Guiné-Bissau, o que se justifica pela aplicação do PAE, que foi um dos

²³ Camará (2008) diz que o Governo eleito depois do conflito foi incapaz de honrar o seu compromisso com os servidores públicos. Isso motivou constantes greves na administração pública – uma situação que culminou num golpe de Estado. No referido período, e até então, o setor informal tem sido apontado como a principal fonte de geração de rendimento das populações mais desfavorecidas, tanto nos centros urbanos como no meio rural. Não obstante tal evidência, e passados cerca de nove anos do término do conflito, o *lumo*, como fenômeno da economia informal, não tem sido a prioridade para entidades públicas, nem alvo de estudos de caráter abrangente, sobretudo no que diz respeito aos seus aspectos socioantropológicos. Como consequência, o *lumo* continua a persistir num clima de invisibilidade social, no que se refere à elaboração de políticas públicas destinadas a este setor. Ao contrário, o que se verifica nos países vizinhos, como Senegal, Guiné-Conakri, Gâmbia etc., é que esses têm prestado especial atenção ao referido fenômeno, dando-lhe um caráter cada vez mais estruturante.

fatores que conduziu a proliferação do comércio informal. Nessa discussão, Mamadú Jao, pesquisador guineense, destaca as consequências da aplicação do PAE:

Aplicação do PAE na Guiné-Bissau, como nas outras partes, teve efeitos negativos diretos e indiretos sobre as condições de vida da esmagadora maioria da população. O Programa não só criou desemprego, mas também baixos salários aos funcionários públicos. Esta situação é tanto mais grave em países como a Guiné-Bissau, onde o setor público é, ainda, o maior fornecedor de emprego. (JAO, 2015, p. 177)

O mesmo autor informa, na sua análise, o grau da degradação das condições de vida dos guineenses e os desafios que cada família tem para sobreviver. Conforme Jao (2015, p. 177), “[...] com efeito, não faltam dados que apontam para a progressiva degradação das condições de vida na Guiné-Bissau durante o período da adoção do PAE, até mesmo a nível dos indicadores básicos como o acesso à alimentação²⁴”. Assim, diante desta situação, é difícil encontrar uma definição do conceito acabado da economia informal, devido ao seu próprio caráter, de dinamicidade e às atividades dos seus operadores.

Na ausência de um consenso sobre o conceito, dada a natureza da presente pesquisa sobre o mesmo tema, entendemos que as interpretações dependem do espaço e do tempo, é um espaço onde as populações produzem bens e serviços baseados no mercado com objetivo primário de garantir a sobrevivência, o tempo em vários momentos geram emprego sazonal e rendimentos para as pessoas ligadas a essas atividades, depois deixam de praticar por término de produto a vender. As relações de trabalho — onde elas existirem — são baseadas, majoritariamente, em emprego com maior dose de parentesco, pessoais ou relações sociais, e não em arranjos sociais com garantias formais.

O setor informal da economia abrange um conjunto de atividades econômicas, cuja execução é feita na base das mobilidades dos operadores no espaço denominado “Senegâmbia meridional”. Neste espaço, os tipos de atividades econômicas praticadas levam a população a ser caracterizada pela alta mobilidade, tendo em conta a sua história

²⁴ Em seu estudo sobre a situação de consumo das famílias em Bissau, Jao (2015, p. 177-178) demonstrou que o consumo, em média, é uma refeição e meia por dia. Outro estudo sobre o mesmo tema, realizado em dois bairros populares da capital guineense (BANDIM; CUPELON, 2015. p. 177-178), revela que 2/3 e meio das famílias dos respectivos bairros só come uma refeição por dia. Um terceiro estudo, realizado em 2008, sob a égide da representação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em Bissau, indica que 17% dos cerca de 743 inquiridos em todo o território nacional só consomem uma refeição por dia; 49%, duas refeições. Apenas 34% podem consumir três refeições em cada vinte e quatro horas.

com organizações de diferentes povos, favorecendo a mobilidade pela contestação dos outros. Também, com a política da integração sub-regional, aumentou a dinâmica de migração, que se reflete na ambivalência da integração econômica regional, e reforça o comércio e o encontro entre os comerciantes de diferentes países das regiões geográficas. Por outro lado, os conflitos políticos que têm permanecido na região contribuem para esta dinâmica, através da migração forçada.

A mobilidade na região estimulou a convivência em certos aspectos pacíficos, mas, em alguns casos, violentos. Hoje, em termos gerais, diferentes povos partilham o mesmo espaço, como, por exemplo: Bainuk, Diola, Mandinga, Fulani, Toucouleur, Balanta, Mandjaco, Mancanha, Pepel²⁵. Também esses povos têm enfrentado conflitos violentos desde tempos passados, como, por exemplo, guerras de Moussa Molo, em Foulado, a luta de libertação que houve na Guiné-Bissau, os separatistas de Casamance (o conflito mais longo na história da África Ocidental).

2.5 Os limites da formalidade e informalidade — sistema híbrido da economia

O *lumo* é caracterizado pelo local onde se encontra tanto formal quanto o informal, numa relação assaz fluida, em função das oportunidades de negócio e do tempo, o qual é um indicador do grau mínimo de acumulação de capital indispensável para garantir a permanência nas redes comerciais. Os *lumos* e os mercados fixos das sedes regionais são exemplos de coabitAÇÃO, lado a lado, entre comerciantes formais e informais.

Por estes e outros motivos, mais do que discutir conceitos da economia informal, é necessário realçar o papel da economia informal na vida cotidiana da população, começando desde a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural nos países africanos, o qual abriu as portas para o setor informal, que funciona como um colchão amortecedor, que absorve toda a mão-de-obra que, e por razões diversas, se encontra fora do sistema formal da economia. Não existem dados estatísticos disponíveis que expressem a quantidade de pessoas que trabalham no setor dito informal, para garantir o mínimo sustento familiar. Análises da OIT (escritório de Lisboa, 2006) afirmam que a economia informal oferece um ambiente que favorece todas as pessoas, seja qual for a idade,

²⁵ Para mais esclarecimentos sobre o assunto ver ABDOUL (2007) *Le cas de la Sénégambie méridionale, (les dynamiques transfrontalières en afrique de l'ouest)*.

personalidade social ou capital financeiro, as quais podem desenvolver as suas atividades de sobrevivência familiar.

A proliferação dos operadores e a inundação das ruas da cidade de Bissau e outras regiões, com diferentes produtos de primeira necessidade, expansão dos mercados fixos e populares ou semanais no meio rural são respostas imediatas à implementação do PAE. A discussão conceitual daquilo que é considerado o setor informal ou trabalho informal na Guiné-Bissau, é complexa e o conceito é polissêmico, uma vez que os operadores informais contribuem para o cofre do Estado, por um lado, e, por outro, a organização e controle de funcionamento e até autorização para a instalação dos *lumos* são feitos pelas autoridades locais de cada país. Cada feirante tem obrigação de pagar taxa de exposição de suas mercadorias.

No caso do meu estudo, as instituições do Estado funcionam informalmente, em termos de serviços que oferecem aos cidadãos, ou seja, a informalidade nas instituições do Estado é evidente no funcionamento do aparelho administrativo, sobretudo nos postos transfronteiriços. Para melhor compreender essa relação, recorri a conversas com os operadores do setor, no exercício de suas funções, questionando a sua relação com as autoridades, no que tange ao cumprimento das normas estabelecidas para o exercício das atividades econômicas. Os puxadores de carinhos de mão precisam de autorização da Câmara Municipal de Bissau; os vendedores ambulantes, assim como as pequenas unidades de transformação, na sua maioria, têm alvarás da CMB; os proprietários dos cacifos pagam impostos, trimestralmente, à Direção Geral de Contribuição e Impostos e pagam taxas da CMB.

A velocidade da tecnologia da comunicação e a globalização econômica são fatores que influenciaram o crescimento da economia informal. Os *lumos* funcionavam e continuam a funcionar nas ruas, como, por exemplo, as feiras de *Relógio* e a de *Monte Abrão*, em Lisboa. Essas feiras funcionam uma vez por semana, com horário pré-estabelecido, tal como os *lumos* no meio rural. A diferença entre essas feiras europeias e os *lumos* é que no caso dos *lumos* transfronteiriços na África Ocidental as dinâmicas comerciais praticados nos *lumos* contribuem na produção do excedente de rendimentos das famílias que são investidos nas construções de novas habitações que influenciam direta ou indiretamente na modificação da paisagem e na arquitetura das casas a tendência é introdução no local novos tipos de arquitetura habitacional, ao contrário das feiras de Lisboa que, apesar de

funcionarem sempre no mesmo local, nunca influenciam a mudança da paisagem do espaço, as quais são de utilidade pública. A feira de Relógio funciona numa avenida em Lisboa, em dia e horário estipulados, e, para o seu funcionamento, fecha-se o trânsito durante esse período.

Para analisar a economia informal, partimos do fato de que as fronteiras entre o formal e informal quase não existem, ou seja, os limites estão emaranhados. Houve debates, anteriores, promovidos sobre o tema nas principais cidades desses três países, sobretudo nas regiões estudadas, os *lumos* no meio rural; onde essa pesquisa, como outras, encontrou dificuldades para demarcar as fronteiras entre o setor formal e informal. Para esclarecer essa dificuldade lançamos mão da entrevista de Prof. Mamadú Jao, antigo Diretor-geral do INEP, num estudo realizado sobre o impacto da economia informal na Guiné-Bissau, em que o autor argumenta:

Cerca de 3.000 vendedores ou agentes económicos²⁶ pagam regularmente impostos ou taxas ao Estado ou Câmara de Bissau, qual é então, a legitimidade em afirmar que a economia informal castiga o Estado, uma vez que este último não consegue, através dos agentes informais, arrecadar receitas suficientes que visam investir em serviços sociais para as populações (LORENTZ e CAMARÁ. 1997, p.35).

Para Jao, o problema está na inoperacionalidade do Estado, ou seja, na forma como as receitas são cobradas e geridas. Portanto, o que cria problemas ao Estado é, sobretudo a incapacidade e a má gestão das receitas tributárias, que propiciam a economia informal. Num estudo sobre a economia informal no mercado de Bandim, em Bissau, realizado pelo INEP²⁷, os conceitos clássicos sobre a economia informal abrangem um conjunto de atividades que tem como denominador comum: a evasão fiscal, o descontrole, e/ou “castigador do Estado”.

No entanto, a realidade da Guiné-Bissau, ou o que acontece nos *lumos* e mercados fixos são diferentes, pois, nesses espaços de transações comerciais todos os tipos de operadores dos mercados, mesmo aqueles que não possuem um local fixo para exposição e venda dos produtos/mercadorias pagam uma taxa ao Estado, ou seja, os operadores da economia informal, os que têm estabelecimento comerciais pagam os impostos e pequenos

²⁶ Iniciativa Feira de Bandim. Tim Lorentz e Bailo Camará. 1997

²⁷ Para maiores esclarecimentos ver AGUILAR, R. Et al (2001), Bandim, subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio.

vendedores ambulantes pagam uma taxa a Câmara Municipal de Bissau, para possuir o direito de circulação e da venda de mercadoria, isso indica que todos contribuem para o cofre do Estado.

O resultado deste estudo aponta como referência as atividades exercidas no quadro da economia informal, conforme conceitos básicos discutidos, que estão presentes nos grupos das micro e médias empresas que possuem documentos legais ou outras que não possuem, mas de quem são cobrados impostos. Nos mercados fixos das regiões dos países coabitam, lado a lado, os comerciantes portadores de alvarás considerados formais e os comerciantes informais são maiores clientes dos comerciantes formais e, ao mesmo tempo, clientes, que estão ligados diretamente a seus intermediários, esses constituem maiores compradores dos produtos locais dos formais.

Partindo desta relação biunívoca entre as atividades formais e informais na economia, há de se realçar as dificuldades para encontrar um ou mais critérios definidores da evasão fiscal, porque cada um desses comerciantes paga uma taxa ao Estado. Nos *lumos* todos pagam uma taxa à administração local, para exposição da sua mercadoria e, além disso, os fiscais do Ministério das Finanças, através do Departamento de Contribuição de Impostos, cobram a contribuição semestral do imposto. Os vendedores ambulantes têm em suas mãos uma autorização de exercício das atividades comerciais emitida pela Câmara Municipal de Bissau, quando se trata do SAB, e, nas regiões fora de SAB, o documento é emitido pela Delegacia Regional do Departamento de Contribuição e Impostos.

Em muitos casos, os técnicos das instituições do Estado, devido à precarização dos salários que recebem, obrigam-se a praticar atividades ilícitas nos processos administrativos ou a funcionarem de forma informal nos serviços que oferecem aos cidadãos. É visível a informalidade no funcionamento das instituições do Estado na região do estudo, especialmente nos postos transfronteiriços e nos postos internos, onde tudo funciona na base da negociação.

Os atos ilícitos são visíveis nas cobranças dos fiscais da Câmara Municipal de Bissau e da polícia de trânsito, que mandam parar os *toca* (denominação de carros de transporte urbano da Guiné-Bissau) nas ruas da cidade de Bissau. Está subjacente que, no meio rural e nos centros urbanos e semiurbanos dos países em desenvolvimento, as atividades informais, na economia, continuam a envolver a maior parcela da população, como

alternativa de sobrevivência das famílias.

No caso deste estudo, parte das conversas foram tidas com os operadores do setor no exercício de funções, questionando-os sobre as suas relações com as autoridades, no que tange ao cumprimento das normas estabelecidas para o exercício das atividades econômicas. Os puxadores dos carrinhos de mão precisam de autorização da Câmara Municipal de Bissau (CMB), já os vendedores ambulantes e todas as pequenas unidades de transformação têm alvarás da CMB. Os proprietários dos cacos pagam trimestralmente impostos à Direção Geral de Contribuição e Impostos e pagam taxas da CMB. Para Ponson (2000, p. 57), é “o informal alimentando-se do formal e desestabilizando-o” como consequência do falhanço das atividades formais o informal preenchendo o vazio deixado pelas atividades formais antes de cessarem a sua atividade”.

Por outro lado, os operadores, em conjunto, reúnem esforços e criam redes de atividades econômicas e de manutenção de solidariedade. Essas redes de solidariedade aproveitaram as oportunidades oferecidas no quadro da implementação do PAE. Nesse quadro, surgiram iniciativas individuais e familiares e tiveram contornos também com a aplicação da política das reformas na administração pública guineense, que oportunizou iniciativas de caráter individual para criação dos próprios negócios.

2.6 Comércio e mobilidade no espaço da UEMOA e CEDEAO

Os Estados dos três países em estudo são membros de duas organizações sub-regionais; a primeira é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, a segunda, é a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Guiné-Bissau é membro fundador da CEDEAO, criada em 28 de maio de 1975 e, em 2 maio de 1997, aderiu à UEMOA.

Isso levou a administração pública do país a começar uma nova era econômico-financeira, disciplinando a administração a respeitar ou obedecer às regras econômicas, monetárias e fiscais. Atualmente, as políticas macroeconômicas e monetárias são dirigidas por um órgão supranacional, onde tudo é decidido, desde a gestão até a emissão das moedas. Este órgão é o Conselho de Ministros da Economia dos Estados-membros, e cada país é obrigado a cumprir as decisões da UEMOA. O ingresso neste órgão gerou expectativas para os países envolvidos, aventava-se que cada um teria ganho substancial, por fazer parte de um mercado com mais de 60 milhões de consumidores.

Para a Guiné-Bissau, a expectativa era enorme, especialmente por ser considerado um país com grandes potencialidades agrícolas e de pesca, tudo apontava para que estas potencialidades beneficiassem aos cidadãos, mas as sucessivas instabilidades governamentais não favoreceram a promoção de desenvolvimento e a integração econômica formal dos Estados-membros²⁸.

A integração num mercado sub-regional com mais 60 milhões de consumidores, a constante instabilidade política tornou as instituições do Estado cada vez mais frágil em termos de crescimento econômico, não conseguindo o país atingir taxas de crescimento na ordem dos 5% anuais há quase uma década (CAMARÁ, 2015, p. 1577).

Ambas as organizações de integração econômica e monetária da sub-região aliaram-se ao processo de promoção do desenvolvimento e harmonização das suas políticas tarifárias, numa lógica de integração, com vistas à criação de um sistema tarifário que favorecesse a alocação de recursos produtivos, a competitividade das suas economias e a intensificação das trocas comerciais dentro da comunidade. Com a criação dessas Uniões (UEMOA e CEDEAO), pressupunha-se também uma série de reformas, com vistas à eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias que obstaculizam as trocas na União e a livre circulação das pessoas e bens:

a) No espaço da UEMOA - Política da mobilidade e trocas comerciais

No quadro desta política, foi estabelecida a política da mobilidade que adota o regime de trocas na UEMOA, através de um Tratado da União Econômica e Monetária Comum. A definição específica dos objetivos de promoção comercial na União, no Art.º 76 do Tratado, pressupõe: a) eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias e todas as taxas e medidas de efeito equivalente sobre as trocas entre os países-membros, respeitando as regras de origem da União; b) criação de uma Tarifa Exterior Comum (TEC).

Com o ato adicional nº 04, de 10 de maio de 1996, a UEMOA criou um regime preferencial transitório, destinado a reger as trocas comerciais entre os países-membros.

²⁸ Nota de conjuntura II Trimestre 2016, Os principais produtos de exportação do país são a castanha de caju, a madeira e o sésamo. As produções de consumo são: arroz, milho, fundo. O setor primário (agricultura, pecuária e pesca) contribui com a parte mais importante da formação do PIB, com 57,4%, em 2011 e 41,8%, em 2014. Os setores secundário e terciário representaram, respectivamente, 14,8% e 41,2%, em 2014. Em 2015, a previsão da taxa do PIB real foi de 6,0% contra 2,7% em 2014, superior aos 4,7% inicialmente previstos.

Em seguida, criou-se um regime de trocas nas fronteiras do espaço da UEMOA. Relativamente aos textos que regulamentam as trocas na fronteira do espaço UEMOA, temos o seguinte:

- 1) Regulamento nº 02/97/CM/UEMOA, que adota a Tarifa Exterior Comum;
- 2) Ato Adicional nº 07/99, que adota a taxa comunitária de solidariedade (PCS);
Regulamento nº 02/2000/CM/UEMOA, que modifica e completa o artigo 8º do Regulamento nº 02/97/CM/UEMOA, de 28 de novembro de 1997, que, por sua vez, adota a tarifa exterior comum da UEMOA;
- 3) Regulamento nº 09 /2001/CM/UEMOA, que adota o Código Aduaneiro da UEMOA (organização, procedimentos e regimes aduaneiros).

Esses textos regulamentam as mobilidades e as trocas comerciais ou a utilização das fronteiras para diferentes fins cotidianos das populações na zona fronteiriça, garantindo a liberalização das trocas e mobilidades entre os Estados-membros. As importações e exportações dos produtos originários ou fabricados nos Estados-membros deixaram de estar sujeitas a restrições em termos de quantidade e a obstáculos não tarifários;

b) No espaço da CEDEAO - Política de mobilidade e trocas comerciais

À evolução da organização, seguiram-se a criação e o ajuste de leis para melhor garantir o cumprimento dos objetivos da sua criação. Assim, foi reprogramada a criação da União Aduaneira, na revisão do seu Tratado, em julho de 1993. Também as leis e os tratados da CEDEAO se aliaram aos da UEMOA, visando à eliminação de todas as formas de barreiras não tarifárias, tais como as restrições quantitativas, as "contingências" e outros obstáculos administrativos ao comércio entre os Estados-membros. O Tratado da CEDEAO procurou criar um esquema de liberalização de trocas no seio da Comunidade a partir dos anos 1980. Infelizmente, ao nível da CEDEAO, o esquema não avançou muito. Previa, também, a isenção total de taxas na importação e a livre circulação de pessoas e bens, sem nenhuma restrição em termos de quantidade de produtos não tratados e do artesanato tradicional.

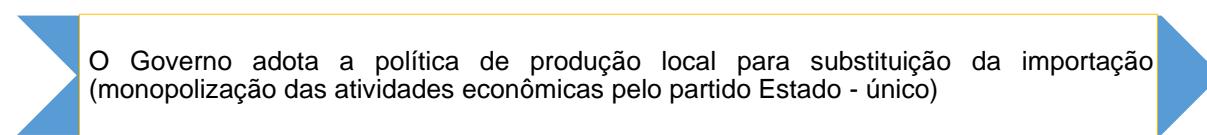
2.7 Transição política e econômica na Guiné-Bissau

A formação deste subcapítulo centra-se na análise da transformação política e econômica ocorrida na Guiné-Bissau, que permitiu a expansão e crescimento da economia informal da independência, obtida por via unilateral em 1973, até à presente data, tomando como referência a política comercial, no período do partido único e pós-liberalização.

A Guiné-Bissau, tal como os outros países recém-independentes, tinha optado por um modelo de desenvolvimento de economia inspirado no modelo socialista, onde o Estado era visto como o principal ator econômico e, entidade reguladora, ao mesmo tempo. Todas as atividades econômicas eram controladas e executadas pelo Estado. O setor privado tinha pouca expressão. Este período foi marcado por várias fases para promover o desenvolvimento e a luta contra a pobreza. O Governo da Guiné-Bissau adotou o primeiro plano quadrienal de desenvolvimento econômico e social entre os anos de 1983 e 1986, dividindo-o em fases.

Na primeira fase havia um cronograma de implementação, entre 1983-1984, que visava à estabilização financeira; na segunda, entre 1985-1986, a consolidação da estabilização econômica e financeira, reequilíbrio econômico e definição das prioridades dos setores que deviam receber maior investimento. No que diz respeito às estratégias de desenvolvimento adotadas para promover o desenvolvimento e a luta contra a pobreza, pode-se dividir em três tempos, o período que vai da independência até 1997: de 1975 a 1982; de 1983 a 1986; e de 1987 a 1997. A implementação do PAE facilitou a liberalização e a liberdade dos cidadãos para exercerem atividades de sobrevivência, seguiram o programa do PAE marcada pela essência da abertura das atividades econômicas e a dinâmica da integração econômica africana (Guiné-Bissau, relatório de desenvolvimento, 1997).²⁹

Diagrama 2: Governo adota política de produção local para substituição da importação



O Governo adota a política de produção local para substituição da importação (monopolização das atividades econômicas pelo partido Estado - único)

Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁹ Para mais esclarecimentos ver Guiné-Bissau (1997) Relatório do Desenvolvimento Humano de (1997),

As primeiras duas décadas da independência se estendem de 1974 a 1994. Foi na primeira década do governo do Partido Único, ou partido-Estado, que, embora o Governo não tenha declarado o socialismo como sistema de governança, optando por uma política de não alinhamento, o modelo tinha forte inspiração no socialismo. A Guiné-Bissau não fugiu à realidade política dos países congêneres recém-libertados. O relatório de desenvolvimento humano de 1997³⁰, aponta que o Estado tinha optado, no âmbito da economia, por uma política de produção local de bens de consumo, substituindo, deste modo, a importação anteriormente feita em termos políticos. O Estado escolheu um sistema de democracia revolucionária, caracterizado pela monopolização do exercício de atividades econômicas.

Vários projetos de desenvolvimento rural integrado foram implementados nas três províncias: leste, norte e sul, visando produzir para abastecer o mercado local e a indústria de transformação dos produtos agrícolas, como razão principal da adoção do modelo de economia da produção para substituição da importação. Em alguns setores administrativos, foram implementados projetos/programas de desenvolvimento, tendo em conta a especificidade da zona e apostando na agricultura, como base econômica do país e como o setor econômico que poderia dinamizar os outros setores nas atividades econômicas. Segundo Jao (1999), “Guiné-Bissau contava com 56 projetos agrícolas, entre os quais sete eram do tipo integrado”, são eles:

Tabela 1: Apresentação de custos de investimento dos projetos Integrados

Nome	Código	Financiamento em milhões de dólares	Origem
Projeto de desenvolvimento Rural Integrado da Zona 1 Norte	(PDRI, A27)	33.000	ASD/ Suécia
Projeto de desenvolvimento Rural Integrado Zona 2 Leste	(PDRL, A25)	35.000	FAC/FED França
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Cabuxanque Zona 3 Sul	(PIC, A28)	2.500	COE/ Diversos
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Bolama/Bijagós Zona 4 Sul	(PDIIB, A37)	2.990	CECI/ Canadá
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Quínara Sul	(PADIQ, A58)	4.650	GTZ/CF
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Boé Leste	(PADIB, A36)	1.555	WFD
Projeto de Diversificação de Culturas	(A102)	102	Oxfam/

³⁰ O Relatório do Desenvolvimento Humano de (1997).

Total de investimento dos projetos Integrados	-	79.797	Bélgica
---	---	--------	---------

Fonte: Jao (1999) apud Relatório da Missão de preparação do projeto de desenvolvimento do setor agrícola da Guiné-Bissau, 1989, p. 2.

O autor estima que até 1989 Guiné-Bissau tenha se beneficiado de 79.797 milhões de dólares americanos (Jao, 1999, p. 66). Justificava-se a criação destes projetos integrados no meio rural para garantir a produção para consumo familiar por um lado e, por outro, dinamizar as atividades econômicas do país, com vistas a criar riqueza e, posteriormente promover o “desenvolvimento harmonioso”, a partir da produção local para abastecer o mercado local, regional e nacional. Porém, os objetivos traçados nos projetos não foram alcançados. A análise de sucesso ou insucesso dos projetos implementados para um desenvolvimento integrado das regiões do país provocou vários debates entre os analistas nacionais, onde alguns defendiam que os projetos tiveram sucesso porque no período aumentou a produção e o setor agrícola apresentou excedente de exportação e outros, afirmam que não isso não se justifica, que os projetos foram importados sem estudos de base sobre a sua implementação; e mal geridos pelos administradores.

Desde da proclamação da independência em 1973 da Guiné-Bissau, até os dias atuais, o Governo, através da cooperação bilateral e multilateral, recebeu financiamento para a formação do pessoal administrativo e pessoal técnico, para garantir o funcionamento da administração pública e dos projetos de desenvolvimento, apesar dos apoios recebidos os projetos de capacitação do capital humano nacional, para qualificar as atividades de promoção do desenvolvimento econômico e melhoria do funcionamento da administração pública, não conseguiu atingir as metas traçadas para o crescimento econômico. Esses projetos tinham como objetivo garantir a sustentabilidade do modelo de produção para substituição da importação, que previa elevar o setor industrial que, por sua vez, arrastaria outros setores das atividades econômicas, tais como: agricultura, pesca e comércio. Mas não foi possível envolver nenhum desses setores.

A gestão e aplicação do modelo econômico centralizado que vigorava no país foi “medíocre”, porque o setor primário da economia, que teria papel dinamizador de outros setores, não se beneficiou do investimento público, apesar de ser definido como prioritário para a economia (Relatório de desenvolvimento humano da Guiné-Bissau 1997). O aumento paulatino da participação do Estado nas atividades econômicas levou,

progressivamente, a *déficits* importantes, financiados por meio da emissão monetária. Neste período, o Estado era responsável pela política monetária e emissão de moedas, a qual se decidia na reunião da direção encarregada da política monetária. As sucessivas emissões tiveram reflexo direto na elevação generalizada da inflação sobre todos os produtos da primeira necessidade.

No período do Partido do Estado, com o poder de monopólio da política comercial, as exportações e importações eram efetuadas por duas empresas comerciais públicas (Armazéns do Povo e Socomim) e tinham também a atribuição de distribuição e escoamento de produtos da cidade para o campo e vice-versa. O Estado controlava a política comercial (preço e comercialização), principalmente a comercialização dos produtos de primeira necessidade. A distribuição e as atividades econômicas, em todas as suas dimensões, eram controladas pelo Estado, que era o maior interveniente na economia; nesse período, o setor privado era quase inexistente.

O monopólio das atividades econômicas, na época, obrigava o Estado a proceder sucessivos ajustes e reajustes, pois suas ações tinham dois componentes: econômico e social. Os ajustes e reajustes contribuíram com o crescente aumento de *déficits* da balança de pagamento, motivados pela intervenção sucessiva de serviços de dívidas. Essa situação elevou o grau da dependência do país de recursos provenientes do exterior. A partir de “1981, foram tomadas medidas para corrigir as distorções estruturais para uma reorientação da política econômica” (GUINÉ-BISSAU, 1997, p. 9).

O plano quadrienal de desenvolvimento econômico e social privilegiava os setores produtivos (agricultura, pecuária, florestas, pesca e minas) como potências econômicas do país³¹ que poderiam alavancar diferentes setores de atividades econômicas. Contemplava ainda diferentes operadores especializados, que viam o referido plano para garantir melhor e maior exploração dos recursos existentes; procuravam aproveitar ao máximo as vantagens e as potencialidades que esses setores ofereciam no domínio de bem-estar social da população e de redução da pobreza que assolava o país.

Esta primeira fase do 1º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) (1983-1986) tinha três orientações como condição para o arranque do desenvolvimento do país: a) estabilização financeira; b) iniciar progressos reais da

³¹ República da Guiné-Bissau (1983-1986) 1º plano quadrienal de desenvolvimento econômico e social V.I.

produção e, c) assegurar os aspectos fundamentais dos objetivos ligados à construção nacional³². A ação do controle no exercício da economia pelo Estado criou um setor público pesado e pouco eficaz. Assim, verificou-se um declínio da produção interna, acentuação da dependência da ajuda alimentar, incentivo ao êxodo rural, com consequências negativas para a situação da agricultura e da Balança Comercial.

Em 1983, teve início a transição da economia planificada para a economia de mercado, que se consolidou em 1986. Na sequência da reforma da política comercial³³, o Estado procedeu à privatização total e parcial de algumas empresas, permitindo, assim, o aparecimento de um setor privado tímido, sem fundos para investimento nas atividades econômicas e comerciais. Contudo, a implementação desta política criou condições favoráveis à liberalização dos preços dos principais produtos de exportação e importação, deixando funcionar as regras do mercado³⁴.

Na implementação da política da reforma macroeconômica, o governo tinha programado a periodização para a estabilização financeira do país como componente da primeira fase, mas não foi possível atingir a estabilidade definida no plano quadrienal do desenvolvimento socioeconômico³⁵. Entre as medidas e políticas definidas na reforma macroeconômica, uma era garantir o abastecimento do mercado local; para tal, foi aprovada uma nova estratégia de desenvolvimento e adotado o 1º Plano Quadrienal de

³² República da Guiné-Bissau, (1983-1986) 1º plano quadrienal de desenvolvimento econômico e social V.I relatório geral, República da Guiné-Bissau, Secretaria do Estado Plano e Cooperação Internacional.

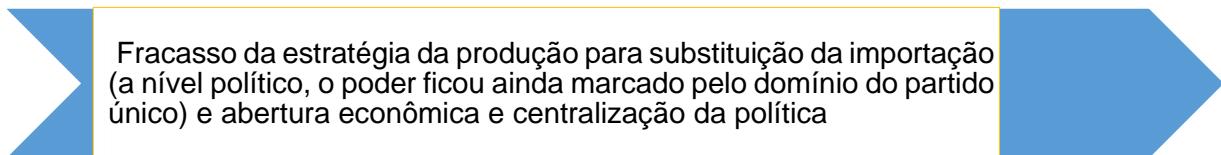
³³ No entanto, mau grado estas reformas econômicas, o sistema político continua fortemente centralizado, com um claro domínio do partido único sobre a vida política e social. Os homens políticos foram ao mesmo tempo agentes econômicos (consequência direta da acumulação econômica/política) tendo isto tido efeitos negativos sobre a mobilização e afetação de recursos, tendo a pobreza atingido também os centros urbanos: salários baixos, aumento do desemprego e do analfabetismo, privatização progressiva dos serviços de saúde e educação. Para fazer face a esta situação, em 1996 o Governo assinou acordos com o FMI a 23 de maio de 1987, a Guiné-Bissau deu início à aplicação do seu primeiro Programa de Ajustamento Estrutural, cuja primeira fase cobria o período de 1987-1989. (Guiné-Bissau relatório de Desenvolvimento Humano).

³⁴ Lindell52 (2002) a política de liberalização econômica implementada no país provocou mudança das condições de vida das pessoas que vivem nas cidades. Para esta investigadora a liberalização da economia permitiu revisões de diversas legislações e foram introduzidos graus crescentes de liberalização do comércio interno e externo e dos preços e por outro lado, diminuiu também o processo burocrático do Estado que poderia condicionar as atividades comerciais e expansão do setor privado. As leis laboradas eram para facilitar ou simplificar o licenciamento dos estabelecimentos comerciais e os procedimentos legais de acesso às atividades comerciais.

³⁵ No 1º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi programado um período de 3 anos para a estabilização econômica e financeira entre 1983-1986, com as reformas econômicas que haviam iniciado desde 1981.

Desenvolvimento Econômico e Social (PDES)³⁶. O plano privilegiava os setores que se assentavam na exploração eficaz dos produtos que dão vantagens comparativas do país, graças a uma política econômica essencialmente fundada na liberalização e nas leis do mercado³⁷. A dotação e aplicação das novas políticas e estratégias de desenvolvimento não trouxeram vantagens para a economia do país. A Guiné-Bissau transitou para a década de 90 com uma economia frágil.

Diagrama 3: Fracasso da Estratégia da produção para substituição da exportação



Fonte: Produzido pelo autor.

O Estado controlava o sistema de comercialização e distribuição interna dos bens de consumo, a maior parte deles através das empresas públicas. Essas empresas tinham funções comerciais e, também, sociais, porém a distribuição das agências/postos comerciais em território nacional não obedecia aos critérios comerciais que visavam lucros, porque as condições geográficas de localização não permitiam o acesso fácil.

Antes da liberalização da política comercial e dos preços dos produtos de primeira necessidade. Segundo Cardoso (1996), o Estado, que controlava na altura o sistema de comercialização e de distribuição interna dos bens de consumo e uma boa parte da produção por intermédio das empresas públicas, procedeu à privatização total ou parcial de algumas empresas e permitiu o aparecimento do comércio privado. Os preços de uma grande parte dos produtos foram então liberalizados. Assim, a preocupação de obtenção do lucro pelo setor privado e antes o Governo se preocupava com a expansão comercial procedendo a instalação de empresa comercial, Armazéns do povo ou socomim para atender as necessidades das populações mesmo nas localidades onde acesso é difícil e que não tinha capacidade de produzir rentabilidade.

O período de 1987-1997 foi marcado pela implementação dos primeiros Programas de Ajustamento Estrutural, de acordos assinados com as instituições de Bretton Wood, da

³⁶ República da Guiné-Bissau, Secretaria do Estado do Plano e Cooperação Internacional, 1º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1983-1986) V.I, Relatório Geral.

³⁷ Guiné-Bissau (1997) Relatório do Desenvolvimento Humano de (1997), p.9.

adesão à UEMOA: aprofundamento das reformas econômicas e liberalização do sistema político³⁸.

Diagrama 4: Implementação e consolidação da política Comercial

Implementação e consolidação da política de liberalização da política comercial, na Guiné-Bissau, e adesão à UEMOA

Fonte: Produzido pelo autor.

Nesta fase verificou-se o desvio dos objetivos do Primeiro Plano Quadrienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que visava à estabilização econômica e financeira, como também a mobilização de recursos para a estabilização macroeconômica. Em 1985, foi negociado entre o Governo e as duas organizações de *Bretton Woods*, FMI e BM, o Programa de Ajustamento Estrutural, com novas orientações. O novo programa negociado e assinado tinha prioridades totalmente contrárias ao primeiro e segundo planos quadriennais de desenvolvimento, como pode ser observado no relatório nacional de desenvolvimento humano em (1997, p. 10) “Valorização dos recursos humanos nos planos técnico, organizacional e cultural, a fim de dotar o país de agentes qualificados, melhorar as capacidades de gestão e de reforçar a independência nacional”. O programa ora celebrado não privilegiava o investimento nos setores produtivos.

O primeiro PAE foi definido para um horizonte de três anos (1987-1989), a que se seguiram as outras fases. A primeira fase, segundo Cardoso (1996), tinha o componente de crédito e facilidade de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do FMI, num montante de 15 milhões de Dólares Americanos. Com este crédito, fixaram-se 4 metas: a) crescimento real do PIB com a taxa média anual de 3,5%, o que provocaria um aumento no rendimento real “*per capita*”; b) redução da taxa anual de inflação de 107% para 8%; c) redução do déficit de transações correntes externa; d) redução ou eliminação dos atrasados da dívida externa. Porém, nenhuma dessas quatro metas foram alcançadas.

Para atingir essas metas, era necessário que o Governo adotasse outras medidas políticas econômicas, tais como: a) expansão da produção e exportação, através da promoção dos setores produtivos; b) redimensionamento do setor público; c) viabilização do setor externo. Nenhuma dessas medidas foram alcançadas, pois o Estado não

³⁸ Para mais esclarecimentos ver Guiné-Bissau (1997, p.10) relatório de desenvolvimento humano.

conseguiu gerir bem os fundos desembolsados das organizações de *Bretton Woods*. Na análise desta situação viva no país, os analistas não *tiveram a mesma opinião sobre os efeitos do PAE na Guiné-Bissau:

Para Lindell:

A política de liberalização econômica implementada no país provocou mudança das condições de vida das pessoas que vivem nas cidades. Para essa investigadora a liberalização da economia permitiu revisões de diversas legislações e foram introduzidos graus crescentes de liberalização do comércio interno e externo e dos preços e por outro lado, diminuiu também o processo burocrático do Estado que poderia condicionar as atividades comerciais e expansão do setor privado. As leis elaboradas é simplificar o licenciamento dos estabelecimentos comerciais e os procedimentos legais de acesso às atividades econômicas. (LINDELL, 2022, p. 78)

Paulo Gomes (1996), economista guineense e alto funcionário do Banco Mundial, fez as seguintes considerações:

Entre 1987 e 1991 o PAE permitiu incutir uma maior dinâmica à atividade econômica, com destaque do setor de comércio. O PAE, contribui no aumento do consumo privado e público através de crédito concedido no quadro da cooperação internacional e estima-se que mais de 50% do total de crédito foi canalizado para importação de bens de consumo enquanto *apenas 20% foi destinado à renovação do stock de capital fixo. A política da liberalização dos preços dos produtos de exportação e importação tiveram efeitos positivos em estimular o aumento da produção agrícola que teve uma média anual de crescimento de 5,2%, que quase corresponde ao crescimento do PIB global, e da exportação de castanhas de caju. (GOMES, 1996, p. 51)

Para Embalo (1993, p. 63) “Não foi possível efetuar a produção para substituição das importações por falta de capacidade de investimento. Deste modo a política de restrição das importações afetou também os custos dos meios de produção importados, o que ainda foi agravado pela limitação dos créditos”.

Segundo Maanen (1996, p. 32):

Na Guiné-Bissau, não se chegou a verificar qualquer melhoramento no déficit da balança pagamento. A história guineense não registou um único ano de estabilidade econômico após a proclamação da independência. Os conflitos na aplicação de preços levaram à destruição da produção. Os cinco anos que se seguiram à mudança governamental de 1980 foram caracterizados por crises de ordem administrativa. O FMI, o BM e o Plano de 1987 para a Guiné-Bissau tiveram em consideração das despesas, principalmente as estatais, e desvalorização monetária.

Com a implementação do PAE na Guiné-Bissau, os cidadãos aproveitaram a liberalização da política comercial como alternativa para praticar atividades de sobrevivências, criando assim, os seus próprios negócios no setor informal, diminuindo barreiras administrativas e permitindo também a explosão dos mercados semanais, como alternativa na atividade comercial para os funcionários atingidos pelo licenciamento. Abriram-se possibilidades para aqueles com iniciativas individuais, com menos recursos a alguma forma de sobrevivência. Administração Pública guineense paga salários muito baixos, logo as famílias precisam de atividades secundárias para complementar o abastecimento mínimo e sustento familiar, esta situação tem motivado aderência política por exemplo para ser deputado com duas legislaturas consecutivas tendo aposentadoria vitalícia.

Com a adesão ao programa do FMI, a economia nacional teve outros comportamentos, porque o Governo não conseguiu cumprir com rigor as regras e políticas orçamentárias e monetárias definidas no acordo com as instituições de *Bretton Woods*. A situação se complicou com a deterioração da posição externa do país. O FMI suspendeu o acordo com o Governo a partir de 1992. Em 1993, o Governo da Guiné-Bissau encontrou uma alternativa que visava reorientar as atividades de gestão das políticas orçamentárias. Com esta reorientação, o Governo conseguiu organizar uma mesa redonda em 1994, com os doadores. Essa mesa redonda facilitou a retomada da negociação com as organizações de *Bretton Woods* e posterior assinatura de acordos por dois períodos, de 1994-1997 e de 1997-1999, com a finalidade de garantir a estabilidade macroeconômica do país.

Para além dos planos e acordos assinados com as organizações de *Bretton Woods*, o Governo optou também pela aderência aos blocos regionais, como forma de participar dos maiores mercados consumidores para poder garantir o escoamento de sua produção e aquisição dos produtos de primeira necessidade, que o país não possuía. É neste quadro que, em 2 maio de 1997, o Governo aderiu à UEMOA, adotando o Franco CFA como moeda nacional, em substituição ao peso guineense. Entre os objetivos que justificam essa aderência à moeda Francos CFA (GUINÉ-BISSAU, 1997 p. 11), está o fato de que: “O País se beneficia de um potencial de mercado de 60 milhões de habitantes. Esta adesão, que dotou o país de uma moeda estável, permitir-lhe-á escapar ao ciclo de depreciação da moeda e da inflação, que atingiu os 65% entre dezembro de 1995 e dezembro de 1996”.

A integração da Guiné-Bissau à UEMOA tinha também outra justificativa: restabelecer a confiança dos investidores estrangeiros da sub-região e de outros continentes e procurar potencializar os recursos naturais existentes, evitando a sua má exploração e, ao mesmo tempo, garantir uma planificação e boa gestão. Esta adesão levou o Governo, e os operadores econômicos, a obedecerem ao “exercício da política econômica, monetária e fiscal sujeito a determinadas regras e disciplinas que sobrepõem as fronteiras da soberania de cada um dos Estados-membros” (GUINÉ-BISSAU, 2001, p. 31).

Com a implementação do PAE nos anos 80, o período que coincide com maioria dos Estados africanos, adotou-se a política de liberalização comercial e integração nos blocos econômicos da UEMOA e CEDEAO, os quais fortificaram a ligação comercial entre os países vizinhos. Os *lumos* passaram a desempenhar funções de veículo das mobilidades, de exportação e importação informal transfronteiriça; incentivou ainda mais a mobilidade das pessoas e bens no espaço, reduzindo as exigências nas fronteiras.

3 REDES DE COMÉRCIO NA ÁFRICA OCIDENTAL: TRÍPLICE FRONTEIRA

3.1 Fronteira

Apesar de não constituir o objeto principal deste capítulo, por um lado; e da complexidade do conceito de diferentes tipos de fronteiras, a sua definição e caracterização, por outro, a sua discussão mesmo que seja de forma breve, torna-se indispensável, principalmente se tivermos em conta a natureza deste trabalho e da utilização do conceito para caracterizar os movimentos comerciais, mobilidade de pessoas e de bens, utilizando meios de transporte transfronteiriça.

A fronteira corresponde à faixa interna ou uma linha divisória terrestre de um território terrestre e marítima. As fronteiras constituem limites de separação de dois ou mais populações dos países cujo maioritário a sua observância depende das mobilidades transfronteiriça e também as fronteiras sobretudo no continente africano e particular na região do estudo separam com mesma características linguísticas, culturais, étnicas etc. essas divisões históricas de fronteiras naturais e artificiais como as fronteiras africanas de norte ao sul e leste a oeste foram delimitadas de acordo com interesses das potenciais coloniais³⁹.

Assim, segundo o Dicionário de Geografia, a fronteira define-se como sendo “o limite que separa duas ou dois Estados”. Ela pode representar “uma ruptura entre dois modos de organização do espaço, entre duas redes de comunicação entre sociedades frequentemente diferentes e por vezes antagónicos”. Neste sentido, “a fronteira tem, portanto, uma implicação”, conclui (Baud al. (1997, p118). No entanto, esta relativa “rigidez” na definição da fronteira é desafiada pelas “práticas sociais, as relações, as ações políticas (Estado) e as redes passam a ser fundamentais na interpretação contemporânea de fronteira e território” (Rodrigues, 2015,140).

Esta situação torna-se ainda mais relevante no nosso contexto, se tivermos em consideração aquilo que Djibril Baldé, citando Maria Luísa Esteves, chama da problemática:

³⁹ <https://www.researchgate.net/publication/303738733> disponível, 20/07/2023. A Guiné-Bissau foi um dos primeiros territórios ultramarinos portugueses em África a ser delimitado e demarcado. A fronteira foi estabelecida pela “Convenção relativa à delimitação das possessões portuguesas e francesas na África Ocidental”, concluída e assinada, numa convenção entre Portugal e França em Paris, a 12 de maio de 1886 e ratificada em Lisboa a 31 de agosto de 1886 (Maria Carma Nunes al- 2016)

[...] da natureza das fronteiras desenhadas pelas potências coloniais, que conduziu ao estabelecimento de fronteiras formais que estes povos simplesmente ignoram; por outro lado, a fraca capacidade de implantar o Estado – Nação, a negligência das autoridades resultante das independências ou a crónica falta de meios torna o controlo das fronteiras quase uma tarefa impossível" (DJIBRIL BALDÉ, 2019, p. 37).

Aliás, situações desta natureza merecem atenção da própria Organização Internacional para as Migrações ao referir que "grupos culturais e étnicos são frequentemente divididos por fronteiras, e os governos enfrentam desafios na gestão de fronteiras internacionais, respeitando as comunidades transfronteiriças" OIM (2018).

A história de demarcação das fronteiras africanas para muitos autores⁴⁰ consideram delimitações fronteiras são questões abertas, sobretudo, por dificuldade de acesso à informação sobre a sua delimitação⁴¹. O conceito de fronteira é polissêmico, pois para estudar as fronteiras devemos considerar as implicações geográficas, sobretudo por conta da existência de vários tipos de fronteiras e seus fundamentos e limites ou linhas de separação entre dois ou mais países ou limite que separa duas zonas ou dois Estados.

Ainda, os mesmos autores continuam afirmar que: "a fronteira representa uma ruptura entre dois modos de organização do espaço, entre duas redes de comunicação entre sociedades frequentemente diferentes e por vezes antagônicas"⁴². As fronteiras têm uma história longa e complexa na evolução do conceito onde as mobilidades humanas e a ocupação do espaço modificam as configurações do espaço pela diversificação das atividades (econômicas, culturais, religiosas) e, estabelecem ligações entre dois, três ou mais países assumindo diferentes configurações onde algumas nascem e outras desaparecem a partir da ação humana no espaço. Nunes e Costa (2016) testemunham que em África existia uma noção de fronteira desde o período pré-colonial.

Em África, no tempo pré-colonial, havia a noção de territorialidade e de fronteira separando entidades políticas, que eram definidas por vários fatores como o sistema político e económico ou a proporção entre a terra e a população, e não dependiam de unidades étnicas, culturais ou linguísticas, sendo por isso espaços que englobavam várias etnias e diversas línguas. No período colonial a Partilha da África foi basicamente definida após a Conferência de Berlim de 1884/85, por

⁴⁰ (Maria Carma Nunes e Fernando Costa -2016)

⁴¹ Nunes al (2016) Por razões históricas, o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) concentra um vasto acervo sobre fronteiras da CPLP, incluindo informação histórica e dados geográficos, em cadernetas de campo, croquis e cartografia de precisão.

⁴² Baud al. (1997, p118) Dicionário de Geografia, Plátano edições técnica, Lda. Lisboa

acordos bilaterais entre as potências administrantes para delimitação e demarcação das fronteiras, tendo sido a maioria concluída nas duas décadas seguintes.

O que foi verificado pós-independência dos países africanos, é que os novos governos assumiram os limites fronteiriços delimitados durante o período colonial. Também os novos Estados independentes mantiveram as estruturas tradicionais africanas pré-coloniais num território onde coabitam *plurilingüísticos* e *multiétnicos*⁴³. Nesses espaços, onde há convivência pacífica bem-sucedidas da sociedade pluriculturais e multiétnicos, seja nas fronteiras artificiais africanas ou pré-coloniais, é neste espaço que os *lumos* transfronteiriço é instalado para efeitos de exercício de atividades comerciais e mobilidades.

Na história da região onde realizamos esta pesquisa, as fronteiras constituem um triângulo do comércio, mobilidades e das redes comerciais na África Ocidental. A discussão deste estudo centra-se na análise das redes dos *lumos* transfronteiriços de cada país, os quais constituem-se em nós ou pontos comerciais que estabelecem, semanalmente, encontros entre retalhistas e intermediários.

Segundo motorista transportadores de produtos e mercadorias nos *lumos* transfronteiriços, da República de Guiné no trecho que liga Labé Saré-Boido, entrevista conduzida na língua Fula, este motorista na sua análise sobre as redes comerciais afirma o seguinte: o primeiro fala vias de acesso ou pistas rurais que permitem circulação das pessoas e bens, essas pistas rurais não estão em condições para garantir maior e melhor fluxos dos caminhões na efetivação regular as transações comerciais entre os *lumos* transfronteiriços. Faço um dia ou um dia e meio de viagem na época de seca e se for no período chuvoso precisa mais dias ali considera-se maior obstáculo, é por isso, que se afirma, pistas rurais determinam tipos de viaturas e produtos que os membros das redes de intermediários do comércio transfronteiriço devem alugar para transportar as mercadorias ou produtos agrícolas entre as regiões do estudo. Veja o meu carro é velho é, por isso, o proprietário não se preocupa com as condições das estradas no meio rural, os proprietários das novas viaturas não aceitam alugar por motivo de má condição das estradas, as vezes até alguns proprietários aceitam na época da seca e outros não. (MAMADU ALIU BALDE, 2019)⁴⁴

As redes comerciais na África Ocidental são antigas e remontam períodos anteriores à conquista e denominação plena pelas potências coloniais, tendo sido consolidadas

⁴³ Nunes al 2016 apud (Döpcke, 1999).

⁴⁴ Neste capítulo e nos posteriores serão utilizados trechos de entrevistas feitas pelo autor, logo na descrição da citação constará o nome do entrevistado em caixa alta e o ano em que a entrevista foi feita, não contendo assim paginação uma vez que as entrevistas foram transcritas do acervo pessoal do autor e utilizadas neste trabalho.

durante o período colonial. Sobretudo os três países em estudo conseguiram resistir às exigências da administração no cumprimento das regras para o seu funcionamento.

Para Umaru Seide (2019) motorista que faz ligação Bafat-Diaobé afirma o seguinte: as redes e rotas comerciais são antigas nesta região, no período colonial as pessoas andavam a pé transportando as mercadorias de cabeça, aproveitando o direito das relações familiares e parentesco que tinham, mesmo com limites das fronteiras coloniais. Cada comerciante tinha intermediário e na maioria desses intermediários eram família ou amigo que garantiam o comércio da longa distância. Hoje há livre circulação dentro do território nacional e da sub-região, segundo as leis da integração temos moeda única que é o Franco CFA e também CEDAO, que garante a livre circulação de bens e pessoas, de igual modo as pessoas podem circular livremente nesses países. Mas para nós motoristas infelizmente as leis não são aplicadas quer para os mercados internos, quer para os mercados sub-regionais, internamente no caso da Guiné-Bissau tem muitos postos de controles de polícias. Por exemplo saindo das regiões de Tombali e Quinara para Diaobé Senegal atravessamos o país, os produtos agrícolas essas duas regiões do Sul país, passo muitos postos que constituem barreiras que nos impede de circular livremente, quer no país, quer na sub-região, barreiras essas que se traduzem em cobranças ilícitas. (UMARU SEIDE, 2019)

Grégoire & Labazée (1993, p.13) afirmam que “as redes de comércio de longa distância na África Ocidental são muito antigas e conseguiram resistir, de forma variada, à situação de mudança de política depois da conquista colonial”. Com a plena denominação, muitos comerciantes desapareceram pela exigência do aparelho administrativo colonial. Os produtos da comercialização foram seletivos, ou seja, tudo o que poderia sofrer transformação e voltar com valor acrescentado, como o amendoim, teve a comercialização formalizada e reservada como produto de exportação para metrópoles. Alguns comerciantes que praticavam comércio transaariano passaram a vender outros produtos, a exemplo de nozes-de-cola entre outros, que não tinham valor comercial na metrópole.

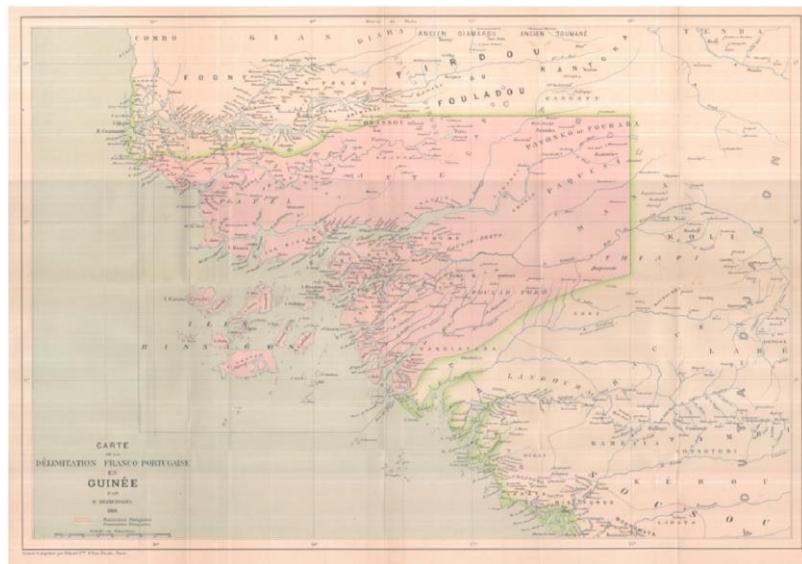
A região do estudo forma um triângulo transfronteiriço, historicamente conhecido como *Senegâmbia meridional*. No período pré-colonial era um único reinado que possuía características físicas de solo similar, na sua maior parte, e essa similaridade aparece também nos modos de sobrevivência criados por seus habitantes como o sistema político, prática da produção e comércio.

Segundo Patrício (2014, p.12), “as fronteiras africanas são artificiais e arbitrárias, foram desenhadas a régua e esquadro pelos europeus, dividiram grupos étnicos entre dois ou mais Estados, e por isso representam uma constante fonte de conflito”. A região geográfica do presente estudo não foge a essa realidade, pois os grupos étnicos que nela

habitam foram divididos em três Estados, de acordo com interesses das potências coloniais, desconsiderando as implicações futuras que adviriam dessa divisão.

Por intermédio do primeiro mapa da Guiné-Bissau, apresentado por Nunes (2014), e publicado originalmente em 1886 (Débuissons, 1886) pode-se observar como estavam definidas as fronteiras entre Guiné-Bissau e os países vizinhos, baseado na Convenção Internacional de 12 de maio de 1886, entre Portugal e França. Entre 1901 e 1905, na sequência das várias campanhas de demarcação, foram produzidos mapas com a localização dos respetivos marcos, sucedendo após as campanhas de verificação e retificação da fronteira de 1928 a 1931. Observando o mapa a seguir, percebemos que as fronteiras apresentam limites que deixam pouca barreira para as mobilidades transfronteiriças da população e para as atividades econômicas e religiosas na região.

Mapa 5: Primeiro mapa da Guiné-Bissau



Fonte: NUNES, Maria do Carmo; (2014) de delimitacão da fronteira da Guiné-Bissau 1886.

A maioria dos autores que estudaram as fronteiras africanas concordam que a África é o continente mais dividido, é formado por 55 Estados e 109 fronteiras internacionais e tem o mais baixo rácio entre o comprimento das linhas de fronteira e a área territorial". Para Nunes *Et al.* (2019, p. 911), "Muitas das fronteiras em África são consideradas como artificiais, por uma grande maioria de autores, pois não seguem elementos geográficos naturais, não contemplam as formas de organização política e social dos seus povos, nem a sua distribuição étnica: Nunes *Et al.* (2019, p. 911)."

Apesar da divisão da região em três países, sem respeito às relações étnicas e parentesco nos territórios tradicionais dos povos autóctones, referenciados na introdução deste capítulo, esta divisão, efetuada pelas potências coloniais em 1886, não afetou muito as relações ancestrais dos habitantes. As mobilidades transfronteiriças, com seus múltiplos objetivos foram mantidas. Embora com a ocorrência das delimitações, os referidos povos têm respeitado as fronteiras estabelecidas pelas potências coloniais. Os operadores econômicos na região afirmam que as delimitações das fronteiras, na decorrência dos procedimentos formais com os serviços desconcentrados dos Estados, instalados junto às linhas fronteiriças, não têm interferido na livre circulação das pessoas, bens e serviços entre os países vizinhos. Além disso, respeitam as regras da integração sub-regional estabelecidas pelos Estados-membros, nos fluxos e refluxos econômicos, por intermédio de redes criadas para facilitar essa mobilidade.

Na história da sua formação, a *Senegâmbia Meridional* é conhecida como região das mobilidades comerciais e de convivência no local. Em que pese essa convivência ter sido pacífica em algumas localidades, em outras, porém, foi violenta. Para Abdoul (2007, p. 36-37) “A *Senegâmbia Meridional* é caracterizada pela alta mobilidade de suas populações. Sempre foram fortemente contestados por vários grupos étnicos organizados em sistemas políticos específicos, eles próprios integrados em formações mais variadas”.

A mobilidade e o comércio transfronteiriço são práticas ancestrais dos cidadãos da sub-região, por isso constatamos a artificialidade dessa delimitação física das fronteiras, feita pelas potências europeias. Em decorrência disso, as famílias sofreram muito as separações, pois os princípios coletivos que norteiam as sociedades africanas não foram respeitados. Khapoya (2015, p. 61) afirma que “as sociedades africanas são sociedades coletivistas”, com fortes relações de parentesco, por isso a divisão das fronteiras artificiais se reconfigura e se mostra cada vez mais flexível, através da procura de sobrevivências nos mercados (*lumos*) e nas atividades agrícolas praticadas pelas populações nas linhas fronteiriças.

As dinâmicas das atividades econômicas, no sentido mais amplo, de forma paulatina, estão eliminando as barreiras fronteiriças e linguísticas. A referida região é caracterizada pela alta mobilidade, como herança histórica com organizações de diferentes povos que foram separados pelas fronteiras. Nas últimas três décadas, a política de integração sub-regional contribui na dinâmica, na migração e nas atividades econômicas regionais,

reforçadas por *lumos* transfronteiriços, que funcionam uma vez por semana, nas diferentes localidades desses três países. Os povos que habitam historicamente a região entram e saem pacificamente. As fraturas provocadas nas fronteiras depois da Conferência de Berlim de 1884-85 não impediram as práticas comerciais nem o cruzamento entre povos, que mantiveram as suas relações socioculturais e religiosas.

As diferenças no patrimônio linguístico são amplamente mitigadas pelo desenvolvimento de linguagens de integração como *mandinga*, *djola* ou *balanta*, mas também *wolof*, *pular* e *creole* (Abdoul, 2007). A população residente na região sul da Senegâmbia, na sua maioria, é multilíngue, fala a língua do colonizador e a sua língua materna, como ocorre com o Senegal, que fala francês, a língua da colônia e as mais diferentes línguas locais, assim como a Gâmbia, a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri, que também falam a língua do colonizador e as línguas locais. Apesar de cada país ter sido colonizado por uma potência europeia diferente, mantendo como língua oficial a dos colonizadores, eles aceitaram as línguas locais, na comunicação corrente e comercial.

3.2 Mobilidades e migrações na Tríplice fronteira

As mobilidades estabelecem ligações transfronteiriças com objetivos diversos, entre a Guiné-Bissau, o Senegal e a República da Guiné, contribuindo com uma rápida expansão do comércio e abrindo novas oportunidades de negócio para diferentes segmentos sociais. Assim, as mobilidades e o comércio na África Ocidental são alguns dos componentes que fazem parte da história das mobilidades africanas, praticadas desde o período pré-colonial e colonial, que se estende até o século XX. Quando se fez a partilha da África procedeu-se à delimitação das fronteiras artificiais, mas, mesmo esta divisão não impediu as mobilidades transfronteiriças entre os países nem o funcionamento das redes comerciais transfronteiriças e passeios propedêuticos da islamização. A região do estudo é única, com características de Tríplice Fronteira entre os três países: leste da Guiné-Bissau, sudoeste da Guiné-Conacri e sul do Senegal.

A África ocidental não é exceção em relação às mobilidades existentes por toda parte no continente africano. Essas mobilidades apresentam marcos históricos na vida cotidiana das populações, divergindo muito das mobilidades verificadas na Europa e na Ásia. Como explica Vansina:

Os agricultores africanos das regiões tropicais e subtropicais apresentaram muito mais mobilidade do que os camponeses europeus ou asiáticos que, praticando um cultivo intensivo, renovavam a cada ano a fertilidade do mesmo pedaço de terra na maior parte da África, o cultivo tinha de ser extensivo e as mesmas terras não podiam ser trabalhadas por muitos anos consecutivos. (VANSINA, 2010, p. 55):

As populações africanas foram consideradas as que têm menos raízes em uma terra⁴⁵; a mobilidade aparece como característica natural e essencial de sobrevivência da população: a caça associada à coleta, à criação de gado e animais domésticos, ao cultivo do solo e à pesca. Essas quatro atividades econômicas garantem o sustento familiar e têm características comuns, características que obrigavam as populações a se deslocarem de um território para outro. Cada grupo deslocava-se, conforme a natureza da sua atividade, para os territórios onde havia melhores condições e de fácil adaptabilidade. (Vansina, 2010, p. 55)

No caso dos criadores de gado, havia necessidade de um território que possuísse água, sal e pastagem. Os caçadores e agricultores procuravam territórios onde havia animais de caça e frutos silvestres (de colheita). Esses territórios também tinham que reunir condições habitacionais normais para uma população. A natureza das atividades de sobrevivência das populações africanas, por óbvio, é que condicionava a constante mobilidade, pois tinham que procurar novos territórios com mais recursos para o seu sustento. Assim, qualquer análise sobre os fatos históricos que marcaram as mobilidades africanas precisa estudar as atividades econômicas que a população africana praticava e as características dessas mobilidades. Só a partir desta análise é que se pode obter um conhecimento profundo sobre as mobilidades transfronteiriças hoje existentes no continente africano, e, ao mesmo tempo, perceber a sua diferença com outros povos de outros continentes, como por exemplo, os europeus e asiáticos (Vansina, 2010).

Vansina (2010 p.55) declara que, “(...) de qualquer modo, esta mobilidade da população é uma característica essencial que deve ser levado em conta em todo estudo e toda reconstituição do passado africano, e é importante avaliar cuidadosamente sua

⁴⁵ Para mais esclarecimentos ver J. VANSINA (2010, p.55) a população tinha então muito menos raízes em uma terra em particular, tendo maior mobilidade que em outros lugares. Do mesmo modo, havia criadores de animais, ainda que suas técnicas de adaptação a seu meio fossem comparáveis às técnicas dos pastores asiáticos, particularmente daqueles da Ásia central, e à transumância praticada na Europa. De qualquer modo, esta mobilidade da população é uma característica essencial que deve ser levada em conta em todo estudo e toda reconstituição do passado africano, e é importante avaliar cuidadosamente sua influência sobre as sociedades e as culturas.

influência sobre as sociedades e as culturas". Alguns historiadores consideram a mobilidade como ordinária, ligada à busca dos meios de subsistência. A movimentação dependia da forma como organizavam os espaços nos territórios, em observância à natureza, levando em conta a característica ou especialidade e formas de sustento da população no dito período. (Vansina, 2010).

As mobilidades transfronteiriças praticadas atualmente nos países africanos têm algumas semelhanças às mobilidades que eram praticadas entre os séculos XVI e XVIII, baseadas nas atividades de subsistência (comércio informal transfronteiriço dos produtos agrícolas, da pecuária e pesca) e, em alguns casos, na procura de melhores terras para o cultivo agrícola. Para além das atividades de sustento da população africana local, que criavam condições obrigatórias de mobilidade, as atividades comerciais que funcionavam na base das estruturas socioeconômicas, nos territórios habitados, em função das condições históricas e ecológicas, contribuíram também para movimentação da população.

De acordo com vários autores, o desenvolvimento do comércio é visto como principal causa da desintegração da sociedade medieval, principalmente do seu regime de trocas e de seus costumes. Textualmente, Hunt e Sherman (2013, p. 85) explica "As modificações ocorridas na agricultura e na indústria constituíram os requisitos necessários para a expressão das trocas e do comércio. Essa expansão, por sua vez, revigorou o desenvolvimento da indústria e das cidades".

Essas estruturas socioeconômicas sofreram transformações profundas, as quais Karl Polanyi chama as grandes transformações da nossa época. A substituição do sistema de castas para o sistema de guildas (Diagne, 2010). A referida transformação tem o seu vínculo nas relações sociais e econômicas que se inverteram, forçando as populações à mobilidade, em busca de melhores condições de vida. O comércio desenvolvido, naquele momento, permitiu um contato direto entre os europeus e os africanos. Como Appiah (2014, p. 241) afirma:

O comércio direto com os europeus – especialmente o tráfico de escravos – havia estruturado as economias de muitos Estados da costa africana ocidental e de seu interior desde meados do século XVII, substituindo o vasto comércio de ouro que existia, no mínimo, desde Império Cartaginês, no século II a.C. No início do século XIX, à medida que o comércio escravagista entrou em declínio, os óleos de babaçu e de amendoim tornaram-se as principais exportações para a Europa, sendo posteriormente seguido pelo cacau e pelo café. Mas a colonização direta da região só começou para valer no fim do século XIX; e a administração europeia de toda a África Ocidental só foi conseguida – após muita resistência – quando o califado de Sokoto foi conquistado, em 1903 (APPIAH, 2014, p. 241).

Está confirmada pela historiografia africana que a África foi o último lugar do mundo antigo com campesinato “não cativo” (Appiah, 2014) e onde o campesinato tinha direito e capacidade de cultivar a terra sem supervisão dos senhores feudais. Os produtos poderiam ser comercializados através do complexo sistema de redes comerciais (Appiah, 2014). Appiah (2014, p. 241) afirma ainda que:

No oceano Índico, o comércio voltado para o Oriente, que envia ouro e escravos para Arábia e trocava especiarias, incenso, marfim, óleo de côco, madeira, cereais e ferro-gusa por seda e tecidos finos indianos, bem como por cerâmica e porcelana da Pérsia e da China, havia dominado as economias do litoral leste da África, até que a chegada dos portugueses desbaratou esse comércio no fim do século XV.

O comércio de longa distância é um sistema complexo e antigo que tem contribuído para mobilidade dos operadores econômicos, através das suas redes e centros comerciais criados para cumprir a sua missão. Os viajantes marítimos portugueses chegaram ao território na Costa Oeste africana e encontraram, desde o século XVII, uma vasta e complexa rede comercial. Havia vários tipos de mercados e *dyulas*, que são comerciantes muçulmanos atuando no comércio transfronteiriço, abastecendo o mercado com produtos industriais importados. Também esses mercados tinham, e continuam a ter, múltiplas funções na Tríplice Fronteira, nomeadamente, criar condições de mobilidade interna e transfronteiriça, comercial, comunicacional, lazer ou de convivência cultural.

Para Torres (1999, p. 124):

no período pré-colonial as populações africanas tinham consciência da diversidade do seu meio ambiente, tanto do ponto vista dos recursos naturais como nos aspectos culturais. O que caracteriza a história de África são os grandes movimentos de populações e a sua interpenetração resultante do comércio de longa distância características que se mantiveram mesmo com as fronteiras traçadas pela colonização a partir de finais do século XIX.

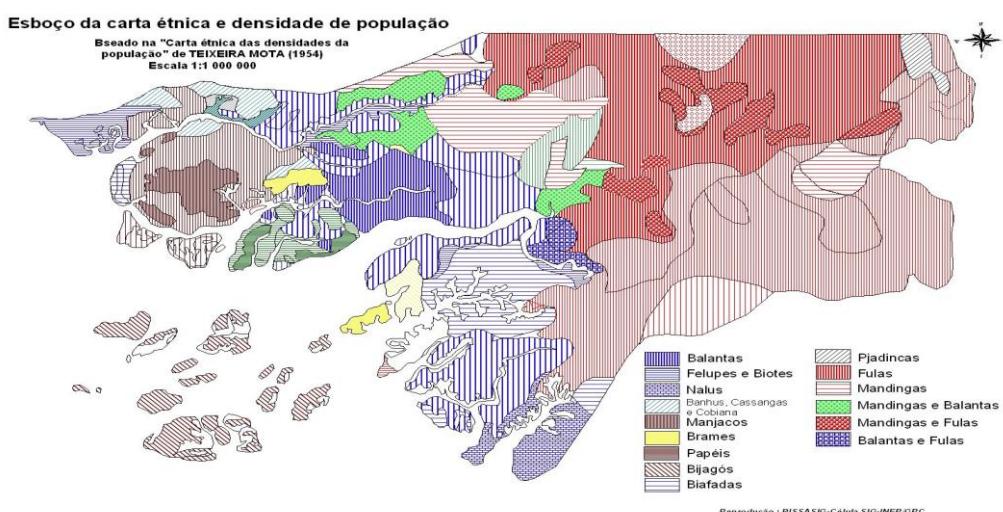
A região do estudo não foge a essa realidade de movimentação histórica africana. A região é habitada majoritariamente pelo povo Fula, apesar da existência do povo mandinga, povo padjadinka, povo badjaranque, que está em vias de ser absorvido pelos povos Fulas e Mandinga. Pacificamente, coabitam e exercem atividades econômicas, políticas, religiosas e culturais idênticas. Dada a convivência com os Fulas na região, todos os outros

povos praticam o comércio associando-o com a agricultura, considerada como ocupação principal da população na região.

Como o interesse desta tese é discutir atividades comerciais e as mobilidades transfronteiriças na região, a referida discussão vai centrar nas duas práticas especiais da sociedade Fula, comerciantes e criadores de bovino que são consideradas fatores centrais da cultura, segundo Jean Boutrais (1999, p. 25). No prefácio do livro *Figuras Fulas*, o autor traz duas características que identificam os Fulas: “Mobilidade pastoral ou a passagem contínua da transumância à migração e ao Islã através de caminhadas propedêuticas durante o qual a aprendizagem do real a cultura Árabe-muçulmano que cria uma rede internacional de shaykh entre os que circulam e discípulos”.

A região leste da Guiné-Bissau é, na atualidade, povoada majoritariamente pelo povo Fula oriundo de diversas regiões, com mutações sociais adquiridas ao longo do seu percurso migratório. Os Fulas de Fuladou sofreram transformações no modo de vida e da produção através dos contatos que tiveram com os habitantes de outras regiões, atravessada ou habitada. No mapa, disposto a seguir, observa-se a coabitAÇÃO entre os Fulas e Mandingas na zona leste da Guiné-Bissau, que não foi pacífica, travaram vários conflitos de interesses (terreno, de cultivo para sobrevivência, para construção de habitação, próprio para formação de família ou casamento entre eles) também tiveram conflitos no processo propedêutico religioso. Apesar de todos esses conflitos de interesses continuaram a partilhar o mesmo espaço para diferentes atividades econômicas, culturais e religiosas até a data presente.

Mapa 6: Distribuição e densidade populacional por grupo étnico



Fonte: Inspirado de Teixeira Mota de 1954, SIG- Herculano INEP 2014.

Apesar de os Fulas terem sido nômades na era colonial, a migração para Fouladou foi utilizada como estratégia de fuga dos potentados locais e do rigor da colonização francesa. As populações Fulas, de origem servil, deixaram Futa Djallon com destino à Guiné Portuguesa “Fulado”, que os Mandingas consideravam país dos Fulas. Este território oferecia melhores condições de vida para os Fulas⁴⁶; coabitavam e continuam coabitando até hoje neste território diferentes povos: povo Mandinga, povo Padjadinca, entre outros povos, cuja representação é menor no território.

Os Fulas são conhecidos como povos com três principais atividades para a sua sobrevivência: pastores e criadores de gado, agricultores e comerciantes de perto e longa distância. Por onde vivem, os Fulas têm essas três atividades como a essência da sua existência e, além de características de mobilidade, estão sempre à procura de melhores condições para praticarem as suas principais atividades.

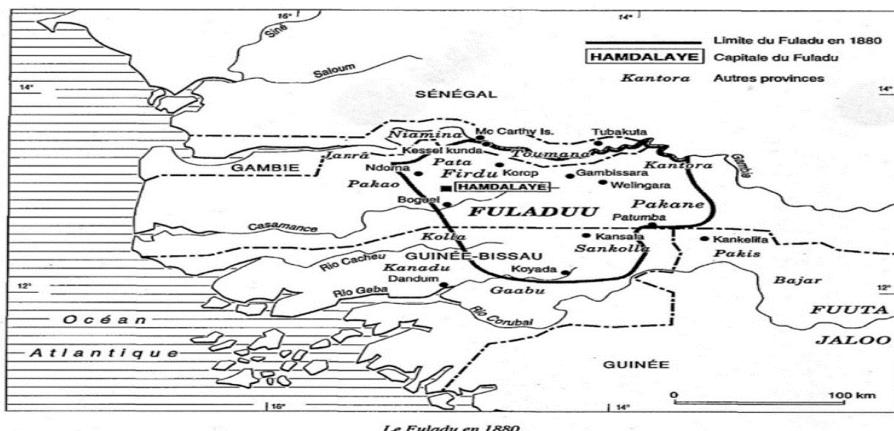
As migrações dos Fulas no domínio pastoril e passeio propedêutico contribuíram nas mutações das sociedades visitadas. Em Fuladu, foram introduzidas novas culturas e hábitos, mas há de se dizer que até a convivência pacífica e bem-sucedida demorou algum tempo. Ainda hoje a conservação de alguns aspectos, apesar das fusões culturais, é confirmada através da partilha do espaço comum para exercício de atividades de

⁴⁶ De diversas origens geográficas e sociais, chegaram à região em várias ondas migratórias, os Fulas de Fuladou sofreram um longo processo de transformações de seus modos de vida e produção em contato com os antigos senhores do lugar, os Mandinga. A partir do século XV, da região do Sahel Entre-Os-Rios Senegal e Níger e da Fouta Djallon e da Guiné Portuguesa para as migrações mais recentes, os Fulas da Alta Casamance criaram uma sociedade original. Aos migrantes de origem fulani uniram-se a diferentes povos de origem servil: bambara, jallonke, mandinga, diola, baynouk. Na era colonial, fugindo dos potentados locais ou do rigor da colonização francesa, as populações fulani ou servis deixaram em grande número a Fouta Djallon e a Guiné Portuguesa para se refugiarem na Fouladou que é, para os Mandingas, o país dos fulas. Dependendo, se suas migrações ocorreram em grupos ou individualmente, eles fugiram de guerras e/ou crises políticas, se eles têm deslocado em busca de pasto ou se procuraram expandir o Islã, essas populações se instalaram no Fouladou de acordo com os modos variáveis. Além disso, de uma época para outra, condições políticas e ecológicas, bem como as particularidades das empresas com as quais entraram em contato (Mandinga e Fulani a oeste, Wolof ao norte, Badiaranké e Bambara a leste) exerciam uma influência em seu modo de fixação no espaço (mapa 1) Além dos reinos efêmeros de Alpha Molo (1867-1881), seu filho, Moussa Molo (1883-1903) durante o qual uma administração foi construída sobre as ruínas de instituições pluralistas que datam do tempo Mandinga (QUINN, 1971) 'não havia poder em Fouladou estruturação, seja militar, comercial ou religiosa. Alpha Molo e Moussa Molo eram apenas líderes islâmicos que, devido aos seus status de ex-cativos, não conseguiram obter a unanimidade da população, e especialmente de liberdade de Fulani. Para expulsar os Mandinga, no final a partir do século XIX, eles tiveram que pedir ajuda para a alma de Fouta Djallon, interessado em controlar o rio Gâmbia, mas sem alcançar para criar um reino independente em Fouladou. Então, a presença francesa obstruiu a formação de poder forte em uma região que ela estava tentando controlar por um longo tempo.

sobrevivência, respeitando os usos e costumes e princípios de cada povo⁴⁷.

O assentamento de Fulado, na parte do território de Gabú, que era reino dos Mandingas, foi realizado em quatro períodos, de importância desigual: o primeiro, o mais longo, durante a dominação mandinga, teria durado desde o início do século XV até meados do século XIX; o segundo, da queda do Império Gabou (1867-1868) até início do século XX, começou com a revolta dos Fulas contra os Mandingas e cobriu os reinos de Alpha e Mussa Molo; o terceiro, até 1960, corresponde ao período colonial; o último começa com a independência, durante o qual o Fuladou desempenhou o papel de uma região de refúgio para os Fulas de Futa Djallon e os da Guiné-Bissau, durante a guerra civil (Sylvie, 1960).

Mapa 7: Delimitação de território do Estado Fulado



Fonte: N'GAJ.DE, ABDARAHMANE Le Fuladu en 1880.

A população que habita o território de Fulado é caracterizada pela alta mobilidade. Essa mobilidade desmantelou as estruturas e o sistema de organização e funcionamento

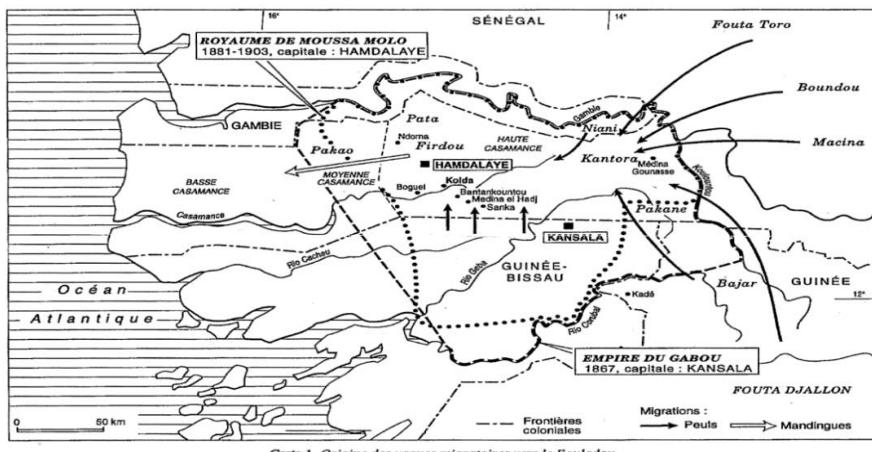
⁴⁷ Sylvie Fanchette analisa o processo de treinamento a longo prazo Fuladu de uma nova sociedade onde, apesar de uma coabitacão espacial mantida, uma forte endogamia étnica e uma grande diversidade de práticas agrícolas e pastorais, surge uma unidade baseada em uma apropriação de espaço comum. Desde o século XV, a presença de Fulani provenientes de várias regiões da zona de Sahel e de marabouts do Ngaabu no império de Mandinga do Mali, a fim de procurar a sua sobrevivência. Nessas mobilidades, os Fulani traziam consigo esteira muitos escravos de diversas origens seduzidos pelo seu proselitismo religioso; estes marabouts às vezes competem com outros marabouts, descendente de Futa Jallon, fundadores de casas islâmicas Fulakunda Fulani; a partir da década de 1920, com o novo boom de amendoim, um grande número de migrantes sazonais, logo juntaram-se a suas famílias, por sua vez, contribuem para a população; finalmente, um influxo de refugiados fugindo Guiné de Sékou Touré ou a guerra da independência em 1973, A Guiné-Bissau é a última contribuição deste mosaico demográfico. Em meados do século XX, um processo de fusão foi iniciado de uma oposição comum das populações, em particular os Fulas e escravos, a dominação Mandinga.

das sociedades que ali existiam, recebendo influências de novas culturas. Stuart Hall (2005, p. 15) chama isto de “desalojamento do sistema social” à “extração” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo”. Os habitantes do território de Fulado introduziram, de forma paulatina, um novo comportamento cultural e social. A sua construção não foi pacífica, houve resistência dos autóctones para assumir novas culturas e novos usos e costumes até a convivência bem-sucedida, sobretudo nos usos e costumes e na crença religiosa. O mapa 8 apresenta a proveniência dos Fulas que formaram o Estado do Fulado, cuja capital é Hamdalaye, que contribui na saída forçada dos Mandingas. Hoje Fulado é constituído por três Estados (Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Senegal).

Para povoar Fulado, os motivos das mobilidades diferenciaram-se, alguns vieram em grupos e, outros, individualmente, mas cada segmento tinha a sua justificação ou motivo: alguns fugiram das guerras e crises políticas; outros procuravam terras férteis para agricultura de subsistência e terras para pastagem; outros por questão de atividades comerciais, se deslocavam para terras de longa distância; e havia, ainda, mobilidade por passeio propedêutico, isto é, missões de evangelização para expansão do Islão.

No entanto, a formação do Estado Fulado estabeleceu racionalidade na convivência pacífica entre povos que vieram de diferentes cantos. A mobilidade também se insere na procura de melhores condições vida, ou seja, onde a possibilidade de exploração e apropriação de recursos naturais e florestais pode ser por especialidade das atividades produtivas que, na sua maioria, são produtos sazonais, para além dos eventos culturais e religiosos, organizados em observância de temporalidade propícia para o seu sucesso.

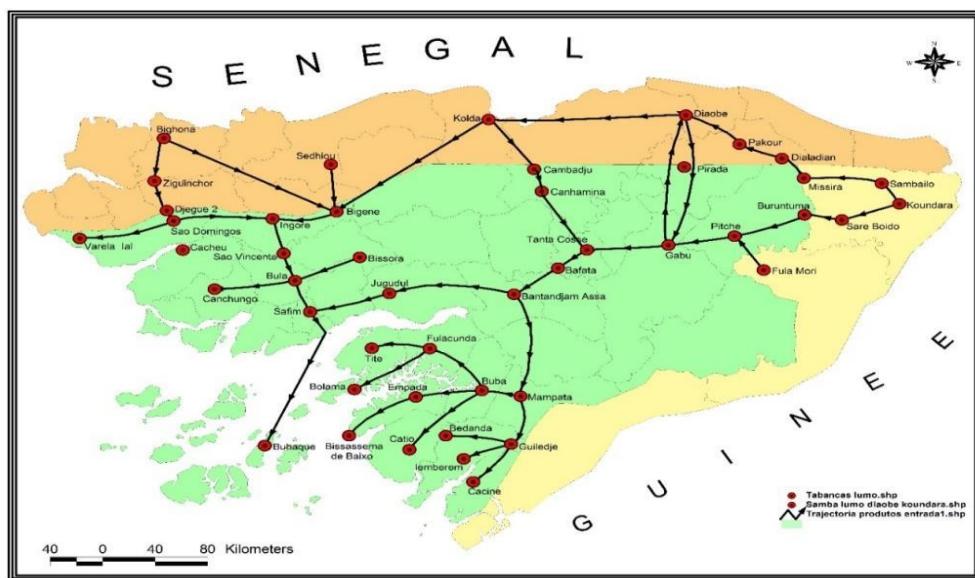
Mapa 8: Origem migratório dos Fulas que povoaram o território de Fulado



Fonte: SYLVE FANCHETTE Carte 1. Origine des vagues migratoires vers le Fouladou 1881-1903.

Assim foi fundado Fulado, naquela época considerado Estado dos Fulas, capital Hamdalaye, ali a expansão começou com as próprias atividades dos povos: comércio de perto e longa distância; pesca; agricultura; criação de gado e pastagem. Até hoje essas atividades continuam como elementos da sobrevivência da população. Todos esses povos sofreram transição das suas culturas e usos e costumes, até linguística, devido a misturas de diferentes povos, oriundos de zonas geográficas diferentes. Também os países da sub-região entraram em rupturas política e econômica, ou seja, no sistema de funcionamento.

Mapa 9: Mapa Regional das mobilidades das pessoas e circulação dos bens



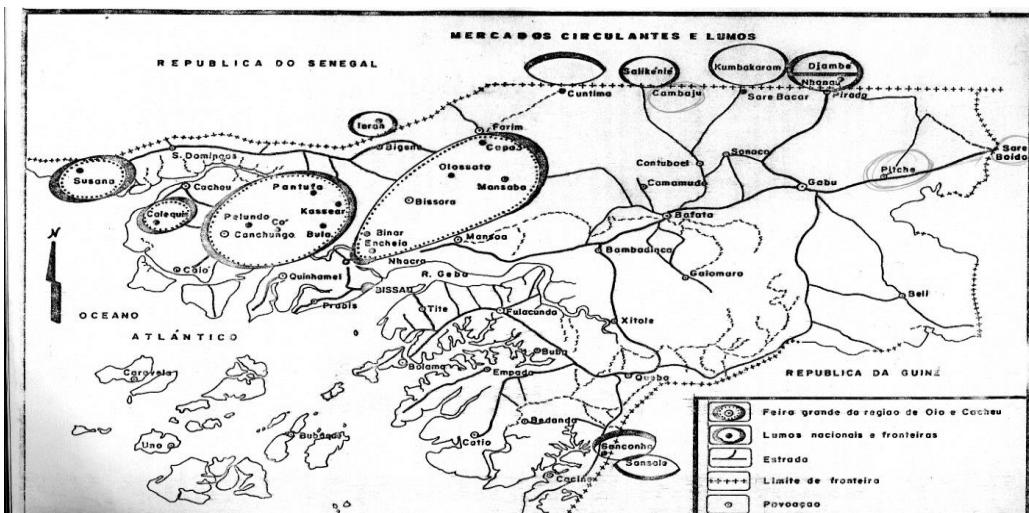
Fonte: SIG – INEP.

A região de Cacheu tinha oito feiras na época em pleno funcionamento, muito antigas, seis delas consideradas feiras grandes, pela quantidade de pessoas que concentravam e as transações comerciais que nelas se realizavam até as independências dos países, os governos africanos não foram capazes de contornar a situação. Os produtos comerciais da África continuam, ainda hoje, sendo marginalizados no mercado mundial. Por um lado, as regras de funcionamento e organização dos mercados foram influenciadas pela globalização e crises econômicas da governança.

No mapa 10, a seguir, está representada a ligação comercial dos *lumos* transfronteiriços desde o período colonial até a atualidade. Na Guiné-Bissau, no referido

período, só havia três *lumos*, na linha fronteiriça, contra cinco *lumos* no Senegal e três *lumos* na Guiné-Conacri.

Mapa 10: Posição Geográfica dos Lumos desde o período pré-colonial até 1979



Fonte: RIBEIRO Carlos, R. Miranda, M. F. (1992).

3.3 Comércio da África Ocidental e Globalização

Ellis & Gaffey (1997, p.13-14) refletem que “(...) o comércio da longa distância na África Subsaariana foi baseado em bens relativamente raros e valiosos, como o ferro e o sal”. O sistema de funcionamento das economias na África favorece comércios informais, fragilizando a arrecadação das receitas por tesouros públicos dos países africanos e as sucessivas instabilidades políticas, sociais e econômicas que assolam os governos.

Quanto à produção e acumulação do capital, Philippe Hugon⁴⁸, no seu livro A Economia de África, revela que a África possui economia de renda com bloqueio da acumulação por motivo de fraca taxa de investimento, que tem provocado desequilíbrio do sistema produtivo, ou investimento nos setores não produtivos. Estes têm contribuído para a marginalização externa da sua produção e não concorrência no mercado internacional.

⁴⁸ Para Hugon Phillippe, (2000, p. 41) A Economia de África, Economia de renda, o peso da história e essencial para compreender as especificidades atuais das economias africanas. Apesar das suas profundas transformações internas, as economias africanas permaneceram, salvo raras exceções, dominadas pela economia de plantação ou pela economia mineira.

O mesmo estudo chega à conclusão de que “mais de trinta anos após as independências africanas, as economias africanas mantêm-se polarizadas nas economias europeias, as quais representam mais de dois terços das suas zonas de trocas comerciais e de origem dos capitais” (Hugon, 2000, p. 67). Porém, a dinâmica da economia africana, quase na sua maioria, continua a ser baseada em pequenas atividades informais, que sustentam os tecidos econômicos, sociais e culturais. Através dos blocos regionais africanos, a economia informal recebeu grandes benefícios da integração e, ao mesmo tempo, vem resistindo às reformas macroeconômicas implementadas, num ambiente em que o Estado continua sendo um ponto fraco no controle fiscal para arrecadação dos tesouros públicos.

Com a globalização, as economias africanas sofrem mudanças, os comerciantes são obrigados a se adaptarem às exigências que novos cenários econômicos impõem. Grégoire & Labazée (1993, p. 14) levantam algumas questões sobre o comportamento no futuro e a facilidade de adaptabilidade de produtos agrícolas nos mercados, questionando a adequação das redes por meio de três grandes transformações a que elas resistiram na África Ocidental: a) as políticas de ajustamento estrutural levaram os Estados da África Ocidental a reduzirem a sua intervenção na economia, através da abolição do monopólio do comércio, dissolução das tarifas e privatização das empresas públicas; a implementação destas políticas deveria dinamizar a intervenção do setor privado e garantir fluxos e refluxos comerciais e, assim, a redução da pressão nas fronteiras entre os países; b) o crescimento urbano e semiurbano, resultantes da migração dos cidadãos de países da sub-região, com diversas rotas comerciais, assim como estímulo de circuitos do comércio curto de mercados informais; c) a importância das mudanças provocadas pela implementação da política econômica, nomeadamente criada para favorecer as condições de facilidade de inserção no mercado ou liberalização da política comercial, que permitiu entrada e saída sem regras administrativas, e a facilidade de abastecimento dos mercados da África Ocidental.

Os estudos realizados sobre a história do comércio da África Ocidental indicam que os comerciantes africanos Hausa e Kanouris Dioula, mantiveram as rotas e formas de organização do mercado e do comércio. Algumas mercadorias não se comercializavam dentro dos circuitos comerciais existentes, como é o caso dos escravos. Dentro do circuito distribuíam-se mercadorias para diferentes categorias de comerciantes residentes nas principais cidades dos países da África Ocidental; nas cidades consideradas secundárias,

as rotas e redes funcionavam num circuito fechado, com controle da administração colonial sobre as atividades econômicas, sobretudo nas grandes cidades e secundárias. Este circuito fechado estimulou a promoção das suas atividades, tendo como exemplo o caso da Costa do Marfim e Chade, onde os comerciantes desses países continuaram suas funções de distribuição “tradicional” dos produtos, não baseados nos circuitos comerciais da metrópole.

No texto recuperado de Lopes sobre o texto de Datou, T. Gueye (Gueye 2000, apud Lopes, p. 47), aponta uma análise dos espaços comerciais localizados em países como Burkina Faso, Costa do Marfim e Mali atribuindo às redes de comerciantes o domínio do comércio regional realizado entre as cidades de Sikasso (Mali), Korhogo (Costa do Marfim) e Bobo-Dioulasso (Burkina Faso) e o poder adquirido, com base no controle dos sistemas de informações, dos recursos financeiros e do capital de relações sociais. O autor, enfatiza que as decisões de investimento das redes de contrabando que operam no mercado de tecidos em Korhogo são o resultado da interação dinâmica entre lógicas de cálculo econômico, relações de dependências sociais, bem como, entre o contexto socioeconômico e cultural.

As redes empresariais são formadas com base em três fatores: fator étnico; fator familiar; fator da amizade e a relação de confiança. Um estudo realizado em Dakar (Lefebvre, 2003) sobre as cidades africanas e os seus imigrantes destaca o caso de guineenses de Conacri no Senegal, concretamente em Dakar, como um exemplo de comércio étnico. Os investigadores, sob a coordenação de Lefebvre, indicam a existência de áreas de atividades comerciais e prestação de serviços dominadas por grupos de população imigrante específicos, onde o fator étnico está presente na formação de redes e na prática das atividades econômicas.

Outros exemplos de redes formadas na base étnica, são o caso de Bambara e Dioula, que tem dominado o circuito e controle do comércio de nozes de cola pelo menos até 1989. A área de construção civil também tem redes, nas quais os cabo-verdianos são especialistas há vários anos nas empresas de construção civil, formadas na base étnica ou de proveniência.

As redes das atividades econômicas têm várias ramificações, segundo a minha constatação durante o trabalho de campo: redes de transporte de mercadorias e das pessoas, por via terrestre e marítima, que estabelecem ligações entre os mercados sub-

regionais; redes de manutenção, laços entre os operadores econômicos e países que moldaram a sua história econômica e social; redes comerciais que existiam desde o período colonial e continuam a existir, através das rotas de mercados nas pequenas cidades de cada país e constituem pontos de ligação comercial, tomando como exemplo a região em estudo.

Os mercados e as redes funcionam como nós que ligam os operadores entre os países. Uma outra função das redes dos mercados é reforçar compromissos e a cooperação entre os operadores dos países vizinhos, assim como relações de confiança criadas no interior de cada operador do mercado. Barquero (2001, p. 100) considera que “o sistema de relações econômicas no interior da rede está baseado no conhecimento que os atores têm uns dos outros e na confiança mútua desenvolvida”. As redes dos agentes nos mercados fixos, assim como nos mercados semanais da África Ocidental, representam formas de organização do processo de comercialização dos produtos, viabilizando, deste modo, a rápida rotação das transações comerciais tanto dos retalhistas como dos grossistas.

Por isso, na maior parte das redes e das empresas comerciais formadas, foram levadas em consideração essas relações humanas. As relações humanas nas atividades econômicas e comerciais foram vistas na sub-região com múltiplas funções, entre as quais destacam-se duas, que estão relacionadas com o tema da pesquisa: a) fortificar relações comerciais e transfronteiriças e estabelecer a aproximação dos países no quadro da integração sub-regional; b) permitir a aproximação dos recursos humanos que ainda enfrentem problemas de livre circulação.

O comércio transfronteiriço é realizado no espaço de Sikasso, Korhogo e Bobo-Dioulasso (SKB), e é neste espaço que são realizadas múltiplas transações comerciais. Também na *Senegâmbia meridional* há múltiplos cruzamentos das economias. Segundo Abdoul, Dahou, Gueye e Hazard (2007, p.55), no espaço da Senegâmbia meridional, cruza-se a “economia de três países (Gâmbia, Casamansa Senegal, Guiné-Bissau)”.

Para esses autores, gradualmente, assistiu-se a uma autêntica especialização nas trocas comerciais. Bennafla (2001, p. 67) afirma que “(...) a variedade de eixos de ligação dos comerciantes informais nos diferentes mercados na África Central é diversa”. A partir da pesquisa, os autores explicam as diferentes formas de ligações dos mercados e destacam o espaço do Norte da Nigéria para o Norte do Camarões e a sua ligação com

mercados do Chade. Uma outra análise feita nestes diferentes estudos é sobre a vantagem oferecida às atividades informais como alternativa de emprego, sendo que para alguns, é o único meio de acessar o mercado de trabalho. Destaque para o comércio informal e as atividades da produção agrícola e diferentes prestações de serviços, através de redes em sete países e em grandes cidades, como Abidjan, Bamako, Cotonou, Dakar, Lomé, Niamey e Ouagadougou.

3.4 Importância comercial dos *lumos* transfronteiriços

Os *lumos* transfronteiriços constituem as maiores redes e interpostos comerciais na região, apesar da sua dinâmica em desempenhar um papel importante nas atividades da sobrevivência da população, o *lumo* tornou-se visível só a partir da década de 1980, quando os governos desses países aderiram ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), ou seja, com a liberalização política comercial.

O PAE fez surgir os *lumos* transfronteiriços, na sequência da experiência comercial, que têm influência nas regiões fronteiriças, visando construir as redes comerciais na região, onde se instalaram os *lumos* para criar oportunidade de negócios aos habitantes destes países. Assim, durante a implementação do PAE, se aplicaram políticas de reforma macroeconômica que, no pacote, incluía a liberalização da política comercial, permitindo que todos os cidadãos participassem das atividades econômicas.

Na Tríplice Fronteira, em algumas localidades se esperava um ou dois dias para conseguir meio de transporte, porém na atualidade tudo ficou diferente, o fluxo dos carros é cronometrado em horas. A mudança provocada pelas atividades do comércio informal transfronteiriço, ou seja, atividades da economia informal na zona rural, dinamizaram a produção, a especialização na comercialização dos produtos agrícolas e a criação de oportunidades para a camada juvenil, que está aprendendo novas profissões.

A maior parcela da população, que habita estas quatro regiões⁴⁹ geográficas do estudo, depende, direta ou indiretamente, do rendimento proveniente do setor informal da economia. Praticam-se diferentes tipos de atividades geradoras de rendimentos, que complementam a renda familiar proveniente da produção agrícola, o qual é a ocupação principal da população. Nestas regiões, o setor informal aparece como a atividade mais

⁴⁹ Bafata e Gabú/Guiné-Bissau, Koundára/Guiné-Conacri e Kolda/Senegal.

estável, com menos burocracia para a entrada e saída dos operadores da economia. Essa atividade contribui para a resolução imediata dos problemas vitais da população, por exemplo, no quadro da alimentação, do emprego temporário, da escolaridade das crianças e da saúde.

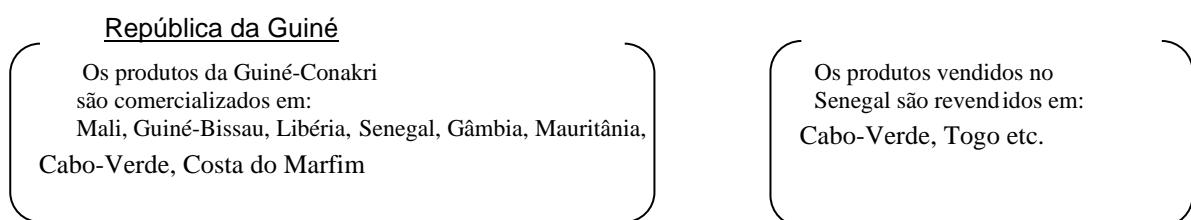
O fluxo dos produtos agrícolas e dos produtos silvestres, assim como de diferentes tipos de mercadorias, circula entre os países da África Ocidental com intensidade, por intermédio das redes que operam nos mercados informais e, particularmente, nos *lumos* instalados nas linhas de fronteiras. Nesta complexa situação, os *lumos* passam a desempenhar o papel dinâmico da economia nas fronteiras e, ao mesmo tempo, a integração econômica sub-regional, papel que o setor formal da economia ainda não conseguiu assumir eficazmente. Esses circuitos enquadram-se naquilo que Milton Santos (2008, p. 43) definiu como “circuito inferior”, que, nas atividades comerciais, são aqueles que não se beneficiam de crédito bancário, os quais são amplamente praticados nos comércios dos *lumos* transfronteiriços.

Os operadores das redes comerciais dos *lumos* transfronteiriços enquadram-se no “circuito inferior e estão em processo de transformação e adaptação permanente” (Santos, 2008, p. 39). São eles que comercializam os produtos provenientes do “circuito superior”. As redes dos *lumos* transfronteiriços promovem circuitos comerciais de produtos agrícolas, silvestres, haliêuticos e demais mercadorias, criando interdependência entre os países da África Ocidental, como se ilustra nos esquemas a seguir:

Figura 5: Fluxo de produtos: Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Cabo-Verde.



Fonte: Adaptado a partir de dissertação de mestrado do autor – 2010



Fonte: Adaptado a partir de dissertação do mestrado do autor, defendida em 2010.

A figura acima indica os fluxos comerciais praticados na sub-região onde as transações comerciais são efetuadas com efetividade entre as mercadorias de origem industrial e produtos locais proveniente dos camponeses. É nesta base que os operadores dos países estabelecem relações de influência transfronteiriças no quadro comercial e, no processo de transformação socioeconômica em curso nas sociedades africanas provocadas pela globalização econômica e sociocultural.

Estes fenômenos, foram clarificados com o uso do método de observação sobre a proveniência e destino dos produtos e mercadorias comercializados nesses quatro *lumos*, com desdobramentos de numerosos intermediários desses países da sub-região (Mali, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Gambia, Mauritânia, Cabo-verde, Costa do Marfim etc.). A circulação dos produtos e mercadorias se baseiam numa complexa teia de redes, desde *lumos* internos, mercados fixos transfronteiriços de cada país, com a definição clara dos mecanismos funcionamento das redes nos processos comerciais entre os países. São comercializados através das redes dois tipos de produtos: produtos de caráter de identidade territorial (produtos agrícolas, produtos silvestres e pecuários).

Esta designação da identidade territorial é a indicação da proveniência geográfica dos produtos na ausência de máquina de certificação da qualidade. Assim, os confeccionadores provam pela experimentação do sabor, mas quando se trata de óleo palma e outros produtos têm as suas características, que o identifica, segundo a sua proveniência geográfica. A identificação tradicional pelos operadores é como se fossem marcas das mercadorias, onde os preços variam através dos elementos diferenciadores geográficos tanto dos produtos alimentícios de produção local quanto dos produtos importados etc.).

A rede comercial dos produtos locais denomina-se por localidade da sua produção. Com essa identificação territorial, o produto passa a ser chamado com seu nome, acrescido do local da produção (citi bermedju de lemerem – óleo palma de lemerem) e assim por diante. Os compradores pedem o óleo palma de lemerem, ou os vendedores anunciam em voz alta o óleo palma de lemerem ou de Bubaque etc. Essas regiões são conhecidas como produtoras de óleo palma de qualidade, por isso os revendedores têm preferência da compra. Não basta só o nome do local da produção, mas os revendedores saboreiam como teste de confirmação da veracidade e, se for aprovado logo o produto assume a sua

identidade territorial. Também as qualidades dos produtos diferenciam o preço de produto no mercado ou dentro da rede. Todos os produtos provenientes dos serviços do ecossistema são denominados por local de produção ou extração (produtos agrícolas, produtos florestais não lenhosos e lenhosos, pecuária, produtos haliêuticos etc.). Quanto à identidade territorial dos produtos, o detalhe pode ser lido na caixa de diálogo a seguir:

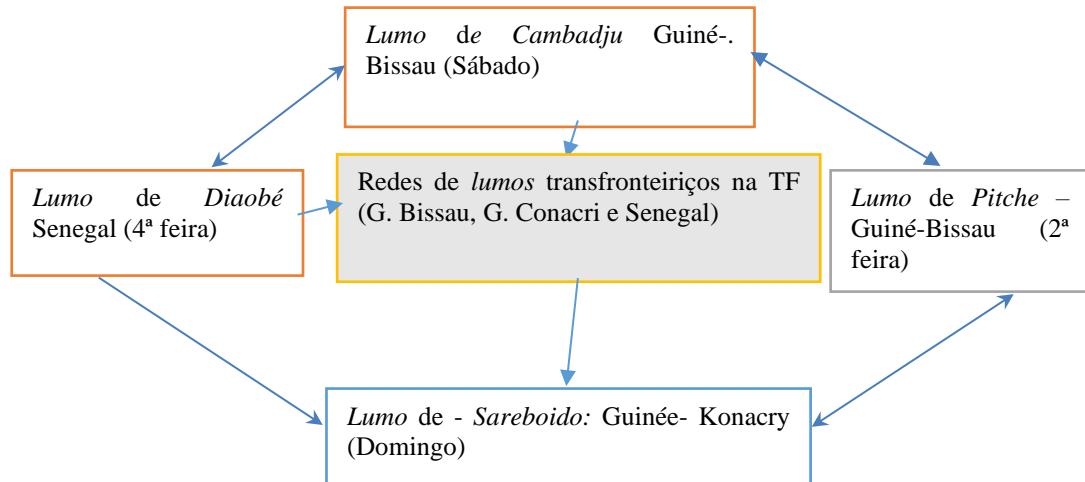
Uma Mulher *bideira*, vendedora de óleo palma, no *lumo* de Diaobé, não hesitou em dizer que os produtos são identificados por local da sua produção. Nós saboreamos diferentes óleos de palma provenientes da Guiné-Bissau e República da Guiné. No caso da Guiné-Bissau, os melhores óleo-de-palma são provenientes de Região de Tombali – área de Iemberem e na região de Quinará, – área Madina- Bas, para além da Guiné-Bissau, a República da Guiné também produz óleo de palma de qualidade, as regiões de proveniência são denominadas e os clientes têm preferência. No caso concreto da Guiné-Bissau são denominados da seguinte maneira: óleo palma de sul, óleo palma de ilhas de Bijagós, ostra de zona de São Domingos, etc. os preços dos produtos diferenciam-se da região de proveniência ou produção.

Os produtos são denominados por proveniência, batata e óleo palma da Guiné-Bissau etc. Os produtos não têm patentes ou marcas reconhecidas, as suas marcas são as regiões de proveniência. Cada produto tem uma característica que lhe diferencia de produtos de outros países, mesmo sendo da mesma origem, por exemplo, o óleo de palma.

3.5 Redes de *lumos* transfronteiriços, espaço de comércio e mobilidade

Estas redes de comércio desempenham duas funções comerciais e da mobilidade das pessoas e bens, onde os operadores dos *lumos* funcionam à base de um sistema mercantil por terem várias redes com muitas ramificações. Para Crowley (1993, p. 3), mercantil é uma rede descentralizada de produtores, consumidores e numerosos intermediários operando em escalas diversas que se interligam a diversos mercados em diferentes áreas. A autora classifica o sistema mercantil como multivalente, composto de uma variedade de pequenos empresários, incluindo produtores, coletores informais, grossistas, distribuidores, retalhistas, vendedores ambulantes (djilas), comerciantes, transformadores, transportadores, armazenadores, agiotas e outros provedores de serviços, que estabelecem entre eles laços flexíveis e multivalentes que os ligam numa rede que transcende os limites nacionais.

Figura 6: Rede de Lumos-Mercados transfronteiriços na Região do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor em 2014.

Os processos comerciais nos *lumos* funcionam com características de dois circuitos comerciais, o *inferior* e o *superior* definido por Milton Santos. De acordo com essa classificação de Milton Santos (2008), o circuito *inferior e superior* “estão intimamente interligados” e dependentes, a partir das redes descendentes e ascendentes que promovem atividades comerciais no *lumo*.

O autor explica que os “atacadistas e transportadores têm atividades do tipo misto pelo fato de sua dupla ligação” na distribuição dos produtos e mercadorias para diferentes níveis de categorias dos intermediários e vendedores. Os atacadistas descem para intermediário e o intermediário para varejistas, até o consumidor final como forma de manter viva a rede. O varejista, na sua maioria, opera na economia informal, aliás, na região existe grande dificuldade de encontrar fronteira entre o formal e o informal e as redes comerciais existentes e globalizadas que estão interligadas como se fosse uma teia. Para Ribeiro (2010, p.22), “os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização popular fazem parte do sistema mundial não hegemônico”.

O *lumo*, como rede comercial, funciona em forma de nós (um ponto de conexão, ou ponto de redistribuição). Cada nó tem uma função, como se fosse a espinha dorsal da comunicação entre os operadores. Na distribuição, convidam-se diferentes intermediários para participarem, como forma de aumentar a rotatividade das transações comerciais. O nó

de ponto da partida vai até um ponto intermediário e cada ponto tem a obrigação de servir como veículo de comunicação e distribuição dos produtos ou mercadorias, com o objetivo de garantir relações de proximidades com os operadores comerciais nos *lumos*.

Com base em toda discussão já apresentada sobre os *lumos*, podemos afirmar, que eles assumem diferentes tipos de tipologias na África Ocidental que pode ser classificados na forma que se segue:

- A. A primeira tipologia dos *lumos* começa com a natureza da oferta as proveniências das mercadorias industrializadas e dos diferentes produtos da produção combinam diferentes atividades comerciais dos centros urbanos e centros comerciais de grandes redes de fornecedores multinacionais. A combinação de redes de grossistas e redes de retalhistas aumentam rotatividades das atividades comerciais nos lumos no meio rural. Em termos gerais fazem parte da combinação as redes transportes e vários sistemas de distribuição para os entrepostos comerciais ou nós ligação entre fornecedores, intermediários e retalhistas que acontecem uma vez por semana.
- B. A segunda tipologia considero funções que os lumos desempenham no meio rural função que estabelece encontros entre produtores rurais e operadores econômicos dos centros urbanos nas suas habituais transações comerciais. Essas funções apresentam de oferta diversificada de retalhistas, serviços, onde a oferta de produtos agrícolas, mercadorias industrializadas de diversos tipos de ofertas. Também assumindo a função de recepção e distribuição e redistribuição até varejistas e consumidores finais. Esses *lumos* no meio rural, também servem como canais de comercialização da produção agrícola, pecuária, produtos haliêuticos e produtos florestais lenhosos e não lenhosos com destino a diferentes mercados nacionais ou sub-regionais, através das redes formadas por grandes comerciantes.
- C. A terceira tipologia é a grau de formalização dos *lumos* e os comerciantes que nele operam, porque um número significativo dos comerciantes tem estatutos de atividades da economia formal no quadro legal, definido pelo Ministério do Comércio e maioria não estão formalizados pelo exercício das atividades do comércio no espaço contribuem para o Estado pelo uso do Espaço. A esmagadora maioria dos

comerciantes que operam nos *lumos* fazem o na base da economia informal fogem a formalidade para a informalidade, as infraestruturas construídas têm características os mercados informais, funcionando a céu aberto; bancas de madeira de produção artesanal e alguns comerciantes têm armazéns de construções precárias e outros têm armazéns de construções definitivas para conservação dos produtos perecíveis. Também há um número elevado de redes baseadas na matriz familiar, étnica, ou da região de proveniência dos comerciantes ou ainda de afinidade e da vizinhança que operam no comércio informal. Essas redes têm o papel estratégico de multiplicidade de negócios nos *lumos*.

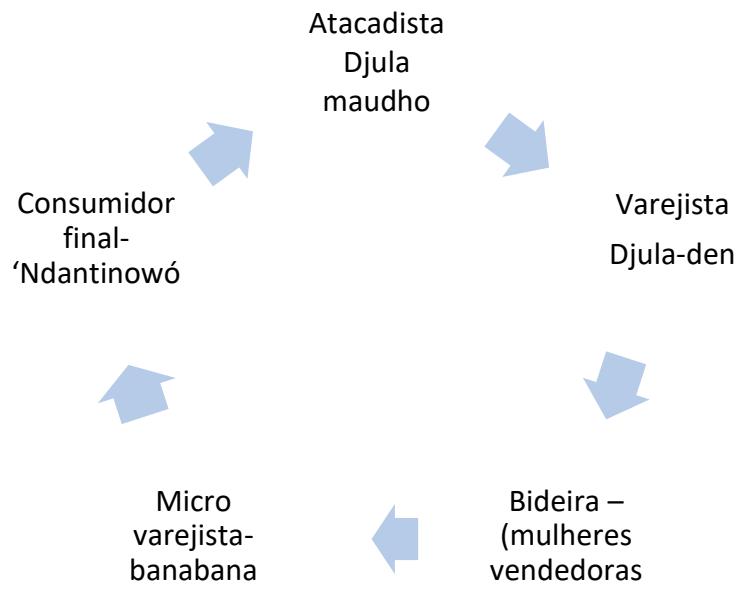
Os *lumos* continuam a incentivar a produção no meio rural e a autocriar programas que estão marcados por produtividade, comercialização, transportes e prestação de serviços diversos, envolvendo diferentes categorias sociológicas que permitem convivência pacífica, num espaço pequeno onde cada um exerce uma atividade para garantir o mínimo do sustento familiar. Também os *lumos* fortalecem a dinâmica da produção familiar e permitem uma agregação de valor aos produtos, além de garantir regularmente o abastecimento do *lumo* e mercados nos centros urbanos.

Posto isso, não se pode afirmar que o *lumo* substitui qualquer programa do desenvolvimento rural do governo, que demora a ser sentida pela população local. Mas a velocidade dos mercados empurra a população a produzir cada vez mais porque cada produto tem seus respectivos clientes. Os *lumos* tornaram-se um espaço público que assume uma variadíssima forma de sociabilidade nas localidades no meio rural. O espaço em si é invisível à política social e aos direitos dos cidadãos, nada é investido no *lumo* pelas autoridades dos serviços descentralizado do Estado.

As cobranças das taxas pelos operadores econômicos são rígidas, por menor que seja a mercadoria, todas são taxadas. Para os operadores econômicos dos países em estudo é visível pelas transações comerciais realizadas e quantidades das pessoas que deslocam para vender os seus produtos ou comprar. Apesar das más condições das estradas, as localidades hoje são movimentadas, antes das instalações dos *lumos* esses locais eram isolados, hoje são frequentados semanalmente, estabelecendo contato direto entre diferentes categorias de operadores econômicos dos centros urbanos e de produtores rurais.

Na figura 7, estão representados quatro *lumos* que formam redes de mercados e um triângulo comercial dinâmico, que conta com cinco categorias de comerciantes com denominação na língua local - Fula: *Djula-maudhó* (Fornecedor); *Maudhó-Djula* (Atacadista); *Bana-bana* (varejista); *Hiili-nówô* plural *Hiili-nóbhé* (vendedor ambulante) e no singular *N'dantinówô* –consumidor final e no plural *N'dantinóbhé* (Consumidores Finais). Os representantes deste ciclo de ligação comercial das categorias de comerciantes nos *lumos*, destes três países, têm funções específicas, como a de garantir a dinâmica e rotatividade rápida dos fluxos comerciais e da mobilidade das pessoas. Assim, asseguram a estabilidade da distribuição das mercadorias e elevam o nível da confiança através do retorno dos créditos concedidos e, por outro lado, reduzem os riscos na recuperação rotatividade das vendas.

Figura 7: Redes dos fluxos de mercadorias e mobilidades de pessoas.

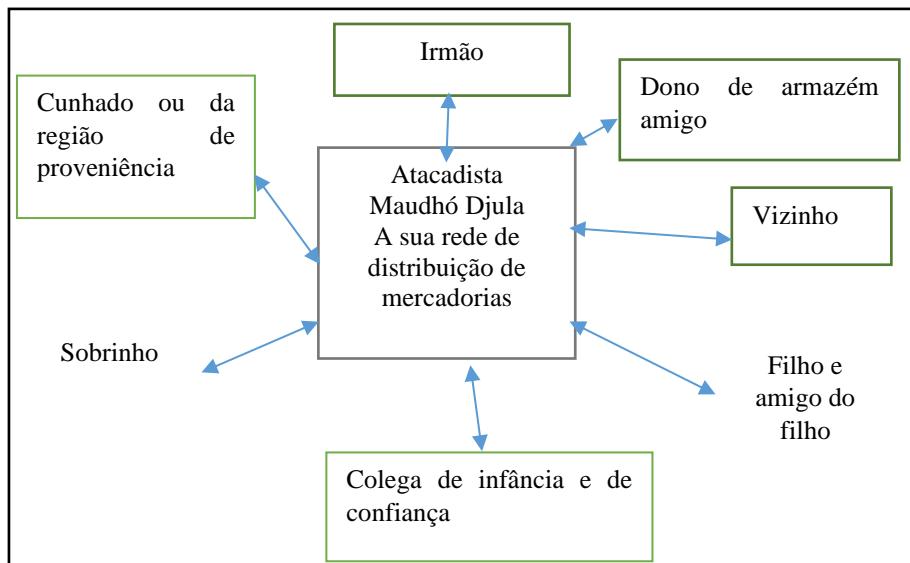


Fonte: Elaborado pelo autor, em 2017

Ressalte-se que as redes diretas de fluxos e redes sociais de distribuição, em conjunto, desempenham função facilitadora na circulação da produção local e das mercadorias industrializadas, por intermédio de redes de amizade que cada membro cria na comercialização das mercadorias fornecidas pelo distribuidor. Cada um desses membros capitaliza e sociabiliza as energias que rentabilizam nas transações comerciais

transfronteiriça. Deste modo, grandes armazéns de distribuição reduzem os custos com a intervenção das redes de armazéns de redistribuidores instalados nas linhas das fronteiras ou *lumos* transfronteiriços, na base das relações sociais e parentescos.

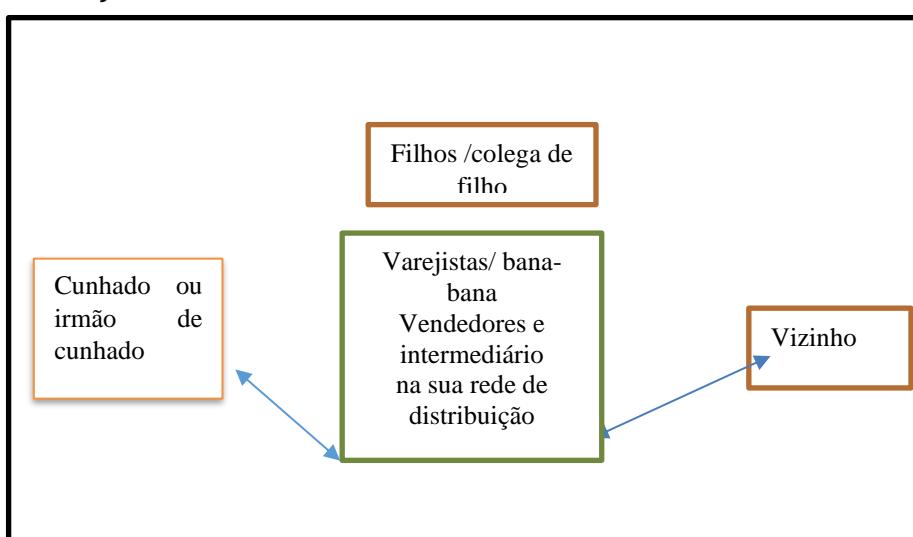
Figura 8: Redes sociais de distribuição de mercadorias das atacadistas nos três países Transfronteiriços.

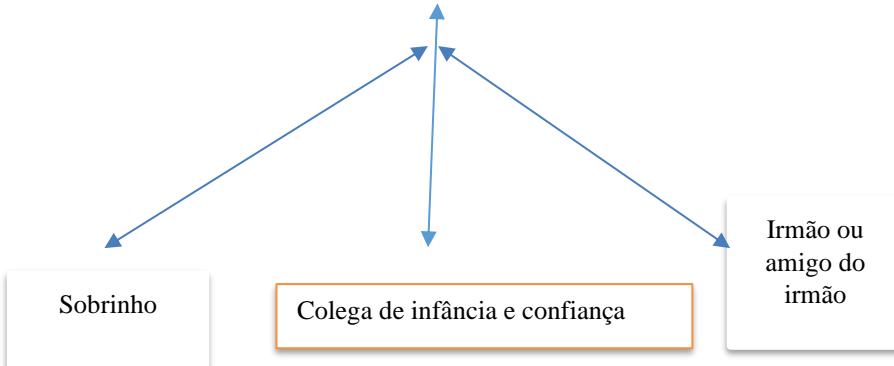


Fonte: Elaborado pelo autor – 2019.

As redes sociais de varejistas não são formadas por base étnica, mas sim na base das relações de confiança e amizade; em algumas redes são formadas através da solidariedade linguística, religiosa ou familiar para facilitar a comunicação. Os varejistas minimizam os custos através das redes de transações comerciais, adotando uma estratégia específica de gestão dos estoques das mercadorias ou dos produtos recebidos, que distribuem para diferentes micros varejistas, por intermédio de redes próprias. São as redes das mais vastas atuação nos *lumos* transfronteiriços e têm adotado estratégias de afinidade, com objetivo de garantir a sobrevivência de muitas pessoas dentro da rede.

Figura 9: Redes Sociais dos varejistas de vendas e pequenos créditos nos 4 Lumos Transfronteiriços





Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As redes têm raízes na matriz familiar e são formadas numa teia sociocultural e de grande solidariedade. Nessas conexões e interconexões das redes não estabelecem só a ligação local e comercial, mas também ligações sociais e culturais entre as regiões transfronteiriças dos países vizinhos. Na classificação das categorias dos operadores econômicos nos *lumos*, as mulheres *Bideiras* entram na categoria de *Bana-banas* (micro varejistas). Na maioria das compras e revendas, as *Bideiras* vendem para os *N'dantinó-bhé ou soda-nhama* (consumidores finais), que também estão na mesma teia de aranha na rede do clientelismo social, cultural e de solidariedade étnica, religiosa e linguística. A relação social das redes tem papel importante nos volumes de transações comerciais.

Caracteriza-se por solidariedade linguística, a relação entre os que falam a mesma língua materna ou a língua mais falada no local. É essa língua que os operadores econômicos, na área, necessitam falar, na sua maioria, em razão da comunicação comercial. Para além desta, a migração sub-regional também exige que as pessoas aprendam a falar a língua do país, para efeito da comunicação nas transações comerciais, que ainda serve de ligação para os recém-chegados ou novatos no mundo dos negócios. Independentemente das crenças dos operadores ou representação das redes, a união das pessoas provenientes dos diferentes pontos cardeais da geografia de todas as zonas de norte a sul e de sudeste ao oeste, o importante é ter um pequeno espaço para garantir negócio.

A fluidez das redes não é tomada só nos aspectos técnicos do comércio, mas é preciso perceber que a mobilização das pessoas através das relações socioculturais e de parentesco no contexto africano tem um papel importante na rotatividade de estoque das mercadorias dentro da rede comercial. A maior parte das redes funcionam sem nenhuma garantia ou contrato no crédito das mercadorias, o que mais funciona é a confiança, a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade e a pertença étnica das regiões de proveniência e honra pelo compromisso assumido.

Por outro lado, as redes funcionam da mesma forma nos *lumos* satélites de cada país, onde assumem a responsabilidade dos fluxos comerciais e garantia das ligações com mercados distantes. Essa prática comercial de longa distância não é nova, sempre foi tradição na África subsaariana. Segundo Lopes (1999, p. 148), “os Dyulas organizaram as suas rotas de forma a contemplarem a maior diversidade de produtos possíveis”.

Antigamente as rotas comerciais funcionavam como rede ou nó, os Dyulas chamavam esse nó de *Djulaba*, *Djuladen* e *Djaguite*. *Djulaba* é atacadista, *Djuladen* são *semiatacadistas* e, por último, *Djaguite*, que pode ser varejista, armazeneiros ou distribuidores das mercadorias recebidas por diferentes operadores.

Para Santos (2008, p. 41), o atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediário, que chega frequentemente ao nível do “feirante” ou do simples vendedor ambulante. Outra rede que estabelece um elo entre os dois circuitos e, no caso deste estudo, são os *lumos* transfronteiriços.

O transportador é chamado a desempenhar dois papéis distintos, ainda que o mesmo veículo possa servir sucessivamente a esses dois papéis. Por outro lado, transportando mercadorias, o motorista de caminhão pode estabelecer a ligação entre as atividades dos dois circuitos e isso nos dois sentidos, no interior das cidades, entre duas cidades, ou entre a cidade e o campo. (SANTOS, 2008, p. 41)

Os *lumos* da região estão instalados estratégicamente para desempenhar papel de transportadores, intermediários, varejistas ou feirantes, permitindo encontros entre dois ou mais países, comerciantes das grandes cidades com os produtores rurais, dinamizando a economia local do ponto de vista da globalização popular não hegemônica.

Vislumbra-se que os dois circuitos estão interligados mediante as redes econômicas e sociais, considerando que os fatores culturais surgem como combustão para as atividades econômicas, por infinitas redes que os interligam de diferentes formas, já explicadas anteriormente. Importante destacar que a própria existência de vida humana está baseada numa teia de relações que formam uma rede, que podem ser: econômicas, culturais, religiosas, de transporte, ferroviária, elétrica, de rádios, comerciais, esgotos, sociais etc. A própria economia funciona em rede, e cada uma dessas redes colabora com influência sobre a cultura dos seres humanos. Antigamente, estas influências culturais dinamizavam a produção no meio rural, inclusive os camponeses eram acompanhados de músicos para

trabalhar. A convocação dos eventos socioculturais nas atividades econômicas é uma forma de aumentar a produção e redistribuição de bens e serviços com sucesso.

O *lumo* é um evento de atividade econômica que recebe influências provenientes de diversas maneiras, desde o modo de produção, venda, afinidades baseadas nas questões socioculturais, usos e costumes, laços socioculturais da população local, que tem a sua cota na influência da compra ou revenda.

O comportamento social é culturalmente produzido. Nossa forma de comer, rezar, vestir, consumir, cantar, dançar, amar, são construções culturais que marcam o homem em suas dimensões objetivas (materiais e subjetivos - imateriais). A cultura se reproduz na dinâmica das relações sociais de um grupo social que se reproduz historicamente. (SOARES, 2010, p. 47)

O volume da produção e de negócios é determinado pelo comportamento sociocultural dos consumidores na TF. As informações recolhidas confirmam que cada unidade familiar da produção tem correspondência na comercialização da rede de operadores dos *lumos* que influenciam culturalmente o sistema de produção em cada localidade, na definição da produção para consumo e o tipo de roupa que deve ser vendida para as mulheres, por exemplo, nos *lumos* de Cambadju, Diaobé, Pitche e Saré-Boido, assim como mercados fixos desses países.

Essa região, como foi referido anteriormente, é habitada por maioria muçulmana, que define que todas as atividades produtivas e culturais têm que respeitar os princípios de usos e costumes dos habitantes. Nesta pesquisa, vale ressaltar um ponto especial sobre o *lumo* de Diaobé, porque, entre os diferentes *lumos* selecionados para estudo, ele é o maior, na linha fronteiriça entre a Guiné-Bissau e o Senegal. Dele participam sete países, a saber: Senegal; Guiné-Bissau; Guiné-Conakri; Gâmbia; Mali; Mauritânia; Cabo-Verde, e entre eles se compram e vendem produtos que têm maior procura no seu país. A figura 10, a seguir, apresenta a rede de atitude e comportamento dos diferentes operadores dos *lumos*, cuja cultura influencia maiores fluxos e vendas. Sobre globalização, Soares (2010) afirma que:

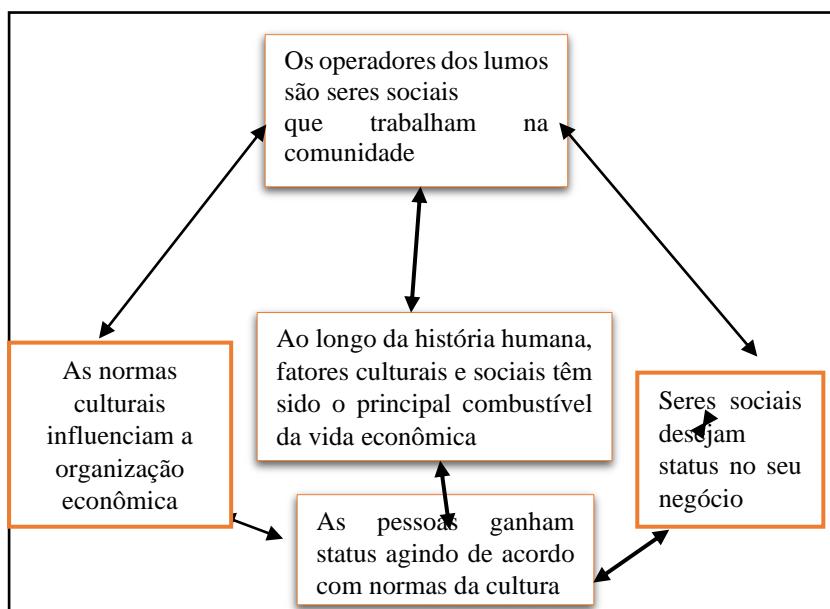
A globalização se encontra expressa nas mais diversas dimensões culturais e sociais e cria novas possibilidades de comunicação global e segmentações econômicas, que podem se expressar inicialmente pela subdivisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pobres e ricos Soares (2010, p.79).

As atividades cotidianas nas zonas rurais sofrem influências culturais no processo produtivo e nas transações comerciais, pois as dimensões socioculturais concretizam os objetivos de cada indivíduo nas suas atividades de sobrevivência cotidiana. Nessas zonas rurais, os *lumos* contribuem para que dinâmicas das atividades econômicas na produção, distribuição dos produtos locais, para as transformações sociais e divisão de trabalho continue a acontecer.

O chefe da tabanca de Saré-Boido disse, aqui utilizamos djidios/griós para as nossas atividades das lavouras para animar os jovens com as diferentes músicas tradicionais (na lavoura e colheita etc..). Na história das nossas atividades económicas sempre foram acompanhadas de atividades culturais como método de aumentar da produção ou extensão da área cultivadas (S.D. 18.8.2019)⁵⁰

Cotidianamente, segundo chefe do *lumo* de Cambadju, os fatores socioculturais têm ligação com as unidades familiares de produção, das contribuições nas dinâmicas das atividades econômicas e comerciais, ao mesmo tempo que os eventos culturais no dia do *lumo* contribui na aglomeração de pessoas de diferentes nacionalidades, línguas e culturas e isso desperta atenção dos demais.

Figura 10: Como a cultura influênci as atividades econômicas e comerciais na região do estudo.



Fonte: Elaborado pelo autor em 2019, inspirado no livro da economia, grandes ideias os tempos.

⁵⁰ Trecho extraído das entrevistas feitas pelo autor no ano de 2019.

3.6 Fluxo e refluxo dos produtos e mercadorias nos *lumos*

O tema do *lumo* foi discutido como rede de mercados e comércio informal transfronteiriço na África Ocidental. Agora, analisaremos os fluxos dos produtos, com destaque para os dois aspectos destes fluxos, o da saída dos produtos e o da entrada das mercadorias. Os produtos e mercadorias que circulam nestes países são: agrícolas, florestais lenhosos e não lenhosos, produtos haliêuticos, diversas mercadorias (roupas, materiais eletrodomésticos, materiais de construção, viaturas etc.).

Majoritariamente, os fluxos de mercadorias são de iniciativa individual e cada operador tem convicção pessoal da capacidade de proceder interligação com os comerciantes nos *lumos*, através da confiança pessoal e das crenças pela união das pessoas que têm a mesma proveniência, sobretudo os da África Subsaariana. A fluidez das redes não é tomada só nos aspectos da técnica de comércio, mas também pela capacidade da mobilização das pessoas, por meio das relações socioculturais, religiosas ou de parentesco. Além disso, as redes funcionam na base da confiança, cooperação, solidariedade, reciprocidade e pertença étnica e das regiões de proveniência e, por outro lado, nessas relações, o que conta mais é o respeito pelo compromisso assumido com terceiros.

Esta forma de funcionamento das redes assume um papel importante nas atividades econômicas, desde a produção até a comercialização. Nestas circunstâncias, as redes se classificam em redes de *lumos* internos e redes de *lumos* transfronteiriços, considerados de longa distância. Segundo Lopes (1999, p. 148), “(...) os Dyulas organizaram as suas rotas de forma a contemplarem a maior diversidade de produtos possíveis”. Esses *Dyulas* formaram as verdadeiras redes de mercados e comunicação, desenvolveram relações interculturais, religiosas e de parentesco nos seus negócios e, também, trabalharam no comércio de longa distância, por intermédio de entrepostos comerciais existentes.

Os produtos e mercadorias exportados, importados e reexportados para Guiné-Bissau ou para os países vizinhos, através dos *lumos* e do comércio informal transfronteiriço entre a Guiné-Bissau e a República da Guiné, Senegal são os produtos que seguem:

1) Da região de Bafata - Cambadju setor de Contubuel - Guiné-Bissau, para o *lumo* de Diaobé e sede regional de Kolda no Senegal, são exportados os seguintes produtos:

a) Produtos agrícolas: milho bacil; milho preto; arroz da produção local; amendoim; batata-doce; amêndoas de caju; fundo; cebola; feijão; mancara; mandioca; etc...; b) Produtos florestais não lenhosos: farroba; óleo de palma; calabaceira; *fole-sinho*; fole grande; veludo; vassoura; etc...; c) Produtos de mar: diversos tipos de peixe (fresco e defumado); camarão-seco; combé; ostra; escalada e diversos tipos de moluscos; d) Produtos de fruticultura: laranjas; mangas; bananas; ananás; etc.;

2) Da região de Gabú de Pitche, setor de mesmo nome – de Guiné-Bissau para o litorâneo de Sareboido e Koundára e outras cidades com sedes regionais e Fulamory - Guiné-Conakri, também são exportados os seguintes produtos:

a) Produtos agrícolas: milho bacil; milho preto; fundo; mancara; arroz da produção local (bolanha) batata-doce etc.; b) Produtos de mar: escalada; peixe defumado e diversos tipos de moluscos; sal etc.; c) Produtos florestais não lenhosos: óleo de palma; mel; cunca; farroba etc.

3 De Sareboido e Fulamory para a Guiné-Bissau:

a) Produtos agrícolas: amendoim em pasta, fundo, diferentes milhos; b) Produtos alimentares: sal, diferentes tipos de óleos alimentares, açúcar, diferentes tipos de caldos; c) Pecuária: cabras, galinhas, vacas, carneiros; d) Vestuário: diferentes tipos de roupas para todas as idades e sexos; e) Meios de transporte: motos, bicicletas, carros (automóveis); f) Produtos contrabandeados: medicamentos e vários tipos de gêneros alimentícios (contrabandeados nas fronteiras dos três países).

A despeito dos diferentes tipos de produtos da produção local mencionados, é necessário realçar que certos produtos nacionais estimulam a organização da produção, em razão de seu valor comercial e, por seu consumo na sub-região, esses produtos constituem elementos essenciais no comércio transfronteiriço de exportação da Guiné-Bissau para os países vizinhos. Eles constituem-se como primordiais no processo de ligação comercial e informal transfronteiriço, com valor agregado nos mercados.

a) *Fileira de batata-doce de Bambadinca*

Bambadinca ainda é o único setor administrativo da região de Bafata, e do país, que

tem se dedicado à produção de batata-doce. Este produto ganhou destaque no mercado primeiro internamente, e depois foi alargando para os mercados transfronteiriços da sub-região. Hoje, a batata-doce de Bambadinca, é exportada para os países vizinhos (propriamente para Senegal, República da Guiné e Gâmbia este último país, com menor proporção). Neste setor, várias unidades familiares da produção e de consumo segundo o chefe da tabanca de Batanjan, que disse que as pessoas dedicam à produção para comercialização, tendo em vista o crescimento da procura, tanto pelo seu valor comercial, quanto pelo valor nutricional. É apreciado pelas famílias de ambos os países e é produto de renda, pelo seu uso diversificado em diferentes pratos. Por esse motivo, Bambadinca tornou-se um polo comercial de *batata-doce*.

Em 2018, o Presidente da República, através do seu projeto *mon-na-lama* (meter a mão na lama), ou seja, para valorizar produtos agrícolas, celebrou um acordo com os comerciantes senegaleses para exportar as batatas-doces de Bambadinca. Como esses empresários têm possibilidades de transformar a matéria-prima (como a batata doce) em um ou mais produtos, estes passariam a ser reexportado para a Guiné-Bissau, com mais valor agregado, o que por outro lado, acarretaria mais custo para os consumidores guineenses. Assim, embora ainda não tenha se concretizou a política em planejamento, talvez seria um acordo político não realizável, conjecturando assim um erro para desviar atenção da população sobre a crise que se enfrentava na altura. A foto a seguir ilustra o campo de cultivo de batata-doce na região de Bafatá.

Figura 11: Projeto de reabilitação rural e de desenvolvimento Comunitário



Fonte: PRRDC, 2011.

Para um transportador (M.S.B., 2018), entrevista para esta pesquisa, estima-se que a produção da batata-doce no setor de Bambadinca e Bafatá pode ser um pouco mais que 50.000 toneladas, e esse montante é exportado para o Senegal. Ele afirma ainda que com a evolução da produção e procura da batata-doce — da parte dos comerciantes senegaleses e comerciantes guineenses — que abastecem diferentes mercados nacionais fez crescer a concorrência entre os produtores, bem como entre os comerciantes senegaleses e comerciantes nacionais que procedem na distribuição em diferentes mercados. Assim, a regras dos mercados entre a oferta e demanda fez evoluir a variação do preço da saca de batata-doce no mercado sub-regional.

No início, em Bambadinca, eram os comerciantes senegaleses que vinham comprar batatas, diretamente do produtor; já no Senegal, essas compras têm intermediários. Mais tarde, decidiu-se que os guineenses deviam transportar a batata-doce até o *lumo* de Cambadju, na fronteira com o Senegal o que culminou num processo de compra e importação realizado pelos senegaleses em diferentes cidades da região.

As quatro fotografias a seguir ilustram o ponto de partida da batata-doce de Bambadinca, do *lumo* de Cambadju para o *lumo* de Diaobé, este último com a função de reunir e distribuir para as diferentes cidades senegalesas. Vale salientar que algumas são reexportadas para Gâmbia e Mali. Na sequência, as três primeiras fotos apresentam a batata-doce desembarcando no *lumo* de Cambadju e sua negociação para as transações comerciais e a posterior exportação para o Senegal.

Figura 12: Aspectos das transações comerciais no Lumo de Cambadju⁵¹



Como se vê nessas imagens do *lumos* de Cambadju, na zona de comercialização

⁵¹ Estas duas fotografias indicam os aspectos das transações comerciais de batata-doce entre os comerciantes guineenses e senegaleses (2019).

de batata-doce, o produto é transportado até a linha de fronteira para os comerciantes senegaleses comprarem. O *lumo* em primeiro lugar, oferece a oportunidade dos retalhistas, semi-grossistas, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes de atuarem no mesmo espaço para cada um exercer sua atividade de acordo com o seu nível de capital em termos de aquisição de mercadorias ou produtos agrícolas.



Fonte: Foto do autor, 2019.

Cada operador do *lumo* tem papel na dinamização dos fluxos comerciais e no aumento da rotatividade das transações. As duas primeiras fotografias, tiradas no contexto da observação participante, nos possibilita compreender as nuances do acontecimento de um *lumo*, com ampla circulação de pessoas de diferentes contextos sociais, bem como a presença dos vendedores ambulantes com suas mercadorias expostas, tanto no chão quanto em barracas cobertas. Também é possível notar que a circulação de pessoas se dá livremente, entre as mercadorias expostas e/ou ao redor delas o que sugere negociações e trocas múltiplas. Ademais, o acontecimento de um *lumo*, é também um acontecimento que se dá para além do pacto comercial e econômico, como já vimos em momento anterior, o *lumo* é, outrossim um lugar de possibilidade de subsistência física e resistência sociocultural.

A seguir, apresentamos mais duas fotografias que indicam as movimentações das pessoas ao negociar sacos de batata-doce. Estas imagens (13) apresentam aspectos de transações comerciais de batata-doce indica caminhões parados à espera de embarques das batatas, mercadorias e as pessoas, para os que voltam para as regiões da Guiné-Bissau e os que regressam para o Senegal. O entrevistado, chefe do mercado sobre as

transações pacíficas entre os comerciantes, (M.E.2019) disse que “aqui existe relações de amizade, parentesco e confiança entre atores econômicos de Kolda, com os seus congéneres da Guiné-Bissau na zona”, essas relações constituem uma garantia informal dos créditos através das redes criadas de afeto, respeito e confiança mútua.

Figura 13: Aspectos de transações e carros de transporte das pessoas e mercadorias no lomo de Cambadju⁵²



Fonte: Fotos do autor, em 2019.

b) Fileira de caju

Com a entrada de operadores indianos na exportação e de comerciantes mauritanianos no varejo ou compra direta do produtor, o comércio de caju tardivamente ganhou contorno entre os três países na sub-região. Isso contribuiu para o sucessivo aumento dos preços da castanha, que, amparada na grande procura do mercado

⁵² As duas fotografias: a primeira representa ambiente de aglomeração das pessoas para efetuar transações comerciais e última ilustra estacionamento de caminhões a espera de cargas para transportar.

internacional, fez crescer os rendimentos familiares e a expansão de sua cultura.

Notadamente, foi a partir da década de 80 que o caju se tornou o principal produto de exportação da Guiné-Bissau. Os ganhos obtidos na produção e comercialização do caju na Guiné-Bissau levou a população da Guiné-Conacri e do Senegal a despertar interesse na plantação e comercialização do fruto. Ademais, por seu valor comercial, e ocupando o lugar de principal produto da exportação da Guiné-Bissau, no período da sua colheita/campanha, garante várias formas de emprego temporário e/ou subemprego dos cidadãos guineenses e dos países vizinhos.

Entretanto, o peso econômico e financeiro do caju não está refletido na base econômica do país. Historicamente, a sua participação resume-se às atividades comerciais (compra e venda), e o Estado ganha na emissão de alvarás e na cobrança de impostos da exportação. Até ao momento, não existe uma política de investimento para transformação da castanha em produto de grande importância na economia do país, por esse motivo, ela é exportada bruta para o mercado internacional, os exportadores é que ganham com o valor agregado ao caju. O Estado e os empresários da Guiné-Bissau não possuem nenhuma política de transformação da castanha bruta e da utilização do pedúnculo para diferentes tipos de consumo, assim como criar mais empregos e acrescentar valor à economia do país.

A variação dos preços da castanha de caju no mercado interno e no mercado internacional tem contribuído na concorrência entre os produtores e comerciantes na Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e no Senegal. O governo da Guiné-Bissau legislou que a exportação de castanhas de caju deve sair a partir do porto de Bissau e não é admitida a exportação por via terrestre. Esta lei criou condições para o contrabando e comércio de caju nas fronteiras de Guiné-Bissau com o Senegal e de Guiné-Bissau para Guiné-Conacri, porque nesses dois países vizinhos seus comerciantes oferecem melhores preços.

Assim, na zona norte, onde algumas hortas de caju estão no limite da linha da fronteira, cujo controle pelas autoridades é difícil, a localização geográfica favorece a comercialização para os países vizinhos, sem controle do Estado. Também no caso do setor de Boé, zona leste da Guiné-Bissau, há locais onde a moeda para transação comercial é o Franc Guiné; nesta região, FCFA não é moeda intermediária de troca, embora seja moeda nacional da Guiné-Bissau. A situação geográfica, econômica e política do país favorece o comércio clandestino de um produto, que se tivesse o comércio controlado, e

processos de manufatura da matéria prima, poderia ser estratégico para o desenvolvido econômico do país com os resultados sendo reinvestidos em infraestrutura agrícola e outras. Os comerciantes de maior capacidade financeira dos dois países vizinhos da Guiné-Bissau organizam o seu negócio nas fronteiras e aproveitam as lacunas existentes na fiscalização para tirar maior benefício e maximizar as vantagens comparativas de cada país ou da distorção dos preços.

Um intermediário entrevistado no *lumo* de Cambadju (B. Dj.2019) testemunha o seguinte “nós compramos caju da Guiné-Bissau ou na nossa terra, mas em quantidade vendemos nas linhas fronteiras com Senegal ou comerciantes senegaleses porque pagam melhor preço do que a Guiné-Bissau”. Se a Guiné-Bissau compra para cada 1Kg de caju 350 FCFA os comerciantes senegaleses na linha da fronteira pagam 500 FCFA é por isso preferimos fazer venda clandestina a noite para ganhar mais. Ainda o mesmo interlocutor continua dizer que são conscientes das restrições sobre o processo da comercialização das castanhas de caju como principal produto da exportação, mas precisam ganhar dinheiro fora controle do Estado através do contrabando dos produtos nas linhas de fronteiras que é difícil controlar, (INTERMEDIÁRIO BRAIMA DJALO, 05/01/2019)

Por mais que haja controle do Estado na campanha de comercialização e exportação de caju a partir de Porto de Bissau, através de restrições legais existentes na exportação de castanha, algumas são exportadas por via terrestre, dada a distância entre linhas de fronteiras e o Porto de Bissau, lá muitas toneladas atravessam as fronteiras ou são exportadas por vias terrestres que não são registados e não há dados oficiais, mas estima-se que grandes quantidades de castanhas de caju são comercializadas nas fronteiras da zona norte em direção a Dakar e Banjul, e, na zona leste e sul em Direção a República da Guiné.

Na entrevista tida com o intermediário de compra e vendas ele disse: castanhas de caju no setor de Boé concretamente na região considerada zona libertada, que quase todas as transações comerciais se fazem com a República de Guiné. Os comerciantes deste país dão crédito de materiais que a população precisa: materiais de construção – zinco e outros tipos, os produtos alimentares, roupas para vestuários até campanha procedendo a troca entre caju com produtos recebidos. Esta facilidade na zona de fronteira ajuda a população porque esta zona tem enchentes a partir do final de maio, nós intermediários da Guiné-Bissau ficamos limitados por falta de possibilidade da travessia do rio. Esta zona vende caju aos comerciantes da república da Guiné, não por que querem, mas porque é a zona mais isolada que temos neste setor. Eles estão mais ligados aos comerciantes da República da Guiné. (SAMBA NUMO SEIDI 28/10/2018)

A concorrência na produção e na comercialização, através de intermediários e

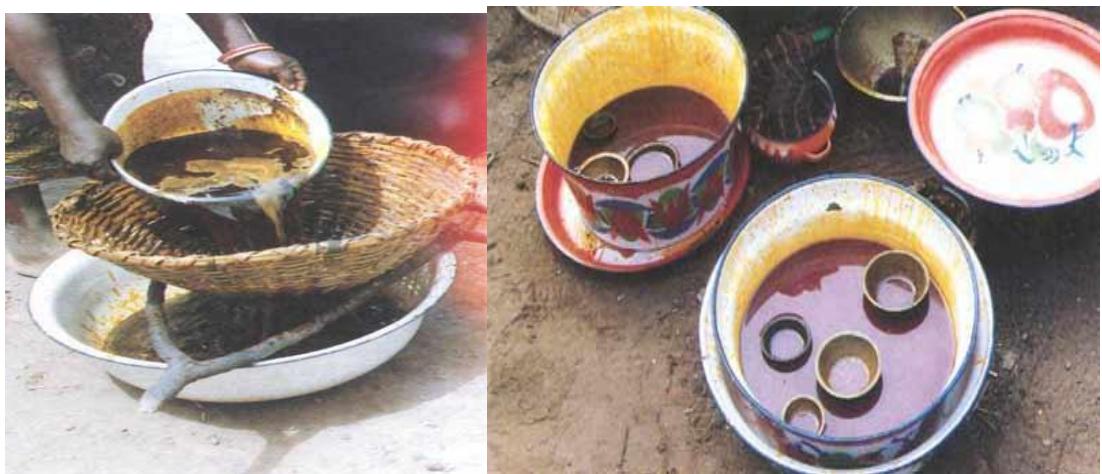
população fixados ao longo das fronteiras, estão se tornando cada vez mais interessantes e intensivas na região. A monocultura de caju levou a população camponesa ser a mais rentável entre as demais culturas praticadas pela população, nas zonas rurais. Se introduzirmos hoje as outras culturas tais como: fruticulturas (mangas, Bananas, limões, laranjas) também investir na produção de diferentes cereais e tubérculos (mandioca, batata-doce, inhame, manfafa etc.) em conjunto a essas culturas, podem dar maior rentabilidade para a população camponesa através das unidades familiares da produção e consumo nas zonas rurais. Uma unidade familiar da produção camponesa no meio rural afirma que através da sua produção que se garante nas fronteiras o fluxo transfronteiriço entre populações e comerciantes, sobretudo no período da campanha ou da colheita de diferentes produtos.

c) *A fileira de óleo de palma*

Este produto florestal não lenhoso é extraído/produzido na Guiné-Bissau e na Guiné-Conacri, exportados para o Senegal e depois reexportados para os vários países da África Ocidental. O *óleo de palma* é ingrediente importante e base de alimentação de várias comunidades bissau-guineenses, senegalesas e guineenses (e na África ocidental de um modo geral). Estima-se que mais de 200 mil litros de óleo de palma circulam diariamente no *lumo* de Diaobé; os intermediários fazem distribuição para diferentes cidades do Senegal e em países vizinhos, como Gâmbia, Mali, Burkina-Faso etc. A maior parte deste produto é transportada em recipientes de 200 litros, e sua distribuição é realizada tendo como medida outros tipos de recipientes, com capacidade de 25 litros. O seu comércio é dominado majoritariamente pelas mulheres.

Nas transações comerciais, especialmente do óleo de palma, é promovido o intercâmbio entre vários grupos ou personalidades individuais que constituem a sua rede comercial já que este produto é comercializado durante todo o ano. A Guiné-Conacri é a maior produtora, e a Guiné-Bissau vem em segunda posição, com boa qualidade, é por isso que óleo de palma é o mais procurado. As trocas comerciais deste produto, assim como os outros produtos ou mercadorias, continuam, nas suas redes comerciais, que é elo de confiança mútua entre os pares (as relações sociais, de afinidade e da proveniência das vendedoras ou armazenistas).

Figura 14: O processo de extração de óleo de palma⁵³



Fonte: Trabalho apresentado para reflexão no ateliê do projeto PADES, 2011.

A maior preocupação dos responsáveis das redes das mulheres é implantar no lugar das suas próprias redes de clientelas a garantia de maior recuperação dos créditos concedidos em diferentes *lumos*. Com a confiança criada entre elas e intermediários que concedem créditos. O óleo de palma é produto de comércio transfronteiriço controlado pelas autoridades nas fronteiras e é cobrada uma taxa pela entidade dos diferentes países na emissão de certificado de sanidade e de circulação. Em cada zona de exploração de óleo de palma no país, também são cobradas taxas de licença de exploração pelo serviço florestal.

Segundo (F. C 2018) numa entrevista concedida ao investigador, disse maior parte das mulheres que trabalham na extração e comercialização de óleo de palma não ganham quase nada tudo vai para os serviços desconcentrados do Estado, taxas pagas são muitas com poucas transparências. Mas sabemos que óleo-de-palma é produto de comercialização transfronteiriça, as redes da sua comercialização são longas aqui nos países vizinhos, Bideiras de óleo palma (FANTA DJASSI, 25/08/2018).

Segundo M. B.Dj (2018) chefe de sindicatos dos produtos proveniente da Guiné-Bissau ou chefe de Paragem dos carros e mercadorias proveniente da Guiné-Bissau, testemunha que os produtos agrícolas e de florestas não lenhosos são identificados pela origem e sabor, no caso de óleo de palma reconhecemos por país pela características ficam muitos dias sem sinal de solidificação ou linguam o termo que usamos não dorme sempre é possível medir sem esquentar no sol ou fazer

⁵³ A primeira foto ilustra o processo de filtragem do óleo de palma a segunda foto é último processo para a comercialização.

uma pequena fogueira, o óleo de palma proveniente da Guiné-Bissau é menos gorduroso e saboroso é por isso tem tendência de ter sempre preço um pouco mais elevado devido a sua qualidade. Ainda o chefe do Sindicato disse, existem dois tipos de sindicatos um dos originários da Guiné-Bissau e outro do Senegal, o sindicato da Guiné-Bissau recebe produtos de origem florestal lenhoso (óleo de palma) e produção agrícola, organiza a comercialização com os intermediários guineenses raisado no Senegal e senegaleses depois de todas as transações comerciais os sindicatos dos intermediários senegaleses organizam o transporte de produtos até destino da comercialização. (MAMADU BAILO DJALO, 22/08/2018).

Apesar de não existir base de dados a nível nacional sobre a produção ou extração de óleo de palma, porém, de forma informal exporta-se em quantidade, em 2011 foi realizado um estudo financiado pelo projeto PADES que atua nas duas regiões do Sul da Guiné-Bissau (Quinara e Tombali), sobre a fileira de óleo de palma, os consultores mostram o potencial que o país possui. Estimam-se que haja cerca de 731.553 mil litros de produção anual. Desta produção, segundo aponta o mesmo relatório, cerca de 25% são consumidos na Guiné-Bissau, os outros 75% são comercializados nos mercados dos países vizinhos.

No mapa (11) é possível visualizar o fluxo de circulação do Óleo de Palma na Sub-região pesquisada.

Mapa 11: Fluxo de circulação do Óleo de Palma na Sub-região



Fonte: Trabalho apresentado para reflexão no ateliê do projeto PADES, 2011

Neste ponto, torna-se importante, falarmos mais uma vez sobre a sonegação de impostos existente nos mercados informais. O pagamento ilícito é efetuado em função da quantidade transportada de óleo de palma por litro (25 FCFA), multiplicado pelo número de viagens efetuadas e as cobranças que se efetuam por viagem e que são pagos pelos transportadores e pelas *bideiras*; pode-se chegar ao montante de pouco mais 62 mil FCFA.

Isso significa dizer que nem o montante de 14 milhões de FCFA chega a entrar nos cofres do Estado. Intra apenas para a cobrança do óleo de palma pelos serviços das florestas; os atores que intervêm na comercialização de óleo de palma pagam diferentes serviços para os desconcentrados do Estado cerca de 62 milhões de FCFA. Mas informa-se que as cobranças não incidem só sobre óleo de palma, apesar de ser o principal produto comercializado nos dois eixos, ressaltando que existem outros produtos, sobretudo recursos haliêuticos. Todos os produtos transportados e comercializados nos *lumos* transfronteiriços, os operadores são obrigados a suportar custos ilícitos⁵⁴.

Tabela 2: Comparação de pagamentos nos diferentes postos de serviço do Estado na comercialização de óleo de Palma nos transfronteiriços e quantidade produzida em cada região

COMPARAÇÃO DE PAGAMENTOS NOS DIFERENTES POSTOS DE SERVIÇO DO ESTADO									
Região	Produção Por região	Produção vendida na GB	Eixo	Quant. Vendida por eixo	Taxa florestal /litro	Litro de óleo /Viagem	Nº de viagens	Cobrança /Viagem	Total ilícito
Quinara	255219	191414	Bissau	76.566	1.914.150	2.000	38	155.000	5.890.000
			Diaobé	114849	2.871.225	3.000	38	495.000	18.810.000
Tombali	476334	357251	Bissau	107175	2.679.375	2.500	43	155000	6.665.000
			Diaobé	250075	6.251.875	4.000	63	495.000	31.185.000

Fonte: Estudo sobre os Mercados Tradicionais “*Lumo*” na Guiné-Bissau 2011.

⁵⁴ Ilícito é um substantivo e adjetivo na língua portuguesa que se refere ao que não é permitido perante a lei, ética ou moral; relativo à ilegalidade; algo que é proibido pela lei. Etimologicamente, a palavra "ilícito" se originou a partir do latim *illicitus*, se referindo ao que é ilegal, proibido ou moralmente errado. Acesso em: <<https://www.significados.com.br/ilícito/>> disponível no dia 19/07/2021.

1) Produtos silvestres

O comércio de produtos silvestres é praticado entre a Guiné-Bissau e o Senegal. São dois tipos de produtos silvestres que tem particular fluxo no eixo entre os dois países: um é de fole grande, a mulher com baldes, visto na foto e, o outro, é fole-sinho. Ambos são produtos sazonais e, no período da sua campanha, é um produto que dá rendimento para a população coletora no meio rural. Importante referir que este produto silvestre, até o final da década de 90, era consumido de diferente forma, não tinha o valor comercial que tem hoje.

Figura 15: Mulher com baldes de Foles grandes Fole-sinhos.



Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

A partir dos anos 90, o valor comercial acrescentado ao fole grande tornou-o rentável. Por isso, os próprios produtores criaram postos comerciais nas beiras de estradas, cuja circulação das viaturas que transportam passageiros para diferentes cidades é frequente. Nestes trechos, os passageiros solicitam parada aos motoristas para poder comprar o produto. Para além do seu consumo usual, é utilizado na cozinha como um ingrediente muito apreciado pelo pessoal da cidade, sobretudo pela nova geração que frequenta muito pouco o meio rural.

A figura acima indica um posto comercial e, apesar de ser perecível, existem operadores especializados na sua comercialização, os quais se deslocam com caminhões/remorcos (denominação local de caminhões com a capacidade de 20 toneladas), que os exportam para Dakar e Gâmbia.

O fole-sinho também é produto silvestre com grande produção na Guiné-Bissau. A sua colheita começa no início da chuva (junho a agosto), seus coletores são jovens, adolescentes e crianças na idade escolar; coletam e vendem para comprar materiais didáticos do ano que finda ou para o ano que se inicia. Além dos jovens, as mulheres bideiras senegalesas também fazem campanha de colheita e comercialização do fole-sinho, compram em quantidade para revender no Senegal. Este produto silvestre é apreciado na comida como ingrediente no molho e pode até substituir limão ou vinagre, também pode ser preparado como suco e, por outro lado, pode ser consumido *in natura*, pois é uma fruta deliciosa.

a) Fileira de peixe transformado (seco e salgado)

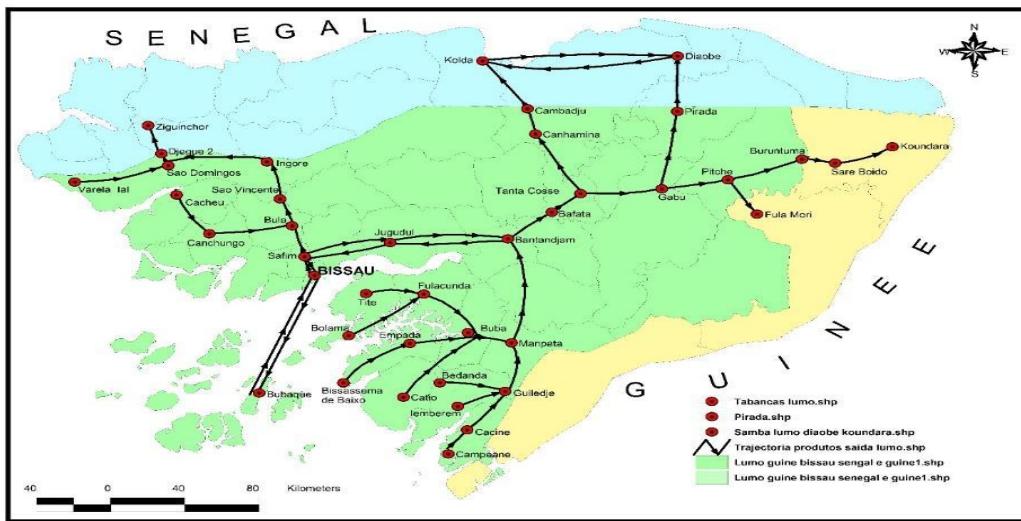
Em Diaobé, na Guiné-Bissau exporta-se o peixe fresco e transformado, proveniente das províncias do sul e do norte, apesar não ter dados exatos, estima-se que pouco mais de 20 toneladas de peixe transformado e fresco são comercializadas por *lumo* no Diaobé. O excedente é aprovigionado em armazéns cujas transações comerciais continuam até o próximo *lumo*, em caso de não haver cliente de reexportação. O peixe fresco é transportado em caminhões frigoríficos, para manter a conservação; já os peixes transformados são transportados em caminhões de carga comum, em observância da fragilidade da mercadoria.

O peixe, como outros produtos, é taxado nas fronteiras, onde existem barreiras alfandegárias, agentes de fitossanitários e pessoal da guarda-florestal. Cada agência tem cobrado uma taxa, que não é fixa, é oxidante (conforme capacidade negociação dos transportadores), e pagam sem receber recibo. Os transportadores dos produtos fazem amizade nos diferentes postos transfronteiriços, com o objetivo de facilitar as negociações e passagem dos produtos proibidos ou quantidade não declarada, ainda criam amizade com os amigos do amigo principal, quando está ausente, pede aos colegas para facilitarem a passagem nas fronteiras do caminhão de amigos.

Segundo Lopes, isso “permite assegurar a estabilidade e os níveis de confiança bem como capitalizar sinergias relacionais que contribuem para a rentabilização da atividade” (2011, p. 85). Assim, as relações sociais, como frisado, são mais importantes nas atividades comerciais do que dinheiro, porque existem muitos favores que, no contexto africano, o dinheiro, muitas vezes, não resolve. Os custos de transporte dos peixes é de 50

FCFA/Kg aos intermediários. A sua revenda no *lumo* Diaobé e Kolda oscila entre 950 e 1.300 francos CFA. Os reexportadores, na sua maioria, são senegaleses, que saem de Kolda para Dakar, ou vice-versa, e consideram que o negócio da revenda de peixe é rentável. A despeito da circulação dos diferentes produtos que saem dos *lumos* da Guiné-Bissau para os países vizinhos (República da Guiné e Senegal), vejamos o que segue:

Mapa 12: Circulação dos produtos da Guiné-Bissau para os países vizinhos



Fonte: Elaborado pelo SIG- Herculano – INEP, 2019.

Os *lumos* tornaram-se um espaço de transações diversas entre os três países, influenciam-se no comércio, na cultura, na religiosidade, nas mudanças de sistemas das estruturas sociais locais e, na forma de convivência. Essas influências originam-se das empresas multinacionais e das políticas sub-regionais de integração econômica, mediante produção e política comercial adotadas através de suas representações comerciais, que se instalaram em diferentes entrepostos comerciais ou mercados nesses países. O cumprimento das regras estabelecidas pelos mercados contraria aquilo que é hábito das regras sociais nessas localidades.

O segundo aspecto diz respeito aos fluxos e mobilidades das mercadorias importadas da República de Guiné e do Senegal para diferentes cidades da Guiné-Bissau, ambos indicados no mapa, ou seja, as entradas das mercadorias e seus destinos nas diversas cidades da Guiné-Bissau:

- I. De Diaobé e Kolda para Cambadju e Gabú e, para as demais cidades de Guiné-Bissau, são importados: produtos agrícolas (tomate, repolho, nabo, amendoim, batata inglesa, cebola, arroz, óleo alimentar - importados)
- II. Materiais de construção: ferros (6,8,10,12), cimento mosaico de toda variedade, azulejo de diferentes tamanhos e tipos etc.
- III. Produtos cosméticos: diversos tipos de perfumes (para homens e mulheres), pomada de pele de todo tipo, bateou diferentes tipos etc.
- IV. Pecuária: cabras, carneiros, cavalos, burros, galinhas etc.
- V. Produtos de higiene: sabão em pó (grande e pequena embalagem), sabão líquido e em barras - sólido, e ainda de outros tipos, detergentes etc.
- VI. Vestuários: variadíssimos tipos de roupas para ambos os sexos e para todas as idades, novos e usados etc.
- VII. Meio de transporte: bicicletas novas e usadas, motos novas e usadas etc. Peças sobressalentes para carros, bicicletas, motos, rádios etc.
- VIII. Produtos alimentares: sal, diferentes tipos óleos alimentares, açúcar, diferentes tipos de caldos etc.

Com as mudanças sociopolíticas também mudam os modos de funcionamento das atividades econômicas e comerciais, onde inexistem barreiras para entrada e saída dos atores econômicos, assim, também o funcionamento das organizações sociais entra em processo de mudança. Nesse sentido, concordamos com Sansone (2015) quando afirma que:

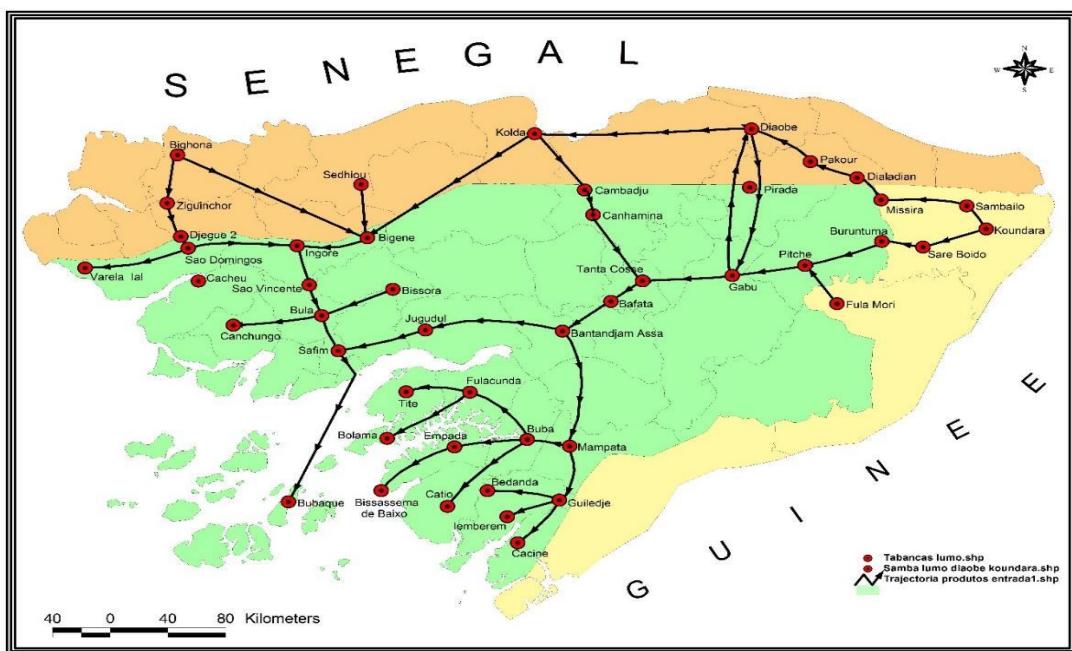
As feiras se tornaram essenciais vitrinas destas mudanças, tanto refletindo-as quanto exacerbando-as. Na África Ocidental estas feiras são, ademais, verdadeiros transponders (transmissor-repetidor) dos fluxos da globalização: elas recebem mercadorias e suas simbologias, que vem de vários lugares do mundo, e os representam, fortalecendo-os e enriquecendo-os com novos valores de usos no contexto. (SANSONE, 2015, p. 122)

Os *lumos* garantiram fluxo regular de diferentes mercadorias e produtos de importação e exportação entre os três países. Importaram realidades diferentes que provocaram profundas transformações nas sociedades, implementando novos valores sociais, influenciados pela expansão dos mercados e pela globalização econômica.

Segundo o raciocínio de Polanyi (2000, p.97), “a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema económico”. O mesmo autor afirma ainda que “o processo de compra

e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento". Os *lumos*, como fonte da aglomeração e transações comerciais das nacionalidades e culturas diversas, importaram culturas, sobretudo ocidentais que entram em choque com as culturas locais, introduzindo nova transformação das organizações sociais locais de cada país. O mapa a seguir ilustra a entrada das mercadorias e produtos e a sua distribuição para diferentes cidades da Guiné-Bissau.

Mapa 13: Circulação dos produtos de países vizinhos para a Guiné-Bissau



Fonte: Elaborado pelo SIC- Herculano – INEP – 2019.

A partir de meados da década de 80, período em que foi implementada a liberalização da política econômica e comercial, os quatro *lumos* analisados assumiram papel incontornável na política de integração econômica da sub-região. Passaram a funcionar como canais de comercialização e de mobilidade transfronteiriça e, também no aprovisionamento das populações tanto nos centros urbanos como no meio rural. Todos os países-membros dos blocos de CEDEAO e UEMOA implementaram a mesma política de economia do mercado. Estrategicamente, os *lumos* da Tríplice Fronteira selecionados para este estudo estão localizados nas linhas fronteiriças de cada país.

Os ganhos obtidos no comércio entre os operadores destes países dependem da

acumulação pessoal de capital ou do grupo, ou ainda rede de negócio onde está inserido (meio de transporte, capital em dinheiro, controle das infraestruturas etc.). No quadro da integração econômica e comercial, os operadores econômicos da Guiné-Bissau enfrentam enormes dificuldades pela falta de investimentos de capital dos empresários nacionais, deste modo, tornam-se incapazes de gerir a concorrência dos seus pares (gambianos, guineenses da República da Guiné, malianos, senegaleses entre outros).

Como apontado em momento anterior, a comercialização de mercadorias nos *lumos* transfronteiriços depende das relações sociais que estimulam as trocas regionais independentemente da quantidade, qualidade, problemas e riscos que as mercadorias portam na travessia das fronteiras. As relações sociais são sensíveis ao não cumprimento das obrigações de ambas as partes e isso pode perturbar as relações comerciais dos semigrossistas, bem como, limitar as transações, apesar da demanda regular por mercadorias.

A distribuição destas mercadorias e produtos locais que entram na Guiné-Bissau, através dos entrepostos comerciais, são ilustrados no mapa (13) apresentado anteriormente. Deste modo, o percurso social continua baseado na criatividade e sociabilidade humana nas atividades econômico-comerciais no quadro dos *lumos*, na sub-região.

3.7 As ofertas (produtos e mercadorias) nos *lumos* transfronteiriços

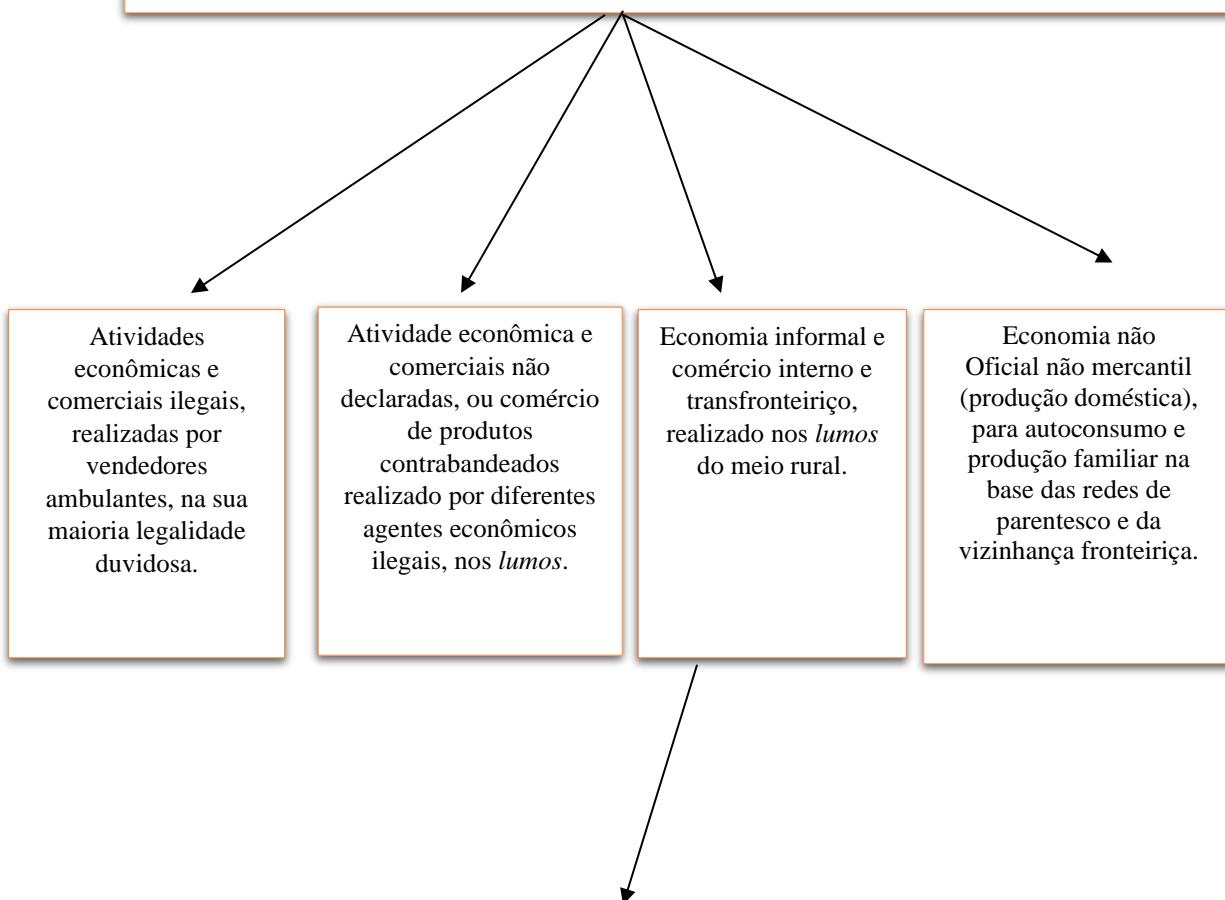
Apesar dos *lumos* estarem no meio rural e semiurbano, o seu abastecimento, segundo operadores, vem de cinco fontes principais: a) diversos produtos agrícolas e da pecuária; b) diversos produtos haliêuticos; c) produto florestal não lenhoso de árvores; d) variadíssimas categorias de redes de comercialização dos produtos industrializados com o comércio transfronteiriço entre os países vizinhos; e) transportadores dos produtos e pessoas que garantem a concentração nos *lumos* (são diferentes categorias: caminhões que transportam mercadorias, caminhões que transportam produtos da produção local junto com os seus operadores, transportadores de pecuária junto com as pessoas e transportadores das pessoas). Os produtos provenientes de diferentes regiões do planeta são também distribuídos da mesma forma, entre eles, alguns de origem duvidosa e\ou contrabandeados dos portos dos países de importação ou das fronteiras, no momento de embarque e desembarque.

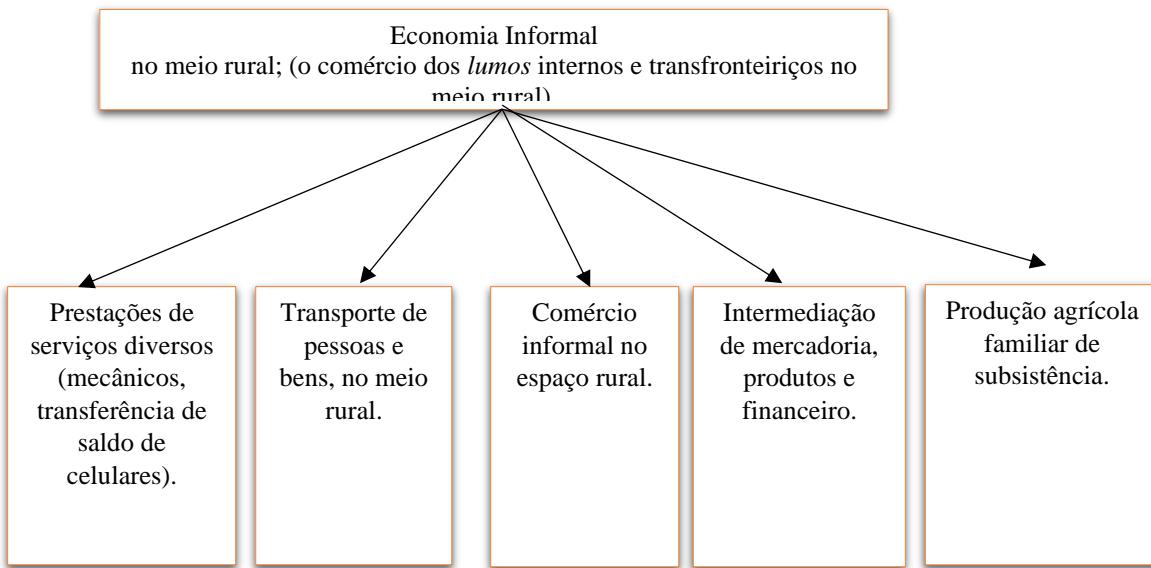
Nos *lumos*, tudo se vende para satisfazer as necessidades dos seres humanos, desde os produtos mais simples até materiais eletrodomésticos de última geração no mercado. O *lumo* de Diaobé apresenta o maior volume de transações, com melhores infraestruturas comerciais, onde cada dia é abastecido por particulares com produtos diversos e modernos, dentre os quais rádios, celulares, motorizados de primeira e segunda mão (usados), bem como bicicletas, na mesma situação (novas e usadas).

Há certas mercadorias de origem industrial que alguns funcionários conseguem subtrair de forma ilegal nos armazéns, seja no momento de transporte entre os mercados ou ao travessar as fronteiras sem passar pelos serviços do Estado desconcentrado. Essas mercadorias e sua comercialização nos *lumos* traz tensões entre as *bideiras* e contrabandistas porque as *bideiras* vendem produtos da produção local e reclamam dos contrabandistas, já que os produtos provenientes dos desvios fiscais e/ou legais têm preços baixos.

Figura 16: Ilustração das Atividades praticadas nos Lumos Transfronteiriços

No *lumo* transfronteiriço são:
Praticadas atividades econômicas e comerciais, algumas escapam do controlo das regras e normas de jogo econômico – ao sistema institucional de leis, regulamentos e direitos que configuram o sistema formal de produção e da comercialização; ainda inclui neste tipo de mercado, atividade econômica denominada informal, não declarada e não oficial/formal.





Fonte: Elaborado pelo autor – 2019.

Ao fazer análise desta situação, podemos concluir que as *bideiras* de todos os tipos de produtos, sobretudo de óleo de palma, peixe e animais e os *locataires* pagam um pesado tributo e, muitas vezes, essas taxas refletem de forma considerável no bolso do consumidor final e afeta a rápida rotatividade na transação comercial dos produtos agrícolas.

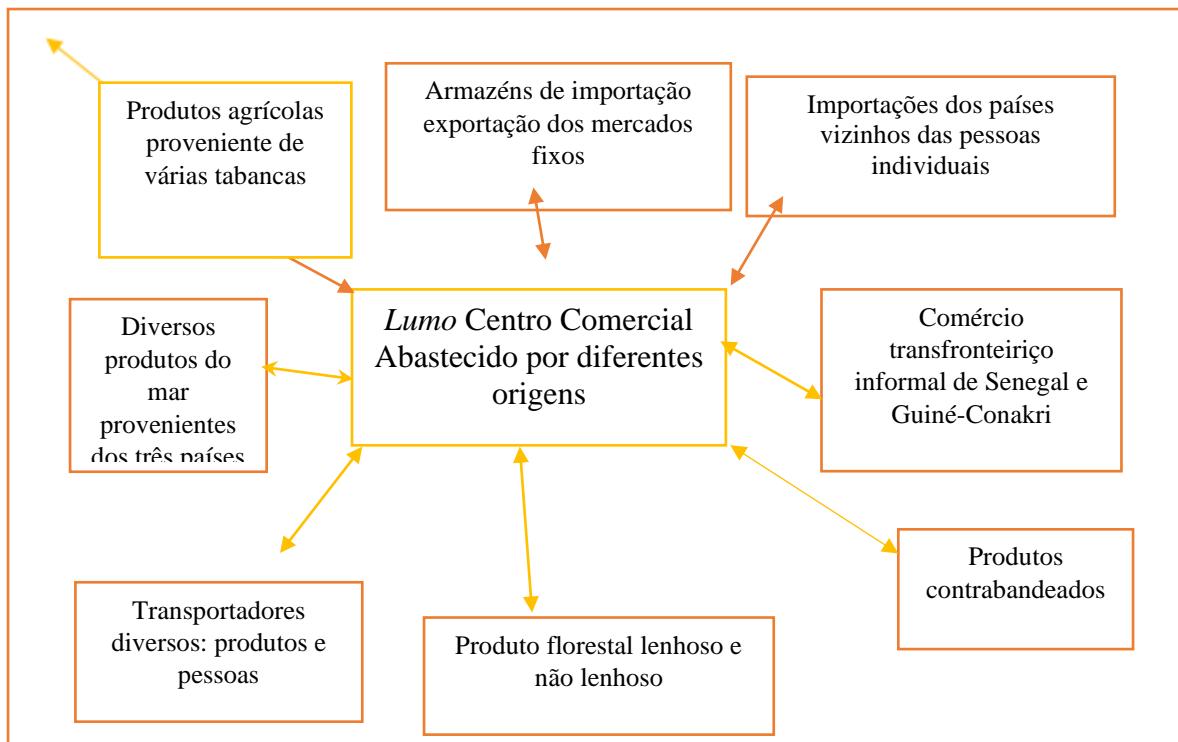
É por isso que uma das mulheres *bideira* entrevistada, no *lumo* de Cambadju, não hesitou em dizer:

Nós vendemos produtos de pequenos volumes cujo rendimento também é pequeno. Nós, mulheres *bideiras*, não temos dinheiro para fazer grande aquisição e nem créditos das mercadorias, é por isso, o nosso rendimento sempre é menor, por um lado, e, por outro lado, não vendemos produtos contrabandeados, as mulheres *bideiras* estão mais concentradas em vender produtos perecíveis, produtos alimentares, entre outros. (VENDEDORA ALARBA CAMARA, 15/11/2018)

A fala da entrevista coincide com a necessidade de demonstrarmos a procedência dos variados produtos vendidos no contexto do *lumo transfronteiriço*. A figura (16), apresentada anteriormente indica a procedência das diversas fontes de abastecimentos dos *lumos*. Nela, pode-se observar a influência importante do *lumo* na atividade da produção e no comércio informal transfronteiriço. A sua dimensão tem caráter coletivo, solidário, e entre ajuda dos seus pares e, na ausência das instituições oficiais ou credenciadas oficialmente de crédito financeiro ou mercadoria, as redes informais substituem essas instituições. A forma da organização das redes e os mercados/*lumos* na

região têm predisposição para ajuda ou se solidariedade com o próximo, e sua atividade informal lhe confere o lugar na coesão social e do reforço dos laços amizade.

Figura 17: Fonte de abastecimento no Lumo Transfronteiriço



Fonte: Elaborado pelo autor em 2019.

São desenvolvidas inúmeras atividades, no setor informal na região. Essas atividades também se caracterizam por numerosas atividades e atores, que variam desde o simples vendedor ambulante, passando pelos coladores de roda, pequenos ateliers de venda de comida e roupas, oficinas de reparação de carros, pequenas estruturas de transferência de dinheiro e de taxa de câmbio informal, vendedoras de peixe, pasta de mancara, engraxadores de sapato, transportadores manuais de mercadorias, proprietários de transporte público, artesãos de madeira ou metais, cabeleireiros, etc...

Ainda na tentativa de ilustrar a ordem de importância das atividades de manutenção de vida da população nas ambas as regiões, importa demonstrar que algumas atividades são de ordem primária é o caso da agricultura, agropecuária, comércio e prestação de serviços, elementos sobre as quais nos deteremos nos parágrafos a seguir.

Nas famílias rurais da zona do estudo (Pitche Cambadju-Guiné-Bissau, Sareboido, Foulamory Guiné-Conacri e Diaobé – Senegal), a agricultura se institui como a principal ocupação da população e a divisão do trabalho agrícola está baseada tradicionalmente em papéis bem definidos entre os sexos. Na maior parte dos grupos étnicos, o homem ocupa-se em derrubar árvores, queimar resíduos, preparar o campo *m'pampam*⁵⁵ e lavouras de amendoim e de diferentes tipos de milhos. Já a mulher, ocupa-se da preparação do campo da lavoura da Bolanha, da colheita e da debulha do arroz, e do trabalho de horticultura e pequeno comércio de produtos alimentares. Os trabalhos do sexo feminino, assim como do masculino, em todos os níveis da idade, é a aplicação da força física, desde a produção, transformação, conservação e até transporte para comercialização. As principais culturas praticadas pela população da zona rural são as seguintes: a) cultura de subsistência - de arroz, milho bacil, milho cavalo e sorgo; b) cultura para comércio – de algodão, amendoim, caju etc.; c) horticultura - cultivadas na sua diversidade pelas mulheres de diferentes tabancas, considerando a cultura geradora de rendimento.

Importa destacar ainda, que tendo em conta a sua importância na segurança alimentar e na melhoria da dieta alimentar, a Guiné-Bissau elaborou o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), ancorado num documento adaptado de Moçambique, especialmente da cidade de Maputo (2003), “O Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura em África’ (PDDAA). Ainda faz parte deste componente agrícola, a nova parceria de promoção do desenvolvimento dos países africanos, o NEPAD. Nele os Chefes dos Estados Africanos comprometeram-se a destinar pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais para agricultura como base de crescimento das suas economias”⁵⁶.

No caso da Guiné-Bissau, ainda é difícil identificar a aplicação dessa porcentagem do orçamento, pois com as sucessivas instabilidades tanto política, quanto governamental impõe ao governo dificuldades em honrar seus compromissos até mesmo com os servidores públicos. Entretanto, o programa não deixa de ser referência, tampouco fica diminuída a sua importância para o desenvolvimento do país, já que desde a sua independência, na altura do Partido de Estado, adotou a agricultura como prioridade para o desenvolvimento⁵⁷.

⁵⁵ M'pampam é a cultura sequeira itinerante feita através de desmatamento, queima e cultivo.

⁵⁶ Programa Nacional de Investimento Agrícola.

⁵⁷ Relatório do III Congresso do PAIGC (1977) Agricultura é tradicionalmente o meio ambiente em que vive e trabalha o grosso da nossa população. A agricultura será, pois, a nossa primeira prioridade e servirá de base

Quanto a pecuária, esta constitui-se como uma das atividades predominantes da comunidade, a região majoritariamente habitada pelos Fulas, conhecidos como criadores de gado, ovinos, caprinos, equinos, muar e avicultura. Esses animais, quando domesticados, desempenham duas funções econômicas importantes na família e na comunidade. No caso de bovinos, equinos e asno (burro), desempenham três funções na família: utilizados para tração animal na lavoura; na reserva da segurança alimentar para a família, e são vendidos e servem como fonte de receita para as famílias quando alugados para prestação de serviços de lavoura e transporte de cargas.

O *lumo* de Pitche é receptor dos animais proveniente da Guiné-Conacri, e o *lumo* de Cambadju recebe os animais provenientes do Senegal e Mali. Esses animais estão rendendo cada vez mais, pois uma de suas utilidades, na sub-região, presentifica-se nas diferentes cerimônias em todos os grupos étnicos destes três países (cerimônia fúnebre, cerimônia de toca choro, as datas festivas dos muçulmanos e cristãos, as datas comemorativas, casamentos, cerimônias de batizado e rapa, no caso dos muçulmanos, cerimônias de leitura do alcorão para os peregrinos que regressam de Meca etc.). Nestas cerimônias são sacrificados animais. Por isso, se considera atualmente como oportunidades de negócios, os dias de feriados para chamada “economia de eventos”, onde tem-se a oportunidade comércio/negócio nos feriados nacionais e internacionais, comemorações de aniversários das formações políticas existentes no país.

Essa discussão nos conduz em direção a importância do Comércio no contexto investigado. O comércio, é uma atividade econômica praticada entre os habitantes dessa zona geográfica. Era utilizado por comerciantes, outrora conhecidos com o nome de *Dyula*, atualmente quase não é mais usado. Em alguns lugares, como nas tabancas longínquas, usa-se uma designação no plural que se chama “*Djulabe*⁵⁸”. O comércio é atividade praticada pelos habitantes na região, funcionando em diferentes níveis de redes de ofertas nos variados tipos de mercados. São comercializados os diversos tipos da produção local que durante o trabalho de campo foi identificado como produto com identidade territorial ou com nome de local da produção (produção agrícola local, produção pecuária, exploração florestal não lenhoso, produto haliêuticos etc.) e as mercadorias de origem industrial

para o nosso desenvolvimento nesta fase de transição, devendo permitir a necessária acumulação de riqueza para o lançamento no futuro da própria industrialização.

⁵⁸ - Plural de comerciante na língua fula – *Djulabe* significa comerciantes.

(diferentes tipos têxteis, variadíssimos materiais eletrodomésticos, diferentes tipos de materiais construção civil, materiais para mobiliários das residências). Os *lumos* funcionam como ponto de conexão, recepção e distribuição, através das redes, para muitos pontos comerciais.

Por último, temos a prestações de serviços: esta seção agrupa serviços de transporte (cargas, pessoas e misto), serviços de mecânica (viaturas, motos, bicicletas, charruas de tração animal, de reparação de telemóveis, carregamento de baterias de telemóveis e serviços de transferência saldo-crédito), mototáxi, charruas de burros e cavalos também servem como transporte de pessoas e cargas.

Esta prestação de serviço melhorou bastante em todas as localidades. Atualmente circulam diferentes tipos de viaturas, como os caminhões que transportam animais e mercadorias para abastecimento dos *lumos* e para o mercado fixo. Este tipo de mercado funciona todos os dias no mesmo local, fazem distribuição para entrepostos comerciais como forma de garantir a funcionalidade das redes de ofertas; quanto mais postos de distribuição mais velocidade de rotação dos estoques, mais rentabilidade, mais clientes.

Existem viaturas de transporte misto de pessoas e de pequenas cargas que circulam de *lumo* a *lumo*. Dentro da região, a dinâmica dos *lumos* é considerada a alternativa para muitas atividades econômicas e, por isso, uma quantidade considerável de pessoas aproveitam esta iluminação para exercícios comerciais. A participação massiva das pessoas nas diferentes atividades ofertadas pelo *lumos* provoca mutação da estrutura social das localidades. Por outro lado, a sociedade é vista em constante fluxo, procurando garantir o mínimo. Com o crescimento dos números, associado as atividades econômicas e as suas redes são invertidas pela globalização econômica, e a inversão da ordem social fundada em contradições e conflitos de interesse (em nível intrapessoal e interpessoal, intergrupal), triplicam ou quadriplicam cada tipo de atividade que gera rendimento de sustento familiar, algumas se tornam remuneratórias (caso de motoristas, mecânicos, sapateiros, ourives etc.).

Ainda neste quadro das atividades remuneratórias há uma nova atividade designada “tipo o que vier”, ou seja, significa trabalho que pode ser por algumas horas, um dia inteiro, uma semana e tudo que vier de trabalho ele está pronto, ou trabalho temporário denominado na língua local (fula e crioulo) *surne* é o tipo faz tudo, para subsistência das famílias: é o trabalho temporário sem escolha. Essa atividade tem crescido cada vez mais,

não só nos *lumos*, mas também nas cidades, por exemplo *codicadores* (angariadores de passageiros para os carros de transporte) fazem *surnes*⁵⁹ para a subsistência; é exercida pelos homens, tendo em vista a oportunidade de um serviço remuneratório formal e limitado. O *surne* varia, desde trabalhos no setor da construção de habitação, como nas tabancas de *lumos*, que estão em constante crescimento com atividades de embarque e desembarque de mercadorias, transportes de cargas nos carretos, serviços de lava e seca das viaturas etc.

Comerciante do mercado fixo de cidade de Bafata M.S.S. (15/5/2019) afirma que:

depois de implementação do PAE, o preço de produto agrícola baixou e não incentivava permanência dos jovens no campo, provoca êxodo rural e a reconfiguração das estruturas dos mercados através da concentração dos jovens nas cidades para procurar alternativas de sobrevivência.

No cenário de criação de melhores condições da sobrevivência dos cidadãos o governo adotou políticas e estratégias de desenvolvimento desde ascensão da sua independência, em 1973 até 1986, onde as atividades económicas estavam enquadradas na lógica considerada na altura da economia estatizada.

Durante o período acima referenciado o Governo adotou vários planos e programas para promover o desenvolvimento económico do país, entre os quais o Primeiro Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social, que foi elaborado com a prioridade do setor da produção agrícola e ao setor industrial do país. No cumprimento do Plano Quadrienal sobretudo para setor agrícola vários projetos de desenvolvimento integrado das zonas rurais foram implementados. A execução dos referidos projetos fez aumentar a produção e criou o excedente, esse excedente criou postos intercomerciais para o escoamento dos produtos para as cidades, sedes setoriais e regionais, porque as zonas rurais não tinham capacidade de absorção, e os preços dos produtos agrícolas não eram convidativos para permanência dos jovens no campo.

A situação de baixo preço do produto agrícola contribuiu para êxodo rural massivo dos jovens, que se direcionaram a várias cidades do país e países vizinhos, com o objetivo de colmatar as necessidades que não podiam ser resolvidas no local. Assim a

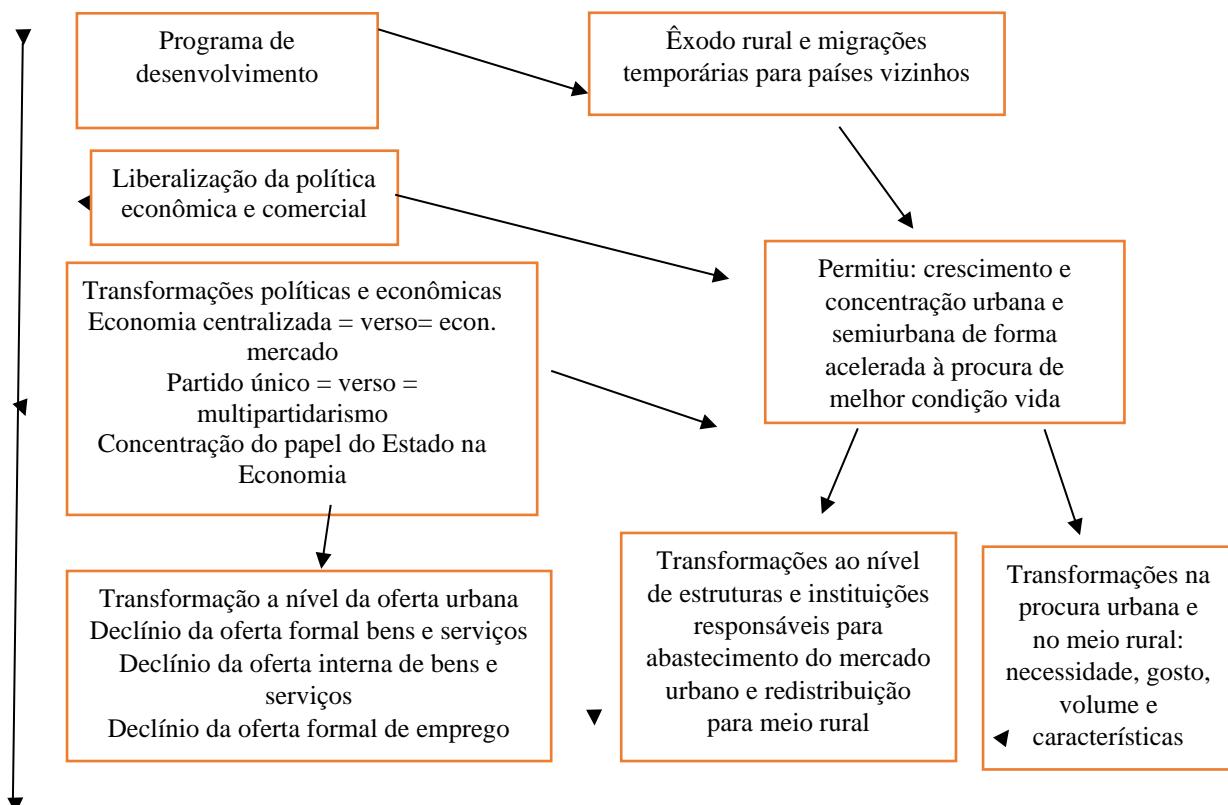
⁵⁹ Surne é tipo de serviço prestado para ganhar dinheiro, onde o prestador não opção ou escolha tudo que vier ele trabalha para ganhar e sustentar a família

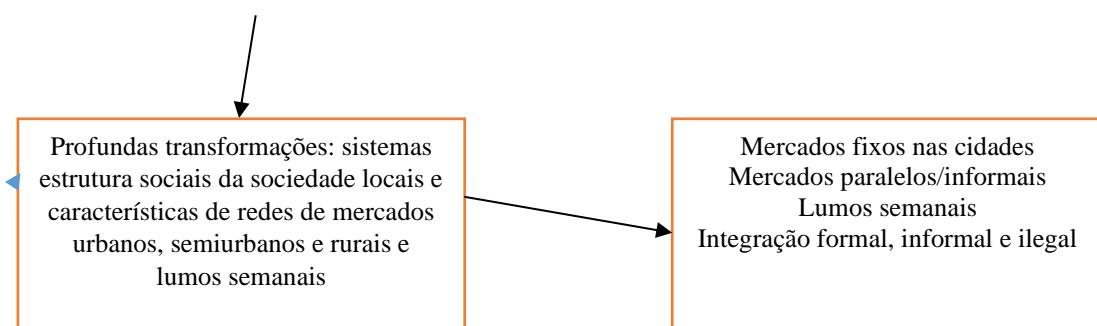
implementação do PAE pelo Governo e a economia de mercado fez emergir mercados em diferentes zonas do país, que permitiram o encontro entre os comerciantes do campo com as de cidades para satisfazer as necessidades da população.

A implementação do PAE, foi em conjunto com as políticas de reformas macroeconómicas do país, provocando transformações a nível da oferta formal de bens de consumo, da oferta formal de serviços e na oferta formal de emprego, como se pode constatar na figura 18. Registaram-se também mudanças em estruturas das instituições responsáveis pelo abastecimento, quer dos mercados urbanos, quer dos mercados semiurbanos ou mercados rurais. O Estado deixou de controlar o sistema de comercialização e de distribuição interna dos bens e serviços.

Estas transformações criaram um cenário no sistema comercial guineense a nível da procura urbana, semiurbana e no meio rural emergiram novas necessidades, gostos etc. O conjunto destes fatores aceleraram a expansão dos mercados informais e a integração entre o formal e o informal (ver figura 18). Naquela época foram criados programas de desenvolvimento integrado nas regiões que produziram excedente e no período o Estado não tinha política animadora dos preços dos produtos agrícolas no meio rural. A falta desta política contribuiu para o massivo êxodo rural dos jovens para procurarem melhor condições de vida.

Figura 18: Crescimento acelerado dos mercados informais na Guiné-Bissau





Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

4 OS LUMOS NAS ÁREAS TRANSFRONTEIRIÇA: CARACTERIZAÇÃO, FLUXOS, OFERTAS (GUINÉ-BISSAU, REPÚBLICA DA GUINÉ E SENEGAL)

4.1 Apresentação dos *lumos*

O *lumo*, na África Ocidental, funciona como rede de mercados informais que estabelece ligações comerciais entre os países vizinhos, formando uma Tríplice Fronteira. Este se caracteriza como espaço de transação comercial, formado por vários operadores econômicos, prestadores de serviços diversos que se encontram\desencontram, semanalmente, no meio rural. O *lumo* funciona num espaço a céu aberto, sem vedação, onde milhares de pessoas se cruzam para transações comerciais; é um espaço de geração de identidade ou formação de nova sociedade, com línguas e cultura diferentes. O *lumo* garante a sobrevivência de uma parcela significativa das famílias nos países em desenvolvimento e, em particular, nos três países da África Ocidental, foco desta tese: Guiné-Bissau, República de Guiné e Senegal.

Assim, não se encontra o motivo ou exceção de não análise da importância do *lumo* na região geográfica, onde milhares de pessoas recorrem a este como alternativa de garantia do mínimo sustento para as suas famílias. Os *lumos* estão distribuídos em todo o espaço geográfico para facilitar a circulação ou ligação entre as *tabancas* nas zonas rurais bem como entre as zonas rurais e as cidades. Funcionam como mercados que garantem o emprego sazonal e subempregos - de milhares de pessoas que participam como operadores de diversos tipos.

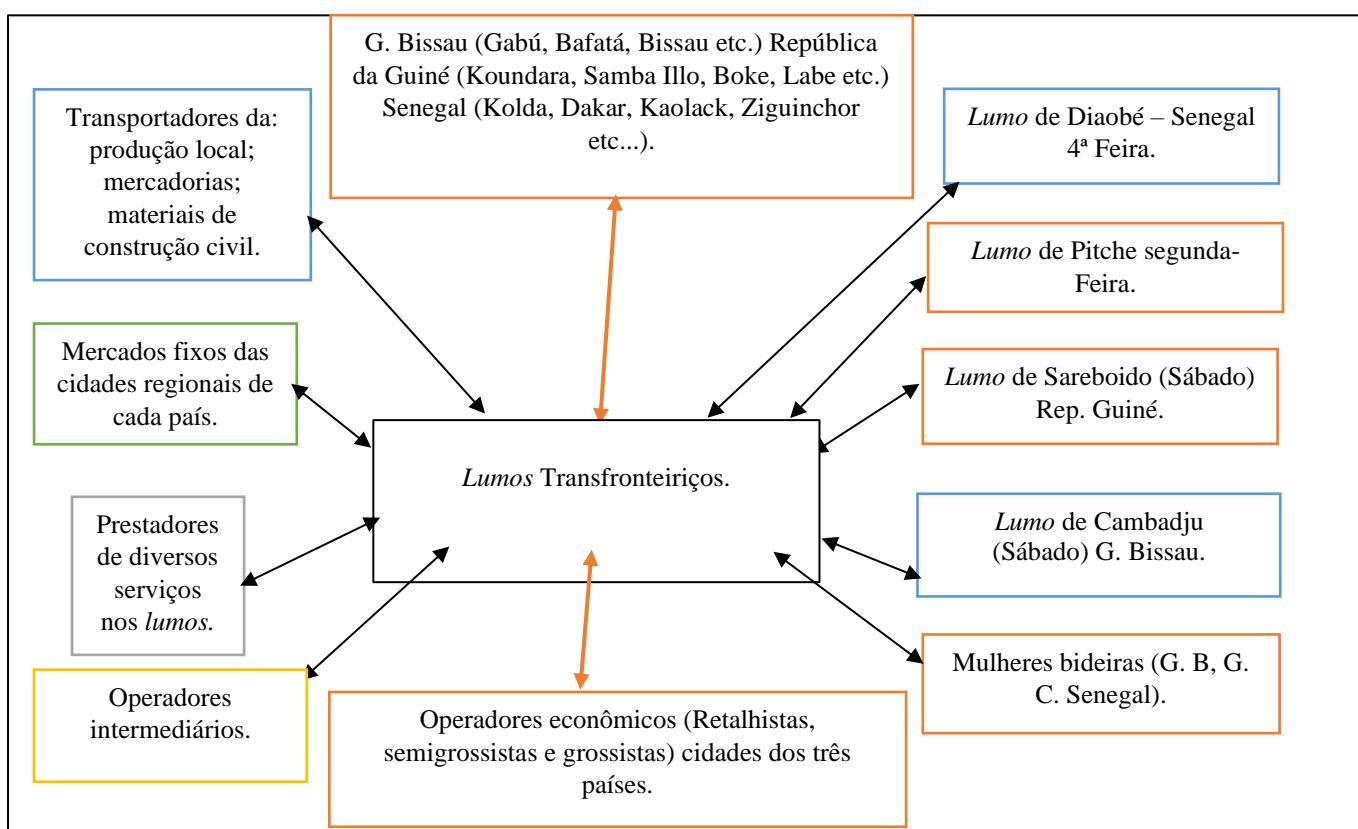
Segundo Maanen (1996, p.28)⁶⁰

Nos anos oitenta, quase todos os países africanos tiveram de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural criados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa situação deveu-se principalmente à queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação, nomeadamente produtos agrícolas e matérias-primas, com exceção petróleo, que ocorreu nos fins dos anos oitenta. O saldo extremamente negativo na balança de pagamento e os défices no orçamento do estado, que dependiam das receitas provenientes dos impostos de exportação, foram as consequências mais drásticas. A Zâmbia e o Gana são, na África, dois exemplos desta situação precária.

⁶⁰ Ver Maanen, V. Bert, (1996, p. 28) os programas de ajustamentos estrutural em África. O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau, análise dos efeitos socioeconômicos –Coordenação Antonio Isaac Monteiro.

O programa mudou estruturas locais, assim como a dimensão social e econômica. Segundo Camará (2008, p. 356) que, no seu artigo sobre *lumo* como fenômeno da economia informal, diz: “A dimensão e complexidade que atualmente caracterizam o *lumo* estão intimamente relacionadas com uma trajetória histórica de economia informal e mudanças estruturas multidimensionais que ocorrem na economia africana”. A dimensão dos *lumos* ultrapassa os espaços nacionais, porque estão envolvidos num conjunto de redes de negócios e de comercialização dos produtos industrializados das empresas multinacionais e dos produtos provenientes nos serviços do ecossistema de ambos os países, comprados por multinacionais através dos seus intermediários locais. O funcionamento da rede de *lumos* é semanal em um dia fixo, onde cada um está instalado em um país, como podemos constatar na figura a seguir.

Figura 19 - Redes de relacionamento dos *Lumos* com os operadores e mercados fixos das Cidades dos países



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As redes de relacionamento dos *lumos* com os operadores e comerciantes dos mercados fixos das cidades dos três países, em suas transações comerciais, facilitaram a análise dos fluxos econômicos e mobilidades das pessoas nos *lumos* transfronteiriços. Em entrevista realizada com os responsáveis dos *lumos* estudados, entre os dias 18,23 27/09/2021⁶¹ nos três países, ambos os chefes dos mercados tiveram coincidência de resposta, pois consideram o espaço estudado como três construções político-territoriais diferentes por causa da língua oficial falada e forma de organização do *lumo* e os serviços de Estado, apesar dos três países terem sistema de funcionamento do *lumo* ao céu aberto e as áreas para a produção agrícola semelhante.

E para garantir maior dinâmica, os *lumos* possuem redes comerciais através de um quadro urbano (cidades e mercados que abastecem aos *lumos* no meio rural), fluxos de mercadorias e as populações que circulam entre os *lumos* transfronteiriços, contribuindo de maneira eficaz com a atividade econômica e, um maior fluxo das transações comerciais nos *lumos*, ainda nesse espaço existem relações de solidariedade entre as diferentes redes comerciais.

Assim, para os fregueses e vendedores, transportadores afirmam que os fluxos dos *lumos* transfronteiriços permitem a interligação dos mercados, ofertando oportunidades para que os grandes e pequenos comerciantes atuem no mesmo espaço/mercados, cada um exercendo de acordo com o seu nível, promovendo o funcionamento do *lumo* e participando na gestão dinâmica da rede criada.

Sobre isso, diferentes entrevistados testemunham o seguinte (18,23, 27/9/2021), cada rede comercial: grandes, médios e pequenos comerciantes, tem papel importante na dinâmica dos mercados para que possam funcionar e permitir a intensidade da rotação das mercadorias para diferentes níveis das atividades econômicas. Para Antônio, transportador dos *lumos* de Cambadju, Diaobé e Sareboido, em uma entrevista concedida ele 25/4/2019 afirma que:

Para mim as dinâmicas dos mercados/*lumos* enfrentam obstáculos das autoridades colocadas nas linhas de fronteiras, a livre circulação de pessoas e bens está ainda longe de ser uma realidade nos principais eixos que ligam os diferentes países que constituem o espaço desta região da UEMOA como a de CEDEAO, como se vê às cobranças ilícitas, nas fronteiras e nos postos de controles. Também tem imposição de barreiras físicas devido as más condições das estradas sobretudo nós que

⁶¹ Mamadu Bailo Diaobé.

transportamos frutas ou produtos perecíveis as rodovias condicionam os tipos de produtos. (ANTÓNIO BRAIMA BALBDE, 25/4/2019)

Segundo informações de um intermediário do *lumo* de Cambadju: as transações realizadas de diferentes produtos, agrícolas e industrializados, nos mercados transfronteiriços desempenham duas funções socioeconômicas que beneficiam e satisfazem, tanto os guineenses, como as populações dos países vizinhos que intervêm nos *lumos* e mercados fixos nas cidades, essas transações também têm papel importante no aumento de rentabilidade das famílias e no reforço da segurança alimentar, há também outras funções socioculturais que estabelecem relações familiares de proveniência, dos amigos e parentes, da pertença étnica ou religiosa na cedência dos produtos a serem vendidos e mercadorias para diferentes varejistas.

Na continuidade da análise da figura das redes de relacionamento dos *lumos* com os operadores e mercados fixos das cidades dos países investigados, é preciso compreender a forma de relacionamento e, como as transformações ocorridas no plano da mobilidade de pessoas e de bens, repercutiram sobre a sociedade e economia dos países da sub-região, impondo reajustamentos e recomposições sucessivas ao exercício das atividades do comércio informal transfronteiriço. Todos os *lumos* funcionam na base de vários tipos de redes formadas ou criadas para este efeito, essas redes contribuem para intensidade da rotação comercial das mercadorias e em particular, para as ligações entre os diferentes serviços.

Lumo em si é uma rede de grande concentração de pessoas que vão a procura e venda de mercadorias ou serviços conforme as suas respectivas necessidades. Ademais, as redes de *lumos* contribuem na melhoria das relações entre os povos transfronteiriços e serve de garantia para o acesso aos produtos alimentícios no meio rural nos períodos difíceis e permite a obtenção, distribuição e redistribuição dos rendimentos entre os atores desta esfera da atividade econômica de acordo com as especialidades de cada rede.

4.2 Cotidiano da população no *lumo*

Debato, neste item, o papel do *lumo* transfronteiriço na atividade econômica na Tríplice Fronteira; as características comuns de diferentes operadores dos *lumos*; os produtos com características comuns na comercialização; os aspectos das relações das redes de mercados informais na região do estudo; o fluxo e refluxo dos produtos e

mercadorias nos *lumos*; os tipos de ofertas (produtos e mercadorias) e a forma de circulação nas fronteiras.

No entanto, é importante apresentar uma categorização dos operadores econômicos ou comerciantes na língua:

1. *Maudhó Djula* – Fornecedor
2. *Djula maudhó* – Atacadista
3. *Djulaba* - Varejista
4. *Banabana* – Micro varejistas
5. *Ihlinôwo* – Vendedor ambulante
6. *N'Dantinôwô* – Consumidor Final

O *lumo* é um espaço onde se realizam transações diversas que influenciam na melhoria das condições de vida das pessoas. Neste espaço não só se usufrui da renda familiar, mas também a apreensão de ideias provenientes de várias representações utentes do *lumo*. Assim, mais uma vez, o *lumo* aparece com a função de ser um espaço de socialização, com narrativas e símbolos sociais da realidade local ou zona. É neste ambiente que também se oferecem informações sobre a importância econômica e sociocultural e condições criadas para o trabalho da produção e comercialização de produtos locais, indicando ainda, o nível de satisfação dos segmentos sociais existentes e envolvidos no processo: utentes do *lumo*, vendedores, consumidores e organizações locais.

O *lumo*, portanto, além de espaço, é um sistema que estabelece a integração econômica, social e cultural entre o campo e a cidade. Hoje, essas feiras ou *lumos*, continuam a desempenhar um papel importante, como ligação entre o campo e a cidade e funcionam como canal de comercialização de produtos da produção local. Nestas localidades, no meio rural, os *lumos*/feiras servem mais do que para o simples abastecimento dos produtos da primeira necessidade para satisfazer as populações. Em algumas regiões do mundo, as feiras são designadas como feiras-livres, feiras populares ou feiras de exposição e vendem em formas de varejo, com presença generalizada de pessoas, produtos e mercadorias industrializados. Servem também para contribuir com o baixo custo dos recursos da produção local.

A cada dia de funcionamento do *lumo* nascem novas relações, novos contatos, novos assuntos e novas comunicações no seio da população. Também é um espaço onde nascem e renascem novas relações socioeconômicas, socioculturais e religiosas. O *lumo* é espaço de geração e gestão de conflitos relacionados às atividades econômicas e sociais. As diferentes relações criadas cada vez se transformam em redes comerciais, segundo Djenabu Djop (26/04/2018):

Para Djenabu Djop vendedeira de uma mesa no *lumo* de Sare-Boido e também transportadora de produtos para Bissau, disse: todos os *lumos* funcionam na base de variados tipos de redes formadas ou criadas entre *lumos* transfronteiriços com correspondência eficaz baseada nas redes que contribuem na intensidade da rotação comercial e religação entre as pessoas que vendem os mesmos produtos ou mercadorias nos *lumos*. Também essas redes criam conflitos devidos créditos passam entre fornecedores e receptores. (DJENABU DJOP, 26/04/2018)

Mas os referidos conflitos são administrados localmente e, se for um conflito a nível transfronteiriço, ou seja, entre famílias ou pessoas que habitam nas linhas limítrofes, diferentes da sua gestão, é resolvido pacificamente pelas entidades dos dois ou três lados das fronteiras. Para além da gestão de conflitos, que se faz entre dois ou três países, é definido, em conjunto, o horário do funcionamento do *lumo*. Esse dia serve como veículo de comunicação para realização de eventos culturais e religiosos, programa de reunião dos partidos políticos nas tabancas, de ações de ONG's, assim como, de encontro das autoridades locais. As informações são atualizadas semanalmente. A partir do horário definido, os comerciantes organizam-se e se encontram para transações comerciais; alguns são grossistas que andam nos caminhões e outros semi-grossistas, retalhistas, semiretalhistas e micro retalhistas, e vendedores ambulantes, e o local fica inundado de mercadorias industrializadas e produtos agrícolas, alguns perecíveis, outros não.

4.3 Categorias dos operadores nos *lumos*

Os *lumos* constituem praças comerciais no meio rural e semiurbano, onde os operadores oferecem variadíssimas mercadorias e produtos (agrícolas, haliêuticos, pecuários, produto florestal lenhoso e não lenhoso) e diferentes tipos de serviços. Nos *lumos* transfronteiriços, as transações comerciais ocorrem durante três dias: um dia antes, o próprio dia de funcionamento e um dia depois. Nesses três dias reúnem-se, nos *lumos* transfronteiriços, diferentes categorias de operadores econômicos e prestadores de

serviços. Essas atividades são de suma importância para as comunidades, tanto na oferta de produtos importados formalmente e comercializados informalmente nos *lumos* pelas diversas categorias de operadores e pela oferta e procura dos produtos locais. Há, portanto, possibilidade de integração de um vasto número de operadores nos *lumos* transfronteiriços e estes operadores enquadram-se em diversas categorias, possuindo características comuns e específicas.

Entre as características comuns da categoria dos operadores de *lumos*, destacam-se: abastecimento dos mercados com mercadorias de diferentes tipos de produtos da produção local; prestação de vários tipos de serviços, cujas atividades têm sua ramificação e especificidade. Cada tipo de mercadoria, produto ou serviço representa um segmento da atividade econômica que reforça a dinâmica da produção local, através das oportunidades de comercialização que o *lumo* local oferece, além da prática de atividades socioculturais.

As categorias dos operadores/comerciantes vendem variadíssimos tipos de mercadorias industrializadas, bem como de produtos da produção local, além de oferecer e prestar diversos serviços. As categorias dos comerciantes variam, vão de vendedores ambulantes a grandes comerciantes. Essas categorias são aqui descritas, não pela especialização das mercadorias ou produtos que vendem, mas sim, pela categoria da classificação que se baseia na quantidade de mercadorias ou produtos locais comercializados que permitem diferenciar os operadores:

- 1) Atacadistas: fazem parte deste grupo comerciantes proprietários de caminhões que se deslocam de *lumo* a *lumo* e assumem papel de distribuição de quantidades de mercadorias industrializadas, de diferentes produtos da produção local, e de frutas silvestres. Entre estes produtos existem produtos perecíveis, semiperecíveis e não perecíveis, produtos lenhosos e não lenhosos e engloba também a venda de produtos pecuários (cabras, galinhas, porcos, vacas, carneiros, cavalos, burros etc...). Destaca-se que alguns destes grupos desempenham papel de intermediário entre fabricantes e varejistas, comprando e vendendo de diversos fornecedores, inclusive de empresas concorrentes. Nos *lumos*, atacadistas vendem suas mercadorias sem modificação (original), assim como bens novos ou usados para comerciantes. Os atacadistas, frequentemente, embalam, separam e classificam fisicamente as mercadorias em lotes, para posterior distribuição em lotes menores.

Os *lumos*, praticado por atacadistas oferecem produtos com preços mais baratos, por se tratar de um elo na cadeia do comércio que fornece produtos para diferentes comerciantes.

- 2) Prestadores de serviços: a prestação de serviço é atividade econômica prestada nos *lumos*, que não tem produto tangível. Esses serviços se dividem em atividades econômicas com muitas subdivisões: transportes, mecânicas, sapateiros, serralheiros, carpinteiros, estofadores, alfaiatarias, carregadores das baterias de telemóveis e transferidores de saldo etc. É preciso salientar que todos esses serviços oferecidos nos *lumos* funcionam na base de redes funcionais flexíveis de clientelismo, de convivência e de sobrevivência. Assim, estabelecem relações entre grupos locais em conveniência, ao mesmo tempo em que reconhecem essas atividades e movimento junto às redes globais intermediárias, Inter e intra cidades ou sub-regionais.

Em entrevista realizada com um carregador de bateria de celular no *lumo* de Diaobé, ele afirma o seguinte: aponta que há grande concentração e muitos serviços prestados neste dia de *lumo*. Nomeadamente serviços de transporte, diferentes serviços mecânicos e, nos últimos anos, tem-se verificado a proliferação rápida de serviços de carregamento de telemóveis e envio de saldo, este um último está ligado com a dinâmica de expansão das empresas operadoras e as suas redes em diferentes pontos de país em país. Apesar do seu volume de transação ser um dos mais baixos, mas salienta-se que o estudo foi realizado no período da produção baixa.

- 3) Transporte: é um serviço específico e diferenciado entre os tipos de serviços prestados nos *lumos*, especialmente pelo papel que desempenham no consentimento dos encontros de várias categorias de operadores econômicos, desde os pequenos comerciantes que vivem no campo, até fornecedores das cidades. Para além desta função, os transportadores garantem a possibilidade de circulação de pessoas e mercadorias, nos territórios de cada país, e entre os países que formam a Tríplice Fronteira. O setor transporte, nos *lumos*, se subdivide em três categorias: transporte das pessoas; caminhões que transportam as mercadorias e

produtos locais; transporte misto, que carrega pessoas com cargas, conforme proveniência - cidade ou país - de destino nos *lumos* transfronteiriços. As paragens (estações rodoviárias) são chamadas localmente pelo nome usado no país ou cidade de proveniência: na Guiné-Bissau chama-se “*Paragem*”, na República da Guiné e Senegal chamam-se “*Garrassi*”, juntando o nome do país ou cidade de destino: paragem de Bissau, paragem de La Guiné (República da Guiné) e paragem de Senegal. Como os *lumos* estão instalados em regiões fronteiriças de cada país e as pessoas são provenientes de diferentes cidades, há muita circulação para proceder compras ou vendas de suas mercadorias. Em razão disso, existem paragens secundárias, chamadas por exemplo de: a) *lumo* de Pitche – Guiné-Bissau (Gabú, Bafata, Bruntuma etc.); b) Sarebido República de Guiné - Garrassi de: Koundára, Labe, Conakri etc.; c) Diaobé-Senegal garrassi de: Kolda, Velingara, Tamba Kounda, Dakar, Kaolack etc.

O setor de transporte engloba todos os meios de locomoção existentes localmente. A região fica situada no meio rural, a população é essencialmente camponesa, com número muito elevado de charruas de burros, cavalos e bois utilizados como meio de transporte de pessoas e mercadorias entre as *tabancas*, assim como para as cidades próximas ou mercados próximos. Esses meios de transporte têm colmatado as necessidades de locomoção no meio rural.

- 4) Serviços de apoio e gestão dos assuntos do *lumo*, pela autoridade local da aldeia e administração do estado do país: serviço da polícia de trânsito, que orienta a circulação e estacionamento das viaturas. No caso do *lumo* de Sarebido, existe um presidente de Câmara de Comércio do *lumo*, com uma estrutura criada pela administração *Su-prefecture* de Sarebido, para gerir assuntos dos atores do *lumo* (República de Guiné) e Senegal (*gendarmerie*). Existem duas estruturas em cada país — organização e gestão de mercados e autoridade do Estado local —, responsáveis pela gestão dos diversos assuntos entre os atores e dos atores com autoridade. Os *lumos* da Guiné-Bissau também têm estruturas semelhantes para administração e gestão dos problemas que surgem entre os atores e as autoridades

locais. Essas estruturas têm participação na gestão de espaço, tanto para inserção de novos atores como para gerir os antigos, que saíram e querem se reintegrar. Por outro lado, o Estado tem obrigação de garantir segurança aos atores do *lumo*, tanto pelo volume de transações comercial quanto pelo capital que circula diariamente.

- 5) Armazenista: é um grupo que se responsabiliza pelas diferentes mercadorias que circulam no *lumo*. Para vendedores dos produtos perecíveis e semiperecíveis, para produtos florestais não lenhosos, para produtos alimentares de origem industrial, animais domésticos, tecidos — todos produtos vendidos nos *lumos* —, o saldo sempre tem intermediário que responsabiliza a sua proteção e armazenamento através das redes comerciais e armazenistas institucionalizados em cada *lumo*.
- 6) Limpeza: a limpeza do espaço do *lumo* é organizada conforme divisão de parcelas e espaços para os vendedores no espaço comum; além desses, existe a limpeza das zonas reservadas para os países, que se dá da seguinte forma: a) cada vendedor tem obrigação de limpar o seu espaço de exposição de mercadorias; b) os espaços comuns à sua limpeza são assegurados pelo serviço de gestão do *lumo* local; c) vendedores de cada país assumem a responsabilidade de garantir limpeza do seu recinto.
- 7) Aluguel de estruturas de exposição de mercadorias: esta atividade subdivide-se em duas categorias: uma categoria com armazéns construídos, onde os operadores podem entregar os produtos aos intermediários\clientes no local fixo; já a outra categoria é de bancas construídas com canas de bambu, fixadas em troncos de árvores, em que o proprietário é obrigado a fazer a manutenção a cada semana, sobretudo um dia antes de o *lumo* acontecer. Os expositores pagam pela ocupação da banca e querem vê-la bem arrumada.
- 8) *Ihlinôbhé*⁶² - Vendedores ambulantes: existem dois grupos, um formado por mulheres vendedoras de produtos alimentícios para os diferentes utentes do *lumo*.

⁶² Na língua Fula *Ihlinôbê* significa vendedores ambulantes – que passeiam nas ruas dos bairros para vender diferentes tipos de mercadorias.

Elas vendem água, sumo natural e industrializado, refrigerante, chocolate, pastéis, bananas, mandioca crua e cozida para expositores e visitantes. São tantos os produtos comercializados que é difícil enumerar a variadíssima gama daqueles existentes. O segundo grupo é formado por homens, os quais não têm espaço para exposição dos produtos que vendem. São os ambulantes. Eles ficam circulando de ponta a ponta no *lumo* para vender seus produtos, que variam entre diversos tipos de roupas, de sapatos e uma grande variedade de produtos de origem industrial, do mar, da floresta etc.

4.4 Atividades comerciais nos *lumos* transfronteiriços

As atividades comerciais, no quadro dos quatro *lumos* estudados, algumas são comuns e outras são específicas. Aqui tratarei dos elementos comuns e depois abordarei as especificidades. As atividades comuns são praticadas em diferentes níveis e em diferentes categorias por grupos de operadores nos *lumos*. Credita-se isso à particularidade democrática do *lumo*, onde todos têm os mesmos direitos, tanto para acesso quanto para saída (quando não puder ou quando a lei da concorrência do próprio *lumo* o excluir).

- 1) *Atacadistas (Maudho Djula)*: são diferentes grupos de comerciantes com especialidades na comercialização e fornecimento de mercadorias, produtos agrícolas, pecuários ou produtos do mar. Geralmente seus clientes são semiatacadistas (*Bana-bana*), fazem distribuição de mercadorias conforme especialidade. Mas, vendem também, para alguns varejistas, que estão numa categoria intermediária, não chegam a ser semiatacadistas.
- 2) *Semiatacadistas (bana-bana)*: é uma categoria de comerciantes com pouca especialização. Na sua maioria, aproveitam períodos e oportunidades de produtos que vendem mais, atuam nos *lumos* e nos mercados fixos, recebem mercadorias do grande atacadista para distribuir aos seus clientes, mediante redes comerciais criadas para este fim. Por outro lado, a rede está segmentada, mas a segmentação rege-se pela especialidade, capacidade financeira e grau de confiança dos clientes. Essas especialidades variam desde vendedores dos produtos perecíveis e semiperecíveis, diferentes animais domésticos, produtos de origem florestal e não

lenhosos (óleo de palma), além de mercadorias que se dividem em variadíssimas espécies.

- 3) *Varejistas (Djulaba)*: é, entre os operadores, a categoria mais numerosa dos *lumos*; vendem uma diversidade de produtos e mercadorias; vendem em pequenas quantidades em comparação aos semiatacadistas; adquirem mercadorias de acordo com o capital que possuem ou pelo grau de confiança que os semiatacadistas têm com os varejistas. Esta categoria é instável na venda dos produtos, pois mudam a cada período. Algumas pessoas dessa categoria vendem produtos sazonais, perecíveis ou não; outros, vendem animais domésticos (cabras, vacas, carneiros, galinhas, cavalos, burros etc.); e, outro grupo, ainda, vende produto florestal não lenhoso (óleo de palma), e produto florestal lenhoso (madeira e cibes); no que tange a mercadorias industrializadas, se dividem em variadíssimas espécies, cuja enumeração e descrição são complexas.
- 4) *Micro varejistas (Wafotóbhé)*: também é um grupo numeroso e volátil e, dentre todas as categorias de vendedores nos *lumos*, vendem pequenas quantidades, na sua maioria vendem: cigarros, caldo Maggi, sacos plásticos (sacolas), balas, pequenos produtos agrícolas; e há quem venda também diferentes tipos roupas em pequenas quantidades etc.
- 5) *Intermediários comerciais*: esta categoria foi identificada durante a permanência no campo. Os operadores que atuam nos *lumos* são especializados em intermediar os preços e se identificam como proprietários das mercadorias; raras vezes o comprador conhece o vendedor. Eles têm a função de procurar clientes e intermediar as transações comerciais entre os produtores, atacadistas e semiatacadistas. A cada quantidade negociada, esses intermediários ganham uma comissão de ambos os lados, pelo preço agregado e, da parte do proprietário, pela intermediação.

Para além das mercadorias industrializadas, produtos agrícolas, florestais e pecuária, também são ofertados, nos *lumos*, diferentes produtos artesanais, prestação de serviços e outras atividades econômicas:

- 1) *Produção artesanal*: vendem-se em grande quantidade e variedade a produção artesanal nos *lumos*: carpintaria de diversos tipos de mobiliário (cama, cadeiras, mesas, cômodas, malas de madeira, bancos, sofás etc.); marcenaria, fabricação de caixões e malas com material tipo alumínio, de mobiliário; alfaiatarias que fabricam diferentes tipos de roupas e outros tipos de produtos.
- 2) *Prestação de serviços diversos*: a prestação de serviços é realizada nos *lumos* em diferentes especialidades: reparações mecânicas (motos, bicicletas e até carros); reparação de celulares; carregamento de baterias; transferência de saldos e dinheiro através das redes das empresas de telemóveis (MTN e ORANGE); *Moby Money* de (MTN) e *Orange Money* de (ORANGE). Além disso, há mecânico de rádios e serviços de gravação de músicas, filmes e novelas, gravação de filmes pornográficos nos telemóveis dos jovens de ambos os sexos. O transporte também é serviço importante do *lumo*.
- 3) *Jogos de azar*: os jogos de azar sempre têm público, especialmente de grupos de jovens. Os jogos acontecem e sempre tem alguém que joga e ganha muito dinheiro, e faz questão de contar a quantidade dinheiro na frente de todos, motivando os demais a jogar e apostar muito, na expectativa de também ganhar dinheiro de forma rápida. Assim, os presentes fazem a mesma coisa, pensando que irão ganhar dinheiro também, mas perdem muito. Alguns destes apostadores são vendedores, que saem de aldeias distantes e entram no jogo. Ao perderem todo o dinheiro ganho nas vendas das mercadorias ou produtos agrícolas, começa a guerra, por isso este local é considerado perigoso. Observando como as coisas ocorrem nestes locais, constata-se que este tipo de jogo de azar é uma fraude, o ganhador, que instiga os frequentadores a jogar, é um dos elementos da equipe. Nestes espaços do *lumo* também são praticadas atividades de caráter marginal, onde os interesses dos visitantes são satisfeitos, com comércio perigoso e venda de mercadorias contrabandeadas, com prostituição disfarçada pelos usos e costumes da população majoritária, incitando sua juventude a entrar nestas práticas.

- 4) *Marcação de encontro entre amantes*: para além das operações comerciais, o *lumo* serve também como local de encontro entre amantes, ou prática de prostituição disfarçada. Esses encontros são marcados ou combinados uma semana antes ou dentro da mesma semana, dependendo da possibilidade da transmissão de comunicação e combinação, que ocorrem de duas formas: uma, via telefônica; outra, através de um intermediário de confiança das partes, que pode ser um amigo, colega ou um familiar. Essas comunicações são confidenciais, especialmente quando os envolvidos são casados. Os nomes e os recados não são ditos às claras, disfarçam-se e usam-se códigos para não comprometer a transmissão da mensagem, como forma de não chamar a atenção dos familiares de uma das partes em caso de estarem presentes. Portanto, o *lumo*, para além de compra e venda, serve também como espaço de encontro de namorados e amantes.
- 5) *Comércio de produtos contrabandeados*: como os *lumos* estudados estão instalados na linha de fronteira, eles acabam se constituindo como canais de passagem dos produtos contrabandeados. Essa passagem é negociada dentro das redes de circulação de pessoas e bens. Na maioria dos casos, as passagens dos produtos contrabandeados efetuam pagamento ilícito aos serviços desconcentrados do Estado, instalados nas fronteiras. Diferentes produtos passam nas fronteiras e são vendidos nos *lumos* de forma clandestina, por serem controlados pelas autoridades.
- 6) *Droga*: negócio e tráfico estão crescendo cada vez mais nos *lumos*, por vários fatores: um destes fatores se deve a plantações de canabis, cultivado no interior destes países; os jovens aprenderam a cultivar, e a maioria das tabancas têm um campo de canabis; um outro fator de crescimento do negócio da droga é a ação dos traficantes; eles têm aproveitado a fragilidade dos serviços dos Estados nas fronteiras, o que facilita a circulação transfronteiriça da droga entre os países. O *lumo* transfronteiriço é o veículo de comunicação e circulação de pessoas e bens, garantindo, deste modo, o fluxo e refluxo nas fronteiras. No dia do funcionamento do *lumo*, o rigor da fiscalização nas fronteiras escapa às autoridades, pois até a fiscalização funciona na base de redes de clientelismo ou favoritismo das autoridades, que ganham num piscar de olhos; a passagem nos trilhos é outra forma

de fugir de controle das autoridades, por conhecerem caminhos e horas de passagem sem encontrar com a guarda nacional.

- 7) *Fluxos comuns das mercadorias e produtos agrícolas e florestais*: os fluxos e as transações dos diferentes produtos agrícolas produzidos localmente e as mercadorias importadas circulam com algumas restrições nas fronteiras, o comércio transfronteiriço é antigo na região, pois vem desde o período pré-colonial, funciona à base de redes informais, que desempenham papel importante na melhoria das condições familiares nos centros semiurbanos, assim como no meio rural. As autoridades nas fronteiras colocam restrições mais rigorosas, para poderem obrigar os comerciantes a pagarem um pouco mais às cobranças ilícitas.
- 8) *Serviço social no lumo*: nos pontos anteriores foram discutidas as transações comerciais realizadas no *lumo*, mas é importante destacar também que, no dia do *lumo*, são promovidas atividades desportivas entre as *tabancas* vizinhas, com atuação de músicos locais e com discoteca à noite, utiliza-se aparelho de som, com músicas modernas, e, em alguns casos, são convidados os próprios artistas da nova geração do país ou dos países vizinhos para atuar ao vivo. Uma outra atividade social do *lumo* é organizar encontros para diferentes segmentos da sociedade local e para diferentes níveis e faixas etárias, que combinam encontros, com o objetivo de discutir assuntos comunitários (incluindo gestão de conflitos e assuntos familiares e transfronteiriços). Alguns grupos marcam encontros para relembrar a história de suas vidas quando jovens, os aspectos mais marcantes de cada um dos elementos presentes, sobretudo para as pessoas com mais de 60 anos. Também os encontros servem para a manutenção e conservação das relações sociais ancestrais entre as *tabancas* e *moranças*, através da técnica chamada *Djokeré-Endhan*⁶³, para garantir a coesão social e transformar as divergências em compreensão e solidariedade.

Apesar da situação de convivência entre as pessoas que frequentam o *lumo*, ele é complexo e polissêmico, supostamente pelo interesse divergente entre diferentes

⁶³ *Djokeré-Endham* é uma técnica tradicional de mediação de conflitos no quadro do poder “tradicional “da sociedade fula. *Djokeré* significa Nô (de uma corda) e *Endham* significa Leite (leite da mãe). Os significados de *Djokeré-Endham* variam desde: unir as pessoas, juntar duas coisas separadas, unir dois pontos separados, criar solidariedade entre as pessoas ou famílias.

segmentos que intervêm para garantir a sobrevivência; as estruturas criadas para gerir os *lumos* têm trabalhado para a convivência pacífica entre diferentes nacionalidades, culturas e línguas divididos num espaço pequeno para o exercício das suas atividades de subsistência.

Carlos Lopes defende que sobrevivência corresponde a:

Atividades orientadas para a geração dos rendimentos indispensáveis à sobrevivência dos atores e dos respectivos agregados familiares (inclui a produção de bens e a prestação de serviços, nomeadamente o micro e o pequeno comércio retalhista, os serviços de reparação e manutenção, os serviços financeiros, os serviços pessoais e os serviços associados ao lazer e entretenimento; regra geral, são atividades que se realizam a uma escala reduzida no quadro dos processos de adaptação realizados pelos agentes económicos desprovidos de recursos às condições ambientais que os envolvem e que determinam as suas práticas). (LOPES, 2017, p.17)

Os segmentos sociais, existentes localmente, enfrentam grande desafio na produção e importação de mercadoria que atende à necessidade de manter o *lumo* dinâmico e atrativo. Por isso, esses segmentos têm desafiado as comunidades, que podem ser individuais, coletivas ou em grupo de *tabancas*, através do aumento da sua produção e comercialização e, por outro lado, mantêm negociação com os comerciantes dos mercados fixos dos centros urbanos no abastecimento das mercadorias ou presença dos diferentes vendedores e transportadores, para tornar os *lumos* dinâmicos e vivos.

Quanto às mercadorias importadas e produtos locais transacionadas, através do comércio informal nos *lumos*, que faz conexão e interconexão entre eles, a partir das redes de mercados globalizado, onde a habilidade da negociação é um desafio. Gustavo Lins Ribeiro (2010, p. 22) afirma que, “os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização popular fazem parte do sistema mundial não hegemônico”. Salienta, neste quadro, que os *lumos* no meio rural são satélites de distribuição e comercialização das mercadorias provenientes das redes dos mercados fixos de centros urbanos. Por conseguinte, os comerciantes desses mercados guarnecem os pequenos vendedores através das redes de *bana-bana*⁶⁴. Os *bana-banas* estão espalhados em todas as zonas; são numerosos, como foi referido anteriormente; são portadores do papel de influência na decisão de fixar preços dos produtos locais, justificado pela má condição das estradas.

⁶⁴ Os *bana-bana* são comerciantes semiatacadistas que compram e revendem diferentes mercadorias e produtos agrícolas.

Os *lumos* satélites funcionam com redes de vendedores retalhistas e pequenos produtores rurais influenciados pela *globalização popular*⁶⁵ econômica não hegemônica, que torna mais ágil a rotatividade das vendas. Importante recordar que esses povos da região são conhecidos tradicionalmente como profissionais do comércio de longa distância, atualmente amparada pelos blocos econômicos da integração sub-regional CEDAO e UEMOA. Assim, com a política de integração no exercício das atividades econômicas voltaram a usufruir da oportunidade de inovação comercial e da competitividade que o sistema impõe na produção em quantidade e qualidade, como forma de reduzir os custos em face da concorrência do preço dos produtos e do aumento da produção em grande escala.

Os fluxos econômicos e mobilidades, nos *lumos* selecionados para essa pesquisa, aponta entre vários *lumos* internos existente de cada país, que eles têm desempenhado um papel dinâmico na concentração de pessoas e produtos agrícolas, especialmente do ponto de vista do volume de transações e fluxo comercialização. Assim, os mais notados encontram-se em Cambadju, Pitche, Diaobé e Saré-Boido, apesar de neste último *lumo* não ter sido possível aplicar questionários de cálculos por motivo de fechamento da fronteira entre a Guiné-Bissau e República da Guiné.

As informações recolhidas com os métodos e instrumentos definidos na opção metodológica, aqui foi usado método djumbai e entrevistas semiestruturadas. Assim, as informações recolhidas permitiram a mensuração média dos fluxos econômicos e comerciais através da aplicação de dois questionários: um para os gestores dos *lumos*, com objetivo de verificar se atividades informais na economia e comércio contribuíam com algum fundo para o Estado; e outro para os vendedores da produção local que estimulam a dinâmica das atividades econômicas da população local.

Os dados quantitativos recolhidos indicam que a comercialização dos produtos locais estimula a população a aumentarem a extensão da área cultivada e a diversificação da produção, porque cada tipo de produto tem compradores ou mercados específicos. Como a gama dos produtos vendidos nos *lumos* são muitos, decidiu-se selecionar produtos agrícolas divididos em 7 grandes grupos: cereais; produtos de renda; tubérculos; produtos da pecuária; legumes; produtos do mar; produtos florestais. Para além dos produtos

⁶⁵ Para RIBEIRO (2010, p. 22) Globalização popular “se configura por meio de um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais” do mundo globalizado por parte de “setores subalternos”.

agrícolas, também foram incluídos os diferentes tipos serviços prestados nos *lumos*. Os grupos de produtos locais designados são:

- a) Cereais: arroz local; milho preto; milho bacil e feijão. Também se incluiu neste grupo os produtos destinados de renda: mancara; amêndoas de caju etc.
- b) O grupo de tubérculos: batata-doce e mandioca.
- c) Produtos de pecuária: cabra/carneiro; galinhas; porco e gado.
- d) Legumes: tomate fresco.
- e) Produtos do mar: peixe defumado; camarão defumado; peixe salgado (escalada e casseque) e peixe fresco.
- f) Produtos florestais não lenhosos: óleo de palma e foroba.
- g) Os serviços: reparação de bicicletas; motos e rádios; carregamento de tele móveis; envio de saldo; transporte (pessoas e cargas); mecânicos de carros etc.

A comercialização dos produtos nos *lumos* acontece em dois períodos: um, considerado máximo, por motivo da quantidade da oferta disponível na mão dos produtores; e outro, mínimo, por motivo de escassez ou porque os produtos estão disponíveis nos armazéns dos intermediários. No período da produção máxima, a comercialização é do produtor, com os preços mais baixos, pela quantidade ofertada e, no período da produção mínima, o intermediário passa a vender os mesmos produtos que tinha comprado com preço mais baixo, com o preço relativamente mais elevado, motivado pela regra de mercado; quando há mais procura o preço tende a ser mais elevado, e vice-versa.

Tabela 3: Demonstração dos períodos da produção máxima e mínima

Produtos	Produção e comercialização: agrícola, do mar e floresta	
	Período máximo	Período mínimo
Cereais Secos	Novembro a abril na mão dos produtos	Maio a outubro na mão do intermediário
Produtos Renda	Novembro a abril na mão do produtor	Maio a outubro na mão de intermediário
Tubérculos	Novembro a março na mão de produtor	Junho a julho venda semente
Pecuária	Todo o ano, mas vende-se mais no período de pico dos produtos agrícolas	Todo o ano, mas vende-se mais no período de pico dos produtos
Legumes	Dezembro a março	O restante do Ano
Produtos do mar	Durante todo o Ano	Durante todo o Ano
Produtos florestais	Novembro a julho	Agosto a outubro (mas há outros que é todo o ano)
Serviços	É mais no período pico dos produtos agrícolas que as pessoas têm dinheiro	Os serviços são menos procurados

Fonte: elaborado pelo autor na construção da tese.

Para a análise de dois períodos de produção (máxima e mínima), selecionei 8 grandes fileiras de produtos agrícolas: cereais; produtos renda; pecuária; legumes; produtos do mar; produtos florestais; tubérculos; e serviços. O impacto foi avaliado não por zona, mas sim pela generalidade, os atores das zonas lamentam o fato de quando procuram mercadorias ou animais no Senegal e na Gâmbia, lá pagam uma vez até o destino, mas quando entram no território nacional são cobrados em cada posto até o destino, o mercado de comercialização, mesmo tendo documentos legais paga-se o carimbo de visto da passagem a cada posto.

Os pagamentos são efetuados por animal se for o caso; tanto nos postos como no mercado local de comercialização as taxas podem variar de 500 Xof em diante, não inferior; por exemplo, as mulheres *Bideiras* de porcos, no *Lumo* de Bula, pagam entre 500 e 1000 Xof por porco. Para transporte e despacho, o pagamento é realizado ao comitê de estado e perguntam por quanto vão vender esses porcos aos consumidores finais. A equipe dos consultores conversou com os consumidores que estavam à procura de porcos e que não podiam comprar, devido ao elevado preço dos animais.

Como se pode observar, os dados do Quadro mostram que, se formos estimar o volume das taxas cobradas pela administração local, por dia, por período de um mês, ou

durante um ano, constata-se uma tendência crescente e proporcional destes valores, atingindo milhões e milhões de francos CFA. Como se pode observar no quadro abaixo, anualmente cerca de *6.000.000 Xof* que Governo local arrecada no *lumo* de Diaobé nas cobranças das taxas. Nos mercados nacionais, o *lumo* de Cambadju é o maior contribuinte para o governo local, com cerca de *5.520.000 Xof* por ano e, mensalmente, este mercado contribui com *900.000 Xof* para o cofre do governo local.

As informações recolhidas resultaram a produção de três tabelas (4,5,6,) nomeadamente: volume total médio das transações dos produtos agrícolas, transações diárias, mensais e anuais e Taxas cobradas a favor da administração local. Essas informações traduzidas em tabelas foram recolhidas em durante 10 meses. Para as taxas, contavam as senhas de cobrança aos vendedores dos produtos agrícolas e pecuária, vendedores produtos florestais e do mar. Em cada semana é estimado quantidade dos produtos que cada vendedores trouxe e novos vendedores com mesmos produtos.

Tabela 4: Volume total médio das transações dos produtos agrícolas e serviços por *Lumo* por dia, mês e ano em FCFA

<i>Lumo</i>	volume médio transações por dia de <i>lumo/ FCFA</i>	volume médio transações mensais por <i>lumo/FCFA</i>	volume médio transações anuais por <i>lumo/FCFA</i>	
Pitche	11.008.600	44.034.400	528.412.800	
Cambadju	14.596.850	58.387.400	700.648.800	
Djaobe Senegal	23.890.950	95.563.800	1.146.765.600	
Total	51.496.400	197.985.600	2.375.827.200	

Fonte: Dados Primários da pesquisa realizado durante 10 meses, 2020.

Após o *lumo* de Cambadju, 4.080.000 FCFA, vem *lumo* de Pitche com um montante anual estimado em 2.880.000 FCFA para o cofre do Governo local.

Tabela 5: dados de transações diárias, mensais e anuais dos *lumos* estudados

<i>Lumo</i>	Média de transações econômicas por <i>lumo</i> (dia) FCFA	Média de transações econômicas mensal por <i>lumo</i> /FCFA	Média de transações econômicas anual por <i>lumo</i> /FCFA
Diaobé Senegal	120.000	480.000	5.760.000
Pitche	60.000	240.000	2.880.000
Cambadju	85.000	340.000	4.080.000
	.000	1.060.000265	12.720.000

Fonte: Dados Primários da pesquisa realizado durante 10 meses, 2020.

Tabela 6: Taxas cobradas a favor da administração local

<i>Lumo</i>	Volume médio por <i>Lumo</i>	Volume médio mensal por <i>Lumo</i>	Volume médio anual por <i>Lumo</i>
Diaobé Senegal	125.000,00	500.000,00	6.000.000,00
Pitche-G. Bissau	85.000,00	340.000,00	4.080.000,00
Cambadju-G. Bissau	115.000,00	460.000,00	5.520.000,00
Total	325.000,00	1.300.000,00	15.600.000,00

Fonte: Dados Primários da pesquisa realizado durante 10 meses – 2020

4.5 *Lumo* de Pitche — Gabú, Guiné-Bissau

O *lumo* de Pitche está instalado na sede do setor administrativo com o mesmo nome. Sua população tem como ocupação principal a agricultura de subsistência, tendo como atividades secundárias a horticultura, comércio, pecuária de pequenos ruminantes como complemento da sobrevivência dos agregados familiares. Majoritariamente, o setor de Pitche é habitado por Fulas, em seguida por Mandingas, em termos numéricos, e os Padjadincas, na terceira posição. Esses povos são islamizados. Apesar da referência dos três majoritários, existem também outros povos, em proporção menor, com crenças diferentes do islamismo e catolicismo, professam religiões locais africanas. Alguns

migraram para buscar melhores condições de vida, e outros, foram transferidos por motivo de serviço e acabaram ficando, hoje, têm família formada e casa habitacional com um pequeno espaço, cedido pelo chefe da tabanca de Pitche, para a produção agrícola. O mapa a seguir indica a localização do *lumo* de Pitche.

Mapa 14: Região de Gabu (Lumo de Pitche)



Fonte: elaborado para tese.

Pithe possui duas características diferentes dos outros *lumos*. Uma delas é a afluência de entrada por dois países; no caso da Guiné-Conacri, há uma entrada pela via Foulamory e via Sareboido. E uma outra entrada para os senegaleses, via Pakuor, ali entram primeiro pela Guiné-Bissau, Canquelefa e, depois, entram em Gabú, sede Regional do setor de Pitche. A segunda característica do *lumo* Pitche é ser única entre os estudados que fica na sede administrativa do setor. Porém, além do administrador há vários serviços instalados, desconcentrados do Estado, como Alfândega, Polícia de Migração, Veterinária etc.; entre esses, alguns são antigos e outros recentes, como a alfândega e a veterinária.

Até final de 2007, o *lumo* de Pitche era considerado um dos celeiros mais importantes na comercialização de animais. Os operadores de Bissau, região de Cacheu, Bafata e o

Gabú, procuravam cabras, carneiros e galinhas neste *lumo*. Hoje, isso mudou, com a entrada das cabras de Mali, no *lumo* de Cambadju, reduziu o fluxo de Pitche. Segunda-feira é dia oficial de funcionamento do *lumo* de Pitche. Neste dia, vários assuntos relacionados com conflitos comerciais e sociais são tratados, resolvem-se alguns, outros são adiados de acordo com a sua natureza ou complexidade.

Os relatos dos fregueses, ao mesmo tempo, produtores rurais, entrevistados no *lumo* de Pitche descrevem, de forma resumida, a história que se vivia na *tabanca*, antes e depois da instalação do *lumo*:

(...) antes da instalação do *lumos*, tudo procurávamos na cidade de Gabú ou Bissau, hoje temos tudo aqui e também toda a nossa produção é vendida no local, anos antes da instalação do *lumo*, como produtores rurais, íamos buscar comerciantes na praça para vender nossos produtos; atualmente é o contrário, são os comerciantes que se deslocam das cidades de Bissau, Gabú, Senegal, Gâmbia, para buscar a nossa produção, compram e revendem nas cidades da proveniência. Antes não tinha materiais de construção, precisava se deslocar até Gabú ou Bissau, agora temos no *lumo*. Tem representações das redes dos grandes comerciantes de Bissau no local e são os maiores compradores de tudo que produzimos. Chefe da tabanca. (USSUMANE EMABALO, 14/05/2017)

As conversas com chefes dos agregados e familiares sobre a sua opinião em relação ao *lumo* se resume no seguinte:

(...) Os nossos filhos estão a aprender profissões de prestação de serviços de diferentes tipos (oficinas mecânicas de bicicletas que havia antes, agora tem oficinas de motas, de celulares e serviços recarga de baterias e créditos nos celulares, oficina de carros, serralheria, carpintaria etc. Que não tinha na década de 80 ou 90 do século passado. Chefe de tabanca de Pitche. (USSUMANE EMBALO, 14/05/2017)

O chefe da *tabanca* de Pitche e seus representantes nos bairros, nas conversas informais estabelecidas, observam o crescimento da *tabanca* provocada pela migração dos cidadãos dos países vizinhos e pelo deslocamento interno de diferentes povos para procurar melhores condições de vida. Neste grupo, insere-se a população do setor de Boé, que se deslocou em massa para Pitche, formando um bairro chamado bairro Boé. Um dos motivos do deslocamento deste povo é o difícil acesso aos serviços, ou seja, é o setor mais isolado do país, e por isso, uma parte da população decidiu migrar para Pitche e ficar perto do *lumo* (Chefe da tabanca de Pitche).

A observação direta, permitiu constatar, que as novas construções, que não havia antes, se deve à facilidade que os habitantes têm para conseguir materiais de construção, pois agora tem tudo no *lumo* de Pitche. Para os chefes dos bairros de Pitche, os agregados familiares deixaram de ter o poder absoluto na família, as regras antigas entraram em choque com as oportunidades de negócios que os jovens e as mulheres conquistaram no quadro da sobrevivência familiar. Essas camadas, de mulheres e jovens, estão hoje mais preocupadas com os seus negócios do que com o funcionamento das regras das estruturas tradicionais ou familiares:

(...) há mudança no funcionamento de algumas das regras tradicionais que tínhamos antes, sobretudo na orientação e distribuição das tarefas na família este era matéria exclusiva do chefe da família, mas agora não é assim, com a oportunidade de negócio e tornar microempresários os jovens e as mulheres cada um tem o seu plano com metas para cumprir esses são prioritários. Os planos de negócio estão cada vez mais como ocupação principal das mulheres e jovens nas atividades geradoras de rendimento (CHEFE RELIGIOSO TCHERNO BRAIMA SEIDI, 17/05/2017).

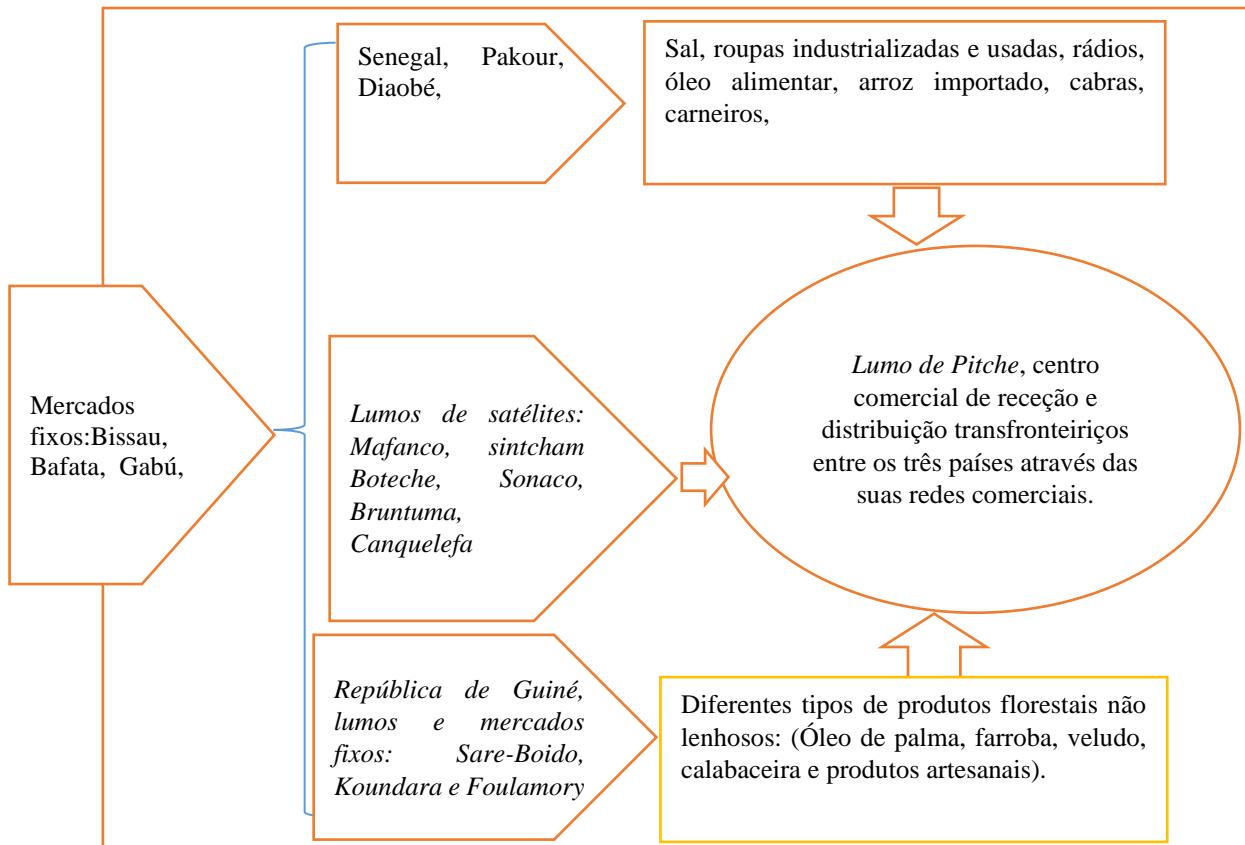
Os chefes dos agregados familiares, na defesa das suas atribuições tradicionais, consideram que a família é a primeira instituição social em que o homem está inserido, por nascença, ou por outra forma de inserção, e entendem que é nela que se aprendem os valores das relações sociais e familiares. Entretanto, na atualidade, essas relações familiares estão sendo substituídas por relações econômicas, por grupos que fazem o mesmo trabalho ou vendem no mesmo local e tendem a ter mais relação de afinidade. Os filhos não obedecem às regras estabelecidas nos usos e costumes, obedecem mais ao mestre ou àquele que lhe fornece mercadoria para revender.

Também o *lumo* faz parte dos fatores que garantem as mobilidades entre Pitche-Guiné-Bissau e Foulamori-Guiné-Conacri; aqui existe uma mobilidade transfronteiriça ancestral, conservada através das relações socioculturais, religiosas, parentescos (casamentos) e atividades econômicas. Esse movimento populacional sempre foi baseado na procura de melhores condições de vida por todos os lados.

Para garantir o abastecimento do *lumo* Pitche, existem *lumos* satélites que, por sua vez, têm funções de criar condições de rotatividade rápida na comercialização dos produtos e mercadorias, através de diferentes redes de ofertas e demandas, referenciadas nos elementos comuns a todos os *lumos*. Os *lumos* satélites têm vários pequenos vendedores operando em cada um deles, com número elevado de clientes que compram mercadorias

nas suas mãos, e vice-versa. Esses *lumos* satélites suportam os grandes *lumos* através do abastecimento de produtos e mercadorias porque estão localizados nos meios rurais, zonas de produção desempenhando papel de produção, distribuição e consumo.

Mapa 15: Redes de mercados e Lumos satélites que abastecem os Lumos transfronteiriços e ao mesmo tempo estabelecem relações comerciais com Lumo de Pitche



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Em relatos, operadores acusam os responsáveis pela veterinária por cobrarem taxas elevadas no despacho dos animais e por não respeitarem documentos emitidos no mercado de origem. Cada animal tem um custo de 500 FCFA, taxa paga conforme a tabela apresentada, porém, para além dessa taxa, existe uma outra, denominada de carimbo, que não tem preço, é negociada. Os responsáveis pelo serviço desconcentrado do Estado acusam operadores econômicos de desonestos na declaração da quantidade de mercadorias compradas para revenda.

4.6 Lumo de Cambadju Região de Bafata - Guiné-Bissau

Cambadju é uma *tabanca* do regulado de *Sancorla*, do setor de *Contubuel*. Fica situada na linha da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal. A atividade socioeconômica da população, como nas demais regiões ou *tabancas* do país, reside na agricultura de subsistência, como: fruticultura, horticultura, pecuária e comércio, todos dinamizados pela presença do *lumo*. Entretanto, a agricultura figura como ocupação principal da população. A área é habitada pela maioria dos povos islamizados dos dois lados da fronteira (Fulas e Mandingas), embora existam outros povos em proporção menor, como é o caso da Guiné-Bissau (Balanta, Manjacos, Balanta Mane).

A *tabanca* de Cambadju fica situada no meio rural e tem como acesso uma estrada secundária em péssimas condições. Apesar de haver *lumos* em crescimento e expansão na área, a estrada que dá acesso não está em conformidade com a demanda. Essa *tabanca* é um polo comercial importante, faz ligação com o Senegal. O trecho que dá acesso à *tabanca* de Cambadju começa a partir do cruzamento de Tantancossé, onde é separada pela estrada principal alcatroada que faz ligação entre Bafata e Gabú e segue para Cambadju, com uma distância de 65 Km de estrada de terra batida. Depois de Cambadju segue para o Saliquinhe, no Senegal, que fica a menos de um quilômetro.

Mapa 16: Região de Bafata (Lumo de Cambadju)



Fonte: Elaborado para a tese.

Cambadju não é *lumo* antigo, como é o caso do *lumo* de Pitche, e nem fica na sede do Setor. É um *lumo* que está emergindo em todos os aspectos: comercial, aumento da produção dos agregados/familiares, construção de casas, e surgimento de serviços desconcentrados do Estado. Tem uma boa conexão com o Senegal, através do *lumo* de Diaobé e cidade de Kolda, e cresce cada vez mais como polo que mais recebe cabras e carneiros vindos de Mali e Senegal. Em razão disso, os vendedores de animais dos diferentes mercados das cidades da Guiné-Bissau se deslocam de regiões distantes a fim de procurar animais para revenda.

O regulado de “*Sancorla*”, do qual Cambadju faz parte desde antes da presença colonial, é zona conhecida pela prática da agricultura de subsistência com a produção para consumo (arroz, diferentes tipos de cereais, fruticultura, horticultura) e, posteriormente, também trabalharam com a produção para indústria, tais como: algodão; amendoim, que tem duas utilizações, para consumo e comércio. Nestes últimos anos, está em expansão no regulado de “*Sancorla*”, assim como nas outras regiões do país, a cultura do caju, transformada como a principal atividade agrícola da população e que vem mudando a paisagem das tabancas através das novas construções e substituição de tetos das antigas construções.

A criação de gado é conhecida como referência destes povos em ambos os lados da fronteira de Guiné-Bissau e Senegal, nesta área geográfica se criam: bovinos; ovinos; aves; caprinos, que são utilizados nas cerimônias festivas e cerimônias fúnebres, além destes animais se constituírem como segurança alimentar para as famílias, ou seja, são reservas. A entrada destes animais no *lumo* para a comercialização, sobretudo, provenientes do Senegal, foi montado pelo sistema de controle de entrada de produtos, que são controlados rigorosamente pelos serviços desconcentrados para efeitos de cobrança. Mesmo com esse controle instalado na fronteira, as autoridades do Estado não têm conseguido evitar a entrada ilegal ou *forodo*/contrabando dos animais, pois os moradores das *tabancas* vizinhas de Cambadju, vindos do Senegal, entram através de trilhas e recebem apoio dos intermediários de Guiné-Bissau, que os compram por preço mais acessível em razão da ilegalidade.

Também nesta localidade do estudo foram lançadas perguntas abertas à população sobre os aspectos positivos do *lumo* nos fogos grupos: se houve melhoria das condições de vida dos cidadãos da *tabanca* de Cambadju e nas *tabancas* dos arredores? As respostas

dos entrevistados do *fogus grupo* sobre se o *lumo* trouxe alguns benefícios para a população de Cambadju (2019):

(...) o *lumo* trouxe a oportunidade de criar negócio e comercialização de todos os tipos de produtos agrícolas e a compra com facilidade dos produtos da primeira necessidade. Antes éramos obrigados a deslocar até as cidades sedes regionais ou sede do setor para comprar arroz, roupas e para ir até Contubuel, um pouco mais do que 50 Km; numa estrada terra batida em péssimas condições, não havia motas só bicicleta, precisava ter dois ou mais rapazes que os seus familiares tinham necessidades de adquirir os produtos da primeira necessidade, em alguns casos deslocávamos para o Senegal, que fica mais perto. Mas, no período passado, tínhamos Pesos, era mais fácil fazer compra nas cidades da Guiné-Bissau, do que no Senegal, a diferença da taxa de câmbio era elevada. Com a instalação do *lumo* temos tudo na tabanca, os comerciantes no dia de funcionamento do *lumo* trazem todos os tipos de mercadorias que os seres humanos necessitam e nem deslocamos para Senegal, porque os comerciantes senegaleses vêm ao encontro dos produtores rurais de Sancorla, apesar da proximidade entre Cambadju e Saliquinhe - Senegal, que tem uma distância a menos de um Km, que antes a população de Cambadju – Sancorla se deslocava para procurar os produtos para satisfazer as necessidades, agora a situação é inversa, são senegaleses que se deslocam para procurar os produtos da primeira necessidade no *lumo* de Cambadju. As mulheres bideiras senegalesas vêm comprar os produtos agrícolas, produtos florestais não lenhosos, as mulheres bideiras da Guiné-Bissau também vêm procurar os mesmos produtos. Há a emergência de novos serviços, com a proliferação de celulares que não havia antes, agora são novas oportunidades de negócios e aprender profissões para os nossos jovens na assistência técnica de celulares, carregamento de baterias e transferências de créditos/saldo. (REGULO – SAMBA EMBALO E OS CHEFES DAS TABANCAS, 10/05/2019).

A dinâmica da oferta e da procura obriga os operadores e fregueses ao cumprimento de compromissos comerciais assumidos pela população local com comerciantes vindos das cidades com as suas mercadorias. Também a regra de jogo do mercado conduz os agricultores a produzirem em maior quantidade para poderem abastecer o *lumo*, porque existem clientes para todos os tipos de produção local.

Durante a pesquisa, algumas questões ajudaram na compreensão de diferentes tipos de mudanças provocadas pela instalação do *lumo* nas tabancas hospedeiras e nas tabancas vizinhas ou próximas do *lumo*; antes e depois da instalação, o crescimento da população local, novas construções de estabelecimentos comerciais, das habitações, armazéns comerciais entre outras. E, nas *tabancas* vizinhas, ao longo da discussão e análise da situação. Assim, com as respostas às questões levantadas, as opiniões da população, a observação realizada e a análise de dados estatísticos da *tabanca*, foi possível a compreensão dessas questões.

Em primeiro lugar, recorri aos dados oficiais da *tabanca* de Cambadju, de 1950 até a presente data. Com isso, constatamos que a população da tabanca triplicou, saindo de 49 habitantes, no recenseamento geral da população de 1950, para 156 habitantes, no censo de 1979 e, no censo de 2009, a tabanca apresentou 490 habitantes. E, ainda, se for aplicada a fórmula da projeção da população que o INE autoriza oficialmente para calcular, $P_n = (P_0 (1+r) ^n$, a população de Cambadju seria, hoje, de 565 habitantes e, acrescentando a migração interna e externa, a população teria um outro número de habitantes. Observam-se novos bairros e novas construções de habitações, com arquiteturas modernas, bem diferentes da tradicional, como era hábito nas construções da população local. Na opinião da população, um entrevistado de Cambadju disse:

A tabanca não tinha bairros, agora tem novos bairros em expansão formados por migrantes internos que vem das *tabancas* longínquas e que tem estabelecimento comercial no *lumo*, temos também migrantes dos países vizinhos que têm estabelecimentos comerciais. Esses novos bairros, alguns são misturas e outros é formado pela população proveniência da mesma zona. Essas iniciativas são sinais que indicam a importância que o *lumo* de Cambadju nos próximos anos tornará polo comercial para a área. (MOTORISTA ALADJE SAMBA BALDE, 11/05/2019).

Os entrevistados de diferentes categorias sociais, dentro das estruturas tradicionais familiares, afirmaram que o *lumo* de Cambadju foi instalado a pedido da população do regulado de *Sancorla*, composto por um conjunto de *tabancas* que formam o regulado. A *tabanca* de Cambadju está localizada estrategicamente na linha da fronteira e na estrada que liga a Guiné-Bissau ao Senegal, facilitando, deste modo, a circulação de pessoas e de bens. A dinâmica do comércio no *lumo* tem reflexo positivo direto no rendimento financeiro das famílias, tanto de Cambadju como das *tabancas* vizinhas. É fácil observar o resultado positivo das oportunidades comerciais oferecidas pelo *lumo*, pois quanto mais próximo do *lumo*, maiores são as oportunidades de crescimento comercial.

Tal como a influência das oportunidades oferecidas pelo *lumo*, há sempre dois componentes: positivo e negativo. Depois de analisada a parte positiva, agora analisaremos a parte negativa do *lumo*. Essas influências são vistas como negativas no processo de transformações sociais e nas regras de funcionamento das unidades familiares, pois as regras de costumes estão num processo de transição de uma fase à outra, modificando as regras e o que é tradicional nas famílias, para aderir à atomização dos seus membros no quadro das atividades econômicas.

A fragilidade das regras de funcionamento das estruturas familiares e os direitos e liberdades almejadas pelos jovens entram em choque constante e são vistos como violação das regras na estrutura das famílias. Este choque entre o tradicional e o moderno é considerado, pelas comunidades de diferentes *tabancas* do regulado de *Sancorla*, inclusive de Cambadju, como aspecto negativo trazido pelo *lumo*. Prevalece a constatação das famílias, sobretudo dos chefes de agregados familiares em todos os locais da pesquisa, de que o direito dos jovens de brincar, dançar e namorar é uma violação das regras familiares. A discussão realizada junto aos grupos de entrevistados suscitou várias opiniões, a qual se resume:

Um aspecto negativo do *lumo* de Cambadju é a violação das regras dos nossos usos e costumes locais; para nós, quem planificava as atividades da família era o pai como chefe, cada membro da família recebia a sua tarefa da manhã. A situação atual não é assim, com a inserção das atividades econômicas desenvolvidas no *lumo* cada membro tem a sua ocupação, os jovens e as mulheres estão a procurar cada vez mais para serem profissionais ou microempreendedores. Estas iniciativas entram em choque com as regras das estruturas tradicionais da família. (CHEFE DA TABANCA ALADJE MAMADU BUARO, 11/05/2019).

Portanto, na opinião deste grupo, os que trabalham ou vendem os mesmos produtos e estão no mesmo espaço têm mais relação de afinidade do que a relação tradicional conhecida antigamente na família. Um outro grupo considera como aspecto negativo do *lumo* de Cambadju o aumento de custo de vida:

Tudo está a aumentar a todo momento, o que custava barato, hoje é mais caro, por exemplo, galinha, cabra, carneiro, até vaca custava valor simbólico, na altura esses animais não eram comercializáveis era considerado como segurança da família. Mas agora tornaram-se a mercadoria mais procurada, é um dos produtos de caráter de identidade territorial com alto nível de procura e tem preço elevado pelo seu custo de oportunidade, entram nas cerimônias festivas e cerimônias fúnebres. (CUMBAEL BALDE VENDEDORA, 12/05/2019).

Importante destacar que a disseminação das cerimônias festivas eleva o custo dos animais, como é o caso do: casamento, para os muçulmanos; rapa dos recém-nascidos, quando completam sete dias de vida, para os católicos; batizados e datas comemorativas dos muçulmanos e católicos; e datas comemorativas e feriados, em nível do Estado. Enfim, nessas datas vende-se mais, mas também há maiores custos, e nem todos estão em condições de comprar animais para suas cerimônias.

Um outro grupo destacou as transformações sociais e a miscigenação, apontando o cruzamento das culturas e religiões e os choques culturais que surgem entre grupos muçulmanos, católicos, animistas, pois o que é inaceitável para uns, é bom para outros. Os migrantes externos, dos países vizinhos, vêm com as suas culturas e, também a migração interna, oriundas de outras regiões, onde há predominância de povos que professam as religiões africanas, oportunizam esse cruzamento de culturas, passando a influenciar os jovens, rapazes e moças, que assumem novas posturas, de direito e de liberdade. Com isso, os muçulmanos, com seus usos e costumes tão diferentes de outras religiões, sentem-se confrontados com relação ao controle dos jovens, sobretudo das meninas que, agora, frequentam as discotecas e estão namorando antes do casamento; o namoro antes de casamento, pela lei islâmica, é proibido.

Já outro grupo de entrevistados traz críticas ao cargo de agregados familiares, analisando-o como simbólico, com pouco poder de decisão. Cada decisão a ser tomada pelo chefe da família requer consulta à pessoa, isto é, o verbo não é conjugado na forma afirmativa ou negativa, é conjugado na forma condicional “se pode fazer”, não há imposição, não manda fazer. Em algumas famílias quem manda é quem sustenta a família. Este grupo faz, ainda, outra consideração sobre as situações que tem vivenciado, observando que existem certos agregados familiares, em que a mulher é chefe da família e, nessa discussão, consideraram dois aspectos: um, no caso das mulheres, donas da casa, viúvas, e, outro, em que as mulheres detêm o poder econômico, nesse caso, o homem está como figura de chefe, mas quem manda é a mulher.

As autoridades “tradicionais” também têm um papel importante no *lumo*, o de agradecer às pessoas ou desejar-lhes boas-vindas pela preferência de operar no local. A forma como o chefe da *tabanca* deseja boas-vindas às pessoas nos *lumos* e a resposta de outros chefes dão ideia da importância deste ritual. A autoridade veste roupas bonitas e, acompanhado de alguns súditos, vai passando nas fileiras sem dizer nada a ninguém, sua presença no *Lumo* simboliza boas-vindas ao público. Depois de completar as voltas, ele regressa ao seu lar; esse gesto é feito semanalmente ou uma vez por mês, dependendo da sua ocupação ou presenças no dia do *lumo*.

Para além das questões sobre os aspectos positivos e negativos ou das boas-vindas ao público do *lumo*, também foi feita a mesma pergunta aplicada noutras localidades: sobre as cobranças dos serviços desconcentrados do Estado aos operadores; e se pagam os

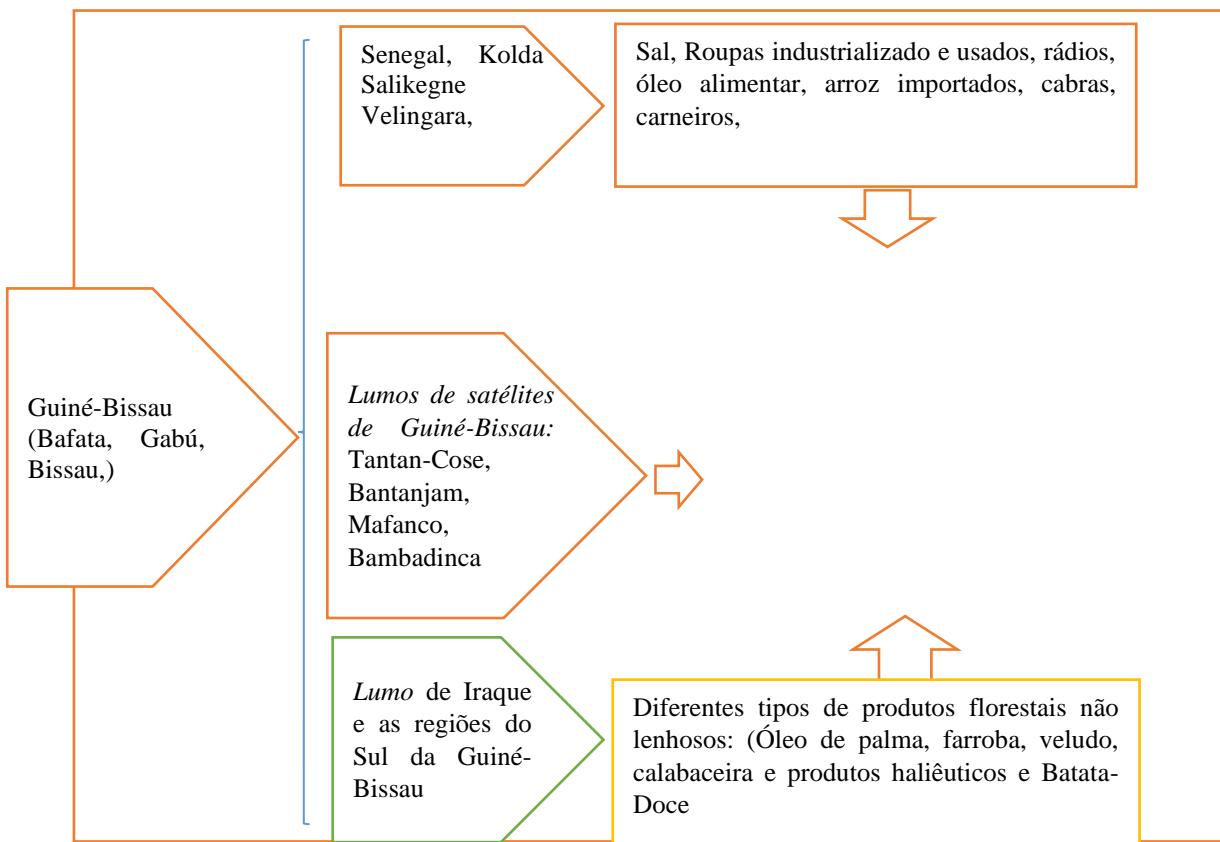
direitos do Estado. Neste caso, o chefe da *tabanca* afirma a existência de uma situação problemática: da queixa, por parte dos operadores, de muitas cobranças dos serviços do Estado, alegando que estão cobrando preços muitos elevados nas taxas dos produtos. Como consequência, maior custo para a população, pois está claro para os moradores do regulado de Sancorla que, quanto mais o Estado cobrar taxas elevadas dos operadores e nos postos de controle, mais o consumidor pagará, porque todas serão repassadas ao preço final dos produtos.

O chefe da *tabanca* de Cambadju ratifica as informações recebidas no *lumo* de Pitche sobre as cobranças dos serviços do Estado, asseverando que são ilícitas, não têm recibo e quando dão um, é duvidoso (fotocopiado) a sua proveniência. A população e os operadores desconhecem o destino do dinheiro, reclamam da quantidade de postos de controle, denunciando que alguns até são duplicados: postos de Polícia de Migração, postos de Alfândegas, Posto da Guarda Nacional + Guarda Florestal + Guarda de Fronteira, Posto de Veterinária, Posto de Proteção Vegetal, todos do mesmo Ministério da Agricultura, além do Posto de Controle do Ministério do Comércio, mais a cobrança de Comitê do Estado. Será que as receitas de todas essas cobranças entram no cofre do Estado? Indubitavelmente, todas essas cobranças têm impacto no bolso do consumidor final, pois os vendedores descontam as taxas pagas na formação do preço da mercadoria ou do produto.

Os agentes que trabalham nestes postos agem por conta própria ou como se fossem instituições privadas. As justificativas dos responsáveis pelos serviços desconcentrados do Estado, sobre tantos postos de controle, coincidem e alegam que os operadores são desonestos e que não declaram o número certo das mercadorias ou animais transportados.

O *lumo* de Cambadju faz parte das redes de comércio transfronteiriço da sub-região, e é abastecido por várias redes, desde os mercados fixos dos países vizinhos até os *lumos* satélites da região de Bafata e do próprio regulado de “Sancorla”. A congregação destas redes conduz o *lumo* de Cambadju para, em breve, ser um polo comercial, aliás, já o é para alguns produtos, como pecuário, por exemplo. Cambadju é a entrada principal de cabras e carneiros oriundos do Senegal e Mali para a Guiné-Bissau. O *lumo* de Cambadju tem semelhança com outros grandes *lumos* do país, é apoiado pelos mercados centrais.

Mapa 17: Redes de mercados e *Lumos* satélites que estabelecem relações comerciais com o *Lumo* de Cambadju



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

4.7 Lumo de Diaobé – Senegal

Diaobé, nas décadas de 80 a 90, era uma tabanca pequena que pertencia à seção de kounkane, fundada por uma família com apelido Diao, por isso foi batizada com nome de “DIAOBÉ”, que significa DIAO + BÉ, “bé” na língua fula, que é a língua do fundador, é plural. Exemplificando: se for à conjugação do verbo “bé”, significa que eles, como eram de uma família grande, receberam o nome Diaobé. Inclusive, quando se perguntava: vais para onde? *hônto yatá?* A resposta poderia ser *ká Diaobé - na tabanca de diaobé* ou *midho yaade ká Diaobé - estou indo para a tabanca de Diaobé*. É sobrenome do fundador. A tabanca de Diaobé está situada na estrada que liga Kolda e Velingara, segue para Tambancunda, e de lá vai até Kaolack-Dakar. Diaobé está um pouco recuada da linha da fronteira, fica cerca de 30km para dentro do território senegalês. Nesta zona, ao Sul de Senegal, ao Leste da Guiné-Bissau e ao Sudoeste da Guiné-Conacri, os povos que a habitam têm semelhança com características de outras regiões, tanto nos usos como nos

costumes. Tal como nas outras localidades do estudo, a maioria da população residente é islamizada e pertence aos povos Fulas, Mandingas, Saracoles, Djacanca etc. Assemelha-se às outras localidades, tendo como principal atividade a ocupação na agricultura de subsistência, complementada com diversas outras atividades socioeconómicas, geradoras de rendimento familiar, como comércio, criação de gado bovino e pequenos ruminantes que, em conjunto, garantem a sobrevivência da população.

Os senegaleses desta zona têm um elevado grau de miscigenação com a população de Guiné-Bissau. Essa miscigenação não é de hoje, é antiga, precedente ao período colonial, e não foi interrompida pela presença colonial, que fez divisão do território de acordo com o interesse de cada potência e não respeitou os povos, seus usos e costumes. Os laços de parentescos foram conservados, através das diferentes atividades económicas, culturais e religiosas e foi mantido também o casamento transfronteiriço, que garantiu, no passado e no presente, a união das famílias entre Senegal e Guiné-Bissau. Nesse quadro, Senegal, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri têm os mesmos laços de parentesco e o mesmo grau de miscigenação. Isto pode ser testemunhado, através da presença destes dois países vizinhos no *lumo* de Diaobé.

O *lumo* de Diaobé está mais bem organizado do que os *lumos* da Guiné-Bissau e República de Guiné. Entre esses três países, o Estado senegalês é quem tem o aparelho administrativo em melhor funcionamento em relação aos dois países acima referenciados. Este bom funcionamento administrativo se reflete na qualidade da organização, tornando Diaobé o maior *lumo* transfronteiriço nesta zona da África Ocidental.

Figura 19: Contribuição do Lumo de Diaobé na transformação da paisagem dos bairros



Fonte: Fotos do autor, 2019.

O *Lumos* da África Ocidental tem redes muito semelhantes, no que concerne à demanda e oferta, o funcionamento e os operadores são os mesmos, os produtos e as

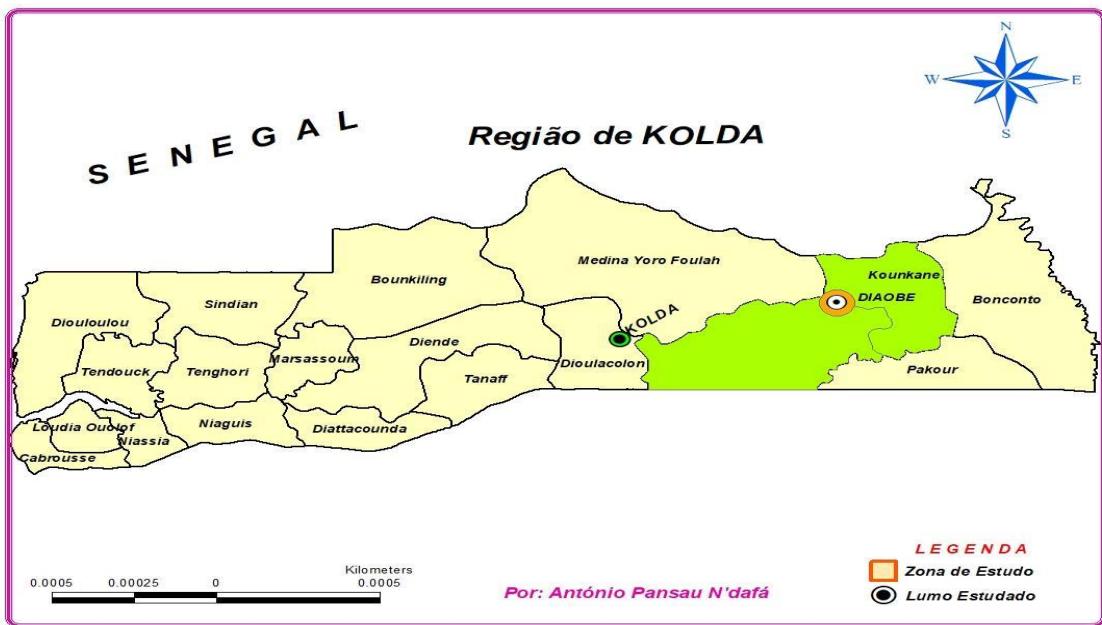
mercadorias oferecidas para a venda são iguais na sua maioria, somente o comportamento das autoridades do Estado difere. O sistema de produção agrícola, o comércio, os diferentes serviços prestados para satisfazer as necessidades da população, os comportamentos dos jovens em relação às regras de funcionamento da estrutura familiar também são semelhantes.

No Senegal, o governo tem uma política de incentivo à produção agrícola, que é diferente nos governos da Guiné-Bissau e da República da Guiné e também a população continua ainda diversificar a sua produção, diferente da Guiné-Bissau onde se predomina a monocultura de caju. Posto que, nos países da Guiné, há pouco investimento do Governo no setor agrícola, por isso o nível de produção agrícola senegalês é maior, e também o *lumo* incentiva os agregados familiares a trabalharem e ainda, além disso, o governo do Senegal tem instalados duas unidades de transformação dos produtos agrícolas, em Velingara que por outro lado dinamiza as atividades agrícolas das unidades familiares da produção.

A cidade de Velingara (Senegal) é sede do setor administrativo, onde estão instaladas as indústrias de transformação dos produtos agrícolas, divididas em dois grandes grupos: a) produção da subsistência familiar (arroz e diversos outros cereais) e produção hortícola, para aumentar o rendimento familiar. Nesta subatividade agrícola foi instalado um projeto de produção hortícola que se tornou polo comercial. No auge da sua produção, exportavam para Guiné-Bissau; b) programas de produção de produtos destinados à transformação, como o amendoim e o algodão, que sustentam o funcionamento das duas unidades de transformação instaladas.

Nesse sentido, o governo comprava a um preço razoável, deixando os camponeses satisfeitos e incentivando-os a trabalhar mais, com o objetivo de aumentar a produção e extensão da área cultivada. Agora está em curso o processo de dinamização das atividades pecuárias, visto que o *lumo* constitui um potencial consumidor. No mapa a seguir podemos ver a localização regional do Kolda e Diaobé.

Mapa 17: Lumos Região Kolda (Senegal)



Fonte: Elaborado para tese.

Diaobé é o maior *lumo* receptor de animais – como cabras vindas do Mali, vacas, carneiros, cavalos e burros criados nas diferentes regiões de Senegal, e, neste caso, Guiné-Bissau entra como o maior comprador desses animais domésticos. Os cavalos e burros são utilizados para lavoura — tração animal — e para transporte de cargas. Os bois são multiuso, utilizados para lavoura, transporte de cargas e sacrificados para diferentes cerimônias e até podem ser vendidos para garantir segurança alimentar à família. A experiência do Mali está incentivando a população da zona de estudo a apostar na criação de animais, não só pelo costume tradicional, mas pelo valor econômico que representa.

De outra parte, o *lumo* de Diaobé está conquistando, cada vez mais, o espaço para se constituir como a maior praça comercial na Tríplice Fronteira, entre esses três países. O comércio é praticado em diferentes níveis de demanda e oferta, através das redes dos operadores. Assim, mantém-se a livre entrada e saída dos operadores de produtos sazonais, neste mercado. O dia oficial do funcionamento do *lumo* era somente quarta-feira, mas dada a sua dimensão comercial, passou a funcionar durante três dias, um dia antes e um dia depois; as transações começam na terça-feira e vão até quinta-feira. Diaobé se transformou num mercado fixo um ano após sua fundação, tem construções e estabelecimentos comerciais importantes (armazéns, cacifo, instituições financeiras para dar crédito aos operadores), vários fatores dinamizaram consideravelmente o seu crescimento.

Neste *lumo*, em cada país, é cedido um espaço para fazer exposição de suas mercadorias, neles, os operadores com maior poder econômico podem construir armazéns para as suas mercadorias e produtos, onde a clientela vem comprar. As redes de ofertas são muitas: produtos agrícolas; produtos florestais lenhosos e não lenhosos; pecuária; horticultura; fruticultura; produto de origem industrial; diversos materiais de construção; diversos produtos alimentares; diversos tipos de roupas; todos os tipos de materiais eletrodomésticos; diferentes tipos de bicicletas; motos; variadíssimos estabelecimentos comerciais de atacadistas; semiatacadistas; semi varejistas; varejistas; micro varejistas; e inúmeros postos de venda de comida de diferentes sabores e origens. Diaobé deixou de ser meio rural, e virou uma cidade semiurbana em transição para o urbano pela sua extensão territorial, pela infraestrutura construída e pelos serviços presentes. Contribuindo para a transição de Diaobé, está em curso a abertura de novos bairros e nesses, a construção de infraestruturas sociais, com mesquitas e escolas comunitárias e, inclusive, com previsão de redes de água.

A primeira fase do estudo foi baseada em duas fontes de informação primária: guias de entrevistas semiestruturadas para conversas informais tipo *djumbai* com os operadores dos *lumos* de Diaobé, oriundos das diferentes cidades do Senegal e dos países vizinhos e a população residente na *tabanca* de Diaobé. Nestas entrevistas, nas quais não havia perguntas fechadas para ambos os grupos, o objetivo era descrever e caracterizar o passado histórico da *tabanca* de Diaobé, antes e depois da instalação do *lumo* e, com os operadores, o intuito era também conhecer a história de vida ou percurso histórico deles. O resgate das opiniões da população residente em Diaobé foi um pouco diferente das opiniões da população residente nas tabancas vizinhas. Para os residentes em Diaobé, o *lumo* foi um presente, conforme sintetiza o relato a seguir:

O maior presente que tivemos é ter o *lumo* de referência da sub-região na *tabanca* de Diaobé, temos redes dos grandes comerciantes que vivem em Dakar, têm as suas representações aqui, isso permitiu-nos ter tudo que procurávamos em Velingara e Kolda. Atualmente, estamos na situação de vantagem das redes de ofertas passamos a ser fornecedores de mercadoria de revenda. Apesar do *lumo* de Diaobé colmatar muitos sacrifícios que a população passava e hoje satisfaz a maioria das nossas necessidades no meio rural e permite-nos encontro entre operadores e produtores rurais. Mas em certos aspectos os nossos sacrifícios continuam ainda os que saem das tabancas distantes de bicicletas, motos e, quando se trata de transportar a produção para *lumos*, utilizam carro de burro ou cavalo, levamos horas para chegar Diaobé, embora quando chegamos sempre temos

clientes que compram nossos produtos. Chefe da tabanca (MAMADU DJAU, 05/11/2018)

Estão instaladas, em Diaobé, diferentes redes de operadores, que compram tudo que é produzido e vendem também tudo que a população local necessita. Aproveitando as oportunidades, os cidadãos de Diaobé cada vez mais vão se constituindo em pequenos empreendedores nas diferentes atividades econômicas (comércio e diferentes tipos de serviços), muitas famílias já têm operadores semiatacadistas e outros são donos de armazéns e vendem diferentes mercadorias para varejistas.

Também foi referenciado nas discussões com os entrevistados o setor de transportes como atividade econômica importante, pois há uma boa frota de transporte de pessoas e mercadorias de Diaobé para diferentes cidades do Senegal e países vizinhos. Disponibilizam ainda transportes para longa distância, como por exemplo, para: Dakar; Mali; Mauritânia; Gâmbia; Guiné-Bissau e Guiné-Conacri. O transporte para estes países, na sua maioria, é suportado pelos locatários de cada país, que tem uma vasta rede de transportes das cargas entre os países da sub-região.

Ouvindo as pessoas mais antigas das tabancas sobre a situação da população, antes da instalação do *lumo*, obtiveram-se importantes depoimentos. Muitos lembram que, na década de 70, 80, a vida dos habitantes dessa área era de enormes sacrifícios, sobretudo na década de 70, quando o uso do carro como meio de transporte ainda era incipiente. Contam que para ir à cidade de Velingara, cidade mais próxima, cerca de 40 km e, para Kolda, 90,3 km, o meio de transporte disponível era bicicleta ou moto Peugeot e, este último, nem todas as pessoas tinham condições de comprar. Hoje, entretanto, quase nenhum jovem quer moto Peugeot, todos querem motos Suzuki ou Yamaha. Presentemente, quase tudo mudou, até nas *tabancas* mais distantes, onde há quantidade de produtos para vender, comunicam-se com intermediários, que vão até o local para comprar, sobretudo das *bideiras*, de quem adquirem amendoim, mangas e laranjas etc.

Atualmente em Diaobé, assim como nas *tabancas* ao arredor, existem pequenos intermediários, especializados em determinados produtos de comercialização, além de semiatacadistas, que também estão se especializando em mercadorias, os quais fazem distribuição em diferentes *tabancas*, através de vendedores varejistas e micro varejistas. Categorias essas que estão surgindo quase que na maioria das *tabancas*, onde a condição de vida da população está melhorando paulatinamente. Cresce também, em ritmo gradual,

em algumas *tabancas*, a construção de infraestruturas comerciais, constituindo-se, assim, em pontos de distribuição e recepção de mercadorias e produtos para além de Diaobé.

Além da satisfação da população na área comercial, Diaobé apresenta também outro aspecto social interessante: a miscigenação com índice bastante elevado (língua, religião e cultura). É possível que Diaobé tenha o maior número de senegaleses nativos, embora tenha presença significativa de cada país de CEDAO e UEMOA. Entre os países mais representados, a Guiné-Conacri vem em primeira posição; a seguir, Guiné-Bissau; outros países, membros das duas comunidades acima referenciadas, estão representados com menor expressão.

Os migrantes estão fundando novos bairros e novas gerações, resultante da miscigenação, de países com proveniência de diferentes povos. Os migrantes estão divididos em dois grupos: um grupo designado pela migração interna, aqueles deslocados das *tabancas* distantes para ficar perto do *lumo* ou que saíram de outras cidades ou regiões do Senegal para se fixarem em Diaobé; e outro grupo, que advém da migração externa, oriundo dos diferentes países vizinhos para o *lumo*. Essas novas comunidades estão criando importantíssimas redes de oferta e de procura (canais de distribuição com rápida rotação das vendas, com construção de estabelecimentos comerciais e armazéns para diferentes tipos de produtos).

Com a inserção dos migrantes nos novos bairros, há distribuição de lotes de terrenos para construção de casas residenciais e de estabelecimento para diferentes atividades econômicas. O chefe da *tabanca* avalia positivamente o crescimento da extensão territorial e as atividades econômicas, observando que quase semanalmente aparecem novos operadores. Como a questão era aberta, o entrevistado poderia falar de todos os assuntos relacionados às suas funções, os quais foram assim resumidos: a autoridade tradicional da *tabanca* tem responsabilidade de fazer parte na distribuição de lotes dos terrenos nos novos bairros, por motivo do crescimento acelerado da população.

O chefe da *tabanca* de Diaobé tem responsabilidade na distribuição de lotes de terrenos para construção de casas nos bairros, ele é o dono da terra; para ele, lote é cedido ao interessado sem custo. O Estado faz parte da distribuição e essa cobrança é justificada, a legalização e demarcação ou urbanização. O contemplado tem que ter documentos de propriedade legais para evitar confusões no futuro. Os preços da legalização variam em

função da localização geográfica, mas o valor não foi revelado pelo entrevistado. Segundo o chefe da *tabanca* de Diaobé.

Em cada bairro tenho um representante com determinadas atribuições; uma delas é resolver os conflitos na família, sobre as fronteiras, ou conflitos entre duas famílias vizinhas, chegando a mim só aqueles conflitos que são mais complicados. No que tange às atividades comerciais nos bairros, para mim é visível as diferenças dos migrantes oriundos de países com experiências comerciais e com capital inicial, nas construções das habitações e estabelecimentos comerciais que possuem mais infraestrutura e tem outros que não possui nada, nessa situação sempre há conflito do espaço com boa localização.” Chefe da tabanca (MAMADU DJAU, 05/11/2018)

Os diferentes migrantes e os próprios nativos de Diaobé, a seu modo, lutam pela sobrevivência de suas famílias. Entretanto, os migrantes, sem capital inicial para as suas atividades, são os mais vulneráveis, estão sujeitos a exercer atividades que autóctones não exercem, como puxar carretos, embarcar e desembarcar mercadorias e produtos nos caminhões.

Os aspectos positivos e negativos do *lumo* de Diaobé não são diferentes do que se vê nos outros *lumos*. Tudo é concentrado no choque entre a cultura tradicional ou as regras costumeiras das famílias com a modernidade. A grande questão levantada são os direitos dos jovens e das mulheres. Direito de exercerem atividades econômicas e de participarem das regras do jogo do mercado, os quais entram em conflito com os usos e costumes, sobretudo o poder do chefe da família que, até então, era quem distribuía as tarefas para todos os membros da família. Agora esses membros da família estão comprometidos com fornecedores de mercadorias e mestres, quando se trata de aprendizado, especialmente no caso dos jovens que são, na sua maioria, ajudantes de mecânica em moto ou de carro.

Similarmente, foi realçada a liberdade dos jovens de ambos os sexos de frequentarem discoteca, à noite. Diaobé tem uma discoteca construída por um migrante que pertence ao povo Fula, e que, na avaliação dos entrevistados, está destruindo aquilo que era orgulho da família: educação e controle dos filhos, em particular, das meninas. Hoje não estão mais sob controle, sofrem influência de suas colegas de outros povos, embora sua religião proíba namoro antes de casamento, conforme as regras islâmicas. Igualmente, nesta discoteca há hotel, onde ocorre prostituição; existe bar onde vendem bebidas alcoólicas; os filhos e filhas que lá frequentam fazem tudo que “*Deus não quer*”. O proprietário fez pedido protetivo às suas instalações ao Governo senegalês para evitar frequentes conflitos. Recebeu autorização para funcionamento, porém proibiu-se qualquer

distúrbio: marido, esposa, pai ou irmão, ninguém tem direito de ir lá buscar o seu companheiro ou companheira, todos devem esperar em casa ou fora do recinto da instalação.

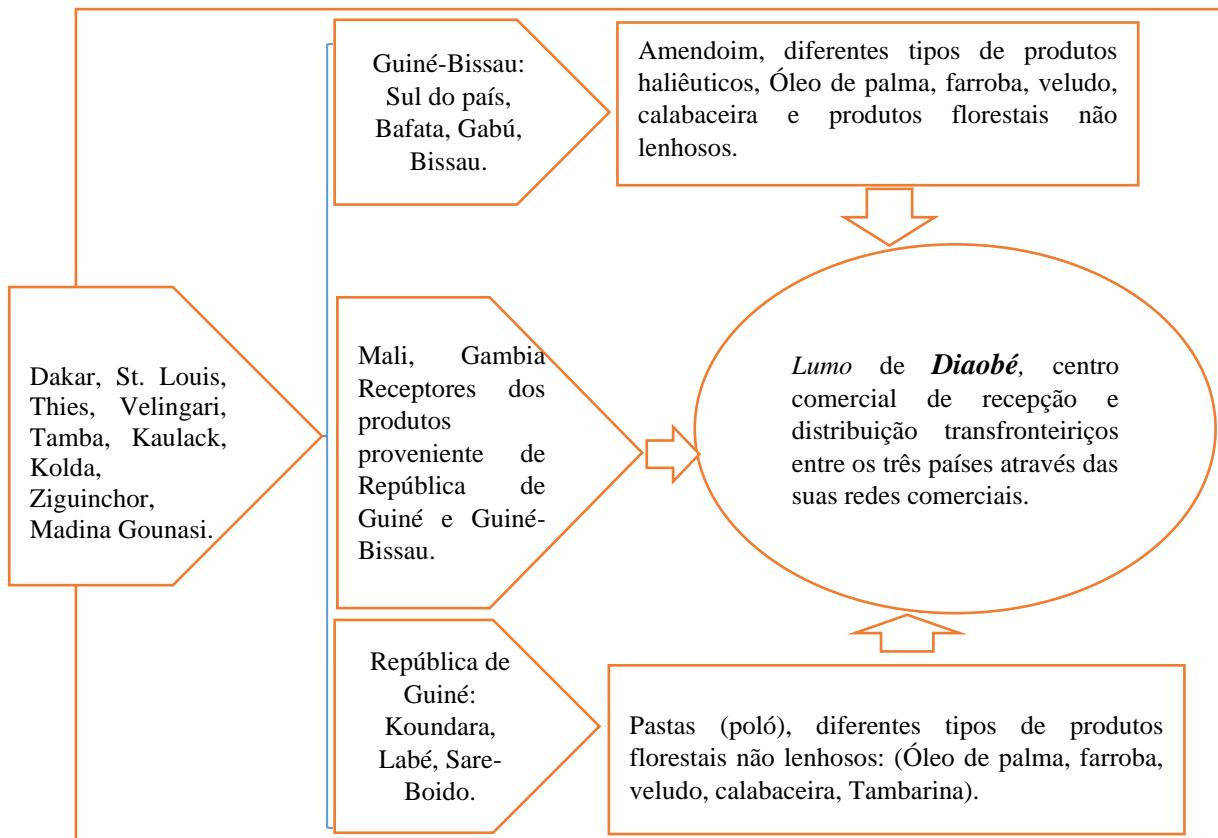
Com as autoridades senegalesas, o encontro não teve uma discussão aprofundada, por várias questões justificadas por parte dos responsáveis. A pergunta era a mesma que foi feita às autoridades da Guiné-Bissau, mas o que foi observado é que em Diaobé também existem vários postos de serviços — alfândega, polícia de migração e de ordem pública, guarda florestal, serviços veterinários, serviços de administração local —, e cada repartição desempenha as suas funções respeitando os outros serviços.

Neste *lumo* está montado um forte dispositivo de fiscalização para diferentes infratores e, quando é encontrado alguém violando as regras estabelecidas, a punição é severa. É proibida qualquer violação das regras estabelecidas pelo Governo senegalês, isto é, todos os operadores do *lumo* são obrigados a respeitar as normas vigentes na sociedade. Qualquer fiscal que for surpreendido fazendo cobranças ilícitas será castigado conforme a lei. Também foi relatado que é do conhecimento das autoridades que existem operadores que vendem produtos proibidos e, quando surpreendidos pelos fiscais, tentam suborná-los, para evitar denúncia.

Os responsáveis pelos serviços do Estado senegalês testemunham a sua experiência na convivência com os operadores, junto com os transportadores (locatários), que, semanalmente, frequentam o *lumo* de Diaobé. Geralmente, esses operadores declararam algumas mercadorias e produtos agrícolas e outros não, mas, para o Governo senegalês, não se cobra pelo produto na tabela, cobra-se o preço pela tonelagem do caminhão.

Assim, o *lumo* de Diaobé, como os outros *lumos* estudados, têm redes de demandas e ofertas de mercados e *lumos* satélites, que abastecem o *lumo* principal. As redes permitem conexões e interconexões entre mercados e *lumos*, entre produtores no meio rural e operadores econômicos de centro de cidade e entre os operadores dos países da sub-região. Os *lumos* satélites também dinamizam maiores transações comerciais com diferentes redes de ofertas e demandas.

Mapa 18: Rede de mercados e Lumos satélites que estabelecem relações comerciais com o Lumo de Diaobé



Fonte: Elaborado pelo autor - 2017

O *lumo* de Diaobé é o centro comercial transfronteiriço que tem abastecedores em quatro países: a) Guiné-Bissau - óleo de palma, diferentes tipos de mariscos, peixe fresco e defumado, produtos agrícolas, sobretudo amendoim, (é o país com maior peso); b) República de Guiné – óleo de palma e diferentes tipos de produtos florestais não lenhosos, produtos de caráter de identidade territorial; c) Mali - cabras e carneiros; e d) Senegal - amendoim, e variadíssimas mercadorias de origem industrial. Ademais, existem outros três países que também são receptores, são eles: Gâmbia; Mauritânia; Cabo-Verde. Destaca-se que, para além dos quatro países fornecedores, o *lumo* de Diaobé é abastecido também pelos comerciantes das diferentes cidades senegalesas.

4.8 Lumo de Sareboido – República de Guiné

Sareboido é uma das antigas *tabancas* do regulado de Badiar fica situada ao sudoeste da República da Guiné, na linha de fronteira entre a Guiné-Bissau e o

Cassamance-Senegal. A região é habitada majoritariamente pelos Fulas, conhecidos como agricultores, comerciantes e criadores de gado e, no grupo da maioria, está *Bajaranque*, cuja língua está em evidência de desaparecimento, e, na terceira posição, vem a etnia Tchapi. Estes últimos são conhecidos como agricultores e praticantes de comércio e atividades da pecuária. Importante destacar que existem outros grupos étnicos que habitam a região em proporção menor: Saracoles; Mandingas; entre outros. Alguns por motivo das atividades de serviços de estado, outros, são trabalhadores por conta própria, ou seja, praticantes das atividades geradoras de rendimento para sustento da família.

A semelhança entre as populações de Cambadjú, Diaobé e Pitche, como também da população de *Bajar*, a população de Sareboido não foge a essa realidade, vivem essencialmente da agricultura de subsistência. O comércio aparece em segunda posição entre as principais atividades econômicas de sobrevivência familiar. Também praticam outras atividades geradoras de rendimento de peso, na vida das famílias, como: fruticultura, horticultura, pecuária e exploração dos recursos florestais lenhosos (madeira e corte cibes para construções das casas) e não lenhosos (exploração de óleo de palma e frutas silvestres etc.), todas essas atividades fazem parte da dinâmica e oportunidade de comércio que o *lumo* oferece localmente. Observe-se que entre todas essas atividades da sobrevivência, a agricultura figura como ocupação principal da população.

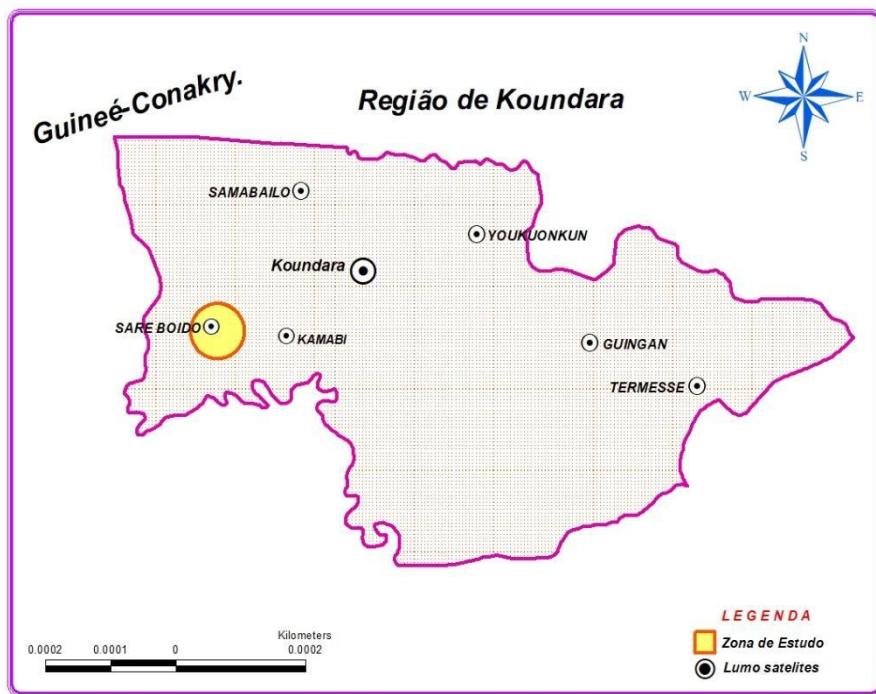
A *tabanca* de Sareboido está no meio rural, tendo como acesso uma estrada secundária de terra batida, em más condições, em alguns trechos; liga (Bruntuma) Guiné-Bissau e (Koundará) República da Guiné. A dinâmica do *lumo* ainda não conseguiu despertar a atenção das autoridades dos dois países para que eles apresentem um projeto de construção de estradas, embora o *lumo* de Sareboido esteja em crescimento e expansão da área e com construções de novos armazéns, o que permitirá mais fluxos das pessoas e mercadorias.

Este investimento, se houver, irá atrair as autoridades de ambos os países num futuro próximo, em vista do projeto de construção da estrada. Isso permitirá que Sareboido se torne um polo comercial importante e constitua um elo comercial entre *Bajar* e a grande cidade da República de Guiné e entre *Bajar* e a Guiné-Bissau. O trecho que liga a Guiné-Bissau com a *tabanca* de Sareboido começa a partir de Pitche, onde faz divisão das duas estradas que estabelecem ligação com Guiné-Bissau e com a República de Guiné. Quanto ao cruzamento que separa as duas direções, uma é a estrada principal que liga à Pitche

Bruntuma, antigamente, no período colonial, tinha alcatrão, já a outra, de terra batida, mas em boas condições, faz ligação entre Pitche e o Porto de Fula Mori.

Sareboido está entre antigas tabancas do regulado de *Bajar*; este *lumo* foi fundado no final da década de setenta do século passado, e emergiu de uma das pequenas tabancas do meio rural, à beira da estrada, que liga Bruntuma a Koundará. Entretanto, hoje é uma *tabanca* com grande extensão territorial, quadriplicou seu espaço em relação à década de noventa e, hoje em dia, está em franco crescimento, atrai novos habitantes e comerciantes, que aproveitam as oportunidades oferecidas pelo *lumo*. O *lumo* tem dinamizado a inserção de agregados/familiares, com atividades pecuárias, construção de casas e surgimento de serviços desconcentrados do Estado. Também o *lumo* de *Sareboido* tem dinamizado o movimento transfronteiriço de pessoas e mercadorias nas vizinhanças da Guiné-Bissau e Senegal.

Mapa 19: República de Guiné - Região de Koundara



Fonte: Elaborado pelo autor para a tese.

O regulado de “*Bajar*”, do qual *Sareboido* faz parte, é conhecido pela prática da agricultura de subsistência, com a produção para consumo de arroz, diferentes tipos de cereais, fruticultura, horticultura, pecuária (gado, caprino, ovino, equino, burro). Porém,

posteriormente, foi introduzindo a cultura e a indústria de algodão e amendoim. O amendoim tem duas funções na família: consumo e comércio. Como a produção do amendoim e outros tipos de cereais tem compradores no *lumo*, uma outra cultura que está em pleno crescimento na região, especialmente nas linhas de fronteiras com a Guiné-Bissau, a cultura de caju. Essa cultura vem transformando paulatinamente a atividade agrícola da população e resultando na produção e comercialização, mudando a paisagem das tabancas, através das novas construções e substituição de tetos das antigas construções.

Na região, a pecuária é a atividade econômica de referência, em ambos os lados das fronteiras dos três países. Neles se produzem gado bovino, ovino, avicultura e caprino, que são utilizados nas cerimônias festivas, cerimônias fúnebres e no comércio de alto rendimento. Estes animais se constituem também como elemento da segurança alimentar para as famílias, ou seja, são reservas de bens para as famílias. Um outro grupo de animais participam, junto com os homens, nas atividades de produção, que são os cavalos e os burros, usados na tração animal para as atividades da produção agrícola, transporte de materiais e de mercadorias para comercialização nos *lumos*. A saída desses animais da República de Guiné é muito controlada, uma vez que são produtos muito contrabandeados nas fronteiras da República de Guiné, inclusive inexiste legislação que autorize a saída de animais para serem comercializados nos países vizinhos. Apesar do controle rigoroso instalado na fronteira deste país, não conseguiram evitar a saída ilegal ou *forodo/contrabando* dos animais. Sabe-se que esses comerciantes recebem apoio dos moradores das *tabancas* vizinhas, na travessia das fronteiras, através dos trilhos\caminhos existentes entre estes países.

Durante o trabalho no campo, foram colocadas diferentes questões sobre as atividades econômicas praticadas; também aspectos positivos e negativos do *lumo* para os habitantes de *Sareboido* e *tabancas* vizinhas foram pautados nas avaliações; a seguir, uma resposta das categorias e faixa etária dos entrevistados, afirmando que o *lumo* trouxe benefícios para a população:

O *lumo* trouxe para cada membro da família residente da tabanca de *Sareboido* e das tabancas vizinhas a oportunidade de criar os seus negócios e comercialização de todos os tipos de produtos da produção local (agrícolas e pecuária) e atualmente compramos com facilidade os produtos da primeira necessidade no *lumo*. Antes éramos obrigados a deslocar até *Samba Ylo* que era cidade regional, para comprar

arroz, roupas e outros materiais para satisfazer as necessidades da população. Hoje, com instalação do *lumo* na nossa *tabanca*, os comerciantes trazem diferentes tipos de mercadorias, materiais de construção, materiais de produção agrícola, ou seja, tudo que uma pessoa necessita para sua sobrevivência tem no *lumo*. Os Comerciantes senegaleses, guineenses de Bissau e da República de Guiné suportam o abastecimento do *lumo* e também vão diretamente ao encontro com produtores rurais de *Bajar*, a dinâmica do *lumo* de *Sareboido-Bajar* fez inversão no sistema de circulação e distribuição dos bens econômicos, atualmente as trocas são praticadas de baixo para cima e de cima para baixo. (TRANSPORTADOR AMADU BARI, 11/11/2018)

Paralelamente ao sistema de circulação e distribuição no quadro das atividades comerciais, existem estruturas que estabelecem relações para garantir a oferta e a procura entre vendedores e fregueses, fazendo ambos cumprirem os compromissos comerciais e de produção assumidos no *lumo* localmente. O *lumo* contribui na reorganização das atividades da produção e comercialização, dando nova forma ao funcionamento e à divisão do trabalho dentro das instituições familiares (por sexo e por faixa etária), prospectando mudanças profundas sobre o crescimento das atividades comerciais em todos os níveis e na melhoria de vida das pessoas.

O *lumo* de *Sareboido*, além disso, vem abrindo oportunidades de negócios para os habitantes das tabancas vizinhas e oportunizando o surgimento de novos bairros e novas construções para habitação, mudando as paisagens da arquitetura das habitações, introduzindo novas habitações para substituir as antigas construções. Na opinião da população local:

A *tabanca* antigamente não tinha bairros, era formada por um núcleo de família, agora a *tabanca* tem novos bairros esses bairros estão em expansão formados por deslocados de outras tabancas perto e deslocados de outras regiões do país, também tem migrantes dos países vizinhos que têm estabelecimentos comerciais no *lumo*. *Sareboido* tem quatro bairros: bairro de *Sareboido 1*, bairro de *Sareboido 2*, bairro de *Cantanto*, *Sintchuru Salé* e bairro de *Sanca*. Esses novos bairros são misturas das pessoas cuja a proveniência é diferente, mas formando ruas por afinidade ou parentesco. A aglomeração das pessoas na *tabanca* indica sinais da importância comercial que o *lumo* possui na região. (VENDEDORA TRANSFRONTEIRIÇA DJENADU DJOP, 11/11/2018)

Para medir o nível de satisfação das pessoas com a instalação do *lumo*, foram entrevistadas diferentes categorias sociais, conforme definidos na metodologia. Dentro das estruturas tradicionais, os familiares afirmaram que desde a instalação do *lumo*, a pedido da população de *Sareboido* – *tabanca* localizada na beira da estrada e na linha de fronteira

que liga Guiné-Bissau a República de Guiné – tem sido facilitada a circulação de pessoas e de bens.

Até o momento, participam no *lumo de Sareboido* os seguintes países da sub-região: Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, Nigéria, Libéria e Serra-Leoa e diferentes regiões da República da Guiné. Essa heterogeneidade regional contribui na dinâmica da atividade comercial praticada no *lumo*. Só a presença no *lumo* já é oportunidade para exercer e crescer financeiramente, o resultado proveniente da atividade comercial do *lumo* é visível, como indicam as duas fotos a seguir, com novas construções habitacionais nos bairros: a primeira foto indica antigas casas redondas, cobertas de capins (palhas) e, a segunda, apresenta as novas construções nos bairros.

Figura 20: Duas fotografias de Lumo de Sareboido comparação da transformação da paisagem na residência do chefe da tabanca



Fonte: Foto do autor na tabanca de Sareboido: Chefe da tabanca com a sua esposa.

Depois de analisada a parte positiva, passamos à parte vista como influência negativa no *lumo* em referência. São influências vistas como negativas no processo das transformações sociais e nas regras de funcionamento das unidades familiares. As regras costumeiras estão num processo de transição, modificando as regras tradicionais das famílias para aderir à autonomia dos seus membros, no quadro das atividades econômicas.

O funcionamento da estrutura familiar como primeira instituição social da sociedade entra em choque com as regras e funcionamento da modernidade, sobretudo quando se trata dos direitos e liberdades almejados pelos jovens, que são vistos como violação das regras de funcionamento da estrutura familiar. As populações de diferentes *tabancas* do regulado de *Badiar* consideram um choque violento, entre o que é tradicional e o que é moderno, um fenômeno contraditório daquilo que é conhecido localmente sobre o sistema

de funcionamento de uma sociedade. Suas opiniões não divergem quanto à quebra do funcionamento do sistema das estruturas sociais das famílias; para a população local, estão sistematicamente sendo substituídas pela cultura dos operadores dos *lumos*. Prevalece a constatação das famílias, sobretudo dos chefes de agregados familiares em todos os locais da pesquisa, de que o direito dos jovens de brincar, dançar e namorar é uma violação das regras familiares. A discussão realizada junto aos grupos de informantes suscitou várias opiniões, que pode ser assim resumida de que os *lumos* de forma geral para os diferentes grupos como fonte de informação têm dois aspectos, sendo um negativo e outro positivo: para eles a modernidade significa desmantelação das suas estruturas familiares conjecturando assim o aspecto negativo; o aspecto positivo se dá porque hoje, sentado na sua casa, pode conseguir tudo para satisfazer as suas necessidades.

Percebe-se, portanto, que, na opinião deste grupo, os que trabalham ou vendem os mesmos produtos e estão no mesmo espaço têm mais relação de afinidade do que a relação tradicional conhecida antigamente na família. Na continuidade da análise das opiniões de diferentes grupos entrevistados, há um grupo de pessoas residentes em Sareboido que considera fator negativo do *lumo*, o aumento do custo de vida:

Tudo está a aumentar constantemente; o que custava barato, hoje é mais caro, por exemplo todos os animais domésticos que custava valor simbólico entre residente na altura, hoje custam preço elevado; antes, muitos dos animais não eram mercadoria ou comercializáveis nos *lumos* ou mercados, era na verdade considerado como segurança da família. Mas agora tornaram a mercadoria mais procurada, é um dos produtos de caráter de identidade territorial, e com o alto nível da procura, teve seu preço elevado, pelo seu custo de oportunidade, entram nas cerimônias festivas e cerimônias fúnebres. (PRESIDENTE DE CAMARA MAMADU URI CONDE, 10/11/2018)

Um outro grupo destacou o impacto das transformações sociais, da miscigenação, do cruzamento das culturas e religiões e dos choques culturais — há grupos muçulmanos, católicos, e os que professam as religiões africanas locais —, pois o que é inaceitável para um, é bom para outro. Os migrantes externos, dos países vizinhos, vêm com as suas culturas e, migração interna, oriundas de outras regiões, onde há predominância de povos que confessam religiões africanas, oportunizam esse cruzamento de culturas, influenciando jovens, rapazes e moças, que assumem novas posturas, de direito e liberdade. Com essa liberdade, os muçulmanos, com seus usos e costumes tão diferentes de outras religiões, sentem-se confrontados com relação ao controle dos jovens, sobretudo das meninas, que

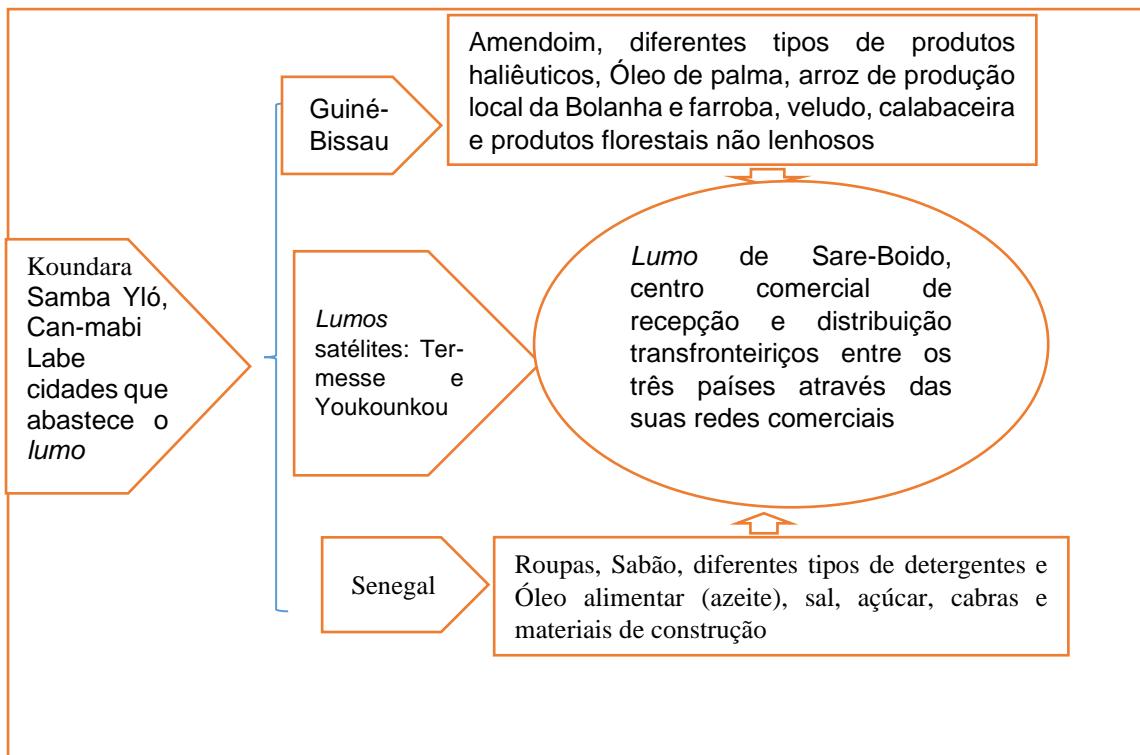
agora frequentam as discotecas e estão namorando antes do casamento; o namoro antes de casamento, pela lei islâmica, é proibido.

Já outro grupo de entrevistados minimiza o cargo de chefes de agregados familiares, analisando-o como simbólico, com pouco poder de decisão. Cada decisão a ser tomada pelo chefe da família requer consulta à família. Em algumas famílias quem manda é quem sustenta a família. Este grupo faz outra consideração sobre as situações que têm vivenciado, observando que existem certos agregados familiares, onde a mulher é chefe da família. Na Guiné-Conacri, existe uma quantidade significativa de mulheres empresárias, realidade bem mais expressiva do que na Guiné-Bissau. Mulheres com poder econômico iguais aos homens, entre elas algumas são separadas, viúvas ou divorciadas e, há aquelas que mesmo tendo maridos em casa, fazem viagem de longa distância para procurar mercadorias ou para vender nos *lumos* ou nos mercados fixos nas sedes regionais.

As mulheres guineenses de Conacri constituem segmento social como operadoras econômicas bem representadas no *lumo* de *Sareboido*. Elas fazem parte das redes de comércio transfronteiriço da sub-região, estão incluídas em diferentes redes de abastecimento: dos mercados fixos dos países vizinhos e pelos *lumos* satélites da região de Koundara e do próprio regulado “*Badjar*”. A congregação destas redes levou o *lumo* de *Sareboido* a passar a ser referência na região como um polo comercial transfronteiriço. Aliás, *Sareboido* é saída principal das cabras, carneiros e vacas proveniente de outras regiões da Guiné-Conacri.

Os agentes que trabalham nos postos fronteiriços quase não prestam serviços ao Estado, pelo índice de corrupção e desorganização do sistema administrativo, eles agem como se fossem instituições privadas. Aqui, ambas as partes se consideram vítimas: a) autoridades dos serviços desconcentrados do Estado entendem ser vítimas de trabalhar com operadores econômicos sem respeito das mínimas normas estabelecidas para funcionar; b) os operadores afirmam nas entrevistas que são vítimas de cobranças ilícitas das autoridades pela quantidade de postos de controle e o não respeito pelos documentos emitidos na origem dos produtos.

Figura 21: Redes de mercados, países e lumos que estabelecem relações comerciais com Lumo de Sareboido



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

5 TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL, SOCIAL E ECONÔMICA NOS *LUMOS* TRANSFRONTEIRIÇOS

5.1 Transformação espacial e social a partir dos *lumos* na Tríplice Fronteira

O espaço do *lumo* de Cambadju, Diaobé, Pitche e Sareboido tem despertado atenção dos operadores econômicos desde a liberalização da política comercial na década de 80. A intensificação das mobilidades e expansão do espaço territorial na região teve como marco a instalação dos *lumos* nas *tabancas* e a aglomeração das pessoas, em seu entorno, com vistas à procura de abrigo e de espaço para as atividades econômicas.

Essa invasão da população vinda de diferentes regiões do país e dos países da sub-região criou condições e praticamente exigiu a construção de novas infraestruturas multifuncionais. Por conseguinte, os segmentos sociais a operarem no *lumo* participaram da introdução de novos sistemas de utilização do espaço para a produção e, consequentemente, da modificação do funcionamento das estruturas sociais locais. O *lumo* criou múltiplas oportunidades de utilização do espaço, abrindo possibilidades para o exercício das atividades econômicas, culturais, religiosas e prestação de serviços especializados.

A partir da percepção das populações que habitam no local sobre a utilidade do espaço para fins diversos, começaram a organizar a forma da sua distribuição com base nas necessidades e objetivos de cada interessado. A história do espaço é conhecida como um bem disputado entre os homens. Nele coexistem interesses diversos, indo desde a construção de infraestruturas modernas e tradicionais, conforme a capacidade financeira do interessado e o objetivo da utilidade.

O espaço representa interesses múltiplos com relações, conexões e interconexões que resultam de combinações na temporalidade, com vistas a estabelecer inter-relações sociais e materiais, para garantia da sobrevivência das comunidades locais. Há uma pressão contínua dos operadores econômicos dos *lumos* sobre a extensão e expansão do espaço para construção de empreendimento comercial ou habitacional. Atualmente, as *tabancas* que têm *lumos* possuem terrenos sobrevalorizados em relação às *tabancas* vizinhas. A concorrência do espaço nos bairros ou no próprio *lumo* para atividade comerciais chegou a ponto de o espaço passar a ser considerado como mercadoria; ele entra no jogo de mercado (compra e venda).

As oportunidades oferecidas pelos *lumos* criaram grandes aglomerações de pessoas, assim como o surgimento de novos bairros com estabelecimentos comerciais e, muitas vezes, se transformaram em satélites comerciais das multinacionais. A expansão e extensão dos bairros ameaçam as zonas reservadas para a produção e pastagem situadas nos arredores das *tabancas*. Os limites entre as *tabancas* vizinhas, na maioria dos casos, são violados. Nestes bairros, há uma desobediência geral às regras de urbanização, que prevê reserva de espaços para escolas, centros de saúde, centros de diversões para a juventude e comunidades em geral (jardins, campo de futebol, centros sociais e artísticos etc.). As únicas instituições com espaços reservados são as mesquitas. Pode-se dizer que, nestes centros sociais, outras instituições, tais como escolas, inexistem.

Como a maioria da população professa o Islão como religião, todos os bairros têm mesquita para a reza e prática da fé islâmica. A maior parte das *tabancas* que têm *lumos*, tem também discotecas multifuncionais, que podem estar dentro dos bairros ou num local um pouco afastado, devido ao seu horário de funcionamento. Nos bairros dessas *tabancas* onde funcionam os *lumos*, o espaço é disputado entre diferentes cidadãos, que querem aproveitar o local para exercer as suas atividades econômicas como forma de garantir o mínimo sustento da família. Nessas *tabancas*, onde os *lumos* estão instalados, existem salões de vídeo que servem para projeções de filmes e apresentação de jogos dos campeonatos europeus, das competições africanas, de campeonatos do mundo etc.

A presença de várias nacionalidades e culturas diferentes introduziu mudanças no comportamento ou sistema de funcionamento das estruturas sociais da população local. É notável a desintegração nas organizações sociais locais em detrimento do cumprimento das regras de jogo do mercado. Essas transformações sociais vividas no local provêm da globalização econômica, cuja manifestação é a desintegração dos indivíduos dentro da estrutura social ou familiar que surge, muitas vezes, de forma inconsciente.

Neste contexto da globalização, os migrantes mais experientes têm aproveitado melhor as oportunidades oferecidas pelas transformações sociais no sistema de funcionamento das estruturas locais, saindo do sistema tradicional para um sistema mais moderno. Nessas localidades estudadas estão surgindo, cada vez mais, novas paisagens organizacionais influenciadas pelo efeito da globalização ou blocos regionais de integração econômica e mudanças físicas na paisagem das *tabancas/locais*, tornando-as mais visíveis, com as novas construções.

5.2 Estradas e meio de transporte

Os países envolvidos têm algumas iniciativas de intervenções nas pistas rurais secundárias, para garantir acessibilidade dos produtos agrícolas em algumas zonas, isso facilita a circulação das pessoas e o escoamento dos produtos agrícolas, através dos *lumos* locais. Mas existem certas zonas em que não há qualquer iniciativa local de intervenção e a sua acessibilidade é difícil.

Assim, analisamos as principais infraestruturas de rodovias econômicas existentes no espaço de estudo: estradas; serviços de transportes; pequenas unidades de transformação; infraestruturas de produção agrícola e pecuária; estabelecimentos comerciais e armazéns; infraestrutura da comunicação e energia elétrica. Todas essas infraestruturas desempenham papel na melhoria da mobilidade interna, transfronteiriça e dinâmica das atividades comerciais nos *lumos* e somatizam para o aumento de rendimento das populações nas mesmas localidades.

A tecnologia de comunicação instalada na região do estudo funciona como veículo de conexões e interconexões entre familiares e empresários nas transações comerciais transfronteiriças e nos contatos com as autoridades nas fronteiras.

Pitche e Cambadju, na Guiné-Bissau, e Sareboido, na Guiné-Conacri, apresentam sérios problemas nas infraestruturas de redes de energia elétrica. Em razão disso, os operadores econômicos são obrigados a arranjar pequenos geradores para garantir o fornecimento da energia elétrica para suas atividades comerciais (venda de água gelada, sumos naturais gelados, sumos naturais frescos, fabricação de gelo e conservação de produtos alimentares que necessitam de temperatura baixa). Esses geradores são utilizados para carregamento de baterias dos celulares e para testar o seu funcionamento em casos de avaria, pelos serviços de assistência técnica local não autorizadas pelas empresas fabricantes.

Para além da especificidade do *lumo* de Diaobé, também nos outros *lumos* existem instalações criadas pelas empresas individuais, coletivas e multinacionais para garantir os seus negócios. Antenas de telecomunicações são instaladas para dar cobertura às redes de comunicação, que facilitam as comunicações dos acordos de negócios entre os três países. Essas estruturas garantem a comunicação local, assim como, com o resto do mundo. A comunicação tornou-se um veículo importante nas atividades comerciais,

estabelecendo ligação rápida entre os produtores, transportadores e intermediários, no escoamento de produtos entre *lumos* ou para os mercados mais próximos. Também a comunicação permite aos comerciantes identificar quem está de serviço no posto da fronteira, se é um amigo, um familiar ou um desconhecido.

As infraestruturas rodoviárias estabelecem ligações entre os países e *lumos*. Os fluxos comerciais entre os países e *lumos* na Tríplice Fronteira são garantidos, na sua maioria, por estradas de terra batida ou rodovias secundárias e terciárias. Esse tipo de estrada é predominante em cada eixo dos *lumos* em estudo. As ligações internas entre os *lumos* e os mercados fixos de cada país apresentam ligação permanente para garantir abastecimento regular das populações dos centros urbanos e populações do meio rural.

A população da região do estudo vive essencialmente no meio rural onde se tem insuficiência de infraestruturas rodoviárias, na maioria das localidades. Em períodos chuvosos, o trânsito fica muito complicado, deixando a maior parcela das localidades isoladas. A falta de trafegabilidade complica ainda mais a situação da saúde e da educação, fato que reflete negativamente no desempenho dos indicadores sociais. O nível de analfabetismo é bastante elevado, é fácil constatar esta situação pelo número das escolas existentes, e a própria localização geográfica fala por si. As mulheres ou meninas são as mais afetadas pela distância percorrida da *tabanca* para a escola. Quando atingem a idade de 14-16 anos, a maioria delas é obrigada a desistir, por vários fatores, como casamento, apoio no trabalho doméstico etc.

Existem estradas no meio rural que nunca sofreram intervenção desde a sua abertura. Essas estradas são utilizadas pelos caminhões para escoamento da produção local. As infraestruturas econômicas, no seu conjunto, formam componentes essenciais que apoiam, regularmente, a funcionalidade do mercado – na base da oferta e demanda.

As rodovias/estradas permitem percursos de vários quilômetros de um ângulo geográfico a outro, para proceder à observação direta dos fenômenos e assuntos discutidos durante a viagem e comportamento das autoridades nas fronteiras. Durante a viagem, para além da observação direta e participante, os atos foram testemunhados com imagens que revelam o ambiente de cada evento. Como observado no transporte misto (pessoas e mercadoria – onde as cargas são postas em porta-bagagens do carro e pessoas em baixo), da primeira foto abaixo, na viagem entre o *lumo* de Diaobé – Senegal para Pirada – Guiné-

Bissau. Apesar da viatura estar nestas condições, ela é autorizada, pelas autoridades locais de dois países, a circular neste trecho.

Figura 22: Mostra tipos de carros que circulam transportando pessoas e mercadorias



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa.

As fotografias representam dois aspectos: tipos de roupas que os passageiros devem vestir durante a viagem; e tipos de carros que devem circular. Normalmente são carros velhos ou carcaças de carros velhos, recuperados através de compra e montagem de motores usados. Alguns trechos das estradas estão em péssimas condições e são fatores determinantes nos modelos de carros que circulam como transporte misto e também na tomada de decisão dos motoristas e proprietários dos caminhões na recepção dos contratos de transporte das cargas nas localidades. Os operadores econômicos (quer as bideiras, quer os transportadores) têm preocupação constante com os produtos perecíveis, devido à sua fragilidade, por isso dão preferência ao transporte de produtos não perecíveis, tais como: o óleo de palma, o peixe defumado, seco, peixe salgado (escalada), entre outros, transportados durante todo o ano.

O tempo da viagem dos caminhões com produtos é determinado pelas condições físicas das estradas. Em cada viagem realizada, o motorista ou proprietário é obrigado a levar seu caminhão para fazer a manutenção ou substituição de peças. A maioria das estradas encurta a vida útil das viaturas e compromete a pontualidade na entrega das

mercadorias. Caminhões e motoristas têm um papel importante na ligação entre os *lumos* e, na distribuição das mercadorias, entre as cidades e países. A comercialização e distribuição garantem a ligação entre postos comerciais considerados os “nós” de intermediário. Como afirma Santos (2008):

O transporte é chamado a desempenhar dois papéis distintos, ainda que o mesmo veículo possa servir sucessivamente a esses dois papéis. Por um lado, transportando mercadorias, o motorista de caminhão pode estabelecer a ligação entre atividades dos dois circuitos e isso nos dois sentidos, no interior das cidades, entre duas cidades, ou entre cidade e o campo. Mas, por outro lado, ele próprio pode tornar-se comerciante. Nesse caso, exerce diretamente uma atividade que pode inscrever-se num circuito econômico ou outro (SANTOS, 2008, p. 41).

Figura 23: Indica tipos de caminhões que transportam as mercadorias para lumo de Diaobé



Fonte: foto do autor em 2019.

Embora as estradas se encontrem em péssimas condições, elas continuam a ser reconhecidas como rodovias que garantem ligação entre os “nós” das redes comerciais entre estes três países e, garantem maior fluxo entre as três principais redes: redes sociais de proprietários; redes sociais de motoristas e locatários; redes sociais de cobradores; redes de comerciantes (Lopes, 2011, p. 85-87). Cada atividade baseia-se numa rede muito longa que tem várias representações nas comunidades locais.

- a) Para as infraestruturas agrícolas, existem várias iniciativas do Governo através de um programa de investimento agrícola para garantir maior produção que possa melhorar dieta alimentar da população. Existem também algumas iniciativas setoriais das organizações não-governamentais nacionais

e estrangeiras, com intervenção nas áreas de horticultura e fruticultura na região.

A região de Gabú, Setor Pitche, também é a maior criadora de gado bovino da Guiné-Bissau. Para as localidades de Sareboido – Guiné-Conacri e Diaobé-Senegal, a produção está concentrada na fruticultura e horticultura (produção de arroz, bananas e mangas), mas não existem infraestruturas de transformação ou conservação. É inquestionável a contribuição do conjunto dessas atividades para melhoria das condições de vida dos camponeses nas zonas rurais, paralelamente às intervenções no domínio da produção agrícola existentes.

Há intervenções dos Estados destes dois países, República Guiné e Senegal, no investimento da construção das estradas financiadas pelo fundo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (essas são chamadas estradas de CEDEAO). Entretanto, não se tem verificado melhorias ou manutenção de alguns trechos das pistas rurais que ligam Guiné-Bissau a Guiné-Conacri - Pitche-Sareboido-Fulamory – e Guiné-Bissau a Senegal, nos trechos Gabú–Cabendo e Tantancosse Cambadju-Cruzamento de Kolda.

- b) Como o *lumo* cria oportunidade de comercialização, as *tabancas* que acolhem os *lumos*, os agregados familiares pela regra estão diretamente implicados nas atividades econômicas e comerciais, por um lado, e, por outro, conservam as ligações sociais com diferentes tabancas vizinhas, renovadas de geração para geração.

O *lumo* funciona num espaço a céu aberto, isto é, ao ar livre, sem vedação do espaço; a maioria dos operadores fazem as suas exposições em mesas improvisadas, mas existem também infraestruturas como construções de lojas e cacos. Há alguns *lumos* que têm boas infraestruturas comerciais (tabernas, pequenos supermercados, estabelecimentos de conservação de produtos frescos e pequenas lojas), é o caso de Diaobé no Senegal e Sareboido na República da Guiné-Conacri. Na Guiné-Bissau, o *lumo* de Pitche funciona na sede do setor e tem infraestruturas comerciais herdadas do período colonial que, apesar de serem construções de longa duração, hoje estão num estado de degradação muito avançada. Em Cambadju, há três tipos de infraestruturas comerciais:

barracas, casas adaptadas para tabernas e construções de cacifos, mas não existem infraestruturas de conservação de produtos que exigem temperatura baixa.

5.3 As fronteiras físicas, serviços desconcentrados do Estado nos postos transfronteiriços

As fronteiras funcionam só nas cobranças de cidadãos da CEDEAO, justificando o controle da circulação de pessoas e de bens. Durante a travessia das fronteiras, foram tiradas quatro fotografias, duas no posto que liga Diaobé – Senegal para Pirada – Guiné-Bissau. As primeiras fotografias ilustram características das estradas e de carros de transporte. Estes postos não servem apenas para cobrança ilícita de cidadãos, mas também para o negócio sujo transfronteiriço. Os carros e as pessoas são muito pouco controlados, alguns passageiros desembarcam próximo aos postos transfronteiriços com as suas cargas e ninguém os questiona. Para aqueles que estão dentro das redes, suas cargas são pouco controladas e, em algumas situações, nem são fiscalizadas, ninguém sabe o que está sendo transportado. A política da integração tem facilitado as mobilidades dos cidadãos da CEDEAO em diferentes direções da região.

As figuras 24, 25, 26 e 27 explicam as condições das estradas de *terra batida* e os sinais dos postos transfronteiriços. Nesta travessia, os carros e as estradas definem os tipos de roupas que os passageiros devem vestir, devido à quantidade de poeira. Alguns trechos dessas estradas estão em péssimas condições e são fatores determinantes nos modelos de carros que circulam como transporte misto e dos caminhões de transporte de cargas nas localidades. Imagem do carro de transporte de pessoas e objetos pequenos, entre Diaobé – Pirada, atravessando o posto transfronteiriço da parte do Senegal em direção à Pirada - Guiné-Bissau.

Figura 24: Foto mostra chegada do carro no posto de controle da fronteira entre Senegal e Guiné-Bissau



Fonte: Foto do acervo da pesquisa do autor em 2019.

Figura 25: Imagem da estrada e corda que representa fronteira e construção em curso no local de nova sede de polícia de migração do Senegal Wassado



Fonte: Fotos do acervo da pesquisa do autor em 2019

As duas fotografias a seguir são postos transfronteiriços de Missira República da Guiné e Djalandjam- Senegal, fotografadas durante a viagem da observação direta e participante, como testemunho de símbolos que sinalizam as fronteiras e as infraestruturas para o processo administrativo na continuidade à caracterização das fronteiras na região. O tempo da viagem dos caminhões com produtos são determinados pelas condições das estradas. A cada viagem realizada a manutenção e substituição das peças nas viaturas são obrigatórias. As estradas encurtam a vida útil das viaturas e comprometem a pontualidade de entrega das mercadorias. Os tipos de carros que fazem ligações entre as cidades são apresentados na primeira e segunda imagem.

Figura 26: Posto transfronteiriço Missirá Senegal



Fonte: Acervo do autor, Fronteira entre República da Guiné e Senegal 2018

Figura 27: Foto Fronteira de Djadalam República da Guine direção ao Senegal



Fonte: Foto Posto de fronteira Djaladjam-Guiné-Conakri, 2018

a) Serviços desconcentrados do Estado nas fronteiras

Antes de começar a análise dos serviços desconcentrados do Estado, importante relatar, de forma breve, o comportamento dos agentes nas fronteiras. Através do método de observação, constatou-se que os operadores de diferentes redes (transportadores, motoristas, proprietários dos carros, comerciantes), na sua maioria, atuam na base da informalidade, o que leva os serviços de Estado instalados nas fronteiras a operarem também na esfera informal. Atribui-se a este motivo, também, a causa das cobranças ilícitas, e que acabam legitimando a informalidade dos operadores econômicos, que comercializam os produtos nesta região geográfica.

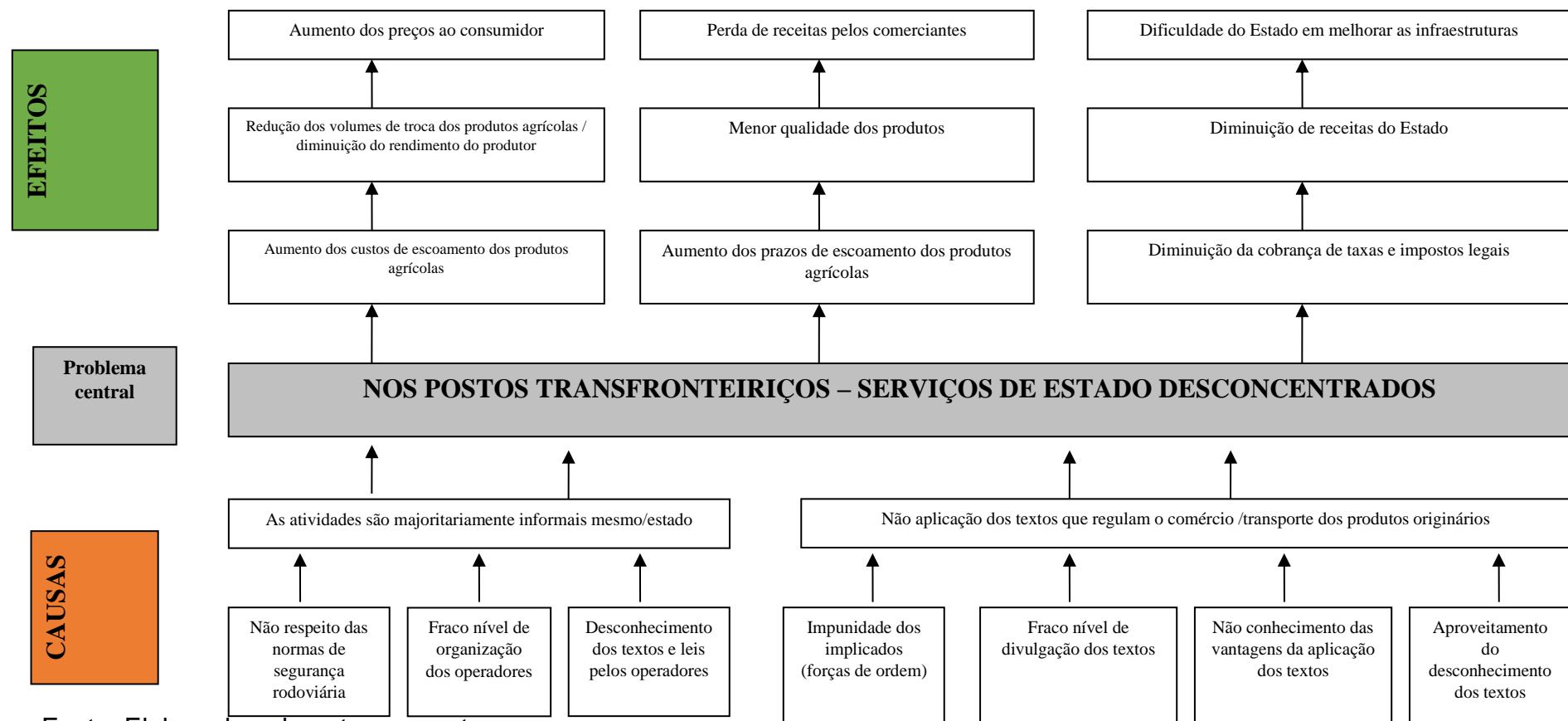
Os operadores informais, como o nome indica, preferem trabalhar na base da informalidade, para evitar as cobranças de impostos para ficarem livres de qualquer regulamentação social das suas atividades.

Importante observar que esse grupo de operadores econômicos prefere proceder ao pagamento ilícito para evitar a fiscalização dos produtos a serem transportados a pagar ao

Estado. Esta forma de trabalhar assemelha-se ao tipo de jogo chamado “totoloto”, em que em algumas ocasiões ganha-se e, em outras, perde-se. O setor informal da economia não obedece a qualquer regra comercial, portanto, basta ter dinheiro para entrar em atividades comerciais. E é essa facilidade que leva as pessoas a praticarem o comércio informal como meio de sobrevivência. As causas, problemas e efeitos se encontram em análise no esquema.

Figura 28: Causas e efeitos dos serviços desconcentrados do Estado nas Fronteiras

Esquema 1 - Causas e efeitos dos serviços desconcentrados do Estado nas fronteiras



Fonte: Elaborado pelo autor para a tese.

As diversas observações feitas sobre a relação entre os operadores e transportadores apontam que os serviços desconcentrados do Estado nas fronteiras configuram o problema central, dois aspectos fundamentais foram observados para as causas: as cobranças ilícitas - a não aplicação dos textos legais sobre a livre circulação das pessoas e bens; e o desrespeito das autoridades estatais (como força de ordem) à deontologia. Mas essas autoridades, em várias ocasiões, se sentem como detentores de poderes discricionários acima das leis.

Observa-se, também, a fraca organização dos operadores econômicos, que, quase na sua totalidade, operam na base da informalidade. Exemplo disso é o caso das duas Guinés (Bissau e Conacri), onde a remuneração das autoridades estatais nas fronteiras é muito baixa e não recebem seus salários em dia. Resultam disso, cobranças ilícitas, com as quais os responsáveis garantem a sobrevivência das suas famílias e das famílias dos superiores hierárquicos. A maioria das nomeações ou colocações do pessoal nas fronteiras baseiam-se na matriz familiar ou pela proveniência da mesma região dos superiores hierárquicos, porque, nestas fronteiras, não se emite recibo depois das prestações de contas de entradas e saídas.

Apesar de existir legislação, ao nível da CEDEAO, a livre circulação das pessoas e bens, não é aplicada ou cumprida pelos Estados-membros. Atribui-se isso ao fato de os cidadãos serem obrigados a pagar taxas, o que lhes dá direito de entrar nos outros territórios. Além de não existir registo dos valores pagos, muitas vezes nem carimbam os documentos. Em qualquer fronteira, a peça de identificação é apresentada às autoridades, mesmo assim cobra-se uma taxa de 500 FCFA por pessoa. No relato abaixo, de uma situação vivenciada pelo próprio autor desta tese, exemplificamos o que ocorre:

Num dos postos transfronteiriços apresentei o passaporte de serviço para atestar o nível de conhecimento de peças de identificação dos cidadãos da CEDEAO – a peça de identificação foi retida sem análise, o que interessava às autoridades eram os 1000 CFA – pediram-me 10.000 FG (frant Guiné) moeda da República de Guiné; expliquei que era passaporte de serviço de CEDEAO, o responsável perguntou-me: se tu não pagares, o que vou comer?

Entretanto, há postos em que não é cobrada qualquer taxa, por terem conhecimento das normas transfronteiriças. Num dos postos, ao apresentar o passaporte de serviço, pediram apenas para apresentar a ordem da missão. Importante registrar que o portador dessa peça de identificação tinha uma determinada categoria em termos de função pública

do seu país, uma certa hierarquia, visualizada na peça de identificação usada para pessoas em missão de serviços, a nível da CEDEAO.

Figura 29: Serviços desconcentrados no posto de controle das cargas



Fonte: Acervo da pesquisa do autor para a tese.

Tabela 4: Atores de serviços desconcentrados do Estado

Atores estatais	Por que se consideram vítimas ou incriminados na saída dos produtos para o comércio informal transfronteiriço?
Serviço desconcentrado do estado	Pelas burocracias e pagamentos exigidos e muitas vezes sem suporte legal nas estradas e fronteiras
Polícia de trânsito	Pelas burocracias e pagamentos exigidos e muitas vezes sem suporte legal nas estradas e fronteiras
Autoridades locais	Pelas burocracias e pagamentos exigidos e muitas vezes sem suporte legal, na saída das viaturas no local e nas estradas
Atores econômicos	
Transportadores	Chamados “LOCATAIRES”, são as vítimas do pagamento ilícito às autoridades nas estradas e fronteiras por ter responsabilidades com as mercadorias durante a viagem
Motoristas de caminhões e carros de transporte misto	Na ausência dos locataires os motoristas são vítimas do pagamento ilícito e negociação com as autoridades. Na maioria dos casos suportam os custos e se responsabilizam pela circulação das mercadorias
Comerciantes/bideiras	Os custos suportados pelos <i>locataires</i> nos postos e nas estradas com a polícia e com o trânsito são transferidos para os comerciantes/bideiras no custo do frete das mercadorias
Produtores	Na ausência de uma concorrência forte de compradores nas zonas rurais os custos dos transportes são imputados aos produtores locais, em grande parte as condições das estradas contribuem para a não concorrência
Consumidores	O consumidor final acaba por pagar toda a ineficácia do sistema dos serviços desconcentrados do Estado

Fonte: Adaptado pelo autor, do estudo sobre as barreiras formais e informais na circulação dos principais produtos agrícolas das Regiões de Tombali e Quinara (GUINÉ-BISSAU) 2011.

6 O NOVO CORONAVÍRUS NA ATIVIDADE DA ECONOMIA INFORMAL TRANSFRONTEIRIÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL

Este capítulo foi escrito num momento histórico de muitas incertezas sobre a vida de todos os habitantes do planeta, momento em que a terra se encontrava ameaçada por uma pandemia que, no seu fim, levará a humanidade a pensar seriamente sobre as futuras proteções das populações.

Pela primeira vez na história, a humanidade assistiu a um confinamento forçado, que paralisou atividades da maior parcela da população mundial, ou seja, mais da metade da população do planeta. Foi um fato inédito, que entrou para história, colocando pânico e incerteza acerca da sobrevivência de cada ser humano. As consequências disso são visíveis nas atividades econômicas e comerciais nos *lumos* internos e transfronteiriços. Com certeza, a COVID-19 ficará na memória das pessoas, pela estagnação econômica, pelos problemas sociais e humanos causados.

A COVID-19 travou a marcha das atividades dos atores econômicos em todos os níveis, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, e até as simples aldeias foram atingidas. Também as empresas nacionais e transnacionais sofreram consequências, os pequenos operadores econômicos nos *lumos* transfronteiriços e internos, trabalhadores formais e informais, por conta de outrem e por conta própria, não escaparam do desemprego provocado pelo COVID-19. Num curto espaço de tempo, a COVID-19 silenciou todas as fábricas que provocavam a poluição do meio ambiente, parou os carros de transportes que transportavam as pessoas para os diferentes mercados ou *lumos* nos exercícios das suas atividades.

É neste contexto de grandes transformações sociais e econômicas que se propõe uma reflexão sobre a transformação das organizações, nos seus processos de produção e a forma de distribuição dos produtos, para garantir a alimentação da população e até a forma de aquisição dos produtos para satisfazer necessidades vitais da população. Essas transformações foram constatadas, através do método de observação utilizado nos mercados e *lumos* transfronteiriços, que visava compreender melhor a influência dos fatores comportamentais da população, na luta pela sobrevivência, por um lado e, por outro, na luta pelo cumprimento das regras de proteção contra a pandemia da COVID-19.

Neste capítulo, decidimos não privilegiar a discussão dos dados quantitativos sob a previsão de crescimento econômico na teoria econômica capitalista dos países da UEMOA,

ou seja, os prejuízos quantificados dos operadores econômicos, mas o choque e a tendência da recessão econômica serão definidos e determinados, por duas variáveis - tempo de duração da pandemia e amplitude de sua propagação - em nível do globo e, em particular, na zona UEMOA.

Os efeitos do novo coronavírus nos *lumos* transfronteiriços, no processo das territorialidades comerciais, por um lado, tem a sociabilidade social que os *lumos* instituem em cada país nas linhas fronteiriças, por outro lado, tem a ameaça provocada pela rápida expansão da pandemia, que surpreendeu os governantes, espalhando terror em todo o planeta, de forma desesperada. Considere o desconhecimento da pandemia nos dois tipos mais utilizados no sistema de saúde: o sistema tradicional da medicina; e o sistema moderno da medicina. Em ambos os sistemas, os profissionais mal conhecem a nova doença. Assim, os governos dos países atingidos foram obrigados a tomar medidas de emergência. Entretanto, na região do presente estudo, houve reações socioculturais e comportamentais diferentes no cumprimento das medidas, as quais desafiam o modo de vida cotidiano dos habitantes da sub-região (trabalhar para sobreviver, questões socioculturais e religiosas, falaram mais alto) e, para eles, cumprir as regras significava morrer de “corona fome”.

O funcionamento dos *lumos* e a forma de sobrevivência contrariam os princípios da aplicação adequada às medidas de emergência de proteção contra o novo coronavírus. A região é constituída por três países da África Ocidental, e a maior parte da população desta região, para ter o que cozinhar, precisa vender todos os dias no mercado informal. Assim, pergunta-se: que articulação deve ser feita entre a sobrevivência da população e o cumprimento adequado das medidas de emergência? Não se pretende exagerar, mas os países africanos, em particular Guiné-Bissau, Guiné Conacri e Senegal, estão longe de poder cumprir a rigor essas exigências, devido às carências mencionadas anteriormente.

Os *lumos* constituem um espaço de aglomeração de pessoas, onde arquitetam suas relações econômico-comerciais e socioculturais. No dia do *lumo*, as pessoas oriundas de diferentes regiões e cidades e de outros países vizinhos se encontram e estabelecem as territorialidades econômicas e comerciais, conjuntamente, tecendo as múltiplas sociabilidades entre feirantes e fregueses, que se apropriam semanalmente dos espaços de compra, venda e permuta de variados produtos e, também, o espaço é utilizado para espetáculos socioculturais diversos.

Essas diversidades socioculturais, bem como as particularidades de cada país, como o hábito de aperto de mãos e de abraços, a saudação, a visita regular aos amigos ou familiares e a forma de construções das habitações, torna difícil o cumprimento de distanciamento social, estabelecido pelas autoridades sanitárias, como regra de proteção. Mediante essa situação, de aplicação adequada dessas medidas de emergência nos países africanos, questiona-se: que articulação deve ser feita entre a sobrevivência da população e o cumprimento adequado das medidas? Nesta perspectiva, não se pretende exagerar que os países africanos como, por exemplo, a Guiné-Bissau, onde os *lumos* constituem-se como os principais mercados de transações comerciais no meio rural são o elo comercial entre campo e cidade; o cumprimento, a rigor, dessas exigências torna-se difícil devido às carências e atividades diárias de sobrevivência.

A COVID-19 colocou o modo de vida e de sobrevivência da população inteira do planeta numa situação de incerteza e de ameaça, com regras de proteção que nunca haviam sido impostas à sociedade humana. A consequência de cumprimento das regras da COVID-19 levou as atividades econômicas à recessão. Essas atividades ficam condicionadas, os países não investem nos setores produtivos que dinamizam outros setores das atividades econômicas e, em função disso, as economias nacionais tendem, nos próximos períodos, a entrar em abrandamento ou recessão, devido ao pânico que estava instalado no mercado internacional por conta da COVID-19.

O impacto econômico da COVID-19 nas economias do mundo inteiro é o tema da atualidade. Nos países desenvolvidos, fala-se mais de recessão econômica, com consequência direta no índice de desemprego que tem sofrido um aumento repentino, devido ao fechamento de fábricas e de outros setores produtivos da economia. Isto tem afetado o emprego dos migrantes, que enviam remessas de dinheiro para o apoio às suas famílias.

6.1 As remessas enviadas na Zona da UEMOA

A pandemia que abalou o mundo teve um impacto direto nas economias da zona da UEMOA, por intermédio de vários canais. Segundo relatório divulgado sobre o impacto da COVID-19 na zona da UEMOA, as informações apontam que a pandemia atingiu todos os continentes e tem impacto direto na economia da zona da UEMOA, por meio de atividades econômicas através das transferências das remessas dos migrantes. Suleimane Djaló

(2020, p. 1), “economista guineense, assegura, através do jornal Democrática, que o mundo assiste a um *choque da oferta* causado pela interrupção nas cadeias de abastecimento globais devido às medidas de contenção do vírus e o aumento da incerteza”. Relatório da Bloomfield Investments nos alerta sobre a importância das remessas dos migrantes na zona UEMOA, observando que isso reflete diretamente nos rendimentos familiares:

As remessas de migrantes podem ser um canal indireto pelo qual os países da área serão afetados pelas consequências econômicas da Covid 19 devido à sua importância. Esses recursos ajudam muitas famílias a custear principalmente as despesas correntes e, em menor grau, o investimento. De acordo com o BCEAO, as remessas dos trabalhadores migrantes têm vindo a crescer há vários anos, com exceção de 2009 devido à recessão económica nos países desenvolvidos e à consequente perda de postos de trabalho. (RELATÓRIO DA BLOOMFIELD INVESTMENT, 2020, p. 6)

O relatório de estudo de FIDA com o título mandar dinheiro para casa, em África, aponta que as remessas dos migrantes africanos têm papel importante no rendimento familiar.

A diáspora africana conta actualmente com mais de 30 milhões de indivíduos que residem fora dos seus países de origem. A FIDA estima que estes emigrantes, no seu conjunto, contribuem com remessas no montante de cerca de 40 mil milhões de USD, enviadas todos os anos para as suas famílias e comunidades de origem. Principalmente nestes tempos de turbulência financeira, as remessas dos trabalhadores estão a prestar um contributo importante para a saúde financeira das nações da região, revestindo-se também de importância crucial para as famílias que delas beneficiam. (FIDA, 2020, p. 30)

Os dados da tabela a seguir apontam a participação das remessas dos migrantes na formação de PIB de cada país em termos percentuais, com peso de extrema importância; o relatório das pesquisas publicadas no início da pandemia do COVID-19, da agência *Bloomfield Investimento Corporation*, indica que a maior proveniência desses recursos é, principalmente, a Europa (66,1%), sobretudo a zona do euro (57,7%), em particular França (24,0%) e Itália (23,9%); os demais países europeus representam 7,1%. Os países mencionados acima, duramente atingidos pela Covid 19, estão paralisados, o que trará um impacto importante sobre os muitos migrantes que vivem nestes países. Neste caso, podemos observar uma reversão da tendência observada. Os países da zona mais expostos são Senegal, Mali e Togo: estes fundos representaram respectivamente 10%;

5,5% e 7,7% do seu PIB, em 2018. O Senegal recebe a maior parte do total das remessas de migrantes para a União, ou seja, 47,6%, em média, durante o período 2007-2017. Mali capturou 19,7% dos fundos, enquanto o Togo e a Costa do Marfim capturaram, respectivamente, 9,4% e 6,6%.

Tabela 5: montante de remessas enviadas pelos migrantes na Europa na zona UEMOA

Ano	2017	2018	part % de PIB
Senegal	1177407	1271600	10%
Mali	490983	521198	5%
Burkina Faso	221309	230161	2,90%
Togo	168561	178342	7,70%
Benin	70685	58800	0,70%
Niger	43972	50083	0,70%
Guiné-Bissau	24503	30247	3,20%

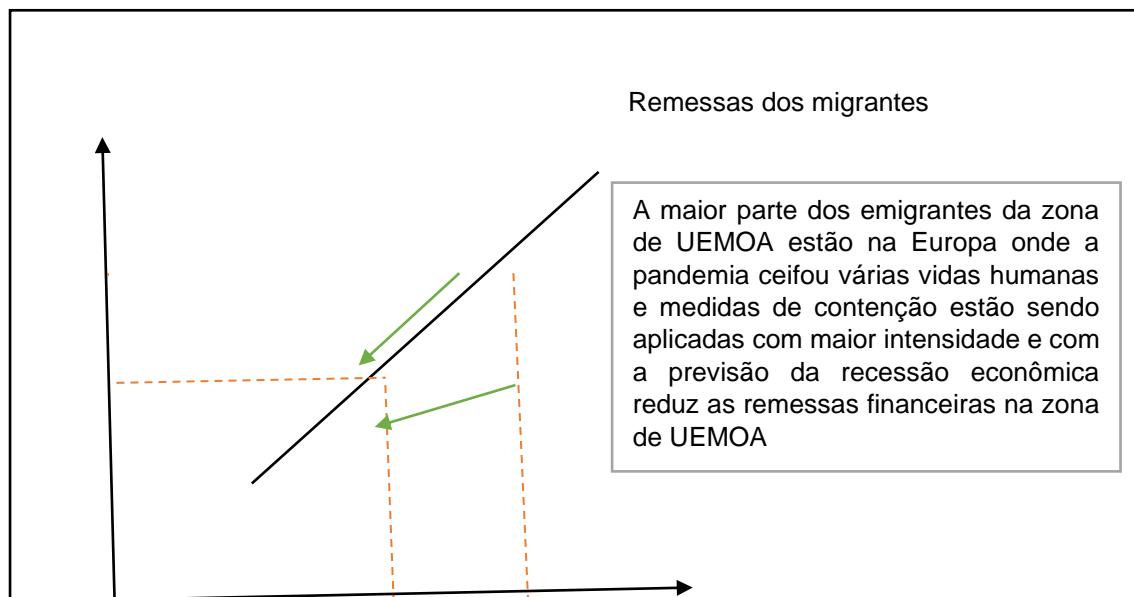
Fonte: BCEAO, 2020

Djibril Balde (2019, p. 222) mostra que os países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, para além de serem “grandes receptores de remessas, são também emissores, alguns dos quais com grande relevância por constituírem importantes destinos migratórios regionais”. O impacto negativo da COVID-19, nas remessas e no rendimento das famílias receptoras é grande, devido ao encerramento da maioria dos serviços onde trabalhavam, como restauração e turismo e em fábricas que ficaram paradas. Muitos desses migrantes encontraram-se no cumprimento das medidas (isolamento e distanciamento) numa situação extremamente precária.

As remessas dos migrantes têm coparticipação direta, através de diferentes canais do comércio, desenvolvido no espaço da UEMOA: as atividades comerciais, nos mercados no centro das cidades e no meio rural, através dos *lumos* que são o maior canal de transações comerciais no meio rural e, também, parcela significativa da população utilizam os *lumos* nesses países, vendem nas primeiras horas, pelo menos até meio-dia, para garantir o mínimo sustento diário familiar; a região do estudo não é exceção, mesmo sem dados estatísticos disponíveis para medir a diferença entre este ano da pandemia e anos anteriores.

O gráfico a seguir indica o deslocamento das curvas das remessas que os migrantes enviam a seus países de origem para sustentar suas famílias, apontando que irão reduzir e isso poderá causar muitos problemas nas atividades econômicas e comerciais nos *lumos* transfronteiriços e também com seus familiares, trazendo como consequência: fome; desistência das crianças nas escolas; desatendimento a idosos que dependem de medicamentos ou apoio dos filhos para custear sua saúde; falta de recursos para alguns comerciantes no meio rural, que dependem das remessas dos migrantes para as suas atividades econômicas. De igual modo, os operadores dos *lumos* serão afetados pela redução de capacidade no poder de compra das famílias.

Gráfico 1: Demonstração de queda de remessas dos migrantes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

6. 2 - Um olhar transfronteiriço dos fluxos comerciais com a COVID-19 na zona de UEMOA

Ao se olhar de forma cruzada as medidas de proteção e fechamento das fronteiras, incisivamente para o atual panorama econômico dos países da UEMOA, face ao Coronavírus, que afinal constituía a maior preocupação do momento, todos concordam, desde o início até a presente data, que as economias estavam à beira da ruptura e,

consequentemente, também das atividades comerciais paralisadas por motivo da COVID-19. A pandemia provocou impacto direto nos *lumos* internos e transfronteiriços de cada país, pois a razão do sucesso dos *lumos* é a aglomeração das pessoas oriundas de diferentes regiões, uma vez que, essa aglomeração é considerada, nas medidas de proteção, como os maiores canais de transmissão da COVID-19, isso se torna um problema de proporções catastróficas do ponto de vista econômico.

Apesar de anteriormente ter referido que os *lumos* transfronteiriços constituem, na zona de UEMOA, canais de comercialização e de escoamento dos produtos locais, a maioria da atividade econômica é praticada no setor informal, os seus utentes vendem, quase todos os dias, até o meio-dia para conseguir sustento familiar. Os ganhos são pequenos e não permitem acumulação ou poupança que possa garantir uma semana parada em casa.

É nesta complexa situação que se pretende discutir as questões paradoxais entre a atividade cotidiana da população e a proteção contra a COVID-19. A grande questão que foi colocada nos *lumos* pelos operadores foi: como fazer com essa pandemia? Se não venderem, viverão de quê? Ficar em casa para proteger-se do Coronavírus é correr o risco de morrer de corona fome? Muitos desses operadores afirmaram que não é possível cumprir as medidas sem garantir o mínimo de alimentos para seus familiares. Para eles, os *lumos* devem funcionar para garantir a sobrevivência das populações altamente carentes e que trabalham arduamente no comércio informal para se abastecer, sobretudo as camadas com um rendimento menor que um dólar por dia.

A maioria desses países, antes do surto da COVID-19, já viviam no limiar da pobreza absoluta, como atestam as instituições credenciadas na emissão de dados estatísticos e\ou relatórios dos estudos e do desenvolvimento humano, regularmente publicados pela ONU. Considerando a pobreza que os países viviam antes da COVID-19, associada ao cumprimento das medidas, que é inverso às regras de funcionamento dos mercados e *lumos*, na zona da UEMOA e, em particular, na região do estudo, conclui-se que houve efeito negativo por motivo do hibridismo das duas situações: COVID-19 e sobrevivência da população pobre.

Os sucessivos decretos dos presidentes da Guiné-Bissau, da Guiné-Conakri e do Senegal, sobre o cumprimento das medidas de emergência, definidas pelas autoridades sanitárias como forma de proteção contra a COVID-19, geraram um paradoxo no

cumprimento das regras do jogo econômico, pois os mercados formais e informais estavam em pleno funcionamento, assim como os serviços (transporte urbano e interurbano, hotelaria, mecânicos, intermediário financeiro-bancos etc...), independentemente dos problemas que cada país possui, funcionavam em ritmo de crescimento normal, antes da COVID-19.

A atividade econômica interna de cada país da UEMOA tem grau elevado de dependência do exterior, ou seja, os mercados e *lumos* já têm sinais de ruptura de estoques de alguns produtos de primeira necessidade.

Na observação direta, realizada ao longo do trabalho de campo, tanto no período da chuva como no período da seca, incluindo esse tempo da COVID-19, a ocupação principal da população local é a agricultura de subsistência. Porém, essa produção não garante a segurança alimentar das famílias num período de doze meses, precisa haver combinação de várias atividades adicionais geradoras de rendimento para garantir o mínimo às famílias. Em razão disso, a maior parcela da população de operadores dos *lumos* atuam no comércio informal.

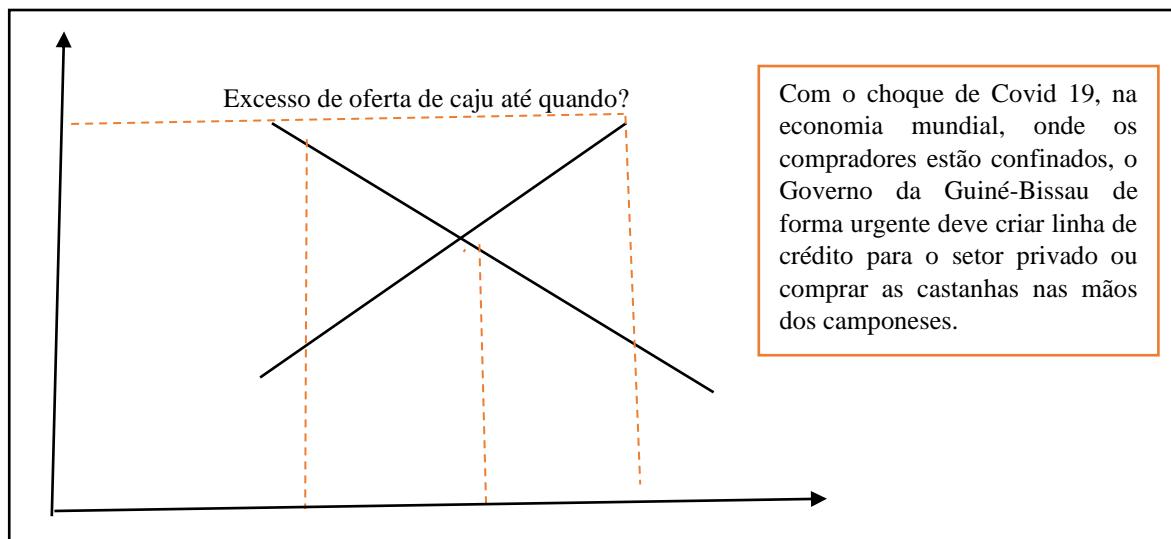
Os efeitos da COVID-19 são diferenciados pelo nível de organização, estabilidade política, econômica e administrativa de cada país. No caso da Guiné-Bissau, as atividades estão sendo desenvolvidas num ambiente de instabilidade política, econômica e administrativa, agravadas pela COVID-19, e com a escassez de infraestruturas básicas dinamizadoras das atividades econômicas, como energia, transporte e estradas, para escoamento dos principais produtos de exportação e acesso aos *lumos* no meio rural, sobretudo na época chuvosa.

O paradoxo é que todos os Estados atingidos pela COVID-19 foram forçados a tomar medidas de contenção para salvar vidas humanas, medidas que impactam negativamente a economia, sobretudo para os países dependentes ou países em desenvolvimento, com problemas graves de dar respostas às exigências sanitárias da COVID-19, e que não estão preparados, pelas diversas carências em todos os domínios.

Na Guiné-Bissau, apesar de o caju ser o principal produto da exportação, ele está ameaçado, e a sua recessão terá grande impacto na economia nacional. O governo deve, de forma prioritária e urgente, abrir linha de crédito para este setor ou o próprio Estado vir a comprar essa castanha de caju. O Governo pode, também, envidar esforços junto às autoridades senegalesas, aproveitando as excelentes relações existentes entre o

Presidente da República, General Umaro Sissoco Embaló, e o presidente senegalês, no sentido de se traçar um plano de ação conjunta, com meios financeiros adequados, que permitam aos camponeses vender a sua castanha a um bom preço.

Gráfico 2: Ilustração do paradoxo/medidas de contenção sobre mercados e comercialização de caju



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O fechamento dos mercados formais, informais ou populares e a paralisação do setor de transporte tiveram repercussões negativas graves, devido às conexões comerciais com os países vizinhos da Guiné-Bissau (Senegal, Gâmbia e República de Guiné), com os quais as atividades comerciais estavam encerradas por motivo de fechamento das fronteiras.

As atividades econômicas que dinamizam outros setores da economia, como: turismo; energia elétrica; combustível; transporte; pesca; agricultura, devem ser equacionadas. O Governo deveria, naquele momento, encontrar uma fórmula para garantir o seu funcionamento. Os efeitos de COVID-19, no turismo, tiveram impacto direto nas estruturas de custos: fixos e variável, por causa do fechamento de mais de 70% dos hotéis e, consequentemente, a redução drástica das receitas.

Os feitos da COVID-19, no transporte formal e informal, tiveram impacto direto neste setor de atividades econômicas, com o cumprimento do distanciamento social estabelecido pela autoridade sanitária como medida de proteção. Estas medidas têm paralisado completamente o setor transporte urbano e interurbano, com a redução drástica na compra

de combustível, consequentemente, há queda nas receitas dos proprietários de transportes e receitas nos postos de abastecimento de combustível.

As feiras livres são canais de comercialização de produtos da Agricultura Familiar que, raramente, recebem apoio das políticas públicas específicas ou são objeto de programas de desenvolvimento rural. Quando presentes, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas nas atividades da produção familiar. Para Ribeiro *et al.* (2005, p. 826), “tal fato expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e certa marginalização da Agricultura Familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios”.

O fechamento das feiras e *lumos* e, ao mesmo tempo, a paralisação do setor de transporte tiveram repercuções negativas nos operadores destes estabelecimentos comerciais nas conexões redes comerciais dos países vizinhos da Guiné-Bissau (Senegal, Gâmbia e República de Guiné), com os quais as atividades comerciais estavam encerradas por motivo de fechamento das fronteiras.

Outra situação observada é a atitude e comportamento das pessoas em relação à COVID-19, entre questões socioculturais e modernidade. Nesta matéria foram lançadas algumas questões, como as pessoas acreditavam na existência de novo coronavírus? Nas respostas, aparece que elas acreditam mais no destino de Deus e, na zona do estudo, alguns têm desconfiança por viverem em zonas rurais e não terem visto pessoas infectadas de COVID-19. Para além disso, na região, o serviço de saúde não tem como se deslocar, e os centros de saúde não receberam materiais suficientes. A população recebeu apenas o apoio das ONG's, insignificante, entretanto, em relação ao número da população residente. Sobre a percepção individual foi recolhido depoimento das pessoas em diferentes *lumos* transfronteiriços.

Depoimento de um transportador no *lumo* de Sareboido (República de Guiné), que disse:

me sinto cansado com essas medidas de restrições de mobilidades transfronteiriças ou fecho das fronteiras como forma de proteção contra COVID-19. Antes da pandemia todos os dias eu ganhava dinheiro transportando as pessoas e mercadorias, hoje não, mas sou obrigado a respeitar a decisão do governo do meu país (Guiné-Conacri), e por outro lado acredito em ALLAH (Deus) como maior protetor, na verdade foi Deus que mandou essa doença na terra, ela saiu de longe e chegou a Guiné através do vento, e como agradecemos a ALLAH ainda estou protegido, mas também com a força de ALLAH (Deus) está a proteger toda população da Região de Koundara. Aqui se deixa tudo na mão de ALLAH, embora a população esteja a passar mal neste momento devido as restrições das mobilidades, os chefes das famílias não conseguem abastecer as suas famílias com

os alimentos básicos, e se continuar as restrições por motivo da COVID-19 e sem apoio do Governo passaremos fome. Reconhecemos males que está doença está a causar a nível do mundo, mas aqui não tem alternativa a gente deve trabalhar para garantir o mínimo para a família. (TCHERMO ALFA OUMARO DIALLO, 2020)

As populações das Tríplices Fronteiras receberam orientações, através de órgãos de comunicação social e ações das ONGs, sobre a metodologia a ser utilizada para cumprir medidas de autoridades sanitárias. As ações das ONGs, em matéria de sensibilização, permitiram a percepção da população para dar resposta aos decretos governamentais, apesar dos operadores dos *lumos* continuarem com a sua preocupação sobre o fechamento de *lumos* e fronteiras, porque traz impacto negativo nas atividades.

Depoimento de um armazenista no *lumo* Diaobé (Senegal), que disse:

a população foi orientada para cuidar com alimento, manter limpo o meio onde vive, evitar a permanência nos mercados evitar aglomeração na mesquita, no *lumo*, chourro. Mas aqui sabemos que Deus é todo poderoso, por isso, se deixa tudo na mão de ALLAH, para resolver o problema, apesar de agora o armazém está limpo porque a fronteira está fechada não vem os nossos clientes de Guiné-Bissau, trazem produtos para servirmos de intermediários e aquilo que não foi comprado fica armazenado nem isso agora não tem, à população não está bem neste momento devido às restrições das mobilidades os chefes das famílias não conseguem abastecer as suas famílias com os alimentos básicos, e se persistir essas restrições devido a COVID-19 e sem apoio do Governo, nós pequenos comerciantes morremos de fome com as nossas famílias. Passa nos órgãos de comunicação social sobre o perigo desta doença e matando muita gente no mundo, mas aqui não há alternativa porque a gente não tem nada, se não trabalhar a família não come. (SECO DAREME, 28/04/2019)

A maior parte da população da região afirma que não conhece sintomas da COVID-19, embora as ONGs tenham tido paciência para explicar a forma de manifestação da doença, mas, como nunca viram um doente de COVID-19, ficam na dúvida. Apesar do reconhecimento da população sobre o perigo que a doença provoca na vida humana, cada membro da população está sujeito a ser infectado. Continuam, porém, com a preocupação com a falta de meios materiais e capital humano para enfrentar essa pandemia. Destaca-se que o apoio das organizações das Nações Unidas não chega às zonas rurais, e os governos dos três países dependem muito de apoio externo. Portanto, sem proteção de ALLAH, como essas três regiões fariam para enfrentar essa pandemia?

6. 3 Comportamento em relação às medidas sanitárias

O cumprimento das medidas de emergência, diante das tradições socioculturais, e a mudança de comportamento, como forma de dar resposta às exigências no quadro dessas mudanças, impactam questões como: distanciamento; isolamento; aperto de mãos; visitas a familiares etc. Essas medidas foram difíceis de se fazerem cumprir em toda a região e, também, nos três países vizinhos. A população da região trabalha diariamente para garantir o mínimo do sustento familiar; para eles, parar esta rotina significa morrer. Nesta emergência global de saúde, difícil para a vida dos habitantes, os mesmos recorreram à sabedoria local para proteção das famílias. A forma de construção das habitações, as regras religiosas, as atividades culturais de rotina (casamento, circuncisão dos rapazes, excisão das meninas, cerimônias fúnebres, festas religiosas, encontros culturais com músicos locais etc), as atividades de sobrevivência cotidiana levam a população ao não cumprimento das medidas sanitárias.

Posto isto, destaca-se que diferentes sociedades locais recorreram aos usos e costumes de suas comunidades para se protegerem contra a pandemia. A Guiné-Bissau, como outros países, não teve exceção nas infecções da pandemia, e, desde o primeiro dia até então, o país registrou 36000 infecções. Quando houve o primeiro óbito confirmado de coronavírus, foi polêmico, porque tratava-se de uma figura pública, do Ministério do Interior, o qual dirigia a Comissão de Segurança que buscava fazer cumprir as medidas definidas pelos decretos presenciais de combate ao COVID-19.

A família do falecido recorreu às consultas tradicionais, por intermédio de um vidente da sua etnia, para identificar o motivo da morte, para saber se tinha sido provocada pelo coronavírus ou não. A consulta do vidente da etnia contrariou o relatório clínico do Hospital Nacional Simão Mendes, diagnosticando morte causada por outra doença. A maior parte da sociedade acreditou no resultado do vidente, desqualificando o relatório clínico do Hospital. Assim, a partir deste episódio, as pessoas começaram a questionar a existência do coronavírus na Guiné-Bissau. Na época, a Guiné-Bissau tinha recém-saído das eleições legislativas e presenciais, não havia dinheiro sequer para pedir apoio do financiamento à comunidade internacional.

Os partidos políticos na oposição aproveitaram a situação da pandemia, alardeando que o Governo e o Presidente faziam campanha de sensibilização para angariar fundos, através da pandemia, afirmando que o país não tem coronavírus. As diferentes formas

tradicionais de proteção, como rezas nas mesquitas muçulmanas, balobas, curandeiros e até Kankuran⁶⁶ foram utilizadas para evitar que feiticeiros associem novos coronavírus.

⁶⁶ O "Kankuran" é uma figura mítica da cultura popular de alguns grupos étnicos islamizados na Guiné-Bissau, Guiné-Conakri e Senegal na região do estudo. Essa figura, pode ser considerada como um guardião das festas, ou qualquer pandemia, aparece ao público durante ocasiões festivas, nomeadamente as cerimónias de circuncisão de rapazes ou danças de "djambardon" - festa de bairro utiliza-se para proteger as pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 A experiência pessoal do autor como sujeito implicado na pesquisa

Como sujeito implicado na pesquisa que procura informações que se traduzem em produção do conhecimento científico, que considero no sentido amplo que foi obtida experiência vasta, desde a metodologia utilizada na recolha de informações primárias até revisão da literatura, como se constata na metodologia do estudo diferentes meios de transporte utilizado. Esta tese resultou de acolhimento da condição de sujeito implicado para diferentes localidades e pessoas como potenciais fontes de informação para efetuar essa pesquisa de doutoramento.

Realizei pesquisa bibliográfica em livros físicos e algumas versões eletrônicas sobre a economia informal e comércio transfronteiriço tendo foco o *lumo* como rede de comércio transfronteiriço na sua sub-região do estudo. Na região estudada há escassez de estudos sobre os *lumos*. Com os objetivos do projeto de pesquisa tive experiência importante no que tange a neutralidade da pesquisa, do seu meio social e os mecanismos de inserção para diferentes comunidades epistêmicas, lidando com as implicações impostas no que concerne o desafio posto ao pesquisador e, em especial, os diferentes informantes e as informações recolhidas devem ser reconhecidas e os resultados podem dar contribuições válidas à construção do conhecimento.

Não obstante nesta caminhada o êxito da pesquisa dependia largamente do envolvimento rigoroso e aprofundado no trabalho de campo, pois o sujeito implicado sempre enfrenta dificuldades para tratar e interpretar as informações e depois produzir conhecimento científico ao chegar neste estágio final é algo válido, meritório. Muitas vezes foi necessária uma ponderação com rigor nas hipóteses e riscos de enviesamento que poderiam colocar em causa o cumprimento dos objetivos desejados.

Tive experiência importante e fundamental nas peças de identificação dos cidadãos nos serviços do Estado desconcentrado, especialmente nas linhas de fronteiras. Nesse sentido, devo considerar devidamente os constrangimentos colocados pelas deficiências de infraestrutura, lacunas administrativas e insuficiência de recursos humanos, nomeadamente aqueles que dependem das instituições do Governo da República da Guiné-Bissau.

Sem dúvida, como sujeito da pesquisa, tive conhecimento dos *lumos*, quer ao nível da comercialização, quer ao nível da produção dos produtos agrícolas, recursos florestais não lenhosos comercializados nos *lumos* transfronteiriços, a qualquer iniciativa de atividades comerciais nos *lumos* transfronteiriços, para tanto é preciso ter conhecimento e experiência de como funciona e ter capital inicial que garante as condições fundamentais de exercício de atividades econômicas e comerciais no sistema de economia de mercado.

Como sujeito da pesquisa, tive que combinar a singularidade e pluralidade para melhor compreensão do processo da comercialização e das mobilidades de pessoas e bens nas linhas de fronteiras das três regiões estudadas dos três países. É importante reconhecer as diversidades culturais e as influências dessas culturas, os processos de transformações de funcionamento das estruturas familiares e dos seus usos e costumes.

7.2 Validação dos resultados da pesquisa, informações recolhidas, quer de natureza qualitativa, quer de natureza quantitativa, colocada em confronto com as hipóteses avançadas para o presente estudo, consente diversas constatações.

Na recolha de informações de terreno, foi usado o método de triangulação com a proveniência de diferentes fontes de informações. A combinação de métodos e técnica da pesquisa (entrevistas, utilização de diferentes tipos de observações conforme consta na metodologia da pesquisa) e, categorias dos informantes com a especialidade e funções diferentes e cruzamento de informação recolhida desde o projeto de pesquisa: transportadores /locatários, prestadores de diferentes tipos de serviços, autoridades locais - chefes das aldeias ou bairros, grupo de mulheres bideiras, serviços desconcentrados dos Estados nas fronteiras de cada país, Chefes das redes e comerciantes, Fregueses dos *lumos*. Essas informações permitiram debruçar sobre as características gerais dos *lumos* e os seus interlocutores, no que concerne as formas de transações comerciais transfronteiriças, e as mobilidades.

Quanto à hipótese da pesquisa relativamente se confirma que os *lumos* têm papel influente na melhoria de condições de vida das pessoas, emprego sazonal da parcela significativa da população não absorvida pelo sistema formal da economia e contribuem no fluxo e refluxo dos vendedores de diferentes utentes dos *lumos* transfronteiriços. Ainda por meio das redes que abastecem os *lumos* no meio rural para reduzir a crescente falta de

produtos da primeira necessidade, desenclaves das zonas rurais isoladas e incentivando atividade produtiva e comercial nas zonas rurais e semiurbanas.

Por outro lado, a pesquisa confirma a hipótese de que os *lumos* constituem fontes de vida, e é alternativa de sobrevivência das populações como sendo as principais feiras comerciais nas zonas rurais. Durante o trabalho de campo, concluiu-se que as delimitações de fronteiras artificiais desses três países africanos pelas potências coloniais não constituíram grandes barreiras para o comércio transfronteiriço e nem para as mobilidades das redes coletivas e individuais no espaço geográfico.

7.3 História das feiras/*lumos*

A pesquisa conclui que desde período pré-colonial, existiam as feiras/*lumos* que funcionaram, e continua a funcionar, respeitando as rotas comerciais antigas que facilitavam a circulação de produtos considerados marginais na altura, porque não faziam parte daqueles que as casas comerciais, que a metrópole considerava como produtos de comércio metropolitano.

Os *lumos* instalados nas zonas rurais sobretudo na linha de fronteira entre dois ou mais países, facilitam as transações comerciais diversas e, também tiram vantagens que advinham dos mercados transfronteiriços de cada país, sobretudo produtos contrabandeados. Assim, conclui-se que nos períodos formavam-se redes, que articulavam com os mercados das grandes cidades, cidades secundárias e nas zonas semirrurais e rurais. Essas redes de mercados, bem como as pequenas unidades comerciais e pequenas empresas eram formadas, e continuam a ser, através das relações familiares, das relações de zonas de proveniência, afinidades étnicas ou de amizade.

Conclui que, os comerciantes efetuavam longos percursos para procurar mercados onde poderiam ter negócios com maior sucesso. Esses comerciantes associavam dois aspectos nas atividades: primeiro, a preocupação dos comerciantes é onde teria rentabilidade de capital investido inicialmente; segundo os negócios realizados estavam, e continuam estar, associados com as relações sociais dos comerciantes por nacionalidades e proveniência dos comerciantes, e procuravam conhecer os usos e costumes dos seus clientes. Essas relações sociais são fatores que dinamizam a rápida rotatividade dos seus

negócios pela quantidade dos clientes e oportunidade que o mercado cria para as comunidades locais.

Por outro lado, a pesquisa conclui que a redistribuição das mercadorias e produtos locais, através das redes de transportes, têm contribuído também na forte ligação entre os mercados e países vizinhos e, garantem as dinâmicas das redes familiares nas atividades comerciais. No que tange à está situação um estudo realizado em Dakar sobre as cidades africanas e os seus imigrantes na economia informal, e Lefebvre testemunho textualmente que:

No Senegal, os Bambara e Dioula têm dominado o circuito e controle de comércio de nozes de cola, os mouros têm o monopólio de comércio retalhista pelo menos até 1989, os Cabo-Verdianos foram especialistas há muito tempo nas empresas de construção civil apesar de ser um fenômeno de empresas frágeis formadas essencialmente na base étnica e relativamente consideradas marginais ou informais. (LEFEBVRE, 2003, p. 179)

A hipóteses desde projeto de pesquisa e mais outras pesquisas realizadas sobre certos produtos locais, como nozes de cola, por serem em pequeno número e por seu circuito comercial não constituir em um interesse alfandegário, e em outros produtos importados a sua importância comercial e a utilidade destes produtos eram desconhecidos ou faziam parte das culturas deles, assim foram desclassificados no circuito comercial das metrópoles. Os comerciantes nativos foram autorizados a fazer comercialização destes produtos, assim formaram redes comerciais na região da África Ocidental, para cada tipo de espécie de produto (cola, peixe seco, soda cáustica etc.), que os operadores vendiam, e continuam a vender, nos mercados africanos e que não requerem muita fiscalização no quadro da contribuição de impostos.

7.4 -Tríplice fronteira

A pesquisa conclui que Tríplice Fronteira é o ponto onde se encontram os limites territoriais e políticos de três países ou divisões de um estado. É neste limite que o presente projeto de pesquisa fez perceber como funciona a economia transfronteiriça na África Ocidental. Através dos “lumos” no leste da Guiné-Bissau, sudoeste da República da Guiné e sul do Senegal, as dinâmicas de organização social e econômica dos vendedores neste espaço estabelecendo relações entre os que participam do circuito, e os que sustentam as

transações através das modalidades da compra de mercadorias e produtos da produção local por intermédio de redes dos *lumos* transfronteiriços.

Também se conclui que essa Tríplice fronteira, da parte da Guiné-Bissau, é única região com estas características, possuindo três ligações: comerciais, econômicas e socioculturais do meio rural e centros urbanos com dinâmicas das redes comerciais transfronteiriças representando a zona mais movimentada no quadro da livre circulação de pessoas e bens, mantendo uma prática frequente do comércio informal a nível da CEDEAO, entre os três países vizinhos.

7.5 Redes comerciais

Foi constatado nesta pesquisa que as redes dos *lumos* e intermediários têm papel importante na dinâmica comercial e fluxo transfronteiriço na África Ocidental e nos mercados fixos das sedes regionais de cada país, contribuindo na velocidade de rotação das transações comerciais transfronteiriças entre os operadores dos *lumos*. Ainda nas redes que se estendem para a articulação de pequenas unidades de produção, transformação, criação de estabelecimentos comerciais informais, armazenamento das mercadorias em trânsito, para os *lumos* satélites nas zonas rurais.

Conclui-se, ainda, que os mercados das cidades regionais e secundárias da Guiné Bissau e, dos *lumos*, no meio rural, na sua maioria são abastecidos pelos comerciantes grossistas e semigrossistas, a partir dos países vizinhos: Senegal; Gâmbia e Guiné-Conacri. Nestes países, os comerciantes procuram produtos: têxteis; produtos alimentícios; cimentos para construção das habitações. Já os semigrossistas procura: automóveis; materiais eletrodomésticos; mobiliários para as casas; peças sobressalentes para diferentes marcas das viaturas; entre outros vários tipos de materiais de construção.

Na análise e interpretação dos dados secundários e primários, conclui-se que a política de liberalização da política comercial teve um reflexo imediato na reconfiguração das atividades socioeconômicas, a partir da implementação do PAE, permitindo a expansão da economia informal e proliferação de diferentes categorias de operadores, aproveitando a oportunidade de trabalhar onde o controle fiscal é reduzido. Assim, três fatores contribuíram na expansão das atividades informais na Guiné-Bissau, como declara Camará (2010. p. 21).

1) a implementação do PAE contribuiu para a liberalização da política comercial no país; 2) a abertura multipartidária e realização das eleições presidencial e legislativa, em 1994, possibilitaram o aparecimento de uma nova sociedade civil nos centros urbanos, com interesse nas atividades econômicas; 3) o conflito político-militar de 1998 e a vitória do Partido da Renovação Social (PRS) (que não conseguia pagar os salários da administração pública) levaram a que a esmagadora maioria da população optasse por atividades de sobrevivência e 4) a pobreza.

A expansão dos *lumos* começou com a consolidação da liberalização da política comercial, esta, abriu as portas para operadores dos países vizinhos, que chegaram com muita experiência nas atividades comerciais e marcaram presença numerosa nos mercados informais da Guiné-Bissau. Para eles, como a Guiné-Bissau era mercado virgem das atividades econômicas e vinha saindo de uma política centralizada, onde o Estado monopolizava importação e exportação, também a economia informal através dos *lumos* transfronteiriços serviram como veículo de ligação comercial entre esses países vizinhos.

Quanto aos *lumos* transfronteiriços, apresentam uma forte intensidade de transações comerciais entre os camponeses e outros operadores econômicos, que comercializam variadíssimos tipos de mercadorias industrializadas, com a finalidade de satisfazerem suas próprias necessidades. Por outro lado, esses *lumos* transfronteiriços, assim como os internos de cada país, não têm estatutos que regulamentem o seu funcionamento. Esses receberam autorização de instalação por influências dos chefes das *tabancas*, autorizados pela administração local e, na maioria dos casos, esses documentos não estão arquivados, não existem ou só foram autorizados verbalmente.

Todos os *lumos* têm estatutos ou papel social importante no processo de comunicação ou permissão de encontros de variadas camadas sociais. Assim, funcionam como veículo de comunicação familiar e social para assuntos diversos: religiosos; encontros de futebol; divulgação de programas das ONG's; de partidos políticos; de informações do Governo, como vacinas das crianças, registros de crianças, recenseamento geral da população, dentre outros.

As redes dos operadores dos *lumos* são constituídas na base de matrizes familiares, pela região de proveniência, de vizinhança ou das relações de amizade dos operadores. Existem dois tipos de redes: redes de curto-circuito; ou fluxos e redes de longo circuito. Em qualquer uma dessas redes a velocidade de rotação das suas transações comerciais depende da intensidade dos funcionamentos das redes.

Existe, entre os operadores formais e informais, uma relação de coexistência num sistema híbrido, considerada como complementaridade, visto as dificuldades encontradas durante a pesquisa na definição da economia informal e pela contribuição dos operadores nos mercados, por menor que seja a mercadoria, o operador paga ao Estado uma taxa pela utilização do espaço público, assim, a fronteira entre o formal e informal se tornou quase invisível. Na região do estudo, o setor informal aparece como alternativa de sobrevivência das famílias e do Governo local, porque a maior parte das despesas dos governantes não constam no orçamento geral do Estado; essas, e até os salários de alguns funcionários, são suportados pela contribuição ou pagamento dos operadores econômicos do setor informal.

7.6. Desenho de continuidade da pesquisa no futuro

O tema da continuidade da pesquisa no futuro, é influência de valor monetário e econômico dos serviços de ecossistemas nos *lumos* transfronteiriços, proveniente do parque nacional de cantanhes no processo de cumprimento das regras administrativas do Parque.

8 REFERÊNCIAS

- ABDOUL M. ; et al, “Le cas de la Sénégambie Méridionale”, em Enda Diapol (org.), *Les dynamiques transfrontalières en Afrique de l’Ouest*. Dakar, CRDI, Enda Diapol, Karthala., 2007.
- AGUILAR, R.; Duarte, A.; Bandim, H. Monteiro. Subsídio para uma política de apoio ao pequeno negócio, Lala Kema Bissau, editora INEP, 2001.
- AMARAL, Ilídio. *Importância do Sector informal da economia urbana em países da África subsaariana*. Finisterra. XL, Vol. 79. 2005.
- APPIAH K. Anthony. *Na casa do meu pai*. (A África na Filosofia da Cultura) edit. 2014.
- BARBOSA, Rosangela Nair C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2009.
- BARROS Miguel. *Economia Informal e estratégias juvenis em contexto da contingência*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BARQUERO António, V. *Desenvolvimento Endógeno em tempo de globalização*. tradução de Ricardo Brin, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- BECKER Howard S. *Segredos e Truques da Pesquisa*. (Tradução: Maria Luiza X. De a. Borges), Rio de Janeiro: ed. Zahar 2007.
- BENNAFLA, Karine. *Le Commerce Frontalier en Afrique Centrale: acteurs, espaces, pratiques*, Paris: Editions Karthala, 2001.
- BERNARDINO, Cardoso. *Estudo aprofundado da pobreza na Guiné-Bissau, o desenvolvimento Macroeconómico, autoridade Sueca para o desenvolvimento Internacional*. autor. Sueca para desenvolvimento. 1996.
- BRUNO, Miguel Renaut; SILVA, M.B. *Desenvolvimento econômico e infraestrutura no Brasil: dois padrões recentes e suas implicações*. 2009.

CAMARÁ, Samba T. *O lomo de Mafanco como fenómeno da economia informal. Atividades informais na gestão local de conflitos. Experiências Locais de Gestão de Conflito.* Bissau: Soranda INEP, Vol. Nº especial. 2008.

_____. Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lomo de Mafanco, 2010.

_____. *estudo sobre “comercio informal transfronteiriças” nos eixos comerciais Transfronteiriço de (São Domingos, Cambadju, Pitche-Guiné-Bissau, Ziguinchor, Diaobé parte Senegal, Saré Boido parte Guiné-Conakri).* 2013.

_____. *a economia informal e estratégias de sobrevivência em contexto da crise:* estudo de caso das lumos da Guiné-Bissau, Salvador, EDUFBA. 2015.

CAMARÁ, Samba Tenem; CAMARÁ, Suande. *Estudo sobre os Mercados Tradicionais “Lumo” na Guiné-Bissau: (mapeamento dos grandes mercados das Zonas Norte e Leste da Guiné-Bissau e dois mercados tradicionais no Sul do Senegal).* 2011.

CARDOSO, Bernardino. *Estudo aprofundado da pobreza na Guiné-Bissau – o desenvolvimento macroeconómico.* Bissau: ASDI. 1996.

CARDOSO Carlos; IMBALI, Faustino. *A família, Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos efeitos sócio-económica.* INEP, Vol. 11. 1999.

CARREIRA, António. *Região dos Manjacos e dos Brames: alguns aspectos da sua economia.* Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Vols. 15, 60. 1946.

COSTA Augusto. *Economia e desenvolvimento humano, Estudo de um caso: Guiné-Bissau.* Bissau: s.n. tradução de Ricardo Brin. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.* 2^a edição São Paulo: Edt ARTMED® EDITORA S.A. 2007.

D, CROWLEY E. L. Ph. *A economia informal da Guiné-Bissau e as suas contribuições para o desenvolvimento económico, uma análise para USAID/ Bissau.* Bissau: USAID/Bissau. 1993.

DIAGNE P. *História Geral da África V - As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado - África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot.* Brasília: UNESCO, 2010.

DIALLO, M. M., et al. *Commerce informel et réseaux sociaux à Dakar. Itinéraire d'une adaptation inattendue.* Bitácora Urbano Territorial, 30 (III): 83-94. 2020.
<https://doi.org/10.15446/bitaco.ra.v30n3.8002>

DJALO, Suleimane. o coronavírus e a economia: uma análise e prognóstico. *Jornal Democrata Guiné-Bissau.* 2020.

WOLFGANG, E. *A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra 1.* 1994.

DUARTE., A; GOMES A. Sector Informal, António Isaac Monteiro (Coord.) *Programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, análise dos efeitos sócio-económica.* Bissau: editora INEP. 1996.

STEPHEN, Ellis; MacGaffey, Janet. *Le commerce international informel en Afrique sub saharienne.* em Cahiers d'Etudes Africaines, vol. 37, 1997.

EMBALO, Filomena. Os desajustes do programa de ajustamento. Soranda. *revista de estudos guineenses.* INEP Guiné-Bissau, Vol. Nº16. 1993.

FELICIANO, F; et al. *Antropologia económica: velhos e novos campos,* Lisboa: Ed. Universidade Aberta. 2006.

GENEVE BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL, DIAGNOSTIC de l'économie informelle au sénégal, 2020. Acesso : https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_735752.pdf 11/04/202.

GUINÉ-BISSAU RELATÓRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1997.

GUINÉ-BISSAU RELATÓRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2001.

GOMES, Paulo. "Investimento público na província Sul", in: Antonio I. Monteiro (coord.), *O programa de ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos efeitos Sócio-Económicos,* Bissau, INEP. 1996.

GRÉGOIRE E ; LABAZEE, P. *Grands Commerçants d'Afrique de l'Ouest, Logiques et pratiques d'un groupe d'hommes d'affaires contemporains,* Paris: ed. Karthala, 1993.

GUADALPUPE, Sonia. *Intervenção em redes serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Portugal: Universidade de Coimbra. 2009.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart A identidade cultural na Pôs-modernidade, tradução Tomaz. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SILVA Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10^a edição Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HANDEM, Alfredo; CAMARÁ Samba T. *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interação com a proteção social – caso da Guiné-Bissau*, Bissau: INEP. 2005.

_____. *Contribuição da economia informal para o processo da integração sub-regional, comunicação apresentada na conferência da UNESCO*. Bissau: INEP. 2007.

HOWARD, S. BECKER. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: ed. Zahra, 2017.

HUGON, Philippe. *A Economia de África*. Lisboa: Editora Vulgata Lda, 2000.

HUNT E.K. E; SHERMAN H.J. *História e pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Edt. Vozes, 2013.

GUINÉ-BISSAU INE RGPH RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO. RESULTADOS DEFINITIVOS, 2009.

ISNARD, Hildebert. *O Espaço do Geógrafo Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 36(258-259): 5-16, jul. /dez., 1978.

JAO, Mamadu. *Estratégias de vivência de sobrevivência em contexto de crise: os mancanhas, na cidade de Bissau*, tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Lisboa: ISCTE-IUL. 2009.

_____. *Intervenção rural integrada, a experiência do Norte da Guiné-Bissau*. Coleção Kacu Martel nº 12. Bissau: INEP. 1999.

_____. *Estratégia de Vivência e de Sobrevivência em contexto de crise: os Manchhas na cidade de Bissau*. Paris Franche: ed. nota de rodapé edições, 2015.

KOTLER, Philip; AMSTRONG, Gary. *Princípios de Marketing*. 5^a edição. Rio Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda., 1993.

KREIN J. D; PRONI. M. W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos* Escritório da OIT - Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LEFEBVRE, Guillaume, La ville africaine et ses immigrants: les Guinéens au Sénégal et à Dakar", in : Michel Lesourd, *L'Afrique Vulnérabilité et défis*, s.l., Editions du Temps., p.179. (2003),“

LINDELL, ILDA L. *Walking the tight rope, informal livelihoods and social networks, in west African city*, Stockholm, Department of Human Geography, Stockholm University, p.78. 2002.

LOPES Carlos. *Os limites históricos de uma fronteira territorial: Guiné "portuguesa" ou Guiné-Bissau*. INEP/PNUD, 1994.

LOPES, Carlos. Kaabunké espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-colonial, 1999.

LOPES, Carlos, M. *Roque Santeiro, entre a Ficção e a realidade*. Portugal: editora principia. 2007.

LOPES, Carlos, M.M. G. F. *Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais Estudos de casos no mercado Roque Santeiro (Luanda)* Tese de doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinar. Lisboa: ISCTE. 2007.

LOPES, M. Carlos Tiago P. Santos b, Ana Monteiroa, M. Lucília Rodrigues a, Joaquim M. Costaa, M. Manuela Chaves a,b. *Candongueiro & Kupapatas, acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*. 2011.

VAN MAANEN, Jon. processando as pessoas: estratégias de socialização organizacional. In: FLEURY, Maria Teresa Leme [et al]. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996.

Maanen, Bert Van. *Programa de ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau, Análise dos efeitos Sócio-económicos*. Guiné-Bissau: INEP, 1996.

Macamo, E. *Sociologia Prática: Como Alguns Sociólogos Pensam*. Maputo – Moçambique: Ed. Imprensa Universitária - UEM, 2016.

Marchand, Geneviève. *L'économie informelle au sénégal. Logique de fonctionnement de quelques entreprises informelles à Saint-Louis*. Avril : FACULTÉ DES SCIENCES SOCIALES UNIVERSITÉ LAVAL QUÉBEC, 2005.

MELO; TELLES. *O debate sobre a questão da informalidade iniciou-se na literatura das ciências sociais na década de 70, com o programa de pesquisa da OIT*. 2000.

MORAES, Antônio C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil, palestra proferida no evento “pensamento geográfico e Formação Territorial do Brasil”, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Vitória: e pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo*, 2000.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da economia e Finanças DGPEE, Nota da Conjuntura II Trimestre 2016.

NUNES, Maria do Carmo. *Tecnologias Geo-espaciais na demarcação da fronteira da Guiné-Bissau CTIG* – Lisboa, 2014.

OIT. A ECONOMIA INFORMAL, O TRABALHO DIGNO E A ECONOMIA INFORMAL RESOLUÇÃO DA 90ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, Escritório da OIT em Lisboa. 2002.

PADOVANI, F; Delegado A. M. Sector informal e o ajustamento na Guiné-Bissau, IMBALI, Faustino (coord.). *Os efeitos sócio-económica do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*. Bissau: editora, INEP. 1993.

PAIVA Carlos Á; CUNHA, André M. *NOÇÕES DE ECONOMIA*. Brasília: ed. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PATRICIO, Marta. *A Fronteira Moçambique-Zimbabué e os ndau: práticas e representações transfronteiriças no distrito moçambicano de Mossurize (de 1975 à atualidade)*. Caderno de Estudos Africanos do ISCTE-IUL. 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação, as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: editor Campus Ltda. 1980.

POLANYI, Karl. *A grande transformação, as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: editor Campus/Elsevier 12^a Tiragame. 2000.

PONSON, Bruno. Empresários Africanos e Asiáticos: algumas comparações. in:Stephen Ellis e Yves A. Fauré. *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Editora Vulgata. 2000.

PRODANOV C. Cristiano; FREITAS E. Cesar. *metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho científico e trabalho acadêmico*, 2^a edição, Universidade Feevale. 2013.

QUIVY, Raymond; AMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1988.

RELATÓRIO Nº 34553-GW 2006 GUINÉ-BISSAU, Avaliação Integrada social e da pobreza (IPSA), transição do pós-conflito para o desenvolvimento de longo prazo: considerações de política para redução da pobreza V.1, documento do BM.

RIBEIRO Gustavo Lins. A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico - *Revista Brasileira de Ciências sociais* - Vol. 25 nº 74, 2010.

RIBEIRO Carlos; R. Miranda, M. F. *Mercado transfronteiriço - e a Balança Comercial da Guiné-Bissau Situação e Perspectiva*. Bissau: INEP, 1992.

SANTOS Milton O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica, *Le Temps des Méprises* edit " Lefébvre, (1975).

_____. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *O espaço Dividido*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2008

SANSONE, Lívio. *Feiras na África Ocidental, metáfora e performance-lugares de produção e transformação de identidade e imagens do mundo “de fora”*. 2015.

SATO, Leny. *Feira livre: Organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: USP, Instituto de psicologia. 2012.

SYLVIE, Fantchette. *Migrations, intégration spatiale et formation d'une société peule dans le Fouladou*. (haute Casamance, Sénégal) 1960.

SOARES A. Mateus. *Sociologia e sociedade, tema, teoria e conceito*. Salvador: ed. Fast Design, 2010.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social, *Revista TERRITÓRIO*, ano 11, n2 3, jul. Dez, 1997.

VANSINA, J. *História Geral da África Volume V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO. 2010.

ZUMBIRE, Benjamim J. C. *A Importância das Infraestruturas no Desempenho Económico de Moçambique, uma análise aplicada de séries temporais*. Coimbra, 2015

SITES CONSULTADOS

http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf disponível: 05/04/2017

<http://www.dicionariodelatim.com.br/busca.php?search=lumus/> disponível: 05/04/2017

<http://lumostraducoes.com.br/a-lumos> disponível em: 05/04/2017

<http://www.didinho.org/Arquivo/guinebissau.htm> disponível em: 13/06/2019

GLOSSÁRIO

1. *Abota*: Abota é um sistema de poupança informal que se estabelece entre os operadores tipo vaquinha, depois de fins do período estabelecido entre grupo entrega um dos membros do grupo, de forma rotativa.
2. *Banabana*: é a designação da categoria de pequenos vendedores a retalho por outras palavras chama-se (microrretalhistas/varejista).
3. *Bideiras*: mulher que se dedica se ao pequeno negócio informal.
4. *Djula maudhó*: é expressão, em fula, para designação das categorias de comerciantes intermediários ou (grossista/atacadista).
5. *Djulaba*: é a designação da categoria de comerciantes (retalhista /varejista) em Fulas
6. *Ihlinôwo*: é a categoria de vendedor ambulante em fulas.
7. *Lumo*: é a designação do nome de mercado popular realizado uma vez por semana num local fixo. Considerado como fonte de vida para a população local, onde são vendidos todos os tipos de produtos agrícolas, mercadorias e materiais de construções civil, meios de transporte (bicicletas, motas, etc...). Nele são ofertados também todos os tipos de serviços, prestados como forma de garantir a sobrevivência das famílias e funcionalidade do *lumo*. O *lumo* é uma feira livre, que se constitui como canal e rede de comercialização das relações sociais diversas no meio rural. São quatro fotografias que ilustram ambientes do *lumo*, funcionando a céu aberto, quantidade de sacos de batata-doce da produção de Guiné-Bissau desembarcado no chão.



Na segunda fotografia ilustra a estrada e carros de transporte misto, a terceira fotografia apresenta caminhões que transportam os produtos agrícolas para *lumo* de Diaobé, a quarta foto ilustra os burros carregados e sacos desembarcados. Em cada *lumo* funciona dois tipos de circuitos comerciais: o inferior; e o superior. De acordo com a classificação de Milton Santos (2008), no seu livro espaço dividido, o circuito inferior e superior “estão intimamente interligados” e dependentes, a partir das redes descendentes e ascendentes que promovem atividades comerciais no *lumo*. O autor explica que os “atacadistas e transportadores têm atividades do tipo misto pelo fato de sua dupla ligação”. Os atacadistas descem para intermediário e o intermediário para varejistas, até o consumidor final como forma de manter viva a rede. O varejista, na sua maioria, opera na economia informal, aliás, na região existe grande dificuldade de encontrar fronteira entre o formal e o informal e as redes comerciais existentes são globalizadas. Para Ribeiro (2010, p. 22), “os mercados, os fluxos e as redes de comércio da globalização popular fazem parte do sistema mundial não hegemônico”. Os *lumos* transfronteiriços nesta região são espaço de ligação e interligação dos comerciantes dos diferentes mercados fixos de diferentes países instalados nas cidades.

8. *Lumos*: é a palavra utilizada localmente para designar as feiras populares ou

- periódicas realizadas semanalmente num local e dia fixos.
9. *Maudhó Djula*: é expressão em Fulas que significa o grau mais alto da categoria dos empresários ou grandes comerciantes que atuam na região (Fornecedor).
 10. *N'Dantinôwô*: é a expressão em fulas para designar a categoria do consumidor Final
 11. *Tabanca*: tabanca é a denominação em crioulo da Guiné-Bissau de uma povoação, aldeia ou localidade habitada
 12. *Toca-toca*: é denominação de tipos de transporte urbano utilizado na Guiné-Bissau para fazer ligação entre centro da cidade e os Bairros de Bissau.
 13. Tríplice Fronteira: Região onde intersectam as fronteiras dos três países: Guiné-Bissau, Senegal e República da Guiné.

ANEXOS

Anexo 1

Relato da entrevista com o Sr. Bailo Djalo

Reside atualmente na tabanca de Diaobé e tem duas mulheres. Cada uma vive na própria casa, de construção não precária; a casa do Sr. Bailo Djalo é tipicamente fula, redonda, coberta de palha (capim) localizada no centro, entre as casas das duas mulheres. Todas as casas são redondas e cobertas de zinco. Uma nova casa, de primeira qualidade, está em construção, não está definido, porém, a quem a mesma pertencerá. Mas ele explica que quando lhe foi atribuído o lote do terreno para construir as suas casas de habitação, era um local isolado e longe do espaço comercial, mas hoje ele está no centro de Diaobé.

Sr. Bailo Djalo veio para Diaobé nos primeiros anos da fundação da lumo, na última metade da década de 80. Conta que nos primeiros anos de funcionamento da lumo era debaixo de uma figueira, a céu aberto, todos se concentravam ali, os vendedores de mercadorias de origem industrial, produtos agrícolas e florestais etc. Ficavam debaixo de sol. Conta que o dinheiro que ele tinha não era suficiente para comprar quantidade de óleo de palma necessária, então, para além do comprado, recebia também óleo de palma dos operadores de Guiné-Bissau para revender.

Sr. Bailo é natural de Boé, nascido e crescido no mesmo lugar. Diz que sempre teve iniciativa para comprar e revender, mas como as suas iniciativas não se podia crescer no setor de Boé, foi obrigado a migrar para Diaobé, com o objetivo de buscar melhores condições de vida, o que sua terra natal não lhe oferecia. Relata que sempre praticou atividades comerciais no setor informal, procurando o caminho de acumulação de capital, mas como Boé não oferecia condições de exercício de suas atividades obrigou-se a migrar para continuar no setor.

Confidencia que quando chegou em Diaobé não tinha dinheiro nos primeiros anos, por isso lavrou e começou com o capital do resultado da venda do que produzia, montante não revelado, mas que este não era suficiente. Isso o obrigou a volatilidade nos produtos vendidos e como os produtos agrícolas são sazonais, a cada época vendia um tipo de produto. Revela que nesta lumo vendeu de tudo: óleo de palma, amendoim, tambarina, calabaceira e diversos produtos perecíveis que vinha da Guiné-Bissau. Como era um dos

responsáveis pelo *Sandaga*⁶⁷ do seu país, tudo que era produto que não negociavam entregavam para ele procurar cliente até a próxima lomo, “quarta-feira”, que era o dia oficial de funcionamento da lomo.

Hoje o Sr. Bailo tem balança de pesagem de produtos agrícolas - pela exigência do Governo de Senegal todos os produtos agrícolas são pesados - cada kg é cobrado, valor não revelado por ele. Conta que atualmente vive das remunerações da balança e dos negócios dos estabelecimentos comerciais que construiu. Disse também que sua migração para o Senegal teve resultado positivo. Relembra sua origem, em Boé, onde não havia carros de transporte público, e que continua assim até data presente. Sobre isso, Sr. Bailo revela que no período que decidiu migrar para Diaobé, precisava esperar um carro de transporte durante uma semana e nem sempre aparecia. Era situação de isolamento total, e que esse foi um dos motivos da sua migração.

Ao ser questionado porque migrou para Diaobé, respondeu que Diaobé está perto da Guiné-Bissau, que toda semana recebe pessoal de lá trazendo produtos para vender e que ele serve de intermediário, na qualidade chefe de *Sandaga*, ao mesmo tempo em que assume a responsabilidade como gestor de conflitos entre os seus patrícios da Guiné-Bissau. Conta que seguidamente ocorrem conflitos com revendedores senegaleses, sobretudo no pagamento de produtos recebido em crédito, com reembolso depois da venda; pessoas que tomam créditos e não pagam; isso é frequente sobretudo entre microvarejistas e com os operadores vindos dos países vizinhos que trazem seus produtos para revenda, ou seja, conflitos desta natureza, que ele acaba intervindo na busca de solução.

Perguntado ao Sr. Bailo sobre o crescimento da lomo de Diaobé, ao que ele responde que acompanhou de perto este fenômeno de crescimento rápido, que é difícil explicar, mas acredita que o governo senegalês contribuiu, porque facilitou muito os processos dos operadores e dos migrantes, que quiseram se fixar e trabalhar honestamente e com seriedade. Observa também que facilitaram entrada de caminhões com produtos, cobrando um preço acessível e com documentos respeitados por diferentes serviços do Estado, não como no caso da Guiné-Bissau, onde não há consideração e respeito pelos serviços prestados por outros. Para Sr. Bailo, na lomo de Diaobé, o Estado cobra a taxa de

⁶⁷ Sandaga é uma expressão senegalesa que designa o local de desembarque e comércio dos produtos (agrícolas, florestais não lenhosos e paragem de caminhões que o transportam)

exposição de mercadorias e produtos qualquer que seja, 50 FCFA e na Guiné-Bissau, o mínimo é 100 FCFA s.

Anexo 2

Relato da entrevista com o Sr. Sadjo Dembo

(1º responsável do Mercado de cabras) Bairro Ajuda 2ª fase em Bissau

O Sr. Sadjo Dembo tem 61 anos de idade, foi alfabetizado em pular (língua fula), residente em Bissau.

Perguntado sobre o que vendia antes da lumo, respondeu que vendia produtos agrícolas sazonais, por um período longo, mas que decidiu mudar quando esses produtos deixaram de dar o lucro que ele esperava. Conta que entrou no comércio de animais domésticos não especializados, vendia cabras, galinhas e vacas. Depois de um certo período decidiu vender somente galinhas. Conta que fazia isso como ambulante nas ruas de Bissau.

Relata que sempre usou a lumo como mercado fornecedor das suas mercadorias, sobretudo a lumo de Pitche, que trazia as galinhas das tabancas vizinhas e contrabandeadas da Guiné-Conacri. Revela que este comércio tinha riscos, às vezes os fiscais da Câmara Municipal de Bissau apreendiam e confiscavam toda a sua mercadoria, e que o preço de recuperação dos animais da mão dos fiscais era melhor desistir e ir comprar outras. Em razão disso, decidiu mudar para o comércio de vacas. Conta que quando entrou nesta atividade, a primeira viagem que fez foi para comprar vacas na Guiné-Conacri. Confidencia que andavam pelo mato, não podiam passar nos postos de controles nas fronteiras, sobretudo da Guiné-Conacri, por isso as traziam pelo mato e tinham um ponto de concentração na Guiné-Bissau, para misturar as vacas contrabandeadas com as compradas nos corais da Guiné-Bissau. Conta que o comércio de vacas sempre efeito por grupo de pessoas porque é difícil uma pessoa organizar sozinho.

Mais tarde, relata que também decidiu mudar da venda de vacas para cabras, e que no início o processo foi o mesmo como a da venda de vacas. As cabras eram contrabandeadas nas matas, mas eram animais menores para lidar, com eles era mais fácil. Porém, embora fossem animais pequenos, eram barulhentas, gritavam muito no mato, mas era mais fácil de transportar. Iam buscar os animais em grupos e tinham um ponto de encontro marcado com carros para embarcar e transportar para Bissau. Todas essas atividades comerciais de contrabando foram desenvolvidas na década de 80 até 90. Conta também que neste período a cidade de Bissau não tinha um mercado fixo para vender as

cabras e ele e seus colegas eram vendedores ambulantes de cabras, vendiam nas ruas de Bissau. Também neste período corriam risco de encontrar com os fiscais de Câmara Municipal de Bissau e ter suas mercadorias confiscadas ou apreendidas. Quando isso acontecia, precisavam de muitas horas de negociação para poder recuperar os animais, mediante um pagamento que não era fixo, cada um dava o seu valor. Também no contrabando corriam esse risco, além de picadas de cobras venenosas no mato.

Por estes motivos invocados e outros, como, por exemplo, a redução de lucros no negócio, a situação estava se tornando difícil. Conta que uma vez foi confiscado mais de 50 cabras, o que junto com os outros motivos já elencados o obrigou a abandonar, em 1990, os trabalhos de contrabandos. Além de perder dinheiro corriam outros riscos. A perda de 50 cabras naquela época significou muita coisa porque eram iniciantes e o capital inicial era pouco. A partir daí ficaram só com a luma de Pitche para compra de animais, relata que em 1990 foi fundado o primeiro mercado de animais em Bandim, onde pagavam diariamente a senha da Câmara Municipal de Bissau. Foi neste ano que surgiu o primeiro mercado de cabras na cidade de Bissau e então lhe foi cedido um espaço para vender as cabras e carneiros. Também nessa época pagavam diariamente a senha da Câmara Municipal de Bissau.

A partir de 2001, o mercado de cabras e carneiros começou a ganhar repercussão, ou seja, a procura aumentou e a produção nacional não era suficiente para abastecer o mercado ou atender à demanda, aí o Sr. Dembo e seus colegas começaram a se deslocar para as lumas dos países vizinhos, em Diaobé, Sareboido e Fulamory, isso durou até 2006. Durante este período, conta que perdeu muito dinheiro, sobretudo no trecho da Guiné-Conacri, onde as autoridades cobravam muito dinheiro, às vezes chegavam a pensar que estavam contra os operadores da Guiné-Bissau, e por isso mudaram para as lumas de Pitche e Diaobé, pois já não aguentavam as despesas das fronteiras.

A partir de 2007 e até 2010, os operadores de cabras passaram para as lumas de Diaobé e Pitche. A luma de Pitche na Guiné-Bissau e Diaobé no Senegal. Posteriormente a luma do Senegal se tornou o maior fornecedor de todos os tipos de animais, mesmo para as cidades senegalesas. Ali se comprava uma carrada de cabras, que são de 100 cabras, pagava-se a documentação 10.000 FCFA, o que corresponde em Real do Brasil, R\$ 54,70 e, ao chegar na fronteira da Guiné-Bissau para mesma carga se pagava mais 50.000 FCFA, o que corresponde em Reais, R\$ 273,50, ou seja, o despacho da Guiné-Bissau é 5 vezes

maior do que o do Senegal e depois este documento ainda não era respeitado nos postos de controles. Esta situação da Guiné-Bissau levou operadores, como o Sr. Dembo, a pensar em voltar ao contrabando, que considera ainda mais ariscado e mais trabalhoso, além do que, os castigos quase não recompensam os preços da venda.

Conta que para atravessar a fronteira de parte da Guiné-Bissau, o documento (laise passé) custa 500 FCFA, que corresponde em Reais R\$ 2,74, e no regresso paga-se às autoridades senegalesas 1000 FCFA, que corresponde em Reais, R\$ 5,47. O comércio das cabras não tem sazonalidade, vende-se durante todo o ano. No entanto, têm períodos de pico, por motivo das datas comemorativas religiosas de todas as religiões que existem no país, além das datas comemorativas oficiais do Estado. Nestas datas vende-se muito e o preço aumenta. Existe uma ligação sub-regional de vendedores de cabras que saem de Mali para Diaobé e algumas para a lumo de Cambadju, confidencia que há muita solidariedade nesta profissão.

Atualmente o Sr. Sadjo Dembo vende cabras e carneiros, com resultados positivos, pois se organizam como operadores, comprando cabras nas lumos. Ressalta que as lumos são o melhor centro de comércio, onde se pode comprar e trazer para vender na capital. Geralmente a população de Bissau depende muito das lumos de Diaobé e Cambadju no domínio de animais para satisfazer as suas necessidades. Todas as cidades de sede regionais compram as cabras nestas lumos.

Sr. Dembo conta que tem sua família formada e hoje é respeitado por ela, consegue satisfazer as necessidades básicas da família e sente-se bem trabalhando honestamente. Confidencia que é bem-visto porque presta solidariedade às famílias e aos vizinhos. Além do que suas opiniões na comunidade são respeitadas, acredita que devido sua solidariedade e seu envolvimento social com os assuntos comunitários. Está presente em vários grupos e criou redes de amizade, que hoje são os seus clientes, compram cabras semanalmente, compra cabras para revender e tem uma grande rede de clientela. É por isso que diz ver hoje os seus negócios positivamente, evoluindo, também diz ver a lumo como um local não só de negócio, mas também de convivência, onde se encontra malianos, gambianos, guineense de Conacri. Confessa também que a lumo é fonte da sua sobrevivência, que sem a lumo não sabe o que estaria fazendo, apesar de colocar tudo nas mãos de Deus. Diz com satisfação que na lumo de Diaobé, as autoridades senegalesas o apoiam tanto na organização como no controle. O que não recebia na sua terra de origem.

Questionado sobre o seu rendimento, Sr. Sadjo Dembo, responde que seu rendimento melhorou bastante, que hoje tem sua casa própria e mais um terreno. E que tudo isso é porque está num local que é bom para fazer negócio, onde tem boa relação com os clientes e conhece o período de pico ou períodos de alta temporada e baixa temporada, tanto na cidade de Bissau, como nas ilhas, onde suas mercadorias são procuradas - cabras e carneiros. Lamenta que na Guiné-Bissau, os pequenos comerciantes tenham muitos problemas a enfrentar com as autoridades do Estado, diz que é muita cobrança, que as rodovias estão em péssimas condições, e que não têm respeito pelo trabalho dos empreendedores, mas que quando tem necessidade mandam pedir um número de cabras para resolver os seus assuntos.

Para finalizar, Sadjo Dembo disse ainda que “aqui estamos na estrada, não temos dia de ser retirado daqui para outro lugar. A Guiné-Bissau é o único país que não tem um mercado para venda de animais, é uma coisa triste para nós que somos operadores neste setor de atividade econômica. Pagamos imposto por excesso (finanças, veterinárias, comércio, Câmara Municipal de Bissau) sem recompensa nenhuma e sem direito. Uma vez compramos um lote de terreno e legalizamos para construir o mercado de animais num valor de 5.000.000 FCFA, equivalente em Reais \$ 27.350, mas quando Artur Sanha foi nomeado Presidente da Câmara Municipal de Bissau, mandou-nos expulsar do local, mesmo com documentos que temos e estávamos na fase de preparação para construção, ele vendeu o terreno para um empresário por 20.000.000 FCFA, equivalente em Reais \$ 109.400, e por isso estamos hoje na rua embaixo do sol sem lugar fixo. Esta situação deixou-nos triste e menosprezados pelas autoridades da Guiné-Bissau, parece que não somos cidadãos ou prestamos serviço que não tem valor para sociedade guineense, pelo contrário o nosso trabalho tem grande importância para todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau”.

Atualmente, pode-se afirmar, sem muita restrição, que, na região de estudo, o impacto das atividades da economia informal na coesão social e na atenuação dos conflitos latentes que a pobreza e a exclusão social fazem surgir é imensurável para as famílias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

GUIAS PARA ETNOGRAFIA

- Guia de Entrevista para as ONG's que trabalham na TF - Região Geográfica do Estudo
- Guia de História de Vida dos Operadores econômicos nos lumes
- Guia de Entrevista com consumidores locais – na aldeia hospedeira do lumo
- Guia de Entrevista com as autoridades locais – na aldeia hospedeira do lumo
- Guia de Entrevista para os Responsáveis dos Serviços Desconcentrado do Estado nas Fronteiras
- Guia de Entrevista - os transportadores de mercadorias para lumo (locatários)
- Todos esses Guiões constituem também como orientação na Observação direta

Orientador Professor- Livio Sansone

Coorientadora – Dr.(a) Patrícia Alexandra Godinho Gomes

Aluno: Samba Tenem Camará.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

Guia de Entrevista para as ONGS que trabalham na TF - na Região Geográfica do Estudo

1 – Identificação

a) Nome da organização

b) Ano fundação

2 – Breve Histórico da Organização

a) As principais ações realizadas nas comunidades;

b) os resultados alcançados

c) para si essa atividade da sua organização tem algumas ligações com o lumo (direta ou indiretamente)

d) Atualmente os projetos em curso

e) Visão da sua organização em relação aos lumos:

- O que os lumos locais contribuem para melhoria de funcionamento da sua organização
- na visão da sua organização o que lumo contribui para comunidade local (positiva e negativa);

f) o que deve ser feito para melhor mais o funcionamento do lumo;

g) para a sua organização o lumo tem condições da higiene

i) para a sua organização o lumo tem segurança pela quantidade capital movimentado

j) Outros ou que gostaria de falar o que não foi perguntado



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

Guia de História de Vida dos Operadores econômicos nos lumes

1 – Identificação

- a) Nome,
- b) Sexo
- c) Idade
- d) profissão – nível de instrução
- e) Residência

2 – Percurso Profissional (atividades comerciais ou produtos vendidos e se for mudado motivo da mudança)

- a) as estratégias para aumentar rotatividade das vendas (redes, produtos, localização do espaço da venda;)
- b) que tipos de produtos vende atualmente
- c) produtos tem sazonalidade
- d) como consegue atravessar nas fronteiras

3 – O seu rendimento econômico

- a) positivo
- b) negativo
- c) normal

4 – Na sua visão o que significa o lumo

- a) aspecto econômico o que mudou na sua vida
- b) o lumo é ideal para trabalhar e crescer rapidamente?
- c) É fácil trabalhar
- d) Outros ou que gostaria de falar o que não foi perguntado



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

Guia de Entrevistas com consumidores locais – na aldeia hospedeira do *lumo*

1 – Identificação

a) Nome, b) Sexo c) Idade e Função

d) profissão – nível de instrução

e) Residência – desde quando

2 – Na sua visão o que significa o *lumo*

a) a sua aldeia teve rendimento econômico diferenciado com outras aldeias vizinhas (positivo e negativo) por quê?

b) para te quais aspectos sociais que mudaram?

c) Na sua visão, quais aspectos econômicos que cresceu ou decresceu?

d) a situação sócio – religiosa mudou alguma coisa? Quais?

e) o aspecto sócio – cultural da aldeia sofreu algumas influências com presença do *lumo*?

f) os usos e costumes da aldeia e das famílias foram influenciadas nas tomadas decisões provocadas pelo fluxo e refluxos das pessoas?

g) Os Custos de Vida aumentaram? Acesso aos produtos da primeira necessidade tornou fácil ou não?

h) com o *lumo* a sua aldeia, cresceu ou decresceu? E a população ou habitantes cresceram?

i) Como avalia condições de higiene na aldeia com a presença do *lumo* por exemplo a sua latrina no dia funcionamento do *lumo* e exposições dos produtos alimentícios?

j) Como sente se com a segurança no dia funcionamento do *lumo*? Quais problemas mais frequentes no *lumo*? E pelo volume de capital transacionado?

k) O que gostaria de falar que não foi perguntado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos

Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

Guia de Entrevista com as autoridades locais – na aldeia hospedeira do *lumo*

1 – Identificação

a) Nome, b) Sexo c) Idade e Função

d) profissão – nível de instrução

e) Residência – desde quando é chefe

2 – Na sua visão o que significa o *lumo*

a) a sua aldeia teve rendimento econômico diferenciado com outras aldeias vizinhas (positivo e negativo) por quê?

b) para te quais aspectos sociais que mudaram?

c) Na sua opinião, quais aspectos econômicos que cresceram ou decresceram?

d) a situação sócio – religiosa mudou alguma coisa? Quais?

e) o aspecto sócio – cultural da aldeia sofreu algumas influências do *lumo*?

f) os usos e costumes da aldeia e das famílias foram influenciadas nas tomadas decisões?

g) Os custos de Vida aumentaram? Acesso aos produtos da primeira necessidade tornou mais fácil ou não?

h) com o *lumo*, a aldeia cresceu ou decresceu, a população ou habitantes cresceram?

i) Como avalia condições de higiene na aldeia com a presença do *lumo* (latrina, locais para exposições dos produtos alimentícios)

j) Na sua opinião o *lumo* tem segurança pela quantidade capital movimentado?

k) O que gostaria de falar que não foi perguntado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

**Guia de Entrevista para os responsáveis dos Serviços Desconcentrado do Estado nas
 Fronteiras**

1 – Identificação

- a) Nome, do Serviço
- b) Sexo e Função
- d) profissão – nível de instrução
- e) Residência – desde quando é chefe

2 – Na sua opinião o que significa o lumo nessa fronteira

- a) Dá muito trabalho nos controles das mercadorias ou caminhões na travessia da fronteira?
- b) Neste caso o Lumo tem aspectos positivo ou negativo? por quê?
- c) Na sua opinião em termos de administração o que dia de funcionamento do lumo influenciou no seu departamento?
- d) Na sua visão, quais aspectos sofreram mais influências do lumo na fronteira?
- e) Quantos caminhões que travessam fronteira no dia de funcionamento? (tipos de cargas, transporte de passageiros, de transporte de passageiros e cargas)
- f) Quais problemas mais frequentes na fronteira? (falta de documentos dos passageiros, não declaração de algumas cargas, transporte de cargas proibidas)?
- g) Quanto custa o despacho de caminhão de carga?
- g) Que tipo de relações tem com só locatários ou condutores? Acesso aos produtos tornou fácil ou não?
- h) Com o *lumo* e o fluxo e refluxos das pessoas aumentaram nas Fronteiras?

- i) Quais produtos são mais transportados para a comercialização nos lumos? Que tipos de produtos/mercadorias comprados nos lumos do país vizinho para comercializar nos mercados noutro país?
- j) Como avalia a segurança nos lumos, pelo volume de capital movimentado?
- k) O que gostaria de falar que não foi perguntado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa Multidisciplinar de Pós – Graduação em Estudos Étnicos e Africanos

Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos

Guia de Entrevistas com os transportadores (locatários) de mercadorias para *lumo*

1 – Identificação

a) Nome do Serviço

b) Sexo e Função

d) Profissão – nível de instrução

e) Desde quando presta este serviço

2 – Na sua opinião o que significa o *lumo* nessa fronteira

a) Dá muito trabalho nos postos de controles para despachar as mercadorias? Como fazer passar caminhões no posto/ fronteira?

b) Na sua opinião como considera o *lumo* se tem aspectos positivo ou negativo? por quê?

c) Na sua opinião, no dia de funcionamento do *lumo* como agem as autoridades nos postos de controles/fronteiras?

d) Na sua maneira de ver as coisas, quais aspectos sofrem mais influências do *lumo*, nos postos de controles/fronteiras?

e) Quantos caminhões travessam fronteira no dia de funcionamento? (tipos de cargas, transporte de passageiros, de transporte de passageiros e cargas)

f) Quais problemas mais frequentes que enfrentam na fronteira com autoridades? (falta de documentos dos passageiros, não declaração de algumas cargas, transporte de cargas proibidas)?

g) Quanto custa o despacho de um caminhão de carga para diferentes serviços?

g) Que tipo de relações tem com autoridades nas fronteiras?

h) Com o *lumo* e o fluxo e refluxos das pessoas aumentaram nas Fronteiras?

- i) Quais produtos mais transportados para a comercialização nos lumos? Que tipos de produtos/mercadorias comprados nos lumos do país vizinho para comercializar nos mercados noutro país?
- j) Como avalia a segurança nos lumos, pelo volume de capital movimentado?
- k) O que gostaria de falar que não foi perguntado